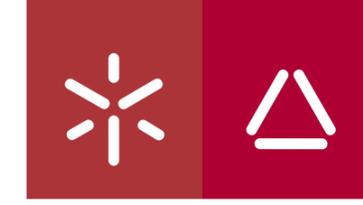


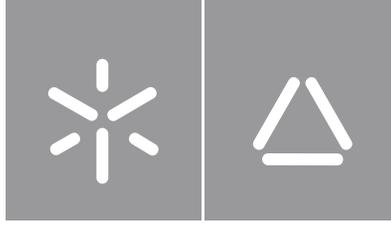


Paula Andreia Magalhães Grenha

**A Marginalidade no Tempo Presente ou a
Cidade como arquivo de segregação: Os
Bairros Sociais de Braga entre 2000 e
2022**

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Paula Andreia Magalhães Grenha

**A Marginalidade no Tempo Presente ou a
Cidade como arquivo de segregação: Os
Bairros Sociais de Braga entre 2000 e
2022**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
**Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha de
Moura Ferreira**
Professor Doutor Bruno Tiago de Jesus Madeira

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 3

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aos meus orientadores, Professora Doutora Maria de Fátima Moura Ferreira e
Professor Doutor Bruno Madeira,
por me darem todo o apoio e incentivo que eu precisava para enveredar por esta nova aventura, e por
estarem sempre presentes e disponíveis ao longo deste aliciente caminho de conhecimento.

À minha família, por todo o encorajamento, disponibilidade e paciência durante este trajeto e por
acreditarem sempre na minha vontade e capacidade de explorar novos mundos.

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 4

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Título

A Marginalidade no Tempo Presente ou a Cidade como arquivo de segregação. Os Bairros Sociais de Braga entre 2000 e 2022

Resumo

Nas causalidades e repercussões, o espaço urbano continua e é, cada vez mais, epicentro de marginalidades. Sorvedouro de recursos económicos, políticos e sociais, é na incapacidade de uma gestão equidistante entre a proficuidade do território e a provisão e capacitação suficiente aos seus cidadãos, que se geram espaços de diferença, de desequilíbrio e de demarcação social. Solo de repartição política e social, ordenada e segmentada, a elaboração e leitura do mapa da cidade assume uma crónica de domínio e de relegação onde, indissociáveis, a regra e a marginalidade embrenham as suas expressões na discussão permanente sobre as fronteiras que as separam e sobre aquilo que as define. Reflexo da evolução, a habitação sempre esteve comprometida entre a necessidade basilar e as condições para dela usufruir condignamente. Na sua alçada, os bairros sociais sobressaem como logótipo de habitação social ou dos apoios sociais à habitação, materializados como apoio público no acesso a condições condignas de habitabilidade. Remetidos a áreas periférica e arquitetonicamente delimitadas, distantes do circuito funcional da cidade, das suas aspirações e do progresso social, os seus moradores passam a constar de categorias, recorrentemente deparados com barreiras mentais que insistem na criminalização da pobreza. Apoiado na contribuição conceptual de autores como Marc Augé, Howard Becker, Loïc Wacquant e Sandro Mezzadra, este trabalho explora a marginalidade como campo de problematização nos planos conceptual, relacional e espacial, aplicadas a um território – os Bairros Sociais de Braga –, relacionando a imputação social negativa e o capital económico, social e cultural das populações que os habitam. Tendo como substrato cronológico a História do Tempo Presente, são utilizadas diferentes metodologias de investigação que buscam as marginalidades por entre os contextos sociopolíticos da génese e evolução dos bairros sociais, na caracterização sociodemográfica dos seus moradores e nos ecos da comunicação social, assim como evidenciam o percurso identitário e de memória individual e coletiva das suas comunidades aliados às suas representações culturais, através do recurso à história oral, investigando vivências quotidianas, estratégias e projetos inclusivos em que estão envolvidos e alguns dos desafios e dificuldades que enfrentam diariamente dentro e entre o seu bairro e a cidade onde se inserem.

Palavras-chave: Bairros Sociais, Braga, Espaço urbano, Marginalidades

Title

Marginality in the Present Time or the City as an archive of segregation. The Social Neighborhoods of Braga between 2000 and 2022

Abstract

In terms of causalities and repercussions, urban space continues to be, and is, increasingly, the epicenter of marginalities. A drain on economic, political and social resources, it is in the inability to manage equidistantly between the prosperity of the territory and the provision and sufficient training for its citizens, that spaces of difference, imbalance and social demarcation are generated. Ground of political and social distribution, ordered and segmented, the elaboration and reading of the city map assumes a chronicle of dominance and relegation where, inseparable, the rule and marginality embed their expressions in the permanent discussion about the borders that separate them and about what defines them. A reflection of evolution, housing has always been compromised between the basic need and the conditions to enjoy it with dignity. Within its scope, social neighborhoods stand out as a logo for social housing or social support for housing, materialized as public support for access to decent living conditions. Relocated to peripheral and architecturally delimited areas, far from the city's functional circuit, its aspirations and social progress, its residents fall into categories, recurrently faced with mental barriers that insist on the criminalization of poverty. Supported by the conceptual contribution of authors such as Marc Augé, Howard Becker, Loïc Wacquant and Sandro Mezzadra, this work explores marginality as a field of problematization at conceptual, relational and spatial levels, applied to a territory – the Social Neighborhoods of Braga –, relating negative social imputation and the economic, social and cultural capital of the populations that inhabit them. Having the History of the Present Time as a chronological substrate, different research methodologies are used that seek marginalities within the sociopolitical contexts of the genesis and evolution of social neighborhoods, in the sociodemographic characterization of their residents and in the echoes of social communication, as well as highlighting the identity path and individual and collective memory of their communities combined with their cultural representations, through the use of oral history, investigating daily experiences, strategies and inclusive projects in which they are involved and some of the challenges and difficulties they face daily within and among their neighborhood and the city where they are located.

Keywords: Social Neighborhoods, Braga, Urban space, Marginalities

Índice

Lista de Abreviaturas	1
Introdução.....	4
1. Estado da Arte.....	15
2. Metodologias de investigação: os bairros sociais de Braga em análise	30
3. A habitação social em Portugal: génese e implantação dos bairros sociais à luz da legislação nacional e local	36
3.1. Do século XIX à 1ª República: a habitação entre a condignidade e a acessibilidade – os primeiros bairros sociais	36
3.2. A habitação social no período da Ditadura Militar e no regime do Estado Novo: diversificação e experimentação de respostas na subordinação à ideologia político-institucional.....	43
3.3. Os bairros sociais como ícone de habitação social no período pós-25 de Abril de 1974: das soluções coparticipativas aos grandes programas de realojamento	51
3.4. Enquadramento da evolução político-institucional dos apoios sociais à habitação no período de 2000-2022: da construção à reabilitação urbana, da casa ao habitat.....	62
3.5. Percursos de evolução conceptual e de resposta habitacional: dos bairros sociais à habitação a custos controlados e aos apoios sociais à habitação	75
4. A habitação social na cidade de Braga: génese e evolução dos seus bairros sociais.....	77
4.1. Expansão urbana e pressão demográfica: definição de territórios habitacionais	78
4.2. Os bairros sociais de Braga: contextos e características da sua implementação no acesso à habitação condigna.....	82
4.2.1. Bairro Social de Santa Tecla.....	84
4.2.2. Bairro Social das Enguardas.....	87
4.2.3. Bairro Social das Andorinhas.....	90
4.2.4. Bairro Social Ponte dos Falcões.....	93
4.2.5. Complexo Habitacional do Picoto	94

4.3. Enquadramento político-institucional dos bairros sociais de Braga (2000 a 2022)	98
5. Caracterização morfológico-estrutural dos bairros sociais em análise (2000-2022)	106
5.1 Contextualização política e socioeconómica das principais alterações físicas nos bairros sociais em análise	106
5.2. Descrição e evolução das organizações de cariz associativo e/ou com atividades de natureza diversa existentes nos bairros sociais em análise	116
6. Os bairros sociais de Braga nas suas representações de índole política, cultural e social	124
6.1. Projetos de cariz sociopedagógico, cívico e recreativo	126
6.2. Projetos de cariz sociocultural, desportivo e artístico	133
6.3. Iniciativas de cariz lúdico e popular.....	138
7. Os bairros sociais de Braga nos meios de comunicação social: análise de notícias publicadas nos jornais regionais <i>Diário do Minho</i> e <i>Correio do Minho</i> , <i>O Minho</i> e <i>Braga TV</i> , no jornal nacional <i>Jornal de Notícias</i> e da série de ficção <i>Braga</i>	140
8. Os bairros sociais de Braga pela voz dos seus moradores, dirigentes associativos e pelos atores da sua gestão político-institucional.....	159
8.1. Visão das Moradoras e do presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das Andorinhas.....	160
8.2. Visão de Daniel Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente	170
8.3. Visão das Moradoras e do presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas.....	177
8.4. Visão de Marta Ferreira, Diretora do Departamento dos Apoios Sociais da Empresa Municipal BragaHabit	188
Conclusão	202
Fontes, Webgrafia e Bibliografia	213
Apêndices	223
Apêndice 1. Guiões de Entrevista-Tipo.....	223

Lista de Abreviaturas

AAUM – Associação Académica da Universidade do Minho

ACCRU – Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística

AFB – Associação de Futebol de Braga

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ARU – Área de Reabilitação Urbana

BE – Bloco de Esquerda

BEI – Banco Europeu de Investimento

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CDH – Contratos de Desenvolvimento para Habitação

CDU – Coligação Democrática Unitária

CEB – Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa

CHE – Cooperativas de Habitação Económica

CMB – Câmara Municipal de Braga

ELH – Estratégia Local de Habitação

ENH – Estratégia Nacional para a Habitação

FAIH – Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

HCC – Habitações a Custos Controlados

IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INH – Instituto Nacional de Habitação

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBH – Lei de Bases da Habitação

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MAODR – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MAS – Mercado Social de Arrendamento

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

NRAU – Novo Regime do Arrendamento Urbano

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

ONU – Organização das Nações Unidas

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PAICD – Planos de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PCP – Partido Comunista Português

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEH – Plano Estratégico da Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PS – Partido Socialista

RADA – Regime de Apoio Direto ao Arrendamento

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

RRP – Regime de Residência Partilhada

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana

TUB – Transportes Urbanos de Braga

UEM – União Económica e Monetária

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

Introdução

Ser marginal é ser diferente. Se a diferença é consciente, se é consentida, assumida, desejada ou repudiada, se está impregnada nos comportamentos ou pensamentos, se é um rótulo atribuído a uma classe, grupo, comunidade, se é por ignorância, por desconfiança e medo, por dissonância com as regras que orientam a lei social, se é porque simplesmente não se encaixa nos estreitos limites da sociedade estatutária que espartilha condutas e caminhos a seguir, ela é estigmatizadora, é julgada e não autorizada, é relegada.

Como indivíduos únicos ou conjunto humano indistinto, as pessoas vão ocupando ou construindo lugares dos quais pretendem assimilação, reconhecimento e valorização. Na perseverante fita do tempo, a indelebilidade e a expressão destes espaços significantes são olhados como inseparáveis da integração humana. Apartados deles, é-lhes retirada a cabal participação na sociedade e são mentalmente associados e confinados ao desvio, à noção de percorrerem uma vereda de assimetria e de discordância com as normas sociais. Imposta a moldura do desviante, abre-se a brecha para a desconfiança e a segregação, onde as ações, as atitudes, os sentimentos e as decisões manifestadas retinam a influência das interligações, dependências e ressonâncias de um espaço social sujeito às representações e às narrativas construídas. Sem molde de encaixe, a antítese da conformidade descobre o vazio e a inadequação, a margem, o «não-lugar» de ausências e de passagens.

Indissociáveis, a regra e a marginalidade embrenham as suas expressões na discussão permanente sobre as fronteiras que as separam e sobre aquilo que as define. Por condicionantes de teor interno, mas também como resultado da exposição aos ecos e contactos próximos e longínquos, a reflexão sobre a mobilidade entre elas exige novas perspetivas de observação, a contemplação de contextos e configurações alternativas e a requisição de inusitados figurantes e protagonistas para o conhecimento mais aturado das causas e efeitos da imposição da diferenciação e para o estabelecimento de novas abordagens de intervenção.

A marginalidade como conceito pluraliza-se em marginalidades como expressões de distinção. Como se definem nos seus múltiplos desdobramentos, quem foi sequestrado nas suas categorias e atribuições, quais os contornos que foi construindo ou lhe foram apensados, e porque continuam castradoras da inclusão e nivelamento das sociedades? Assumindo uma postura de indagação, é na transversalidade dos desafios e da complementaridade de fontes de saber que se quebram estereótipos, que se ampliam os horizontes e se reavaliam os problemas, e onde os impedimentos são redimensionados, permitindo problematizar e desconstruir as ideias preconcebidas. Na abordagem às noções do «estrangeiro» e do «outro», que ocupam esse local banido do corpo social, é pleiteado o

antagonismo do binómio «dentro-fora», relacionando-o com a construção de uma história da identidade, de memória e de representação individual e coletiva, substratos do vínculo diacrónico entre o passado reconstruído e o futuro desejado.

Neste trabalho, as marginalidades são procuradas nos territórios da cidade, solo de repartição política e social, ordenada e segmentada, onde a elaboração e leitura do seu mapa assume uma crónica de domínio e de relegação. Na orla de latitudes e culturas, e em diferentes graus de perceção e aceitação, a cidade não isenta indivíduos ou causas e motivações de um espaço onde todos habitam e ao qual todos se submetem. Sob os imperativos da ordem e da acomodação, as suas populações e as suas edificações obedecem à subjugação e à compartimentação, disposições que assinalam a convenção e as suas margens. Entre elas, o contacto não é pacífico e estabelece-se por entre resistências e desistências, simbolizando a dicotomia entre a inclusão e a discriminação. Uma vez estigmatizado o indivíduo ou o seu coletivo na sociedade à qual pertence, a marca da separação, efetiva ou simbólica, pode eternizar-se por gerações, assinada na legislação, na memória coletiva ou na incapacidade real de a ultrapassar. Enformada em reproduções sucessivas, a atribuição é repassada e reconhecida por cada vez mais pessoas que, por ela, perpetuam a distância entre o «nós» e o «eles», até se tornarem jurisprudência a nível global.

Encarando a cidade como arquivo de marginalidades, a habitação surge como eixo primário de radicação do indivíduo ao seu espaço identitário, símbolo de hereditariedade territorial e cultural, mas também base de experimentação social e de suscetibilidade à imprevisibilidade e à transitoriedade. No passar dos séculos, ela comporta uma história de adaptação e reatribuição, orientada segundo preceitos e preconceitos que preenchem as páginas dos compêndios de geografia urbana. Sob leis, regulamentos e crivos de admissibilidade, os espaços de habitação são interpretados à medida da necessidade social, da vantagem económica ou da sustentabilidade territorial traçando, intencional ou passivamente, limites de acesso e de apropriação.

Na sua alçada, os bairros sociais sobressaem como logótipo de habitação social ou dos apoios sociais à habitação. Designação sintática variável ao longo do tempo, nela se materializam como apoio público no acesso a condições condignas de habitabilidade. Remetidos a áreas periférica e arquitetonicamente delimitadas, distantes do circuito funcional da cidade, das suas aspirações e do progresso social, os seus moradores passam a constar de categorias e de modalidades, recorrentemente deparados com barreiras mentais que insistem na criminalização da pobreza, na associação que lhes é feita à violência e aos comportamentos aditivos e com apreciações e condutas de carácter racista ou xenófobo. Um chão de marginalidades, os bairros sociais encontram-se no equilíbrio precário entre a

rejeição e a aceitação, confinados à relação dialógica entre a imputação social negativa que lhes é feita e as vulnerabilidades a nível social, cultural, educacional e económico das populações que neles habitam. Deste modo estabelecidos, os bairros sociais podem interligar-se com o conceito de «não-lugar», locais sem conexão afetiva a um espaço ancestralmente compensatório, onde está já implícito e inerente o desvio à norma, por razões de exoneração das posições sociais ocupadas pela sobrança cidade.

Na vigilância panóptica que os encerra e restringidos pelas restrições financeiras e sociais, os seus moradores podem revelar-se imóveis ou serem avistados na inquietude de não lhes ser sonogado o direito emancipatório de evasão do «não-lugar». Migrantes, os moradores dos bairros sociais acham-se na rota da incessante busca de reconhecimento, integração e de validação comunitária, afastando-se da penumbra do preconceito e viabilizando a contiguidade relacional, compreendidos e combatidos os comportamentos discriminatórios e ultrapassadas as discrepâncias vivenciais na cidade.

Investigando e interrogando a informação contida em diferentes fontes e registos oficiais que dizem respeito e estruturam a evolução do conceito habitacional, do seu edificado e da sua relevância como paisagem de marginalidades, a História do Tempo Presente, substrato cronológico deste estudo, permite acrescentar aos dados recolhidos a história hoje vivida e testemunhada pelos agentes que integram os bairros sociais e, através dela, fazer uma aproximação à sua visão e percepção, elementos insubstituíveis que são na compreensão aturada da multidimensionalidade inscrita nestes espaços habitacionais. Assim, na elaboração deste trabalho, são convocadas diferentes metodologias de análise que procuram descobrir as várias feições das marginalidades entretecidas nos bairros sociais, reveladas à medida que são desbravadas as interseções e as relatividades que perpassam, explícita ou implicitamente, dos documentos e depoimentos pessoais, completando ou suscitando omissões que, na ausência e na parcialidade, também produzem informação. O seu manuseamento exige a responsabilidade de reconhecer a sua subjetividade e, nesta, a sua complexa teia informativa. É também intenção deste estudo discutir a integração como elemento transversal à possibilidade do desmoronamento simbólico dos muros erguidos aos bairros sociais, numa visão pluridimensional que equaciona a intervenção e o debate entre pessoas e instituições sociais: os meios de comunicação social, a arte e a cultura, a investigação científica, o urbanismo e as políticas sociais.

Deste modo contextualizada, a presente investigação pretende descobrir e explorar as expressões de marginalidade situadas nos bairros sociais da cidade de Braga atualmente sob a gestão da empresa municipal BragaHabit, designadamente o Bairro Social de Santa Tecla, o Bairro Social das Enguardas, o Bairro Social das Andorinhas, o Bairro Social Ponte dos Falcões e o Complexo Habitacional do Picoto, no

período compreendido entre 2000 e 2022. Neste enquadramento, este estudo tem os seguintes objetivos:

1. Refletir sobre os conceitos de «não-lugar», desvio à norma, relegação e segregação, como elementos de delimitação de comportamentos e relações de carácter discriminatório, assim como pensar as noções de «estrangeiro», de «outro», das dialéticas «dentro-fora» e «nós-eles», na aproximação à ideia de institucionalização associada ao bairro social, equacionando-os como causa ou inibição da conflituosidade e/ou da solidariedade grupal, refletindo ainda sobre o «direito à fuga»;

2. Explorar o bairro social como resposta política e social de acesso à condignidade habitacional, dentro do percurso complexo e mutável da história da habitação social em Portugal, entre o século XIX e a atualidade, onde a sua génese e evolução responderam a sucessivos e diversos contextos sociais, culturais e político-institucionais, que envolveram diferentes atores e instituições, assim como compreender a sua evolução concetual;

3. Localizar a história dos bairros sociais dentro de uma cidade – Braga – como solução habitacional para o realojamento de populações em condições precárias de habitabilidade, nomeadamente para alojar populações pertencentes a comunidades de etnia cigana que ocupavam barracas no perímetro da cidade, percebendo os percursos da expansão urbana da cidade e os contextos político-institucionais que definiram a sua localização e implantação;

4. Pensar a orgânica social dos bairros sociais, dentro de uma perspetiva histórica, como substrato de fronteiras físicas e mentais que limitam grupos e indivíduos: legislação estatal e municipal; ascendentes socioeconómicos ligados à reprodução e criminalização da pobreza; desenvolvimento de dinâmicas de rejeição/aceitação e presença de comportamentos relacionados com o racismo e a xenofobia, quer entre a cidade e as populações que os habitam, quer na espacialidade dos bairros sociais;

5. Conhecer e caracterizar os cinco bairros sociais de Braga, assim como os seus percursos evolutivos, pesquisando as alterações morfológico-estruturais no seu interior, nomeadamente relacionadas com o seu edificado, equipamentos, espaços envolventes e organizações presentes ou com ação incidente nos bairros, de carácter associativo ou de natureza diversa, equacionando-as como etapas passíveis de estabelecer soluções de reequilíbrio vivencial no interior dos bairros sociais e destes com a cidade;

6. Indagar as representações culturais de cada bairro como traço da sua idiossincrasia, procurando os projetos e iniciativas de cariz sociopedagógico, cívico, cultural, desportivo, artístico e recreativo desenvolvidos em cada um, por intervenção de atores e entidades diversificadas, fruto da

conjugação de um património de identidade e de memória com os objetivos de integração urbana e de inclusão social;

7. Procurar os ecos dos bairros sociais na comunicação social, como forma de tentar entender como os episódios que decorrem nestes espaços habitacionais, e com as suas populações, são vistos e transmitidos à restante cidade, verificando a incidência temporal e temática das notícias construídas, assim como analisando o discurso nelas utilizado, descobrindo as marginalidades por entre a assunção de narrativas e de ideias preconcebidas e/ou rótulos articulados às linguagens, imagens e recursos estilísticos usados, recorrendo para isso a jornais de abrangência local e nacional, assim como a um programa de ficção filmado num dos bairros sociais da cidade;

8. Estudar o domínio das marginalidades dentro dos bairros sociais de Braga pela voz de quem neles habita ou deles se ocupa profissional ou politicamente, através de testemunhos pessoais que contam histórias de vida, individuais e coletivas, que redimensionam e acrescentam perspetivas de observação e análise às perceções, às emoções, às vivências e às dinâmicas intra-bairro e entre o bairro e a cidade, ausentes ou ocultados de outras fontes de informação.

Com estes focos de investigação, o estudo articula-se em oito capítulos que procuram, em complementaridade, identificar, conhecer e compreender os contornos das marginalidades nos bairros sociais de Braga, entendendo-os como produto de um percurso histórico que aliou a segregação territorial à relegação de populações de marcada vulnerabilidade socioeconómica, onde se esboçaram limites e separações dentro dos próprios bairros e entre estes e a restante cidade, mas onde se discute, por entre projetos, debates e intervenções cívicas e políticas, a integração das suas populações como alternativa expectável e possível.

Assim, através da contribuição concetual de autores como Marc Augé, Howard Becker, Loïc Wacquant e Sandro Mezzadra, as marginalidades e os bairros sociais são aqui observados e explorados como conceções articuladas por liames de génese identitária e de retribuição racional e afetiva, sendo pesquisados como espaços de vulnerabilidade social e económica alvo de segregação e de alteridade, mas por onde se abrem fendas de sobrevivência e de fuga aos seus ocupantes. Como sítios que pretendem a designação de lugares, os bairros sociais são debatidos como documento inscrito na plasticidade do arquivo urbano de marginalidades, mas também como campo de latente aproximação social, onde as injunções e os constrangimentos disputam os seus alicerces com a vontade e o direito de os questionar e contrariar.

Através de uma contextualização político-institucional ao longo da Época Contemporânea e do Tempo Presente em Portugal, são estudadas as medidas de apoio à habitação implantadas para socorrer

as populações mais carenciadas que acorriam em vagas ininterruptas ao trabalho remunerado nos centros urbanos, investigando as razões que levaram as cidades e os seus líderes a escolher determinadas geografias urbanas e particulares soluções arquitetónicas para responder à impreterível necessidade de as alojar. Da Monarquia à I República, do período da Ditadura Militar e do Estado Novo aos tempos da democracia após a Revolução do 25 de Abril de 1974, a habitação social é examinada como peão político, estratégia social e objeto de exigência popular, assim como são explorados os caminhos labirínticos percorridos e revisitados que a consagraram em diferentes regimes habitacionais, instituídos por órgãos públicos, privados e cooperativos. Particularizando o caso dos bairros sociais, estes são observados quanto à sua planificação, tipologia, localização territorial e temporal, fruto de legislação deliberadamente produzida para a dotação de condignidade na habitação, assim como para o combate à propagação imparável de bairros de construção ilegal nas cidades. Estabelecidas as condições de afetação habitacional, os bairros sociais foram particularmente notados como espaços redundantes de fragilidade socioeconómica, étnica e cultural, menosprezados que foram os percursos e as características socioculturais de populações diversas, aglomeradas em prédios densamente povoados, em áreas socialmente desamparadas.

Colocando o âmago da pesquisa na cidade de Braga, esta é estudada na sua trajetória de expansão urbana, realçando nela as áreas reservadas para a implantação habitacional e aquelas que foram utilizadas para a incubação dos seus bairros sociais. Estabelecendo-se para responder à persistente implantação de barracas na cidade, fornecendo condições de habitabilidade à expressiva comunidade de etnia cigana que nelas permanecia, também pretenderam restabelecer as condições de salubridade e de adequabilidade habitacional a diferentes populações espalhadas na sua extensão urbana. Com roteiros singulares, e trabalhados nas dimensões cronológica, espacial, infraestrutural, sociodemográfica e cultural, assim como sondados os seus ecos na comunicação social, a auscultação aos bairros permite revelá-los como essência biológica que transpõe a barreira formal do seu papel enquanto resposta político-social ao problema do acesso à habitação condigna.

Para a realização deste levantamento documental, na diacronia dos séculos XX e XXI, foi utilizada bibliografia de suporte histórico contextual, obras, artigos, comunicações e estudos sobre os apoios sociais à habitação e sobre a constituição e evolução dos bairros sociais a nível nacional e na cidade de Braga, assim como foram consultadas fontes legislativas de enquadramento político e institucional e informação disponibilizada em canais oficiais de comunicação digital.

Se idealizados perante um diagrama urbano concetual semelhante, cada bairro social encontra, na miríade de construções e disposições organizativas do seu território, a sua identidade estrutural única.

Incorporando frações habitacionais e outras destinadas a sedes associativas e locais de diligências intracomunitárias, o espaço público pode ainda ser partilhado com equipamentos e instalações de usufruto coletivo e espaços recreativos, pedagógicos e desportivos. No período de 2000-2022, principal arco cronológico abrangido neste estudo, os bairros sociais são explorados como campo de intervenções morfológico-estruturais que alteraram ou mantiveram, em graus de abrangência variáveis, a caracterização material, estética e arquitetónica dos bairros, assim como o trajeto formal das suas estruturas organizacionais e associativas. As obras de reparação, requalificação e adaptação foram realizadas de acordo com as vicissitudes das conjunturas sociais, sanitárias e económicas, produto de financiamentos e vontades diversas, assim como a evolução dos corpos sociais foi sofrendo alterações a nível da constituição, dos objetivos, da disponibilização de serviços e da definição dos públicos beneficiários das suas atividades. Recorrendo a documentos oficiais, relatórios e planos de atividade plurianuais realizadas por e para a autarquia e a empresa municipal BragaHabit, estes são cronologicamente dissecados e analisados nos projetos e obras que foram realizados e naqueles que estão ainda em fase de implementação ou de planeamento.

Dado que cada bairro detém especificidades culturais distintas, uma sensibilidade e um temperamento que são inerentes às suas populações e ao percurso demográfico e social que percorreram, torna-se essencial compreender as suas peculiaridades, exigências e necessidades para um entendimento mais profundo das suas mundividências. Neste sentido, foram estudados os projetos e as iniciativas de índole sociocultural, pedagógico e recreativo e as ações de sensibilização e de divulgação reivindicados ou propostos aos moradores dos diferentes bairros sociais, desenvolvidos e talhados à medida das suscetibilidades, precisões e privações detetadas, assim como aqueles coniventes com a regeneração física dos seus edifícios, qualificando-os material e humanamente, tornando tangível a sua transformação. Com intervenção no espaço do bairro, alargados ou pontuados no tempo, resultado de parcerias e cooperação de entidades de natureza diversa, públicas e privadas, e beneficiando da avaliação e perspetiva de múltiplos interlocutores nacionais e estrangeiros, os programas estabelecidos intentam a autonomização e a inclusão social dos seus moradores, providenciando as ferramentas para uma mais ativa, consciente e constante participação urbana.

A arte alia-se à emancipação social como instrumento que potencia um outro olhar sobre o espaço envolvente, permitindo a redescoberta e a conceção de novas possibilidades, criando alternativas de empoderamento face à inércia e insipidez das rotinas quotidianas e perante a severidade das limitações económicas e sociais. São assim também perscrutadas as manifestações artísticas levadas a cabo dentro

dos bairros, processos coparticipativos que lhes trouxeram novos públicos e uma atratividade adicional, permitindo, ao mesmo tempo, a revitalização e usufruto melhorado de algumas das suas infraestruturas.

Por sua vez, o património histórico e cultural herdado e trazido pelos moradores aos bairros é apresentado e honrado em comemorações e eventos festivos que reproduzem identidades coletivas e fomentam o fortalecimento de laços sociais e afetivos no seu interior. Identificadas, estas celebrações são percebidas no contexto do seu bairro, dotando-o de personalidade própria.

Analisando as fichas de candidatura ao financiamento dos projetos, assim como a informação respeitante ao enquadramento legal e requisitos justificativos à sua aprovação, e conhecendo a descrição das atividades compreendidas no âmbito de cada um deles, o grau de implementação e alguns dos resultados obtidos, foi possível adentrar e conhecer quais e como estes programas impactaram e revolucionaram as dinâmicas intra-bairro, e como redimensionaram as hipóteses participativas, o reconhecimento pessoal e uma mais sustentada integração na cidade onde são residentes.

O entrosamento de gentes e atividades nos bairros torna-se acessível ao público mais vasto da cidade por intermédio de redes de comunicação urbana que, muitas vezes, mutilam e deturpam a informação veiculada. Nos meios de comunicação social, os acontecimentos, ocorrências e manifestações desenroladas no quadro existencial do bairro são transmitidos aos seus recetores assumindo uma posição de idoneidade, factualidade e de isenção. Contudo, explorando a influência das representações e dos preconceitos adstritos aos bairros sociais que se desprende das narrativas mediáticas, é pertinente analisar a composição linguística e lexical contida no seu discurso. Neste procedimento pretende-se entender como a relegação de indivíduos a espaços marginais pode já estar imbuída de um conjunto de prejulgamentos coletivos resultantes de palavras, imagens e representações pré-tipificadas na lógica de ordenamento social e espacial das comunidades. Estas funcionam como mecanismos automáticos de marginalização. Pela observação dos conteúdos, grau de reiteração temática e análise do discurso, são examinadas notícias sobre os bairros sociais de Braga, levadas ao público por jornais locais e regionais, numa escolha que se baseou na relevância da proximidade. Foram selecionadas, como fontes hemerográficas, o *Diário do Minho*, o *Correio do Minho* e o *Jornal de Notícias*, disponibilizados em formato físico e digital, e os jornais *O Minho* e *Braga TV*, de acesso digital exclusivo. Como cenário de exploração de problemáticas sociais ou requisitando estereótipos e personagens-tipo em argumentos de ficção, os bairros sociais e as suas populações são também trazidos a audiências generalizadas através de programas audiovisuais de foro documental ou de entretenimento. Estes transportam matérias e premissas de observação empírica, podendo tornar-se veículo de informação e consciencialização coletiva ou, involuntariamente, revelar-se promotores de maior arreigamento às

conotações pejorativas que lhes são atribuídas. Neste propósito foi analisada a série televisiva Braga, que integra personagens e atores pertencentes à comunidade cigana, e onde parte das filmagens foi realizada no Bairro Social das Enguardas. Nela são abordadas e exploradas as atitudes de xenofobia e de discriminação socio-territorial assacada à comunidade cigana, confrontando comportamentos e percepções mútuas entre esta e o resto da cidade.

Visto como agregador homogeneizante de pessoas, às quais é retirada a subjetividade e a autonomia, é fundamental abarcar o bairro social como plataforma de inter-relações e de projeções, resultado das encruzilhadas e das derivações das histórias individuais de vida com os quadros normativos e punitivos da sociedade em que elas se desenrolam. Cada indivíduo olha para a sentença de permanência no bairro e toma a decisão de a incorporar ou de a rejeitar, tornando-a um evento mais ou menos dilatado no tempo, mais ou menos intrusivo e significativo na avaliação que faz do seu percurso de vida. De fora para dentro, as entrevistas realizadas a alguns moradores revelam fragmentos deste mundo particular, inquiridos que foram sobre o seu caminho individual até e dentro do bairro social, e sobre a opinião que têm sobre a trajetória simbólica, física e sociocultural que este evidenciou ao longo dos anos. Foi também apurada a afinidade emocional que têm ao bairro enquanto seus moradores e como entendem a relação que este estabelece com os demais habitantes da cidade.

Parte do seu âmbito de trabalho, os gestores dos bairros sociais observam-nos sob uma perspetiva e experiência pessoais, revelando os contornos e as motivações que orientam as suas tarefas quotidianas, assim como as dificuldades que carregam e os reptos de ação que encaram.

Com recurso à metodologia da história oral, foi assim feita a recolha dos testemunhos pessoais de moradores do Bairro Social das Enguardas e do Bairro Social das Andorinhas e ainda do Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente e da Diretora do Departamento dos Apoios Sociais da Empresa Municipal BragaHabit. Para o efeito foi utilizado um guião de entrevista-tipo (Apêndice 1). As informações recolhidas foram aplicadas tanto ao estudo particularizado das experiências em cada bairro como na análise comparativa de experiências entre bairros, onde foram trabalhados, entre outros, os seguintes aspetos: i) hierarquização e valorização dos pontos abordados com os participantes, assim como a identificação das reações de voluntarismo ou inibição nas respostas dadas; ii) dicotomias de pensamento e ação perante diferentes grupos coabitantes, o juízo feito sobre os movimentos associativos e sobre o saldo da sua atividade, a crítica ao papel exercido pelos intervenientes da gestão municipal e o parecer acerca da participação exterior no bairro; iii) verificação de vetores de convergência, particularidades motivacionais, dinâmicas intrínsecas à localização do bairro e à sua relação com a cidade; iv) aferição

de aspirações, objetivos e comportamentos exteriorizados em diferentes momentos ao longo do tempo de residência no bairro.

Um dos focos de análise estará localizado nas memórias produzidas num cenário retrospectivo, com o intuito de avaliar o impacto sentido nas suas vidas quotidianas ao saber-se morador num bairro social, um espaço ao qual estão consubstanciadas várias ideias preconcebidas e qualificado como zona especial de observação social. Será dada relevância aos ascendentes dos familiares dos atuais moradores, os motivos da sua alocação ao bairro e como confrontam as expectativas tidas no momento da vinda para o bairro com a situação que foram experimentando ao longo do tempo e que transmitiram, ou não, à sua descendência. Noutra vertente, e numa visão prospetiva, procurar-se-á identificar o equacionamento de possíveis vias de escapatória ao bairro, questionando-se os moradores acerca de práticas, ferramentas ou projetos que planeiem encetar com vista a distanciarem-se, física ou mentalmente, temporária ou definitivamente, das suas fronteiras. Na subsidiariedade à análise multifatorial aos bairros sociais de Braga, a história oral permite uma importante achega ao universo contido em cada um dos bairros estudados, munindo-os de heterogeneidade e de voz.

O número de entrevistas e o método pelo qual os participantes foram selecionados partiu, no caso dos moradores dos bairros sociais, do estabelecimento de contacto telefónico com os dirigentes associativos, os quais, após a sua entrevista, propuseram outros moradores que, indicando vontade e disponibilidade, concederam na realização de entrevistas próprias. Estas tiveram lugar nos bairros respetivos, no interior das sedes associativas ou nos espaços sociais adjacentes. No caso dos dois dirigentes de gestão dos bairros, os contactos foram realizados por correio eletrónico, agendados e realizados nos seus locais de trabalho. As entrevistas foram objeto de gravação áudio, sob consentimento dos intervenientes.

Na sistematização dos resultados provindos das diferentes metodologias aplicadas ao objeto de estudo, utilizando uma análise quantitativa, mas sobretudo qualitativa, procura-se descobrir os bairros sociais como configurações urbanas capturadas pelas marginalidades, tentando identificar e localizar temporalmente, nos bairros sociais de Braga, as suas causas, os seus reflexos e as suas reverberações. Conhecendo-as e confrontando-as com as representações e narrativas associadas aos bairros sociais, é pelas diferentes formas de luta neles e para eles estabelecidas que se desvanecem a relegação e a discriminação. Sem um final já escrito, a História do Tempo Presente permite ver os bairros sociais à luz dos pensamentos, ações e decisões do dia de hoje, contemplando aqueles que foram estabelecidos no passado e dos quais se observam já os seus efeitos. É nesta equação de continuidade que se assume o estudo dos bairros sociais de Braga onde, pela aquisição de mais conhecimento, se possa promover o

debate alargado sobre o seu papel habitacional, social e urbanístico, procurando o seu significado enquanto elemento móvel que oscila entre o «lugar» e o «não-lugar» na história da habitação e das marginalidades.

1. Estado da Arte

A marginalidade compreende-se como conceito plural e multidimensional, esboçada pela convergência de noções e representações que lhe conferem uma transversalidade temporal e espacial. Envolvendo diferentes atores e conjunturas, que lhe atribuem espessura e tangibilidade, reflete-se no predomínio social de um mito de superação. Decantada de múltiplos contextos e motivações, que arredam as pessoas para posições de lateralidade, isolamento ou secundarização, a marginalidade torna irrealizável o sincretismo de modos de pensar, sentir e agir, quer no conjunto da sociedade, como dentro do próprio perímetro da exclusão. Em espaços delimitados, estéreis de acomodação e alicerçamento e sem lugar à ancestralidade e às estórias, infrutífero em permitir a projeção de ambições e a concretização de sonhos e vontades, a marginalidade constitui-se como conteúdo de «não-lugares», inscritos na exiguidade relacional e afetiva: “se um lugar pode definir-se como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. [...] não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a «lugares de memória» ocupam aí um lugar circunscrito e específico”. Sem correspondência com o usufruto significativo do espaço e recusada a assimilação, é “um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (Augé, 2012, pp.73-74).

Eminentemente social, o ser humano reconhece-se no estabelecimento de relações mais ou menos duradouras e intensas com o espaço geográfico que ocupa e com os indivíduos que com ele coabitam e coexistem. Na correspondência com o ambiente, a familiaridade e o ascendente dos vínculos interpessoais, cada indivíduo constrói uma personalidade e desenvolve bases de sustentação para delinear um percurso, expectativas, aspirações e objetivos. Estes, efêmeros ou cimentados em certezas provisórias, levam-no a encetar projetos, a criar esperanças, a construir raízes de afetividade e interdependência com os demais, numa dialética de permanente construção e comunicação entre o indivíduo e o contexto em que se insere. Este não é, porém, um caminho de sentido único; e se parte do todo social segue uma formatação relativamente aceite e estruturada de degraus consecutivos para alcançar a realização pessoal e a validação comunitária, outros há que seguem ou são levados para toponímias de rejeição, afastados da estrada pré-estabelecida ou conquistada da aceitação e identificação, aprisionados no encadeamento intolerante da fragilidade e da vulnerabilidade. Estes «não-lugares» inorgânicos invalidam a integração, a observância do coletivo e, sobretudo, definem espaços isolados espacial e mentalmente, criando limites que inviabilizam a circulação livre.

Tornados iguais por um rótulo, a desigualdade surge por entre bilhetes de identidade que se esbatem na chegada ao «não-lugar» – com fronteiras porosas na entrada mas compactas na saída – e

na célere associação ao desvio e à desconformidade, reificação carimbada pelas percepções comungadas entre os que estão «fora» perante os que estão «dentro», sancionando a sentença e o consentimento na discriminação. «Não-lugares» estes que se encontram nas bermas da normatividade, margens que rodeiam, incessante e insistentemente, o corpo social, mas que nunca o corporizam verdadeiramente, apenas o observam de largo, sem nunca alcançarem o seu núcleo. Na sua materialização inscrevem-se as situações e autores que até ali eram parte cinzenta e inóspita da sociedade, etiquetados e circunscritos à arrumação conceptual e racionalizada dos comportamentos, coartando-os a um sítio específico. Se os seus ocupantes os reclamam, fazem-no sob o peso da condescendência ou deliberação externa, logo conotados com o estigma do «estrangeiro», do diferente, daquele que enveredou pelo desvio à norma.

O traço abstrato separa os marginais. Mas quem são? Porque o são? Correspondem àqueles que se desviam da dita conformidade, da pretensa normalidade? São aqueles que desafiam, escapam ou são empurrados para fora das normas criadas pela comunidade, sejam estas consensuais ou coercivamente impostas? Que se distanciam das regras uniformemente estabelecidas e obedecidas pelo grupo no sentido de uma convivência que se tentará pacífica e organizada, dentro da civilidade e da lei? De acordo com Becker (2008), “venho usando o termo «outsiders» para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros «normais do grupo»” (p.27). Esmiuçando o termo «outsider», como se poderá configurar nas suas balizas operacionais? Se se levar em conta a definição de Becker, será aquele que não segue as regras sociais, definidas como “situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como «certas» e proibindo outras como «erradas». Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um «outsider»” (p.15). No entanto, muito cabe no espectro do que é considerado desvio, sendo particularmente pertinente pensar que, se as regras são originadas no meio social, haverá sempre ambiguidade na delimitação desse comportamento, tanta quantas as definições, os julgamentos e as opiniões que sejam emanados, assim como a influência dos contextos sociais o permitam. Produto da interseção essencial do indivíduo com o espaço e com as pessoas que o vivem, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um «infrator». O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 2008, p.22). Sob esta ótica, ninguém se situa nas margens do desvio porque este lhe é intrínseco ou porque existem características inerentes individuais ou grupais para o fazer. Daqui também se depreende que é ténue e volúvel a linha de definição de marginal ou de

desviante à norma – assumindo-se aqui como tendencialmente sinónimos –, permeável que é ao tempo e às influências socioeconómicas das sociedades, aos episódios de competitividade ou de culpabilização, à necessidade de apartação ou de responsabilização e justificação social pelos índices menos favoráveis em categorias económicas, culturais e sociais. Reivindicadas as razões de inserção e catalogação de indivíduos como marginais, tanto por parte de órgãos de poder e soberania como por triangulações locais de acusação, diferenciação e rejeição, a transversalidade da recusa perpassa no discurso, nos comportamentos e na abordagem que lhes é dirigida. Alvo da atribuição, fortuita ou intencional, de epítetos que segregam, são remetidos para a fronteira entre o socializado e o não-social.

Segundo Augé, este é o tempo da supermodernidade, que se agarra mas se distingue da modernidade contemporizadora de momentos de valorização e otimismo; nesta, a volatilidade das relações e assunções promove a produção de incontáveis e sucessivos «não-lugares», onde o assoberbamento de informação e palcos de ação se remodelam e readaptam vertiginosamente, incapacitando o estabelecimento de relações em profundidade e descolorindo as perspetivas de um futuro enraizado e produtor de apego e solidariedade coletivos. Estando em construção, e à mercê de influências ainda desconhecidas, o tempo será testemunha da evolução das relações e das consequências que delas poderão advir para a topografia das comunidades sociais. Mas poder-se-á contemplar a ideia de que se manterá constante a criação e aplicação de regras, e que estas terão sempre um carácter mais ou menos deletério no fracionamento de categorias e estados dentro da sociedade: “é suficiente observar que as pessoas estão sempre, de facto, impondo as suas regras a outras, aplicando-as mais ou menos contra a vontade e sem o consentimento desses outros” (Becker, 2008, p.29).

A substância e fundamentos da marginalidade são vastos e de natureza variada. Se não são definidos como independentes de causalidades externas, são desenhados pelas adversidades quotidianas e pelo peso das heranças e restrições culturais e socioeconómicas. Ameaçados pela expulsão, os marginais partilham a sua biografia com a xenofobia e o racismo, assoberbados por ciclos geracionais de carência e vulnerabilidade, sempre marcados por limitadas capacidades de integração educacional e laboral. Subordinados a categorias grupais negativas, o comportamento e a moral dos indivíduos marginalizados são apresentados como justificação das ideias sociais punitivas e excludentes. Desta forma, as dificuldades de competir em pé de igualdade com os restantes indivíduos invalidam a convergência com a inclusão e a desconstrução das fronteiras.

A pobreza, fonte e consequência da marginalidade, ostenta o selo da segregação, é substância palpável no que concerne à catalogação de grupos ao longo da História, teatro de incontáveis embates

sociológicos e legislativos, mas também de modos de pensar e sentir. Amalgamando a heterogeneidade de situações e indivíduos que nela ancoraram gerações de silhuetas indefinidas e preteridas, a pobreza foi e continua a ser o grande nevoeiro que opacifica as expectativas sociais e de integração no conjunto maior das populações. Por ela se movimentam as pessoas, tornando intermitentes as estadias e efémeras as vontades, migram por algo melhor, levam consigo a frustração e a férrea vontade. A migração traz o outro, o desconhecido, aquele que busca algo dentro do nosso. Os pronomes possessivos são amarras que impedem a solidariedade e a compreensão, delimitam as fronteiras dos territórios espaciais e pessoais, mas ironicamente, “muita da raiva contra a imigração é alimentada pelo medo de um futuro imaginado e não por um descontentamento para com uma realidade vivida” (Mounk, 2018, p.177). Os migrantes, tornados numa densa mole humana uma vez dissolvidas as singularidades e filtradas as etnias e as nacionalidades, são encarados com receio, catalogados e empurrados para a margem.

Nas causalidades e repercussões, o espaço urbano continua e é, cada vez mais, sede de marginalidades. Sorvedouro de recursos económicos, políticos e sociais, é na incapacidade de uma gestão equidistante entre a proficuidade do território e a provisão e capacitação suficiente aos seus cidadãos, que se geram espaços de diferença, de desequilíbrio e de demarcação social. Reiteradas no tempo, as linhas descontínuas de separação veem cada vez mais nítida a fusão entre elas, quer porque os espaços ficam cada vez mais emparedados em preconceito e degradação material, quer porque camadas de memória são abafadas perante as reconstruções e a transformação e opacificação de lugares identitários. Consubstanciada a cidade como circunscrição de segregação, importa conhecê-la nas suas múltiplas dimensões e representações.

Conceito imbuído de tão infindas atribuições, a cidade desenha-se pela convocatória de várias disciplinas que a tentam conhecer, interpretar e desvendar as suas origens, evoluções e dimensões. “Uma vez implantada a cidade num terreno propício, implantação ou fundação que na antiguidade tinha um carácter litúrgico e equivalia a transformar o novo solo em *terra patrum*, pátria, a natureza humana vai traçando as linhas da nova estrutura, através de um processo vital de que faz parte uma acumulação de costumes, tradições, sentimentos, atitudes” (Chueca Goitia, 1982, p.28). Na reciprocidade contextual com os seus habitantes, assumiu ao longo do tempo diferentes definições e particularidades. Um conjunto de cidadãos ou um tabuleiro de xadrez social onde se debatem os assuntos comerciais, culturais ou políticos, a cidade compreende-se como um espaço domado e conquistado à bonança ou à severidade da natureza, intencionalmente construído e protegido no resguardo de fronteiras muralhadas ou codificadas na cartografia oficial, delineado e transformado de acordo com princípios e regras sociais e

religiosas, rasgado, fraturado e readaptado, em constante mudança na procura de respostas à voracidade do progresso e da evolução. Num contexto próprio e único, resultado do cruzamento de variantes geológicas, climatéricas e topográficas com a ocupação efémera ou continuada de uma ou várias populações, desenvolve-se numa região, num país, num espaço geográfico maior que lhe dá identidade e cultura, que lhe fornece caminhos de entrada e saída e onde é passagem e recetora de sabedoria e gentes, adaptando-se continuamente às exigências que lhe são colocadas.

No seu interior, organiza-se e desdobra-se em áreas e funções, preenche-se entre a profissão e o lazer, entre o oficial e o popular. Podendo ser criadas de raiz ou produto de uma aglomeração expandida de um núcleo ancestral, as cidades apresentam um ordenamento, uma estrutura urbanística mais ou menos complexa, planeada ou reajustada, e uma toponímia que abriga a sua diacronia, que enaltece a sua história e marca a assiduidade da mudança. As paisagens urbanas modelam-se no confronto entre necessidade e memória, testemunhas indeléveis da organização, dedicação e pensamentos do passado. Rastos estes que são recuperados pelo labor interdisciplinar de quem se dedica a perceber as suas linhas de avanço através do questionamento de pergaminhos e de fontes diversas que dão indícios possíveis para a sua reconstituição. A justaposição do novo com o antigo alberga novas ideias e inquietudes, acrescenta ao existente ou destrói parcelas, convive amigável e frutiferamente ou opõe-se obstinadamente às ideias de progresso e de modernidade. No confronto entre o que foi e o que é, interligam-se as experiências e conseqüências, esperanças e desejos, mesclados num percurso contínuo, mas sempre diferente a cada dia que passa.

O espaço da cidade constitui-se assim como palco privilegiado de assunções e de atribuições, impregnada que está, desde a sua génese e ao longo da sua evolução material, por orientações de carácter organizacional e normativo. A delimitação espacial do seu território carrega em si formas de exercício de poder que impõem aos seus habitantes a formalização da adequação a estes espaços, uma autoridade que é imposta sobre a ocupação e usufruto da cidade. A legitimação da diferenciação no espaço urbano integra, contudo, a construção de noções e de argumentos suficientemente válidos para credibilizarem as decisões emanadas, envolvidos que estão em representações e narrativas com raízes e desdobramentos profundos:

No âmbito do ordenamento urbano, a normalização abrange tentativas de estabelecer relações espaciais que vão estimular relações sociais e formas de comportamento que serão repetíveis, previsíveis e compatíveis com a taxonomia dos papéis sociais necessários. A normalização molda o comportamento humano e pode utilizar o espaço (bem como outros meios) para o fazer. A normalização é um projeto que é sempre, de forma explícita ou latente, contestado. Não é simplesmente imposto, tem de se infiltrar em todas as veias capilares da sociedade para ser efetivo. Tem de estar ligado a palavras e atos que modelam o quotidiano, e as representações do poder dominante que enquadram essas práticas moleculares do dia-a-dia. A normalização é um projeto indubitável de dominação, projeto esse que procura modelar os sujeitos da sociedade. [...] Justamente porque uma ordem urbana completa e inalterável é uma fantasia impossível de quem governa,

não pode ser imposta uma normalidade completa e total. A normalização terá sempre de lidar com desvios e exceções. (Stavrides, 2021, p.65)

Nesta estrutura regulamentária, as cidades estabelecem cânones e planos aos quais os seus membros, de alguma forma, acedem e percorrem, numa sucessão previsível e expectável de acontecimentos. Mas, invariavelmente, esta cadeia é distorcida, interrompida ou combatida. A integração da regra não se constitui como um comportamento ausente de dúvida ou deliberação, revestindo-se de resistência e oposição, enquadrada em segmentos populacionais que reivindicam a divergência, a flexibilização, e que questionam a própria estratificação planeada. Uma alteridade que pode representar episódios pontuais de contestação e confronto ativo ou movimentos civis e legais que continuamente assumem a disputa pela alteração dos moldes preconizados. Neste combate ideológico, político e social, definem-se lados opostos, linhas de racionalidade e emotividade que enlaçam a integração e a segregação. Opõem-se e confrontam-se num equilíbrio precário, mas inevitável, deduzido de condicionantes internas e pressões exteriores, que provocam a mobilidade entre a acomodação e a identificação e a rejeição e a exclusão.

Num quadro de simultaneidade da aceitação e da contestação, a cidade vê-se envolvida em processos contínuos de mobilização de recursos que assegurem a estabilidade e a resposta a múltiplos desafios urbanos. Entre estes, e essencial na configuração da cidade, a habitação prefigura-se como elemento chave nas dinâmicas e trajetos estabelecidos no seu interior. Condicionada pela disponibilidade, acesso e qualidade, a casa de habitação, e com ela o espaço que ocupa entre as demais e no território urbano que a rodeia, é emblema de inserção socioeconómica. Direito inalienável, o direito à habitação é um ponto charneira na sociedade atual, tanto na capacidade de ser atendido para todos e em condições bastantes, como no significado identitário que assume e que atribui.

Na fundação mais básica da inserção humana no seu espaço, a habitação destaca-se como necessidade e exigência primordial, lugar de proteção contra as imposições climatéricas, domínio e refúgio privado de interações e relações, contexto de rotinas quotidianas, o lugar do enquadramento formal do indivíduo. Esta adapta-se ou é adaptada ao meio envolvente, de modos engenhosos, pensados ou improvisados, com planeamento e organização ou de forma aleatória e temporária, por legislação dos órgãos de poder ou por iniciativa individual – conformada ao ordenamento ou reativa à imposição –, sendo que toda a habitação cumpre o objetivo de acolhimento da pessoa no local que escolheu ou lhe foi permitido residir, como mecanismo de apoio para a multidimensionalidade da vida diária. A relação que se estabeleceu ao longo dos tempos entre habitação e cidade foi complexa, dominante ou dominadora, pacífica ou combativa conforme as características do espaço, da época e das pessoas em disputa e, no confronto entre ambas, foram reciprocamente modeladas e transformadas. A casa dentro

de uma cidade não é apenas a geometria e volumetria ou a função que tem; é a arquitetura, a morfologia e a estética, os materiais, a localização, o tamanho; é o estatuto e a notabilidade, é a capacidade do residente ver refletidas nela as suas características, o seu trajeto, as suas relações e o seu lugar social.

Reflexo da evolução, a habitação sempre esteve comprometida entre a necessidade basilar e as condições para dela usufruir condignamente. No espaço da cidade, ela tornou-se fator indissociável de segregação, quando são visíveis e diferenciadas as áreas reservadas para aqueles que não têm escolha, que têm de se submeter à imposição económica ou à disponibilidade de uma casa com as condições mínimas de habitabilidade. Apartados para as periferias e para zonas urbanamente desinteressantes e cindidas as redes de comunicação intraurbanas, os que são para aí deslocados veem-se coagidos à aceitação e à anexação da epígrafe do apoio social.

Na dialética entre querer e poder, sucederam-se os episódios de subjugação e adaptação, mas também de emancipação, reclamação e conquista. O seu protagonismo como fenómeno de marginalidade dentro do espaço da cidade alega um longo historial de lutas, vontades e infrações. E existem hoje:

novas formas de segregação socioespacial. Muito particularmente face à acessibilidade aos próprios espaços de habitabilidade, de empregabilidade e de usos da cidade, em cenários de rendas urbanas fortemente segmentadoras dos espaços de vivência em comum. Uma realidade que parece, em simultâneo, perigosamente suspensa face à crise dos sistemas e das políticas de coesão e de inclusão social, do próprio Estado-providência ou de bem-estar. Mantendo-se bem atual a acuidade da afirmação de Engels, em meados do século XIX, em como a renda urbana é dos filtros mais poderosos de segmentação social – ou, inversamente, de inclusão social e diversidade urbana. [...] Por efeito das escalas e das formas de mercantilização da promoção imobiliária dos solos urbanos e urbanizáveis, potenciam-se tendências de segmentação social por via da conjugação de diferenciais de renda, com crescentes dependências dos rendimentos familiares, e respetivos créditos hipotecários, no usufruto da habitação. (Seixas, 2013, pp.82-83)

Conceito e construção prática de resposta a constrangimentos quantitativos da afluência populacional e de restituição de condições dignas de habitabilidade àqueles cujas vidas eram governadas pela precariedade e pela insegurança, o bairro social constitui simbolicamente o reduto da sobrevivência. Além de cada vez menos assegurarem uma solução material condigna, a discriminação sociocultural leva-os a integrar, dogmaticamente, um dos grandes vetores de desigualdade e de diferenciação na cidade. Em conjuntos habitacionais iguais entre si, mas destacados no diagrama urbano em que se inserem, a morfologia dos bairros sociais gizou o objetivo fordista da construção de casas baratas e utilitárias. Estas, habitualmente situadas num ecossistema exaurido de vitalidade e frugal em equipamentos e serviços de usufruto e lazer, dão o mote e servem de referência à inventariação dos seus habitantes. Salientes as barreiras físicas e delineadas as fronteiras mentais e aspiracionais, mesmo integrando a malha urbana por inevitável crescimento das cidades, continuam «não-lugares» de ocupação humana amovível e como paradoxal trincheira de proteção e acusação.

Procurando neles um estrado da marginalidade, verifica-se a existência de um desnível social desde a sua conceção, visando uma ocupação exclusiva a critérios de elegibilidade restritos. Nos bairros sociais ou na habitação de renda baixa, a frustração das escassas expectativas de saída recalca sentimentos depreciativos e de injustiça social que ocupam os interstícios de um quotidiano rotineiro, precário e frugalmente recompensado e por onde escapam, como complemento económico, por desafio ou por pressão de pares, comportamentos de revolta e de desobediência. Ensaios de vida, neles embrulham-se ambições e desesperança, rótulos que aprisionam, criminalidade e projetos de integração e reabilitação. Legenda do preconceito, fonte e reforço de imputação difamatória e de arredamento social, a marginalização territorial é determinante para manter e não deixar sair facilmente os seus ocupantes. Wacquant (2006) diz: “que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas” (p.29).

Os bairros sociais articulam-se, deste modo, com a definição de «não-lugar», local que rasura a dissemelhança entre os indivíduos com passados de categorias sociais comuns com a subjetividade do presente. Além disso, a sua estigmatização provoca a “perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com o qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam «entre si» e em relativa segurança”, deixando de ser “sítios comunitários banhados em emoções partilhadas e em significados comuns, suportes de práticas e de instituições de reciprocidade, [e] se viram relegados para o estatuto de simples «espaços» indiferentes, de competição e luta pela vida”. Se eles não se constituíam como locais de relações sociais privilegiadas, são atualmente mais alienantes porque mais profundas são as diferenças entre os habitantes, onde são fomentados o individualismo e a procura do desafogo em si mesmo e nos seus, mais do que nos seus vizinhos e pares de idênticas circunstâncias. A utopia de integração dissolve-se quando, “hoje em dia, os indivíduos duradoiramente excluídos de um emprego remunerado nos bairros de rejeição deixaram de gozar de um apoio coletivo informal [...] para sobreviver, são obrigados a recorrer a estratégias individuais [...], trabalho clandestino, de comércio subterrâneo, de atividades criminosas e de «desenrascanço» quase institucionalizado” (Wacquant, 2006, p.31-33).

A inexistência de alternativas viáveis a médio-longo prazo retém as novas gerações na redoma da privação e não permite criar um corpo de luta de iguais, por diferença de objetivos e de apoios. “A ausência de um idioma comum em torno do qual e pelo qual poderiam unificar-se acentua a fragmentação objetiva dos cidadãos pobres de hoje” (Wacquant, 2006, p.34): desempregados com e

sem apoios, pensionistas, sem-abrigo realojados, delinquentes ou criminosos recorrentes, toxicodependentes, jovens que não estudam nem trabalham, uma panóplia desigual que obrigatoriamente não se corresponde socialmente nem partilha as mesmas ambições e panos de fundo.

As pessoas que habitam estes locais, se não são imediatamente associadas a eles por razões de etnia, ocupação profissional ou por pretensa criminalidade, tentam muitas vezes dissociar-se deles, garantir que não são incluídos na sombra depreciativa que os bairros sociais lançam sobre elas, sendo comum “sentirem-se obrigadas a desculpar-se por morarem num sítio difamado que macula a imagem que têm de si próprias [...] e que se esforçam por se demarcar e ganhar distância na sua relação para com um lugar e uma população que sabem universalmente desonrada, e da qual os media, o discurso político [...] dão constantemente uma imagem humilhante”. O desejo e sentimento real de não identificação com o espaço abre caminho ao abandono e ao desapareço, redundando na deterioração física e na erosão dos precários elos humanos existentes. Por ser constrangida aos limites do bairro, a revolta dirige-se à pessoa mais próxima, portadora indiferenciável da culpa destes atributos, numa “lógica da difamação lateral e da distanciação mútua, que tende a aniquilar um pouco mais os coletivos já enfraquecidos das zonas urbanas deserdadas” (Wacquant, 2006, p.29).

Com nomeação segundo critérios de definição estandardizada, renegadas as necessidades e aspirações subjetivas dos indivíduos, o bairro social poder-se-á assumir como residência do desvio, onde os seus ocupantes não podem ou não querem integrar os percursos da comunidade exterior. Se estão aí instalados é na presunção de haver razões para a relegação ao mesmo, enquanto os próprios também se sentem “de fora” e culpam o bairro e quem os colocou lá, numa espiral de culpabilização mútua que mais afasta as margens, onde quer que elas se situem. Fragilizadas as relações intrabairristas, disseminadas as ideias de prevaricação a ele apensadas, o pretexto de intervenção externa, política e fiscalizadora, é agora outorgado:

a partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» [...] e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objetivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado. (Wacquant, 2006, p.30)

A gentrificação, dissimulada sob a aparência de uma política de inclusão social, é mais uma medida que pulveriza estes núcleos habitacionais, arredando as populações tidas por problemáticas, sem atender às reais possibilidades de integração. Afastados os moradores das suas casas, estas tornam-se objeto de exploração comercial, envolvidas em adjetivos de regeneração urbana, e onde lhes é dada a primazia da relevância cultural. No entanto, se é cultura a reabilitação, também o será o respeito

pelos percursos de vida quedados nas memórias tendencialmente apagadas à medida que novas cores, novos indivíduos e novas ocupações tomam conta destes espaços.

Na contestação à tipologia do bairro social e na luta a favor da inclusão, muitos movimentos de resistência intervêm nestes espaços, onde, pela ação de organizações e instituições protocolares, espontâneas e voluntárias, internas ou externas ao bairro, se tentam preservar, dignificar ou estabelecer condições de continuidade social, educacional e cultural. No entanto, a tónica paternalista ou sobranceira, muitas vezes dominante no exercício do auxílio, assim como a dependência de programas institucionais, condicionam um apoio tornado frágil pelos poucos recursos de que dispõem. A observância distanciada de políticas de esquerda que visam a mobilização, mas que se dispersam na discussão da aplicabilidade e na incapacidade de perceber a dimensão do problema, adia consecutivamente o estudo integral e pluridisciplinar necessário à compreensão, avaliação e ação nestes bairros, onde habitam episódios de vidas que se constroem a cada dia, e onde cada pessoa é a protagonista da sua história. Na uniformidade do conceito de bairro, a diversidade ocupa as frestas, infiltra-se nas casas, nas associações, nas conversas, nos desejos e nos sonhos, querendo ser formalmente reconhecida como fator crucial na abordagem à sua observação e intervenção.

A permanência nos bairros sociais, por incapacidade económica ou social ou por falta de melhores alternativas arrasta-se, frequentemente, por anos e décadas. Mas será sentença de vida, castradora, marca inapagável de marginalidade e exclusão, sinal de ausência de escapatória? E o desejo de sair será sinónimo de cobardia, de falta de força combativa para o presente ou de compromisso com a mudança para o futuro? Situados numa fronteira intelectual e territorial, é aos seus moradores reservado o direito de fuga, migrantes que são, porque em trânsito para a incorporação identitária num determinado tempo e lugar. Procuram reconhecimento e paridade, numa época em que facilmente estes se esgotam numa sociedade que vive na ânsia de alcançar metas, que assenta na instabilidade dos itinerários e na inconstância das fórmulas desenhadas. “A fuga, enquanto categoria política, foi sempre encarada com suspeição. Tida como sinónimo de oportunismo, receio e vileza, parece perigosamente próxima da traição [...] Mas a fuga é também, na cultura do Ocidente, viagem, descoberta, sede de conhecimento e recusa da «banalidade do quotidiano»” (Mezzadra, 2012, pp.7-8). A migração em busca de algo mais que não apenas a sobrevivência objetiva atravessa a mensagem do autor, que integra as razões subjetivas e plurais que impelem alguém ao movimento, à mudança, à procura do bem-estar, a estabelecer a diferença para viver e não apenas para escapar à opressão, à violência, à ignomínia de que se sente refém. Prioriza a tensão latente que existe entre a irreprimível vontade de saída e os limites impostos pelas paredes económicas, legislativas e sociais. Mune ainda o indivíduo de força própria, de

resolução e proatividade, ao invés de ser objeto passivo da conjuntura maior que o referencia como ser diminuído, que o torna guarida do assistencialismo, imagem que se presta a invocar “lógicas «paternalistas», a reproduzir uma ordem discursiva e um conjunto de práticas que relegam os migrantes para uma posição subalterna, negando-lhes qualquer oportunidade de subjetivação”. Isto “não significa ignorar até que ponto a sua condição é profundamente marcada por condições de privação material e simbólica e pelos processos de dominação e exploração [...] além de dinâmicas de exclusão e de estigmatização específicas” (Mezzadra, 2012, pp.12-13).

Na era da globalização, marcada pela impetuosidade do neoliberalismo, onde o móbil de ação se rege e é dominado pela conquista e pela velocidade, verifica-se o paradoxo da imposição de mais fronteiras, de mais preceitos regulatórios e de maiores impedimentos e confinamentos geográficos e culturais. Estes acentuam e reafirmam as diferenças, mostrando que continuam presentes, onde a globalidade não é sinónimo da globalização, é afinal dualidade ou maior partição de experiências, povos e práticas. “Se as migrações constituem a face visível da ambiguidade que caracteriza estruturalmente a afirmação do trabalho «livre», do contrato e do salário enquanto constantes do modo de produção capitalista, podemos supor que também a cidadania, nas relações que histórica e conceptualmente mantêm com os migrantes, guarda no seu seio traços que evidenciam esta mesma ambiguidade” (Mezzadra, 2012, p.81).

No enquadramento das marginalidades, pode-se usar a analogia do conceito de cidadania – que opõe as imagens de «cidadão» e «estrangeiro» – dentro do espaço delimitado de uma cidade ou região, onde “a definição dos códigos de inclusão no interior do espaço da cidadania e, por contexto, a regulação dos mecanismos de exclusão são as grandes questões que o Estado é quotidianamente obrigado a «pensar» e a repensar devido à presença de «estrangeiros» no seu território”, sendo aqui “que a forma específica de equilíbrio que caracteriza a cidadania, entre universalismo dos direitos e particularismo da pertença, encontra a sua derradeira instância de sancionamento”. Continuando na mesma linha, o autor interroga-se se a “dimensão da cidadania irreduzível à sua rígida definição estatal é um problema [...] da «dupla consciência» do «duplo espaço» político e cultural no qual vivem os migrantes enquanto cidadãos da fronteira” (Mezzadra, 2012, pp.88-92). Ou seja, a atribuição de um espaço a alguém considerado de «fora» ou desviante, que não segue as regras do grupo principal ou maioritário, desenha-se no equilíbrio precário que estabelece o que é considerado aceitável ou conforme à norma, e aquilo que não o é. Em última instância, e convergindo com Becker, tudo depende de quem define e de quem é definido, em determinado tempo e sítio. Para além do rótulo, aquele que é considerado marginal depara-se com a sua especificidade, com a sua história, debate-se na dualidade de aceitação própria e alheia do lugar e

do «não-lugar», situando-se no ápice que lhe permite olhar para os dois lados, mas que não lhe permite o livre acesso a ambos. Estrangeiros dentro de um espaço que não lhes atribui pertença, restringidos a um ponto limítrofe, diferentes dos “outros” – quaisquer que eles sejam – e entre si, os que não seguem a norma estão condenados a uma travessia contínua por entre caminhos de sedimentação incerta. Sem afinidade, a fuga apresenta-se como um direito e dever que os rodeia enquanto indivíduos cognoscentes da sua dignidade individual e do papel potencial que podem desempenhar na sociedade que os enjeita. Em movimento, os marginais são migrantes que encarnam a procura da rarefação das fronteiras de forma a desvanecer os contornos das marginalidades: “os migrantes são [...] a figura exemplar desta «dialética dos confins», na medida em que, por um lado, demonstram materialmente a possibilidade de as ultrapassar, enquanto, por outro lado, os seus corpos exibem as feridas e as lacerações infligidas pela reafirmação quotidiana, sob diversas formas, do domínio dos próprios confins” (Mezzadra, 2012, p.22).

Atualmente pensados como configurações que não encontram reconhecimento identitário no espaço urbano, os bairros sociais são testemunhas de um passado que se prolonga nas consequências do presente. As decisões que levaram à sua presença não são objeto perecível no tempo, antes repercutem os seus efeitos na estratificação e desadequação coletiva das cidades, exacerbando problemas surgidos no seio urbano, tanto novos como revisitados. Quando, em momentos de crise, estes confluem para uma dinâmica imparável, cria-se a tempestade perfeita para o confronto explícito e para a radicalização de pensamentos e ações:

se por um lado continuam a construir-se as grandes urbanizações e os mais diversos tipos de condomínios [...] para famílias de todos os tipos de rendimentos, o fomento de bairros inteiros de habitação social, em larga escala e desde os anos de 1960, muito estigmatizados e com difícil capacidade de integração nos tecidos sociais semi-envolventes e semi-sedimentados, não ajudou de todo à heterogeneização social dos espaços metro ou metapolitanos. Uma situação que se acentuou com o desenvolvimento da acentuada crise económica na Europa, particularmente sensível no aumento do desemprego e, neste, do desemprego jovem. Está assim, muito provavelmente, na conjugação entre a separação – ou mesmo estigmatização – de base espacial e a precariedade das oportunidades de emprego e de uma real inserção e ascensão social a génese e a razão dos preocupantes distúrbios recorrentes em espaços suburbanos de diversas cidades europeias, nos anos mais recentes. (Seixas, 2013, pp.87-89)

E assim, a luta pela habitação condigna persiste como objetivo indissociável das políticas concelhias e dos governos centrais. Numa perspetiva de continuidade, e afastando um presentismo redutor, a observação das soluções do passado institui ferramentas de análise àquelas que devem continuar ou ver alteradas os seus contornos. A experimentação dos modelos habitacionais assentes nos bairros sociais e a efetivação social e cultural das consequências nefastas que sobrevieram deles, fazem com que o passado se constitua como pilar indiscutível de reflexão e projeção de novas resoluções no âmbito das políticas sociais de apoio à habitação. E, para a necessária reinterpretção das

marginalidades entalhadas nos bairros sociais, são importantes a conjugação de novas abordagens e a procura de inesperadas fontes de diálogo.

O fortalecimento do lastro da investigação assenta na complementaridade de visões e de fontes de informação e, no Tempo Presente, a densidade de interdependências e relações, além dos contributos individuais, permite repensar os conceitos e as categorias das marginalidades, desconstruir as ideias enraizadas e realçar a importância da subjetividade. A análise cruzada entre respostas diferentes a problemas semelhantes e entre conclusões análogas perante questões distintas pode revelar estratégias e modos de observar situações e pessoas, que, à partida, não se coordenariam num mesmo estudo ou vetor de comparação.

Uma das possibilidades de equacionar a validade e a preponderância de determinadas conclusões assenta na análise e reconfiguração do conceito e dos pressupostos que rodeiam a instalação e o impacto dos arquivos, quer explorando o modo como estes influenciaram a perceção da formação, do desenvolvimento e da planificação do futuro das sociedades, quer questionando a primordialidade que lhes é dada na construção de uma história de identidade, de memória e de sentido coletivo. Albergando factos e testemunhos, estes são reavaliados quando observados, interpretados e perspetivados perante novas luzes e focos de análise. Excedendo a apreensão do argumento objetivo revelam-se relações, sentimentos, expectativas, resistências e conformismos.

Contudo, se a tangibilidade do documento atrai a atenção, a sua desconstrução exige a sua integração. Quando, por quem e como foi produzido? E especialmente importante, como chegou até nós? A viragem arquivística ou *archival turn*, iniciado nos anos de 1980-1990, revolucionou a forma de olhar e interpretar as fontes, revisitadas agora como objeto de subordinação às delimitações impostas por um ascendente de poder, comprimidas entre a escolha e a marginalização, limitando a compreensão e interpretação do passado e do presente e condicionando a ação do futuro. O arquivo assume o seu protagonismo quando se define e problematiza nos seus contornos e espaços significantes. Tornando documento ou matéria-prima, o arquivo surge, ele próprio, como elemento a ser estudado, é sujeito ativo do processo histórico. O arquivo é descoberto como um espaço de autoridade, quer pelo local onde se encontra, pelos materiais que acolhe ou pela evolução que apresenta. Este constrangimento condiciona fortemente o diálogo entre aqueles que se encontra(ra)m na margem da opressão e exclusão e o historiador. Mas não o impossibilita. As vozes podem estar emudecidas, mas não foram apagadas e revelam-se por entre as frestas pesquisadas. Na conjugação com as ciências sociais, desde a sociologia à etnografia e à antropologia, a história faz o seu caminho de recolha persistente dessas testemunhas, elencando metodicamente os atores que intervieram, as relações estabelecidas, os trajetos e as ações

desenvolvidas. Revolucionariamente, trata-se de criar uma rutura com a narrativa estabelecida, contrapondo com fatos alternativos. A pesquisa pelas diferentes formas de expressão destes intervenientes, em registos escritos, mas também orais, iconográficos ou materiais, abre novas possibilidades de preenchimento das lacunas espalhadas por entre os discursos oficiais.

E quando se debate a plasticidade do arquivo, este não encontra limites, ou melhor, ultrapassa-os. O conceito expande-se, não se restringe à coleção de objetos, mas a uma recolha e análise dos indícios que sobressaem ao redor. Neste achamento dos vestígios do passado, estes são encontrados nos locais mais inusitados ou em espacialidades tão surpreendentes quanto a flexibilidade e a capacidade de os repensar com um olhar desanuviado e recetivo o permita.

A cidade revela-se como um arquivo. Arena de espaços autorizados, de toponímias convenientes, de bairros circunscritos, de mapas e orçamentos, a cidade é muito mais do que as estruturas e os pavimentos que a constituem e por onde os indivíduos traçam caminhos diários de efemeridade. Nas suas construções e reconstruções assenta uma história de marginalidade:

A cidade parece estar predeterminada, distribuída e imóvel. Mas o betão, a alvenaria, o aço e o asfalto escondem uma história de *design*, de plantas e *layouts*, de decisões autoritárias em torno do uso «adequado» deste ou daquele espaço, que [...] parece imutável. A cidade é um arquivo porque funciona através de um «princípio de ordenação de estímulos sobre os quais as transações futuras são imaginadas e tornadas presentes», reafirmando materialmente «noções específicas sobre as perspetivas, capacidades e direitos (ou falta deles) de grupos específicos. [...] Como arquivo, a cidade reivindica uma autoridade sobre o seu território, de uma maneira onde continuamente constrói limites, preconceitos, exclusões e silêncios; mas também possibilidades. Ver a cidade-como-um-arquivo, por outras palavras, alerta-nos para memórias urbanas contestadas, histórias negadas e (im)possibilidades que estão congeladas na própria estrutura da cidade, nos seus edifícios, arquiteturas e infraestruturas. (Burgum, 2022, p.512)

A cidade, através das suas instituições e regulamentações, tem exercido um domínio sobre as narrativas históricas, reclamando-as como verdadeiras na presunção de oferecerem pertença e reconhecimento aos seus habitantes. Contudo, na mesma medida em que assume a inserção, seleciona, silencia e segrega aquilo que pretende compartimentar da memória coletiva. Interpelado pela inconformidade e contestação à normatividade, este potencial de poder arrogado à cidade tem vindo a ser questionado, num abalar de noções e paradigmas emanados de cima para baixo, que agora passam a ser desafiados a partir de baixo. Pelo *participatory turn*, a cidade torna-se palco da construção de contra narrativas que desafiam a constrição e o guião das narrativas oficiais, democratizando e empoderando os seus habitantes a intervir na construção da sua própria história, revendo ontologicamente a sua participação na cidade. Abrindo a possibilidade de rever e impugnar os processos identitários e as memórias que cimentaram a marginalização de várias das suas comunidades, é-lhes agora reconhecido o seu lugar e a sua pertença, refutando as posições e catalogações às quais foram reduzidos. Neste objetivo, os arquivos comunitários são decisivos nesta intenção, ao

desafiarem o domínio das histórias produzidas pelas principais instituições arquivísticas, para construir autoridade a partir das margens. [...] Espelhando a forma como os arquivos têm sido usados para reforçar a autoridade municipal, estatal e colonial, o trabalho baseado na memória também pode reforçar campanhas e movimentos aos quais tem sido negada a legitimidade da sua voz, e pode ser «usado estratégica e diretamente nas lutas sociais contemporâneas»...[para] intervir nos discursos dominantes, reivindicando a autoridade e os direitos para se representarem. (Burgum, 2022, p.507)

Através da construção de arquivos alternativos e participativos e do reenquadramento dos territórios na cidade – agora redescobertos como lugares de luta, de ocupação, de conquista ou de derrota –, as vozes reprimidas encontram espaço de expressão.

Passando da imobilidade do que se pressupõe que a cidade é para a dinâmica do que a cidade *poderá ser*, expõem-se os seus múltiplos estratos históricos, ao mesmo tempo que se estipula um novo olhar analítico sobre o passado e se redefinem as aspirações para o há de vir, numa agilidade permanente entre Passado-Presente-Futuro.

Por fim, é interessante debater a questão da consciência histórica quando se analisam criticamente as representações coletivas do passado e onde se discutem as perceções e as atribuições delas decorrentes. A problematização da marginalidade constitui-se como um campo aberto de discussão e de levantamento de hipóteses para pensar e enquadrar comportamentos e narrativas que delimitam e acompanham cada indivíduo nas relações que este estabelece com os outros e consigo próprio. É fundamental questionar as categorias e as marcas, revisitá-las sob uma lente de interculturalidade e de continuidade. Entendê-las como potencial de proteção, porque são estabilizados do ponto de vista científico-social – e aí localizam um substrato de avaliação e discussão –, mas também como potencial de apagamento e objetificação quanto à diversidade e complexidade que abrigam, ou seja, se as categorias resultam de um conjunto de experiências históricas que desembocaram em espaços definidos que as acomodam perante o seu percurso e características, também limitam a sua inevitável heterogeneidade e evolução. Assim, é essencial a perseguição destes marcadores de apagamento e desconstruí-los, redimensioná-los, repensá-los no tempo e no espaço, encontrar os lugares críticos onde se movimentam:

É crucial sublinhar que estamos a lidar com uma categoria que é imposta sobre pessoas que foram deslocadas. [...] O papel do historiador é mostrar como esta categoria foi construída e aplicada, em diferentes tempos e lugares, e com diferentes objetivos. Esta conceptualização é, em parte, sobre política. Mas também é sobre sentidos culturais e sobre o modo como estes têm efeitos no terreno. [...] O que pretendo dizer é que é um rótulo homogeneizador que apaga outros marcadores da identidade humana e social. Os historiadores podem mostrar como este processo de homogeneização funcionou em diferentes contextos. (Gatrell, apud Jerónimo & Monteiro, 2018)

O século XXI testemunha transformações sociais, económicas, político-ideológicas e culturais profundas e de espectro alargado que redimensionaram a amplitude e o impacto dos conflitos, ideologias e crenças, e catapultaram a um nível sem precedentes a diversidade de opiniões e ideias e sobretudo o

sentido e modos de ver e experimentar o mundo. Os meios de comunicação social, alargados para a dimensão digital, exponenciam o conhecimento, mas também a desinformação, exigindo um manuseamento cuidado para deles se poder extrair informação credível. No equilíbrio entre as práticas, as narrativas e as perceções está o intervalo onde cabe o distanciamento entre a cidade e os seus marginais.

Em constante adaptação, “encontramo-nos assim perante um enorme paradoxo. Como espaço de encontros e de construção, mas também de desencontro e de desconstrução, o fascínio que a cidade nos provoca envolve hoje diversos espelhos, muitas luzes e outras tantas sombras, e um imenso mar de medos e possibilidades” (Seixas, 2013, p.13). Particularizando nela a habitação social, como território de exploração da marginalidade, esta surge como coluna de feições transmutáveis, mas irredutível na influência que impõe à hierarquização urbana. No entanto, aparece também como *tropo* que comporta imensas potencialidades e expectativas no combate à sua significação. Este debate, instaurado entre esboços de projetos idealizados e voluntarismo e as limitações burocráticas e logísticas inerentes à intervenção social, representam linhas de ação contra a precariedade habitacional e contra a categorização demarcativa, ambicionando o acesso de todos à participação equitativa na vida da sua cidade.

Estrangeiros no passado, importa interpelá-lo para dele conseguirmos orientações e direções na resolução dos problemas atuais e do futuro: a marginalidade é transversal no tempo e espaço, e conhecê-la, na sua essencialidade prática, mas especialmente simbólica e perceptiva, pode trazer-nos as respostas de que precisamos no Tempo Presente.

2. Metodologias de investigação: os bairros sociais de Braga em análise

Neste trabalho pretende-se, numa perspetiva histórico-sociológica, uma aproximação às possíveis ligações que entrecruzam as marginalidades e os bairros sociais, tendo como substrato cronológico a História do Tempo Presente, um campo historiográfico que se começou a objetivar a partir dos anos de 1970 e que “tem tentado, desde o estabelecimento dos seus primeiros balbucios, representar uma história de gente viva, uma história escrita pelos seus próprios protagonistas” (Aróstegui Sánchez, 1998, p.17). Nesta abordagem, abre-se

a possibilidade de análise histórica da realidade social atual, o que implica uma relação de contemporaneidade entre a história vivida e a escrita dessa mesma história, entre os atores e testemunhas da história e os próprios historiadores. O presente é o eixo central da sua análise, que não se mantém isolada da sucessão temporal ou da espessura dos tempos. (Soto Gamboa, 2004, pp.106-107)

De acordo com a síntese realizada por Allier Montaño (2018), o autor assinala que, para Aróstegui Sánchez, “a contemporaneidade não se refere apenas ao facto de o historiador ter conhecido ou não o acontecimento, de tê-lo vivido, mas define também o presente histórico, na medida em que articula as formas de relação das gerações com o mundo e os acontecimentos que eles tiveram que viver”, e que, segundo o historiador Hugo Fazio, a História do Tempo Presente “deve ser uma história que leve em conta as transformações que a sociedade contemporânea tem vivido. Garante que a perspectiva diacrónica que caracteriza o seu estudo do presente é a que lhe confere uma perspectiva diferente das outras ciências sociais”. Aponta que, para o historiador Henry Rousso, “a particularidade desta parcela historiográfica é que ela se interessa por um presente que lhe é próprio, num contexto onde o passado não está nem acabado nem desaparecido, e onde o sujeito da narrativa é um «ainda-lá». Considera que o seu fim, por definição, é móvel”. Realça nela “a centralidade do testemunho e, portanto, da memória (...): preservar as memórias” (pp. 103-105). Aróstegui Sánchez reitera esta ideia:

o espaço da htp [História do Tempo Presente] é o da memória pessoal do indivíduo. A htp faz da memória um objeto de história e fazer isso equivale a fazer história de um substrato cronológico que abrange o mesmo que os conteúdos de memória do sujeito e da sua geração. O presente do indivíduo é sempre o conjunto da memória direta que fica armazenada no seu cérebro e que reúne toda a sua experiência de vida. A objetificação coletiva disso é a htp. (Aróstegui Sánchez, 1996, pp.41-42)

Tendo por base este enquadramento temporal de análise do objeto de estudo deste trabalho, as suas várias etapas envolvem as dimensões conceptual, espacial, social, relacional e pessoal dos indivíduos que nele intervêm, perspetivando a reflexão sobre um processo dinâmico e participativo que teve as suas origens num tempo delimitado mas que projeta as suas consequências e as suas memórias num presente e futuro ainda em construção.

Fruto da cronologia que aborda, a História do Tempo Presente dispõe de uma variedade incomensuravelmente maior de fontes e modos de as estudar em relação a períodos históricos anteriores, circunstância que pode e deve potencializar. Não se circunscrevem apenas à sua forma original ou formato físico; desdobram-se em versões digitais, virtuais, interativas e reprodutivas em diversos instrumentos de divulgação, e o seu acesso é agora amplificado, incorporando diferentes formas de as abordar e trabalhar. Este estudo tira partido dessa condição privilegiada, selecionando fontes diferentes de acordo com esta permeabilidade de interpretações quanto à forma ou ao conteúdo.

Definindo os seus objetivos centrais, este trabalho procura encontrar e compreender as inter-relações que se estabelecem por entre as vivências e as memórias afetas à deslocação de pessoas e comunidades na geografia da habitação, desdobrando as causas das decisões tomadas, as razões e os sentimentos que alavancaram tanto a determinação como a abnegação, e ainda os contextos matriciais que permitiram ou proporcionaram a integração ou a relegação de indivíduos e vizinhanças ao seu

espaço de residência. Neste, a esterilidade de pertença ou as raízes de identidade e permanência são exploradas na topografia dos bairros sociais de Braga, redescobertos sob a mobilização de diferentes metodologias de observação e estudo. Pretende-se ainda observá-los como peça habitacional urbana, inscrita num arquivo em construção, a partir das causas da sua implantação e evolução, verificando as repercussões da sua presença na organização e utilização da espacialidade funcional e social da cidade, e nas formas de comunicação, reconhecimento, percepção, adaptação e interdependência entre os seus moradores e a restante cidade.

Os bairros sociais, entendidos como projetos urbanísticos com raízes temporais e evolutivas radicadas em determinados objetivos, valências e constrangimentos, configuraram uma resposta social à precariedade e à vulnerabilidade socioeconómicas sistémicas nas principais zonas urbanas. Esta configuração do espaço urbano teve o seu percurso enquanto marco urbanístico, mas sobretudo como fator de segregação social. Neste sentido, será feito um levantamento das principais medidas políticas, legislativas e normativas relativas aos apoios sociais à habitação que se efetivaram ao longo do século XX em Portugal e aquelas que envolveram a readaptação dos bairros sociais à realidade portuguesa, numa cronologia que incidirá nos últimos vinte e dois anos. Esta recolha enlaça naquela concernente à habitação social e aos apoios sociais à habitação na cidade de Braga, destacando-se nela o trajeto de idealização, edificação e evolução político-institucional dos cinco bairros sociais tutelados pela Câmara Municipal de Braga e pela Empresa Municipal de Habitação de Braga – BragaHabit: Bairro Social de Santa Tecla, Bairro Social das Enguardas, Bairro Social das Andorinhas, Bairro Social Ponte dos Falcões e Complexo Habitacional do Picoto.

Rastreando o itinerário evolutivo dos bairros sociais de Braga, eles são observados tridimensionalmente nas suas múltiplas e consecutivas transformações físicas e analisados na tangibilidade das mutações materiais que lhes reconfiguraram espaços e usufrutos. Desde o seu projeto arquitetónico e respetiva implantação nos territórios urbanos para eles escolhidos até à sua configuração atual, os bairros são percebidos como fruto de um caminho afetado e influenciado por diferentes atores sociais, por distintas configurações histórico-políticas e por consecutivos contextos de relevo socioeconómico.

Porque um bairro de casas não é um bairro de habitação, os bairros sociais de Braga são estudados quanto à sua complexa e múltipla dimensão humana e social, concretizada na individualidade de cada pessoa que lá reside, nas ligações familiares e nas redes sociais estabelecidas, cingidas às fronteiras toponímicas do bairro ou dilatadas para outros territórios da cidade. Assim, para além de uma recolha quantitativa dos indicadores sociodemográficos dos seus habitantes, os bairros são observados

como espaços criadores ou motivadores de comportamentos e expressões de solidariedade grupal ou comunitária – instrumentos sociais de defesa e/ou de combate à marginalização – através do levantamento das instituições e movimentos/organizações de cariz associativo de índole sociocultural, desportivo-recreativo, económico e pedagógico lá existentes.

A identidade e a especificidade intrínsecas de um bairro social digladiam-se com as representações culturais e conotações sociais que a ele são apenas, num processo incessante entre aceitação e rejeição, onde a aquiescência e a passividade abrem caminho a um desnivelamento social progressivo. A representatividade, a aceitação da diferença e o conhecimento constituem o palco onde as desconfianças são combatidas e onde pontes de comunicação são estabelecidas. Desmontam-se os estereótipos e são alicerçados novos pilares de segurança. Em estreita relação emancipatória, é através da arte e da cultura que a liberdade de pensamento, a emoção e a reivindicação mais encontram espaço para se fazerem ouvir, permeando asunções preconcebidas e reclamando um espaço de indignação e de reciprocidade. As expressões culturais que se manifestam em cada bairro mostram algo que lhes é inerente e aos seus moradores, são uma marca da sua idiosincrasia, diferente dos demais. Com recurso a fontes escritas e audiovisuais são explorados os projetos desenvolvidos ao abrigo de programas nacionais e municipais, fruto de iniciativas locais ou de parcerias entre entidades de matriz diversa, que permitiram respostas, temporais e espacialmente variadas, aos problemas, anseios e necessidades sociopedagógicas, cívicas e recreativas percebidas nos bairros sociais. Em afinidade e complementaridade com os projetos de carácter inclusivo são também levantados os movimentos de criação artística que convocaram artistas e estimularam os moradores para a colaboração ativa na reconstrução física e orgânica do seu bairro, conjugando a integração da estética e da arte com a construção de laços de afetividade e de sentimento de pertença ao bairro.

A vivência no bairro social é, na maior parte das vezes, apenas do conhecimento dos não residentes através da aquisição de informação por meios indiretos. Na divulgação dos episódios que têm lugar nos bairros sociais de Braga, os meios de comunicação social pesquisam e divulgam, para todos, as notícias acerca de projetos, atividades e eventos que lá decorrem, mas também de incidentes ou situações incomuns que lá ocorrem. Através da análise de algumas delas, obtidas a partir de fontes hemerográficas físicas e digitais selecionadas (*Diário do Minho, Correio do Minho, O Minho, Braga TV, Jornal de Notícias*) são reveladas e deduzidas prioridades editoriais e a incidência temática mais prevalente. Uma análise ao discurso acrescenta pormenores que se correlacionam com o mediatismo ou a afinidade cultural ao assunto transmitido, evidenciado pela composição lexical da notícia, pela organização semântica dos elementos que a constituem e pela priorização do recurso ao discurso direto

ou indireto na composição do relato do evento. Subsidiárias dos meios de comunicação audiovisuais, os programas de ficção contribuem com a sua quota-parte de informação, divulgação e inculcação de ideias e valores. Buscando arquétipos e narrativas, as marginalidades constituem fonte de inspiração e argumento para séries e programas de televisão, que as exploram e revelam sob um ponto de vista conceptualmente distinto. A série de televisão *Braga*, filmada em diferentes locais da cidade, nomeadamente no Bairro Social das Enguardas, aborda, entre outros, temas relacionados com a discriminação social, a xenofobia e a segregação espacial. Os bairros sociais de Braga são, neste âmbito, utilizados para expor e debater as marginalidades socio-territoriais, assim como os preconceitos e estereótipos associados à comunidade cigana.

Inequivocamente, o bairro é intrínseco à história de vida dos seus moradores. Testemunhas da evolução dos bairros sociais onde habitam, este estudo pretende integrá-los numa história pessoal e coletiva de continuidade e memória, perspetivada e complementada com as perceções, projeções e ações que esta realidade social esboça no perímetro maior do espaço urbano. Realizadas sob a orientação de um guião de entrevista-tipo, foram conduzidas algumas entrevistas a moradores de bairros sociais de Braga, as quais foram sujeitas a uma análise qualitativa aplicada tanto ao estudo particularizado das experiências em cada bairro como para a análise comparativa de experiências entre bairros. Abordando diferentes tópicos acerca da vida no bairro social respetivo, são questionados acerca da sua vinda e adaptação ao bairro em cenário retrospectivo, evocando as memórias que têm acerca da mudança e sobre as diferenças que sentiram aquando da chegada. São depois auscultados relativamente às opiniões e sentimentos que desenvolveram na interação com o bairro em que habitam, o acompanhamento institucional e associativo que lhes é feito e as redes sociais que estabeleceram. A ligação do bairro com a cidade é abordada em questões desenvolvidas em termos de perceções, reações, narrativas e representações que impactam no seu dia-a-dia, nomeadamente as que se relacionam com a discriminação social e étnica, a xenofobia e o racismo e a associação com a criminalidade e violência, terminando com a visão prospetiva dos moradores, quando questionados acerca de possíveis caminhos evolutivos do bairro e das suas próprias vidas. Neste seguimento, são interpelados acerca das possibilidades de permanência ou de escapatória, de reclamação de um espaço identitário ou de rejeição por algo imposto e indesejado, e se houve lugar ao desenvolvimento de mecanismos ou aquisição de competências para ensaiar novos objetivos e conquistas no futuro.

Em complementaridade, foram realizadas entrevistas a dois representantes da área político-legislativa, que deram um testemunho pessoal acerca do que é ser um ator ativo na gestão e comunicação dos bairros sociais com os órgãos de coordenação política, como entendem e

desempenham este papel e como veem o trajeto habitacional, urbanístico, conceptual e social que os bairros sociais percorreram ao longo dos anos. Foram também inquiridos acerca da natureza e proficuidade das relações profissionais estabelecidas com os moradores e com as associações presentes nos bairros sociais e levantadas as percepções e opiniões sobre a constituição e as alterações nos bairros e a sua relação com as dinâmicas e ritmos da restante cidade, assim como possíveis caminhos e alternativas ao conceito de bairro social e dos apoios sociais à habitação.

Neste trabalho é assumida uma análise essencialmente qualitativa aos tópicos abordados, pela própria natureza do tema, que pressupõe o estudo e a desconstrução de conceitos e narrativas associados à noção de habitação social e de bairro social, assim como a perscrutação das suas marginalidades, tanto aquelas dissimuladas nos seus interstícios como as que se encontram escancaradas nas suas fachadas. Nas suas complexas e intrincadas redes de relacionamento com a cidade, as representações que aos bairros sociais são apegadas veem-se desenroladas e esmiuçadas, e reveladas pela voz de quem delas faz parte. A história oral é assim uma componente fundamental deste estudo, que busca, para além de uma contextualização documental recorrendo a fontes de índole diversificada, ouvir os seus protagonistas e conhecer as suas memórias, as suas histórias, os seus percursos de vida, as suas expectativas e desejos, as suas ambições e frustrações, os objetivos alcançados e aqueles com os quais continuam a sonhar. Segundo Cardina (2012), “o campo da história oral tem ajudado a construir um espaço de compreensão dos processos históricos contemporâneos que, por um lado, já não entende as fontes escritas como auto-suficientes e, por outro, se lança no resgate de vozes silenciadas” (p.34). Também Portelli (2000) vai ao encontro desta ideia:

acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte do nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. (p.69)

Concluindo, diz que “encaramos a memória como um facto da história; memória não apenas como um lugar onde você «recorda» a história, mas memória «como» história” (Portelli, 2000, p.69).

De facto,

não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita (...), o oral nos revela o "indescritível", toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas "muito insignificantes" – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. (Joutard, 2000, p. 33)

Na auscultação aos seus episódios de vida, são revelados os sentimentos e as emoções ancoradas às suas decisões e percepções, parte integrante da autenticidade dos seus relatos que, na sua parcialidade, complementam e enriquecem os dados objetivos e lineares:

tais omissões, voluntárias ou não, as suas deformações, as suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real. (Joutard, 2000, p.34)

No entanto, “isto não significa, como é óbvio, que as fontes orais possuam maior fiabilidade ou que sob elas não se devam exercer rigorosas cautelas hermenêuticas. [...] também os testemunhos orais exigem ser lidos de forma crítica, se possível cruzados, e com um olhar atento ao seu contexto de produção e ao percurso pessoal do informante” (Cardina, 2012, pp. 37-38).

Nesta pluralidade de abordagens pretende-se uma maior aproximação às experiências que construíram o dia-a-dia dos bairros sociais em análise, desembaraçando a teia de associações e construções que os envolvem e refletir sobre as fronteiras – existentes e imaginadas - que balizam as marginalidades dentro, e entre, os bairros sociais e o resto da cidade.

3. A habitação social em Portugal: génese e implantação dos bairros sociais à luz da legislação nacional e local

3.1. Do século XIX à 1ª República: a habitação entre a condignidade e a acessibilidade – os primeiros bairros sociais

Epicentro dialético entre indivíduos e trabalho, a cidade redesenha-se, na transição do século XIX para o século XX, na voragem da evolução do movimento fabril. A engrenagem da industrialização, resultante de revoluções técnicas que transformaram categoricamente e definitivamente os modos, as velocidades e as disponibilidades materiais, instou a uma evolução demográfica e social a uma escala sem precedentes. As fábricas surgiram como ícones do desenvolvimento económico e progresso social, redimensionando e reivindicando uma nova autoridade sobre a acrescida cartografia e sobre as novas paisagens dos centros urbanos. Na improvisação de habitação, a insalubridade convivía com a sobrelotação e a deficitária subsistência nutricional, com a doença e com a incapacidade física. A promessa de um emprego assalariado e estável face à volatilidade dos rendimentos agrícolas viu-se afinal confrontada com a imprevisibilidade do valor do trabalho na indústria, conferindo às famílias uma instabilidade económica que era jogada entre a sobrevivência e a subserviência. Bairros operários amontoaram-se e multiplicaram-se nas cercanias das fábricas, alongando a sua sombra à restante cidade. Rastreando as populações que neles habitaram, é indissipável no arquivo urbano a precariedade e vulnerabilidade que as rodearam, tanto pelas condições laborais a que se submeteram, como pela exiguidade de usufruto condigno nas experiências, condições e rotinas vivenciais que completavam a sua anexação na espacialidade da cidade.

Enquanto a revolução industrial atravessava vários países europeus, neles deixando uma marca indelével de progresso e avanço técnico e tecnológico, em Portugal esta não se impôs tão expressivamente nas transformações socioeconómicas que protagonizou, e as suas cidades não poderão ser conotadas intrinsecamente como cidades industriais, que “pressupõe[m] a existência de uma ligação entre dinâmica de crescimento demográfico urbano (cidade) e atividade económica predominante (a industrial), o que não é diretamente aplicável à realidade portuguesa dos séculos XIX e inícios de XX” (Rodrigues, 2012, p.238). Só nas últimas décadas do século é que a aposta industrial portuguesa mais se enfatizou, sobretudo nas áreas têxtil, química e metalúrgica e com a aceleração das obras públicas a multiplicar as ligações viárias e ferroviárias, os portos e as pontes. No contexto político do liberalismo, os avanços e as reformas administrativas e legislativas evidenciaram-se nas infraestruturas e na reorganização económica do país, consubstanciados nos Códigos Administrativo, Penal e Civil. Esta conjuntura de crescente oferta de trabalho traduziu-se num movimento de êxodo migratório para as cidades litorais, que já se havia concretizado em muitas outras cidades europeias.

Um país esmagadoramente rural, sujeito às árduas condições do trabalho agrícola, e onde não se vislumbravam grandes esperanças de prosperidade, viu na máquina e na cadência fabril uma fuga e uma possibilidade tangível de estabilidade económica e familiar. Com uma taxa de analfabetismo muito elevada, a população que se dirigia às cidades procurava um emprego manual, um lugar na indústria ou numa oficina. Mas as condições laborais que encontraram nas fábricas – a precariedade dos contratos, os salários baixos, os horários sobrecarregados, a dificuldade e a exigência das tarefas – assim como a indisponibilidade orgânica das cidades em recebê-los condignamente nos seus espaços físicos e integrá-los nas suas dinâmicas e *continuum* social, cedo quebraram as suas expectativas, confrontando-os e sujeitando-os à subalternidade, à especulação, à pobreza e à vulnerabilidade social crescente.

Lisboa e Porto eram, nas últimas décadas de Oitocentos, aglomerados urbanos caóticos e carentes de infraestruturas básicas, traçados por caminhos muitas vezes por calcetar, com esgotos a céu aberto que preenchiam as ruas de dejetos e de doenças, fruto da utilização intensiva de animais para transporte e alimentação. A poluição ambiental das fábricas aliada a incipientes redes públicas de água canalizada e de saneamento asseveravam uma higiene deficitária e a incapacidade de assegurar condições salutaras aos seus habitantes. Apesar da existência de gás canalizado já permitir a iluminação das ruas da capital em 1848, só em 1868 Lisboa recebe um sistema de canalizações e o Porto em 1887. As instalações elétricas chegam para a iluminação pública e para fazer funcionar os transportes em 1895 (Almeida, 2019).

Não obstante a sua posição geográfica semiperiférica, Portugal não ficou imune às ideias e influências de progresso e mudança provenientes da Europa, que evocavam a urgente mudança nas condições de salubridade e disposição das cidades em crescimento. Num século de substanciais desenvolvimentos científicos nas áreas da saúde e da engenharia, a higiene, como fator pioneiro na prevenção da doença e diminuição das taxas de mortalidade, foi um foco prioritário para uma nova geração de químicos, médicos e engenheiros. A arquitetura não se absteve de participar neste movimento de remodelação e reconfiguração dos espaços urbanos, em complementaridade com a recomendação de alteração de comportamentos e apelos a alterações legislativas significativas e eficazes no estabelecimento de cidades mais limpas, saudáveis e bonitas. A saúde pública ascendeu nas preocupações dos cientistas e políticos, que partilhavam no ambiente europeu soluções e experiências, assim como desenvolvimentos técnicos e teóricos, numa abordagem concertada e precursora do planeamento e do direito ao usufruto da cidade. A criação de ruas mais largas, arborizadas e ajardinadas, além do potencial de fruição e embelezamento, permitiam a melhor e maior circulação do ar e beneficiaram a mobilidade das pessoas, assim como facilitaram a conceção de estruturas de canalização de água potável, de saneamento e de abastecimento e distribuição de gás e de eletricidade. Georges-Eugène Haussman e Ildefonso Cerdá deram o mote à revolucionária alteração do mapa das cidades de Paris e Barcelona, respetivamente, e inspiraram a construção de ruas, jardins e praças no Porto e em Lisboa (Gonçalves, 2019; Matos, 2019).

De facto, foi a ciência que primeiramente correlacionou a insalubridade e a disseminação de doenças com as condições miseráveis em que os operários trabalhavam e viviam. Foram realizadas inspeções sanitárias a estes arrabaldes operários em Lisboa e no Porto como aplicação prática da perceção já premente de modelar os comportamentos higienosanitários das populações, advogada pelo médico Ricardo Jorge e institucionalizada na criação do Instituto Central de Higiene de Lisboa, local de formação na área da saúde pública. Estas operações incitaram à intervenção do Estado na área, com o Conselho de Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas a conduzir inquéritos de salubridade entre 1903 e 1905, consubstanciados em mudanças legislativas de regulação na edificação urbanística. Os Congrès International d'Hygiène et de Démographie nas últimas décadas de 1800 e os Congrès International d'Assainissement et Salubrité de l'Habitation a partir de 1904, onde participaram cientistas portugueses, deram importantes contributos para a aplicação prática da correlação entre condições de habitabilidade e condições de vida condignas (Gonçalves, 2019).

A questão da habitação foi emblemática neste crescimento e transformação rápidos das cidades que, surpreendidas pela intempestividade demográfica, se debateram com a forma e os meios de

acomodar tantas pessoas em grave carência económica. Com o salário a extinguir-se em pouco mais do que na parca e monótona alimentação diária, as populações recém-urbanas instalavam-se, desordenada e amontoadamente, onde encontravam um espaço para viver, próximas dos locais de trabalho, em quartos alugados, em prédios devolutos e em barracas. Contrastando com as rasgadas e desafogadas avenidas que se abriam nos centros da cidade, a habitação precária coabitava com o acanhamento, a falta de água, de saneamento básico e de luz. Na confluência entre salários baixos, debilidade física e emocional e imobilidade social, a desproteção e a incapacidade de conseguir uma casa condigna confinava indeterminadamente as pessoas a um espaço aleatório de conveniência, sem direito a escolhas, em aglomerados habitacionais segregados territorial e socialmente, que se foram avultando e demarcando na paisagem e volumetria da cidade.

A pouca higiene, a subnutrição, o frio e a falta de vestuário nidificavam as condições de propagação de doenças que se alastravam pelas cidades, obrigando a um reconhecimento formal dos órgãos do poder da urgência de abordar a questão da habitação. Posturas municipais, obrigatoriedade de apresentação de projetos de construção para aprovação e obtenção de licença, inspeções das obras e validação das condições sanitárias tornaram-se instrumentos legais e teoricamente indispensáveis para novas construções, o que não impediu, contudo, a continuação da construção ilegal por falta de oferta de alternativas baratas. Apenas produzindo legislação no sentido de instigar e controlar a atividade privada na construção, o entendimento das difíceis condições de habitação e de vida destes assalariados não pareceu mobilizar significativamente a ação da classe política portuguesa, que não assumia como sua essa responsabilidade. Abstendo-se de uma participação direta no mercado da construção civil e do arrendamento a baixos custos, a Monarquia Constitucional alocou essa incumbência aos próprios e aos donos das fábricas, que deveriam providenciar pelas necessidades dos seus trabalhadores. Na linha da ideologia e preceitos do liberalismo, abria-se caminho à livre iniciativa e ao direito à propriedade privada, fomentando o investimento por parte das elites urbanas.

Em finais do século XIX, “perto de um terço da população de Lisboa e do Porto era constituída por pessoas de origem rural que tinham emigrado para trabalhar nas indústrias [...]. Após a rápida sobreocupação dos edifícios existentes [...] esta procura de habitação de baixo custo foi satisfeita, fundamentalmente, por construtores privados e, numa escala muito menor, por sociedades filantrópicas e por industriais que construíram habitação para os seus próprios operários” (Teixeira, 1992, p.65). Estes industriais constituíram uma primeira tentativa na provisão de alojamento, envolvendo-se na construção de bairros operários para alojar os seus trabalhadores, em locais próximos das fábricas. No Porto, o surgimento das “ilhas”, exíguas casas térreas sobrelotadas com famílias inteiras, geminadas e

enfileiradas atrás de prédios e casas elegantes das classes burguesas, geralmente sem água e saneamento básico, acedidas por exíguos corredores, correlacionava a emergência de soluções baratas com o espaço disponível. Estas habitações “tinham recantos, vãos de escada e divisões onde o ar e a luz não penetravam. Eram verdadeiras «tocas humanas» onde os moradores vegetavam, no meio de uma atmosfera asfíxiante, dormindo em colchões apodrecidos pela humidade do Inverno” (Casão, 2011, p.31).

Em Lisboa, um alojamento inicial anárquico em prédios antigos da cidade ou em edifícios rurais desocupados foi depois reestruturado em edificações denominadas de “pátios”. Conjuntos de casas viradas para um espaço comum, de formas mais regulares e menos aglomeradas que as “ilhas”, estes definiam quarteirões de habitações com dinâmicas próprias, à margem do compasso da cidade, mas dentro dos limites impostos por ela. Ambas as tipologias habitacionais eram de iniciativa privada, promovidas por pequenos comerciantes que, através de um investimento baixo e por isso atrativo, asseguravam lucros consideráveis para si e davam uma possibilidade de resposta à necessidade básica de casa dos trabalhadores. As “vilas” apresentaram outra conceção habitacional, instituindo-se como bairros construídos pelos donos das fábricas para arrendamento aos seus trabalhadores, já mais incorporados na tessitura urbana. Soluções pouco satisfatórias, contudo, na medida em que as rendas exigidas eram altas perante o salário auferido. A falta de higiene e a omnipresença de fome e de doenças contagiosas, como a tuberculose ou a febre tifoide, tornava estes locais insalubres e perigosos, não apenas para os residentes nestes bairros, como para a restante cidade. A crise habitacional manteve-se na medida dos constrangimentos do setor da construção civil, de estrutura rígida, fragmentada e pouco especializada, onde a reduzida oferta de casas levava os operários a sujeitarem-se à disponibilidade e condições existentes. A esta realidade não era ausente uma consciência na sociedade da dimensão do problema da habitação, patente em intervenções públicas e na imprensa. Na revista *A Construção Moderna*, o engenheiro Mello de Mattos já discorria sobre a condição das habitações dos operários, sendo acompanhado nestas preocupações higienosanitárias pelo arquiteto Lino de Carvalho (Gonçalves, 2019).

Já em 1883 ocorreu uma primeira tentativa de legislação sobre a habitação, depois de analisado um relatório sobre as condições de salubridade em Lisboa e de um inquérito industrial de 1881, propondo isenções fiscais na construção de casas com renda limitada. No ano seguinte, uma nova proposta de lei admite, ineditamente, que apenas a iniciativa direta do governo ou dos municípios permitiria a construção de casas baratas, mas o assunto continuava sem unanimidade política (Almeida, 2019).

A grave crise económica desencadeada a partir de 1890, tanto pelo contexto internacional como pelo ultimato inglês a Portugal, teve fortes repercussões no país, com a subida da inflação a afetar o aprovisionamento de alimentos e de matérias-primas essenciais, provocando uma crise política e um clima de instabilidade social. Deste modo, a proposta seguinte de legislação sobre habitação só ocorre em 1901, pela mão do deputado Guilherme Santa-Rita, que vai ao encontro da última proposta apresentada, baseada na promoção da iniciativa privada para a construção de casas com rendas limitadas e com possibilidade de aquisição por parte do inquilino. Por seu lado, D. Carlos, em 1905, a par das secretarias de Estado dos Negócios do Reino, da Fazenda e das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sugeriu a construção de bairros operários por parte dos municípios ou mesmo do Estado, cabendo a este reservar uma verba anual para o efeito e àqueles assegurar privilégios fiscais e a disponibilização de terrenos e infraestruturas. As casas seriam para venda, com uma tipologia definida, e respeitariam o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, publicado em 1903. Em 1908, Ferreira do Amaral, secretário de Estado dos Negócios do Reino, propôs a criação de um Conselho Superior de Higiene da Habitação para triar as habitações económicas privadas que seriam, posteriormente, colocadas no sistema de rendas condicionadas. Também incentivou os investidores privados à compra de casas degradadas, com o objetivo de serem reconstruídas ou restauradas e depois colocadas no mercado de arrendamento e venda ao inquilino.

Algumas iniciativas filantrópicas também se destacaram neste âmbito, nomeadamente aquela realizada pelo jornal *Comércio do Porto*, na cidade do Porto. Entre 1899 e 1904, o seu proprietário, Bento Carqueja, empenhou-se numa campanha de construção de três bairros habitacionais, com apoio técnico da câmara e financiada através de subscrição pública. Foi uma experiência nova que estabeleceu os alicerces teóricos e práticos para o desenvolvimento de projetos de urbanização posteriores.

O tónus da política habitacional portuguesa perseguia assim a abordagem da promoção da iniciativa privada, disponibilizando-se o Estado a apoiar administrativamente e com benefícios fiscais, tanto os investidores como os inquilinos compradores. Mas insuficiente para a procura, o mercado de habitação cingia-se à disponibilidade económica dos moradores e por isso dispar da urgência para habitação digna e acessível com que se debatiam as populações mais pobres da cidade.

A instauração da República a 5 de outubro de 1910 augurou novas esperanças para a classe fabril que se manifestava nas ruas e que requeria melhores condições de vida. Mas o espoletar da 1ª Guerra Mundial instalou novamente no país um contexto de grave situação económica, com o défice público e a inflação a provocar uma acentuada subida de preços, elevadas taxas de desemprego e a reinstaurar a

instabilidade social pela falta de bens, fome e conseqüente violência e crise política. A situação precária dos trabalhadores fabris agravava-se e não se perspectivavam soluções a breve trecho.

A cidade do Porto recupera o protagonismo na tentativa de disponibilização de habitação acessível pela mão do médico Eduardo Santos Silva – vice e depois presidente da comissão executiva da Câmara Municipal do Porto – que, entre 1914 e 1917, e num contexto socioeconómico agreste, foi o principal impulsionador da construção de quatro empreendimentos de habitação económica, com fins de arrendamento, sob a forma de casas geminadas em banda ou em grupos de quatro, já com casa-de-banho, algumas com quintal ou jardim e alguns equipamentos públicos. Designadas “colónias operárias”, localizavam-se nas imediações de fábricas onde já se espraiavam as “ilhas” e constituíram a primeira iniciativa municipal no âmbito da habitação social. Pela mesma altura, surgia uma proposta de um programa habitacional na Câmara dos Deputados, emanada dos Ministérios das Finanças e do Fomento, concedendo benefícios a municípios, cooperativas de habitação e de previdência para a construção de casas a custos controlados, para arrendamento e aquisição pelos inquilinos. Em 1914 e 1916, Francisco Sales Ramos da Costa e outros deputados sugeriram projetos de lei no mesmo sentido, propondo a criação de um mercado imobiliário de casas baratas (Almeida, 2019).

O Decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918 configura o momento charneira da política pública de habitação, com a promulgação do primeiro diploma dedicado à promoção da construção de habitações sociais. Na sequência das propostas legislativas anteriores, e deparando com uma situação de turbulência social extrema, o governo de Sidónio Pais verteu para lei a iniciativa pública de promoção privada na construção e venda de casas com preços e rendas baixas, acessíveis às populações urbanas carenciadas. Para isso eram atribuídos aos investidores benefícios fiscais, concedidos empréstimos com baixos juros e permitida a expropriação de solos urbanos para este fim. Era ainda assegurada a participação das câmaras municipais na contextualização urbanística das habitações, através da construção de ruas, esgotos, iluminação ou escolas, assim como a disponibilização de transportes baratos para estes bairros. Surgindo aqui o conceito “casal de família”, instituição inalienável correspondente ao imóvel familiar, o decreto do Bairro das Casas Económicas veio acompanhado de um Regulamento de Construção e Venda de Casas Económicas. As casas seriam de tipologia unifamiliar ou em banda, mas existiram alguns bairros com habitação plurifamiliar, até 3 andares (Almeida, 2019; Lameira, 2019). No entanto, perante um período social e economicamente conturbado, subsequente à 1ª Guerra Mundial, e com a gripe pneumónica a assolar várias regiões do país, a iniciativa privada esmoreceu e foi o Estado a avançar com a construção, a partir de empréstimos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), dos primeiros bairros sociais no Porto e em Lisboa.

Em 1919, o governo liderado por Domingos Leite Pereira instituiu um novo programa de habitações económicas. O Decreto n.º 5481 de 30 de abril permitiu a construção de mais quatro bairros operários de iniciativa pública, estabelecendo-se estes bairros sociais apenas para fins de arrendamento. A partir de 1922, diferentes orientações políticas governamentais diligenciaram a revogação sistemática da legislação habitacional em vigor, suspendendo os trabalhos em curso no domínio da habitação social, ao mesmo tempo que se tentava a alienação destes imóveis do Estado. De regresso ao poder em 1925, Domingos Leite Pereira, justificando-se com a incapacidade de resposta das finanças públicas e a inoperacionalidade construtiva, inverte a sua orientação anterior e determina o fim da promoção estatal de habitação pública. Até à data do golpe militar em 1926, que determinou o fim da República, foram dissolvidas as comissões administrativas dos bairros sociais do Porto e de Lisboa e apenas foram concluídas as casas ainda em construção, para venda em hasta pública (Almeida, 2019).

3.2. A habitação social no período da Ditadura Militar e no regime do Estado Novo: diversificação e experimentação de respostas na subordinação à ideologia político-institucional

Dentro da conjuntura político-social da Ditadura Militar, em 1928, o Governo de José Vicente de Freitas, com António de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças, relança a promoção da habitação acessível, por intervenção de empresários privados, através da concessão de incentivos fiscais e de crédito facilitado, indo buscar o seu financiamento a instituições assistencialistas. Este programa do Regime de Casas Económicas, assumido pelo Decreto-Lei 16055, de 22 outubro, destinava-se a construir casas, também já de modelo plurifamiliar, em blocos habitacionais com dois pisos, ocupadas sob o regime de arrendamento com renda controlada (Almeida, 2019; Santos & Brito, 2019). Esta estratégia de ocupação plurifamiliar já tentava uma maior eficácia na oferta habitacional, mas que seria interrompida – até à década de 1940 – pela preferência dada pelo Estado Novo à moradia unifamiliar. Este ver-se-á forçado a regressar à mesma face à incapacidade de acomodar numericamente as solicitações habitacionais (Lameira, 2019).

O período do Estado Novo traz um novo capítulo na história da habitação social, enformada no desígnio ideológico de adequação aos valores do regime, configurados na triangulação Deus-Pátria-Família. Estruturado o país sob uma hierarquia corporativa inculcada nas estruturas e na orgânica quotidiana, a propaganda ideológica difundida massiva e incessantemente, por todos os meios de inculcação do Estado voltados para as populações, prometia a estabilidade e a comunhão de um ideário que tentava apagar uma experiência liberal de 100 anos, apregoada como memória perversa. A família emoldurava desde a infância a educação de cada indivíduo, e a casa própria, edificadora destes

princípios, constituía um valor privado a merecer, deter e preservar. Descredibilizando os modelos habitacionais republicanos, adjetivando-os de despesistas e disfuncionais, e promotores da destruição da unidade familiar, por não apresentarem condições de salubridade, privacidade ou adequação moral, a obtenção de uma casa individual impunha-se como salvaguarda dos valores do lar, à qual se acedia através da disciplina orçamental para a habilitação, seleção e manutenção da habitação, assim como mantinha o indivíduo longe da perniciosidade do diálogo crítico e das lutas político-sindicais (Santos & Brito, 2019).

No mesmo ano de 1933 em que era estabelecido formalmente o novo regime político pela Nova Constituição Portuguesa, decorria o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em Atenas, palco de debate de ideias quanto à forma de fazer a cidade. Em Portugal desenhava-se uma estratégia interventiva para combater o crescimento caótico e descontrolado das periferias urbanas, difundida como uma abordagem pioneira, congruente e assertiva (Mangorrinha, 2019). A linha de ação do Estado seguiu, inicialmente, a estratégia de construção e venda de bairros de casas económicas, herdeiros dissimulados dos bairros sociais da República. Este Programa das Casas Económicas (Decreto-Lei n.º 23052, de 23 de setembro de 1933), que reformulava o de 1928, prosseguiu sob a responsabilidade do Ministro das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco, e era validado segundo a estratégia de um equilíbrio financeiro apoiado no recém-criado Fundo de Desemprego (Decreto n.º 21699 de 30 setembro de 1932). Este financiava as isenções fiscais e auxílios financeiros fornecidos aos construtores de habitação económica, resultando de uma taxa adicional às contribuições prediais e ainda de impostos sobre doações e sucessões. As casas económicas de modelo unifamiliar destinavam-se a alojamento social, construídas em parceria com as câmaras municipais, corporações administrativas ou organismos do Estado, com a possibilidade de aquisição por parte do inquilino, numa amortização a 25 anos. O primeiro ciclo do Programa de Casas Económicas (1933-1945) sustentou-se numa regulação financeira rigorosa a partir do Fundo das Casas Económicas e estava sob a planificação e gestão do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), mais particularmente da Secção das Casas Económicas pertencentes à Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. As casas económicas estavam alicerçadas num regime de propriedade resolúvel com obrigação de constituição do “casal de família”. Os pequenos bairros de casas individuais ou geminadas, com um ou dois andares e um jardim, propriedade de cada família, harmonizados na morfologia e na categoria de rendimentos dos seus moradores, constituíam o quadro idealizado e regulamentado dentro da ideologia do regime, uma peça da engrenagem moral, social e económica essencial à manutenção dos valores tradicionais da sociedade. Em áreas periféricas urbanas devido à acessibilidade do preço dos terrenos e pela exigência de espaço, pretendiam arredar a

imagem das casas empilhadas, degradadas e sobrelotadas dos arredores estabelecendo, na relação com a cidade, um protagonismo ideológico edificado na forma e organização do espaço (Santos & Brito, 2019). O regime de propriedade incentivado pelo Estado e a figura da propriedade resolúvel consubstanciaram as políticas públicas de habitação até 1945, num processo de arregimentação ao Estado, através do qual o título de propriedade da habitação podia ser revogado em caso de verificação de comportamentos morais ou sociais reprováveis por parte de qualquer membro do agregado familiar.

A reduzida eficácia do programa em termos de procura e ocupação levou a um segundo ciclo, com maior intervenção do Ministério das Corporações e da Previdência Social, entre 1946 e 1974. Pelo Decreto-Lei n.º 33278, de 24 de novembro de 1943 e pela sua reformulação pelos Decreto-Lei n.º 39288, de 21 de julho de 1953, e n.º 43973, de 20 de outubro de 1961, alargaram-se as classes das casas económicas e as condições de acesso dos candidatos para aceder às mesmas. A gestão do parque de casas económicas por parte do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência entrava por vezes em conflito com as orientações do MOPC – de onde provinha a planificação e construção –, mas decorria da estratégia governativa de associar o acesso à habitação aos seus diretos beneficiários. A consecutiva legislação tentou resolver os problemas do programa, onde o parque habitacional se avolumava sem haver ocupação, quer por reiterada incapacidade das famílias mais pobres se candidatarem à ocupação das casas, quer pelos pedidos constantes de transferência de moradores adquirentes para classes superiores. De facto, este programa não apresentava uma resposta social efetiva a quem necessitava verdadeiramente de alojamento, antes abria caminho a uma classe média de funcionalismo público e de grupos socioprofissionais relevantes, base de apoio do regime, que era assim apaziguada e recompensada através da oferta habitacional (Santos & Brito, 2019).

Perante a situação de incompatibilidade entre o Programa das Casas Económicas e a reduzida capacidade económica de muitas famílias, e especialmente para alojar aquelas que ocupavam os bairros clandestinos em Lisboa e no Porto, o Programa das Casas Desmontáveis, instituído pelo Decreto-Lei n.º 28912, de 12 de agosto de 1938, viu o Governo subsidiar diretamente a construção de casas, em regime de transitoriedade habitacional para o acesso a uma habitação própria. Renomeado Programa de Casas para Famílias Pobres ou indigentes desalojadas, por motivos de processos de urbanização planificados, pelo Decreto-Lei n.º 34486, de 6 de abril de 1945, foi alocada às Misericórdias e organismos administrativos a edificação de casas provisórias que alojassem a título precário famílias sem condições económicas para aceder a outras possibilidades de alojamento público. O Estado e o Fundo do Desemprego financiavam substancialmente a construção destes ajuntamentos de casas, em terrenos disponíveis para aquisição e construção, sendo estipulada uma renda fixa. Inicialmente de tipologia

unifamiliar passou a plurifamiliar, com habitações de dois ou mais andares, percorridos por galerias no seu interior. Neste regime, o Estado complementava o seu papel no setor da habitação, assumindo o papel de proprietário das casas, através do financiamento e apoio técnico do MOPC. A premissa de transitoriedade para a aquisição de uma casa resolúvel esbarrava, contudo, na incapacidade de provisão económica daqueles que dela necessitavam (Lameira, 2019; Mangorrinha, 2019; Santos & Brito, 2019).

O Programa de Casas de Renda Económica, instituído pela Lei n.º 2007 de 7 de maio de 1945, tentou responder à procura de habitação social por parte de quem não possuía recursos suficientes para se tornar proprietário de uma casa económica, acedendo ao regime de inquilinato. Tratava-se de fomentar a construção de casas por parte de entidades de âmbito mais alargado, concedendo empréstimos competitivos e benefícios fiscais, sendo adquiridos terrenos às câmaras municipais, para neles serem construídas e colocadas no mercado habitações sob o regime de venda ou de arrendamento a valores reduzidos. Neste programa já se introduziram alterações às formas e à tipologia para responder às solicitações quantitativas de habitação, constituindo novos modelos de habitação plurifamiliar, em prédios até quatro andares. A Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, instituída em 1946 sob a alçada do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, ficou encarregue de as construir, em colaboração com as câmaras municipais, quando não se conseguiu que as entidades privadas abraçassem o programa. Começou por esta iniciativa o desenho de uma nova tendência na forma de encarar as políticas públicas de habitação social, não focadas exclusivamente no propósito de aquisição de propriedade própria – que regressaria nos anos de 1980 –, mas alargando a sua aplicação ao regime de arrendamento social (Lameira, 2019; Santos & Brito, 2019).

O Programa de Casas de Renda Limitada foi uma nova modalidade habitacional surgida através do Decreto-Lei n.º 36212, de 7 de abril de 1947, que estipulava a construção de prédios de rendimento para arrendamento, a partir de terrenos cedidos pelos municípios a investidores privados a preços competitivos. Aqui a renda dos apartamentos tinha o seu valor máximo definido, sem haver margem para o seu aumento por parte dos proprietários. Houve neste programa algum grau de experimentalismo nas tipologias de habitação, interpretando um conceito modernista da arquitetura, com edifícios paralelos rodeados por áreas e percursos ajardinados. Estas conceções, em alinhamento com as diretivas da Carta de Atenas, mostram a influência que o Movimento Moderno impregnou na conceção e planeamento urbanístico local destas soluções habitacionais nos anos de 1940 em Portugal, quer na sua implantação espacial como nas escolhas arquitetónicas e de materiais, realçando a importância de diversos fatores que não os estritamente racionais no desenvolvimento de respostas efetivas à questão da habitação social (Lameira, 2019; Santos & Brito, 2019).

Ambos os programas seguiam um princípio de utilidade pública que nenhuma entidade privada podia ultrapassar e o Decreto-Lei n.º 2030, de 22 de junho de 1948, assim o concretizava. O Governo alargava o seu raio de apropriação do domínio da habitação, podendo subscrever capital de sociedades construtoras de casas para estes fins.

As tensões político-ideológicas dentro do regime foram-se acentuando à medida que se aproximavam os anos de 1960, década que ficou marcada pelo desenvolvimento da guerra colonial, por uma notória expansão industrial e pela migração elevada para os centros urbanos. Esta pressão demográfica expunha flagrantemente a escassez de oferta habitacional acessível e de estruturas e equipamentos de apoio, em parte fruto de uma gestão deficitária das políticas públicas de habitação, dispersas temporal e institucionalmente, sistematizadas e coordenadas por diferentes atores e recursos, incapazes de atender às solicitações dos seus habitantes, enquanto uma progressiva pressão do capitalismo liberal disputava o desenvolvimento urbanístico. A fuga para soluções ilegais acentuou-se à medida que extensas áreas eram ocupadas precária e clandestinamente por casas improvisadas sem condições mínimas de habitabilidade. Campo fértil para a atuação de pequenos agentes, incapazes de competir com os monopólios da construção, estes compravam terrenos não licenciados para habitação nas áreas metropolitanas e neles desenvolviam um mercado paralelo. Construindo, arrendando ou revendendo casas e lotes que rapidamente passavam a constituir áreas de autoconstrução sobrelotadas e degradadas, estas ainda eram disputadas e subalugadas num negócio que florescia e se impunha à custa das necessidades mais prementes de abrigo das populações mais pobres (Santos, Teles & Serra, 2014).

Urgiam soluções que fizessem face ao problema social da habitação numa sociedade que se confrontava com a inevitável abertura do país aos mercados internacionais, nomeadamente com a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre, a 4 de janeiro de 1960, pela Convenção de Estocolmo. O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) pretendeu coordenar um papel mais interventivo do Estado num setor dominado pelos objetivos da iniciativa privada. De facto, a indústria de habitação estava direcionada para as classes mais elevadas, tinha um carácter monopolista, e desenvolvia-se de forma descoordenada e especulativa, sem uma visão integral de urbanismo. Acumulando rendimentos da construção e da promoção imobiliária apostava, sobretudo, nas grandes obras públicas e do turismo, nas áreas urbanas e suburbanas de Lisboa e Porto. A intromissão legislativa de precedência do direito público do Estado no setor veio ainda reforçar esta tendência, defletindo ainda mais a aplicação dos investimentos privados para as áreas que permitiam uma maior liberdade económica e retorno comercial (Bandeirinha, 2019).

O III Plano de Fomento (1968-73) surgiu pela incapacidade de concretização do plano anterior, e prefigurava novas medidas na área da habitação económica, intervindo na disponibilidade fundiária e aligeirando os processos burocráticos. Foi criada a Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação e desenharam-se novos planos urbanísticos (Santos & Brito, 2019). Esta faceta emancipada das tradicionais coibições políticas despertou a indignação dentro dos setores mais conservadores do regime, levando ao corte significativo dos objetivos previstos, num digladiar de posições que reconhecia as mudanças que se desenhavam no seu interior. Nesta orientação mais vanguardista, Marcelo Caetano seguiu uma linha de recrutamento em ambiente universitário e empresarial de uma nova geração de jovens técnicos com uma visão integradora e consubstanciada em novas ideias e metodologias de trabalho. Estes vão ocupando posições de destaque nas instituições do Estado relacionadas com o setor da habitação, como são os casos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) ou da Direção-Geral de Urbanização e no Ministério das Obras Públicas. Foi neste âmbito exploratório que decorreu o Colóquio sobre Política de Habitação, entre 30 de junho e 5 de julho de 1969, no LNEC, ambicionando-se a discussão e conjugação de ideias para uma resposta definitiva à questão da habitação. Tendo o arquiteto Nuno Portas como relator, o colóquio pretendia definir uma política de habitação, pesando as necessidades e o perfil dos agregados familiares mais carenciados, resultando em propostas de caráter incisivo de financiamento do Estado aos programas habitacionais. O Colóquio foi sintomático da mudança que estava em movimento. Influenciado pelas abordagens teóricas internacionais que extrapolavam o dogmatismo conceptual da casa como sinónimo de abrigo da célula familiar, a discussão foi alargada para a valorização do indivíduo e do seu direito irrevogável à habitação condigna e à participação na cidade, num verdadeiro e integrado direito social à habitação. As prioridades redirecionaram-se de uma resolução quantitativa para uma solução humanizada, controlando a especulação territorial, apostando no investimento em casas mais acessíveis e na assunção de permanência nos locais de residência em caso de realojamento, priorizando a inserção sócio identitária das populações e a sua participação na definição da cidade (Bandeirinha, 2019).

Neste contexto de inovação, e no sentido de consolidar e centralizar num único organismo a orientação do setor da habitação, eliminando a dispersão de competências, responsabilidades e recursos adstritos a diferentes instituições, foi criado em 1969, pelo Decreto-Lei 49033 de 28 de maio, o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), instituição dotada de autonomia financeira e administrativa, tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, e ao qual foram atribuídas todos os serviços concernentes à habitação sob a sua alçada, nomeadamente os decorrentes da Direção Geral dos Monumentos Nacionais e do Gabinete de Estudos de Habitação, sob a tutela da Direção Geral de Serviços de Urbanização. O

pressuposto de relevar a habitação social no quadro maior da política nacional de habitação em Portugal transparece no texto do diploma da sua criação: “importa assinalar que, apesar de se pretender, antes de mais, com a instituição do Fundo, fomentar a construção da habitação social, correspondendo a uma das mais prementes necessidades nacionais, se inclui entre as atribuições do novo organismo o estudo sistemático da problemática social da habitação“(Decreto-Lei 49033, de 28 de maio, p.583), além de a integrar e conjugar com o planeamento urbano, nomeadamente para a facilitação de disponibilização de terrenos para construção, áreas que vinham a ser tratadas e coordenadas de forma separada. De facto, era patente o constrangimento sentido na afetação de terrenos para construção, quer pela sua inexistência em relevância quantitativa compatível com as exigências de construção sentidas, quer pela disputa dos existentes por entidades diversas, provocando um aumento especulativo dos mesmos (Bandeirinha, 2019).

O seu financiamento provinha, para além do Fundo de Desemprego e do Fundo das Casas Económicas e da comparticipação das autarquias, dos empréstimos contraídos pela CGD, Crédito e Previdência, originados, em grande parte, em instituições externas como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Coordenação e Desenvolvimento Económico, às quais Portugal aderiu em fevereiro de 1956 e dezembro de 1960, respetivamente. Esta participação obrigava o país a uma coordenação e confluência teórica com as ideias mais progressistas, já preconizadas no Colóquio. Pelo Decreto-Lei n.º 583/72, de 30 de dezembro, o FFH saiu reforçado na centralização das suas competências, ao acrescentar às suas as dependentes do Ministério das Corporações e Previdência Social, dualidade de orientações que ainda constrangia muitas das suas decisões no âmbito da promoção pública de habitação. Os seus recursos financeiros foram reforçados através da reafecção das receitas do Fundo Permanente da Caixa Nacional de Previdência da CGD, que seriam aplicados na construção de habitação para funcionários do Estado e das autarquias, priorizando a sua atividade como de carácter de utilidade pública (Bandeirinha, 2019).

Se as políticas de habitação no Estado Novo funcionaram como instrumento político de inculcação dos valores propalados pelo regime, não deixaram também de ser objeto de particular exploração e modernização, patente na sistematização e reorganização do setor, com a criação de vários organismos responsáveis pelo planeamento, aplicação e fiscalização de diferentes programas, efetivando-os através de diferentes tipologias, financiamento e cobertura territorial. Contudo, se o discurso do regime apontava para os mais necessitados, o seu foco estava, efetivamente, nas famílias de classe média, que pretendia circunscrever à esfera privada do lar e aos papéis que lhes cabiam dentro da recuperada tradição rural dos ideais do regime. Numa primeira fase, a moradia unifamiliar e o designado “estilo nacional”

instrumentalizaram e homogeneizaram a arquitetura e a construção em prol de uma política habitacional enredada em objetivos mais ideológicos do que sociais. Eram objetivos de progresso que mascaravam com a lisura arquitetônica a rudeza das condições de vida das classes pobres que pejavam com barracas as periferias urbanas. Estas impuseram, a partir da década de 1940, a adoção de novos programas de habitação econômica que romperam com os anteriores, cedendo à pressão demográfica e às necessidades econômicas reais da população. Foram assim construídos bairros de edifícios coletivos de dois ou mais andares, agora em regime de arrendamento controlado e com heterogeneidade de modelos e intervenções. De um objetivo inicial de índole corporativista, o Estado foi apostando num modelo econômico misto, incorporando o financiamento privado nas suas soluções habitacionais e redesenhando, no emaranhado legislativo produzido, a sua função orientadora para um papel facilitador do crescimento privado, este já apartado dos limites corporativistas (Santos & Brito, 2019).

A ação do Estado Novo no domínio do alojamento social foi residual e segmentada, sobretudo dirigida para a resolução local de problemas conjunturais através da promoção direta e do recurso ao investimento privado, não sendo determinante para acabar com a crise de habitação existente, continuando as classes economicamente mais desfavorecidas demarcadas na sua condição excludente por falta de capacidade de competir no mercado livre. As soluções aplicadas não perseguiram um objetivo integrado de urbanismo e habitação a longo prazo, antes surgiam como uma reação às consequências da expansão industrial e das cidades, atendendo às necessidades mais urgentes onde estes problemas se evidenciavam.

No epílogo do regime, o setor da habitação econômica tentava então a implementação de um corpo de respostas mais consistente, centralizado num único organismo, e procurando uma intervenção mais assertiva do Estado, ambicionando-se uma concertação entre o desenvolvimento econômico e social do país com uma política de habitação que envolvesse as necessidades de alojamento e bem-estar da sociedade. Estes avanços jurídico-legislativos, se não encontraram no regime ditatorial a latitude e eventual contexto temporal para serem aplicados devido ao fim intempestivo do regime do Estado Novo, forneceram os primeiros instrumentos e regulamentos, e reflexões, para a aplicação destas e de outras reformas administrativas e estruturais na definição de uma política de habitação.

Um Programa de Política Habitacional surgiu efetivamente em julho de 1975, pela mão do 4º Governo Provisório, a reivindicar a importância e a necessidade de uma participação mais ativa do Estado na questão habitacional. Nele constava um levantamento das existências e carências de habitação nacional propondo, em sequência, a construção de um número substancial de casas para fazer face ao problema. Neste alinhamento, as políticas habitacionais do período pós-revolucionário pretenderam,

através de um amplo e diversificado campo de estratégias de intervenção – promoção pública central e municipal, promoção associativa e cooperativa, promoção em parceria com o setor privado – aumentar consideravelmente o parque edificado de habitação social.

3.3. Os bairros sociais como ícone de habitação social no período pós-25 de Abril de 1974: das soluções coparticipativas aos grandes programas de realojamento

Os alvares do novo contexto político-social de liberdade carregavam incontáveis expectativas de conquistas e preencheram-se de reivindicações. No período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974, auguravam-se alterações profundas nos vários domínios da sociedade, onde se incluía o setor da habitação. Mas, no clima de euforia e de possibilidades, o choque entre as premissas de mudança, contidas nos projetos habitacionais desenhados, com a instabilidade política e a realidade prática existente, cedo defraudou a aplicabilidade e a viabilidade de uma transformação integrada e significativa a breve trecho. Já a sofrer a influência da recessão económica mundial, decorrente do primeiro choque petrolífero em 1973, o país encontrou-se subitamente num contexto de descolonização com o regresso de muitos milhares de portugueses das antigas colónias, que se aliava a um contínuo fluxo rural para as cidades, acentuando abruptamente a necessidade de arranjar estratégias de acomodação urbana. Como até então era inexistente em Portugal um Estado-Providência que assegurasse a participação significativa do setor público na resposta às necessidades populacionais, o país mostrava um parque habitacional público grandemente deficitário e semiabandonado, sem políticas de conservação e reconstrução.

Múltiplas campanhas e ações populares multiplicavam-se na exigência de melhores condições de vida, de melhores casas e bairros. O ambiente de mobilização espontânea conduzia as pessoas para manifestações no espaço público, desenvolvendo-se um espírito comunitário repercutido na reclamação, reflexão e discussão de medidas concretas, urgentes e necessárias. Nuno Portas, arquiteto intimamente consciente da realidade habitacional do país, e conhecedor de experiências internacionais no domínio da habitação, foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1º Governo Provisório, exprimindo publicamente a necessidade de contornar a burocracia institucional e de emancipar as populações para a resolução dos seus próprios problemas. Assim, no contexto de casas indevidamente ocupadas e bairros de barracas espalhados pelas cidades, desenvolveu-se uma experiência política inédita no domínio da melhoria e reorganização do edificado habitacional urbano. O projeto SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – foi criado no verão de 1974 e emergiu como uma solução diferenciadora na resolução do problema da precariedade da habitação existente. Na sequência do ambiente inovador que rodeou a criação do FFH, esta resposta enquadrou-se naturalmente na sua

dependência. Efetivada em despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, projetou-se na senda da interdisciplinaridade e da interligação cooperante entre as propostas políticas, técnicas e dos moradores das áreas habitacionais a serem intervencionadas. Na sua redação, o Despacho DD4630 de 6 de agosto clarifica os objetivos do programa SAAL, estando, no seu âmbito de ação, “apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros”. Rompendo com a emanção de leis na vertente *top-down*, aqui promovia-se a abordagem *bottom-up* (Antunes, 2019), onde cabia aos moradores a primazia da iniciativa formal levada a avaliação em sede do SAAL, sob a forma de grupos organizados e legitimados em Associação, que integravam o desenvolvimento do plano, desde a fase de idealização à sua implementação. Para o efeito foram constituídas brigadas ambulatórias com equipas técnicas multidisciplinares que, usando uma aproximação democrática às comissões de moradores, definiam dialeticamente as estratégias e tipologias de construção para as novas habitações. Promoviam-se sessões de debate e esclarecimento, discutiam-se hipóteses de recursos, materiais e tipologias e muitas vezes os moradores eram convidados a colaborar no próprio processo de obra do seu espaço de residência. Através do Regulamento de Uso de Habitação formalizava-se a normatização jurídica e legislativa que cabia à instalação de novas urbanizações. A utilização da imprensa local como veículo de difusão e captação de interesse permitiu o envolvimento, o conhecimento e a participação transversal da cidade na consciencialização para a cidadania ativa. Projeto desburocratizado para reestruturar os substantivos bairros precários existentes, teve particular incidência nas zonas urbanas de Lisboa, Porto e Setúbal, e realçava a importância e papel dos moradores na definição e organização do seu próprio espaço de habitação na sua cidade, assumindo escolhas de arquitetura e engenharia no cruzamento da funcionalidade com a estética.

Nesta capacitação participativa, era garantido aos moradores o exercício do direito à cidade, contemplando a efetivação local das suas ideias, desenvolvidas no seio da comunidade habitacional, que melhor corresponderiam à ideal ou desejada reordenação ou renovação do seu espaço de residência. Era, em continuidade, conferida a salvaguarda de fruírem compensatoriamente desse espaço, na premissa da ligação afetiva e efetiva à sua casa, à sua vizinhança e ao seu bairro, arredando a desvinculação espacial para local ermo de reciprocidade identitária, como muitas vezes acontecera em processos anteriores de realojamento. O programa SAAL desdobrava-se em filiais regionais, nomeadamente o SAAL Norte, o SAAL Lisboa e o SAAL Algarve, com diferentes configurações técnicas e processuais, almejando a resolução de situações habitacionais diversas. Se em Lisboa o objetivo foi sobretudo a intervenção em bairros clandestinos localizados nas áreas urbanas periféricas, no Norte a

sua ação focalizou-se nas “ilhas”, territórios habitacionais necessitados de habitação urgente para uma situação de habitação condigna. O *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, produzido pelo 6º Conselho Nacional do SAAL, sistematizou e procurou justificar a legitimidade e dimensão do seu trabalho, quando em redor do programa se levantaram alguma desconfiança e suspeitas de irregularidades, o que não evitou a sua extinção precoce, logo em 1976. Fruto do redirecionamento político e ideológico a partir do 25 novembro de 1975, os projetos de índole participativa e comunitária foram alvo de críticas, ataques e descredibilização, e a criação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, pelo Decreto-Lei n.º 117-E/76, de 10 de fevereiro, acabou por reestruturar a orientação das políticas de habitação públicas. Em 27 de outubro de 1976, quando “saiu o Despacho ministerial que «deslocava» a tutela do SAAL para as Autarquias, estavam em atividade 169 operações em todo o país, que envolviam 41 665 famílias de moradores pobres. Em construção, estavam 2 259 fogos e estava iminente o arranque de mais 5 741”. Após essa data, as operações foram “alvo de métodos de adaptação administrativa e processual que, nalguns casos, chegaram mesmo a inverter, ou a anular, as formulações anteriores. Muitas operações mudaram o local de intervenção, outras mudaram de equipa e de projeto, outras seguiram os mesmos projetos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado, outras, pura e simplesmente, acabaram” (Bandeirinha, 2011, p.14).

De modo singular e progressista, e dentro dos valores contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Carta Social Europeia de 1961, a Constituição da República Portuguesa de 1976, desde logo consagrou, no Artigo 65º, Ponto 1, o Direito à Habitação e a sua acessibilidade: “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, incluindo ineditamente “preocupações com a rede de transportes e de equipamentos sociais”, assim como a necessidade de apoiar especificamente as “iniciativas das comunidades locais” [...] a “autoconstrução”, as “cooperativas de habitação” e, também, “políticas tendentes a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar”. A sua redação insistia na importância de o setor público assegurar o direito à habitação, formulando conceptualmente a casa não só como fonte de proteção e resguardo, mas, sobretudo, como pilar inalienável de integração sociocultural do indivíduo e das comunidades.

Neste sentido, o Estado estendeu a sua ação de promoção direta, dentro das competências do FFH, sobretudo através dos Planos Integrados e das realizações diversas, visando a construção de casas financiadas pelo Estado central, por intermédio de concursos públicos. Mas agora não se projetavam bairros de casas unifamiliares, antes grandes empreitadas em altura, aglomeradas e densamente

ocupadas, que rapidamente reconfiguraram o perfil paisagístico das periferias dos grandes centros urbanos. Numa linha de continuidade com as novas ideias de urbanização propaladas na Europa, na senda da Carta de Atenas – que definiu os princípios do urbanismo moderno e da qual Le Corbusier foi figura central –, no rescaldo da 2ª Guerra Mundial e da premente necessidade de alojar uma população carenciada em números cada vez maiores, a mudança de estratégia na tipologia habitacional – já inaugurada na década de 1960 em virtude da incapacidade fundiária e económica de alojar os milhares de pessoas que se avolumavam nas áreas urbanas em casas unifamiliares – priorizava as ideias de funcionalismo e diferenciação da ocupação do espaço, defendendo a verticalização e padronização das construções. E assim, “a solução mais adotada foi a construção de bairros sociais verticalizados e de grande densificação urbanística na periferia das cidades, por vezes em locais de difícil acesso e já socialmente estigmatizados”. Além disso, “o facto de a população destes bairros ser muito semelhante em termos culturais e ter um passado de exclusão social, transformou muitos deles em “ghettos”, associados a comportamentos marginais”, associando, inequivocamente, as políticas de habitação social e a marginalização sócio territorial, num “«efeito boomerang» entre situações de vulnerabilidade social e a tendência para o agravamento das condições de desqualificação social e de deterioração das relações sociais” (Martins, 2017, p.19).

Intervindo indiretamente na construção de habitação social, o Estado promoveu as Obras Comparticipadas (em continuidade com o programa Casas para Famílias Pobres, financiava entidades várias para a construção de habitação acessível para famílias carenciadas, sob o regime de arrendamento), o programa Auto-Construção (concessão de empréstimos sem juros para a construção de casa própria) e ainda facilitou a cedência de empréstimos às Câmaras Municipais para a construção descentralizada. Os Contratos de Desenvolvimento para Habitação (CDH), programa estabelecido em novembro de 1974, do qual resultou a construção de um substancial número de casas para venda a preços reduzidos, era subsidiário do programa das Casas de Renda Limitada e apresentava o mesmo objetivo de mobilizar a iniciativa privada para a promoção de habitação social. Para este efeito, o Estado conferia vários benefícios fiscais e de financiamento, dava garantias de acesso privilegiado a terrenos de construção e garantia o apoio técnico do FFH.

Neste período houve também lugar e apoio estatal a outra resposta para o problema habitacional que ganhou particular relevo: o movimento cooperativo. Já desde a promulgação da Lei Basilar do Cooperativismo de 1867 que havia um suporte legislativo para o desenvolvimento deste modelo habitacional, mas faltava-lhe a sustentação prática e a experiência de aplicação. Durante o período do Estado Novo foi objeto de desconfiança e dependia de autofinanciamento, pelo que só no contexto de

democracia ele encontrou espaço para se expandir em número e âmbito de ação. A publicação do Regime Jurídico da Cooperação Habitacional permitiu legislar os apoios públicos para as Cooperativas de Habitação Económica (CHE) através da promulgação dos Decretos-Lei n.º 730/74, de 20 de novembro e 737-A/74, de 23 de dezembro, para a aquisição ou construção de casas de interesse social. Fomentadas pelo FFH, nele encontraram um campo fértil para a sua constituição e crescimento, multiplicando-se quantitativa e qualitativamente, especialmente na região Norte. Suportadas pelos conhecimentos técnicos transmitidas pelo FFH, as CHE usufruíram ainda das condições privilegiadas na amortização dos empréstimos concedidos e das respetivas taxas de juro. O apoio às CHE estendia-se ainda aos municípios, que também participavam com a sua quota parte de apoio, tanto fundiário – ao disponibilizar os terrenos para a construção – como assegurando outros apoios financeiros e logísticos necessários. Foi uma outra forma de desenvolvimento habitacional participativo, que envolvia no processo de projeção e edificação os futuros inquilinos das casas a construir. No entanto, as CHE só tiveram os apoios financeiros definidos em 1977 e enquadrados num regime de concessão de crédito geral, o que desmotivou os seus participantes e os retirou de uma ação mais proeminente no setor. A posterior clarificação do diploma, em 1978, não foi suficiente para permitir uma intervenção mais categórica porque se deparou com os constrangimentos financeiros decorrentes da primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal. Em 1980, o seu modelo de ação foi novamente reformulado legislativamente com o Código Cooperativo e, em 1982, surgiu nova legislação no âmbito das Cooperativas de Construção e Habitação, numa sequência de alterações que atravessou os anos seguintes. A criação da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica, em decorrência do II Congresso do Movimento Cooperativo Habitacional, que teve lugar em dezembro de 1980, revela que a afetação financeira mais consolidada permitiu a recuperação da sua atividade, que se estendeu até meados dos anos de 1990. A partir daí, deu-se uma inversão desta tendência e, progressivamente, a primazia da construção foi deslocada para a classe média solvente, com capacidade para aceder ao crédito à habitação para adquirir casa própria (Antunes, 2019).

Ao longo dos treze anos de duração do FFH, a sua estrutura orgânica e o quadro de pessoal foram progressivamente aumentados, compreendendo um plano de atividades dinâmico e inovador no desenvolvimento de estudos na área da habitação e urbanismo ao empregar e incorporar técnicas de planeamento, observação e análise para sustentar a sua intervenção. Mas a sua extinção, em 1982, pelo Decreto-Lei 214/82, de 29 de maio, contextualizou-se neste redirecionamento das políticas públicas de habitação, onde não encontrava lugar a permanência de uma estrutura que favorecia a promoção direta da habitação. Em confluência estratégica com a vontade do Estado se retrair das funções de proprietário

ou senhorio de habitação social, o movimento tendente à venda das casas de renda social aos seus inquilinos levou a que, pelo Decreto-lei n.º 88/87, de 26 de fevereiro, fosse criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), que se tornou responsável pela gestão, conservação e promoção da venda do parque habitacional social público edificado, transferido do extinto FFH. Este património imobiliário, distribuído pelo território nacional, não estava nas melhores condições de preservação, já minado por uma construção deficitária e segmentada, o que elevava as dificuldades do Instituto na sua conservação e gestão. Assim, a preferência pela alienação destas habitações conduziu à sua venda aos respetivos inquilinos, numa primeira fase, e à sua transferência aos municípios onde eles se encontravam, numa segunda, confrontando estes com a muitas vezes ingrata e difícil tarefa de lidar com bairros degradados a necessitar de obras de fundo. Perante este constrangimento, o Estado manteve na sua posse muitas destas habitações, aos quais não direcionou significativas medidas de conservação, mantendo-as em condições não muito diferentes daquelas encontradas aquando da sua afetação ao IGAPHE. O Instituto foi extinto em 2007 e o seu património transitou para o Instituto Nacional de Habitação (INH), nesta altura já redenominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Após a extinção do FFH, para dar continuidade aos programas habitacionais promovidos pelos setores público, privado e cooperativo em curso, foi criado o Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH) pelo Decreto-Lei n.º 217/82, de 31 de maio. Este redundou numa estratégia eminentemente financeira e de apoio à iniciativa privada, afastando-se dos princípios da participação direta do Estado no mercado da habitação, delegando-a aos municípios (Vilaça & Ferreira, 2018). Estes não se sentiram logística e financeiramente capazes de sustentar planos locais de habitação social e as disputas com o poder central levaram a que este organismo não tivesse sucesso na implantação dos seus objetivos, acabando por ser extinto em 1984.

Pela mesma resolução nascia o INH, pelo Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de maio: “criado com o objetivo de suprir o vazio orgânico provocado pela extinção do FFH e do FAIH, funcionou em regime de instalação até Julho de 1986, altura em que foram aprovados os seus estatutos (Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho), alterados na sequência da fusão do IGAPHE com o INH (Decreto-Lei n.º 243/02, de 5 de Novembro)” (Coelho, 2006, p.24). O INH pretendeu, entre outras atribuições, “a) estudar a situação habitacional com vista à formulação de propostas de medidas de política, legislativas e regulamentares; b) preparar o Plano Nacional de Habitação” e “c) coordenar e preparar as medidas de política financeira do sector e contribuir para o financiamento de programas habitacionais de interesse social, promovidos pelos sectores público, cooperativo e privado” (Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de

maio, p.1687), alargando o seu âmbito de ação aos “domínios da reconstrução e reabilitação do parque habitacional de interesse social, do desenvolvimento do mercado de arrendamento, em especial do relativo a habitações destinadas aos jovens e à população mais carenciada, e da intervenção no mercado de solos” (Coelho, 2006, p.24). Nele se começou a evidenciar a estratégia de afastamento da promoção direta do Estado no desenvolvimento de habitação social, atitude que se prolongou pelos anos seguintes. De facto, “se, durante o FFH o poder central acolhia a possibilidade de promover diretamente a habitação pública, com o INH e o IGAPHE, o poder central assumiu uma posição de gestor e financiador, outorgando a promoção direta de habitações públicas ao poder local e a promoção indireta de habitações com interesse social às cooperativas e empresas construtoras [...] a transição entre as décadas de 1980 e 1990 foi um dos momentos mais profícuos para as políticas de habitação portuguesas [...] marcados por uma intensa atividade [...] na construção de habitações a custos controlados” (Antunes, 2021, p.100).

A degradação do parque habitacional público e as parcas condições em que aí residiam os seus moradores, provocado pela inabilidade de gestão estatal e pelo reiterado congelamento das rendas, gerava grande preocupação e levou a que se instituíssem algumas medidas de combate. O RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados – foi uma das primeiras tentativas de intervir na reabilitação do património imobiliário sendo, em 1996, reformulado e renomeado REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas.

Entretanto, o recurso massivo à autoconstrução precária continuava solidamente implantado nos arrabaldes urbanos, situação que já se arrastava desde a década de 1960, prolongando-se nas de 1980 e 1990, revelando a incapacidade das respostas prestadas à falta de alojamento de milhares de pessoas que viviam nos meios urbanos. Por entre a exploração imobiliária, praticada por indivíduos inescrupulosos, que alojava famílias necessitadas em casas e quartos degradados, sobrelotados e insalubres decorria, sob a complacência e inação dos poderes políticos para o estancar, um movimento imparável e bem visível de edificação de bairros de lata, à custa da ocupação de terrenos baldios – designadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Localizadas nas áreas periurbanas das cidades, estes espaços começaram a chamar a atenção pública e política, quer pela sua localização que se ia tornando privilegiada pelas potencialidades que apresentava de expansão e utilização comercial, quer pela fisionomia precária, inestética e indesejada que exibiam. Assim, perante a crescente pressão urbanística e político-institucional de utilizar estes espaços, o governo confrontou-se com a necessidade urgente de produzir legislação que reorganizasse a ocupação, mas também a exploração eficiente e produtiva dos mesmos. Norteado pela premência quantitativa e temporal de fornecer alojamento às populações aqui

sedeadas, e sobretudo com o intuito de libertar para outros fins as áreas pretendidas, foi ignorada a debilidade dos contextos socioculturais e económicos que as caracterizavam, socorrendo-se o governo de medidas de realojamento de mera reafecção habitacional (Santos, Teles & Serra, 2014; Serpa et al, 2018).

Visando a criação de programas de habitação social para acomodar estas populações carenciadas, foi estabelecido um regime de cooperação entre o poder central e o local através do Decreto-Lei n.º 366/85 de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de junho onde, sob o regime de arrendamento, as pessoas que vivam em barracas poderiam ter acesso a uma casa condigna. O financiamento provinha da comparticipação a 50% do Estado através do IGAPHE, e por empréstimos municipais ao INH, definido nos termos do Decreto-Lei n.º 110/85 de 17 de abril. Em 1987, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou o seu Plano de Intervenção a Médio Prazo, para a desocupação de extensas áreas periféricas urbanas destinadas à construção de eixos rodoviários. Outras autarquias a seguiram neste projeto de realojamento de famílias que viviam em habitações de acentuada precariedade, mas sem grande sucesso de adesão (Antunes, 2019).

A aprovação do Programa Especial de Realojamento (PER), pelo Decreto-lei n.º 163/93, de 7 de maio, marca o segundo momento de maior investimento público na habitação – apesar de mais constricto na dimensão geográfica e com objetivos mais definidos – depois do observado no período pós-25 de Abril. Na sequência da Presidência Aberta de Mário Soares, onde constatou as condições de precariedade vivencial e de estigmatização social dos bairros de barracas da Área Metropolitana de Lisboa (AML), e das conclusões do Encontro Nacional de Habitação – onde o político Fonseca Ferreira apresentou o *Livro Branco da Habitação*, com o levantamento da situação da habitação nacional e com sugestões acerca da premência no seu investimento –, foi concedido financiamento extraordinário, em fevereiro desse ano, por parte do INH e do IGAPHE, aos municípios da AML e da Área Metropolitana do Porto, para a erradicação definitiva dos bairros de barracas existentes. Foi um momento de especial relevância na perceção social acerca das condições em que viviam estas populações, num ambiente de insalubridade, pobreza e violência, onde os comportamentos aditivos conviviam com a exclusão, com a doença, com o racismo e a xenofobia. Tentando evitar possíveis repercussões negativas a nível social e mediático, os processos foram aligeirados pela desburocratização dos procedimentos de contratualização, e o programa teve a adesão de todos os municípios por ele abrangidos, ultrapassando as dificuldades que alegavam ter em programas anteriormente estabelecidos em parceria institucional. O realojamento foi feito em casas construídas sob custos controlados, em regime de renda apoiada, quer por iniciativa

municipal direta, quer conciliada com a iniciativa privada, através dos CDH (Allegra et al, 2017; Cachado, 2013).

Os resultados do PER foram significativos em termos de quantidade de casas edificadas, se bem que se restringissem àquelas áreas metropolitanas, e em grau de sucesso diferenciado entre municípios. Não houve, no entanto, e apesar da abrangência populacional preconizada, uma estratégia e planeamento concertados com o Estado e entre municípios, tendo cada um definido os moldes em que os bairros de realojamento eram planeados e edificados. Na projeção da sua construção, foi preterido, em prol da quantidade, o investimento técnico, arquitetónico ou estético, assim como a definição de projetos de integração dos seus moradores. Com um esquema de financiamento rígido, não entraram em consideração fatores como a concentração demográfica dos concelhos, o número de famílias a realojar ou a existência de recursos locais em termos humanos e físicos. Não existiu também uma confluência deste programa num quadro mais amplo de habitação social, que não se circunscrevesse apenas à resposta urgente a situações de carência habitacional localizadas, recorrendo a recuperados programas de construção direta de bairros compactos e densamente povoados, arredados para locais isolados das dinâmicas urbanas existentes, sem contextualização infraestrutural e com défice acentuado de equipamentos sociais, transportes e de espaços de usufruto comunitário (Allegra et al, 2017; Antunes, 2019; Cachado, 2013; Santos, Teles & Serra, 2014). Esta situação denuncia a prioridade dada à questão do realojamento urgente, visando a reabilitação de áreas com potencial elevado de exploração económica e futuramente expostas aos olhos dos visitantes da Exposição Internacional de Lisboa – Lisboa Capital Europeia da Cultura de 1994 e da Expo'98. A iniciativa do PER decalcou o percurso de volatilidade e fracionamento dos programas de habitação social em Portugal, nascidos da necessidade pontual, da requisição de diferentes entidades e ferramentas e da parca organização e coordenação na sua implementação (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Sendo os programas de realojamento a marca mais evidente das políticas de habitação pública nestas décadas de 1980-1990, operou-se nelas uma viragem de estratégia importante, com a passagem do papel principal do Estado para o poder local. Ficando adstritos ao primeiro apenas parte do financiamento e a regulamentação legislativa, competia aos municípios a implementação dos programas de promoção de habitação social, delineados localmente, ao invés da aplicação de projetos com abrangência nacional, produzidos pelo Estado central, que foram progressivamente abandonados (Santos, Teles & Serra, 2014).

Em 1996 foi criado o PER Famílias, pelo Decreto-Lei n.º 79/96, de 20 de junho, que alargou e acelerou a ação do PER, para que as famílias recenseadas no programa pudessem adquirir ou reabilitar

a sua própria casa, usufruindo das mesmas condições privilegiadas cedidas aos municípios. No entanto, o programa não apresentou grande adesão. O PER permaneceu como programa ativo, objeto de reformas subsequentes, tentando conciliar a habitação nova com a sua reabilitação e requalificação, debatendo-se com os mesmos constrangimentos de falta de disponibilidade fundiária para construção e outros de cariz financeiro (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Se o Estado mostrou, neste período, um interesse em intervir diretamente na causa da habitação pública, também fez um regresso à ideia basilar, aplicada nos inícios do Estado Novo, do fomento à aquisição individual de casa própria, como estratégia de combate ao problema habitacional. Iniciada ainda antes dos anos 1980, – pela Resolução do Conselho de Ministros de 24 de fevereiro de 1976 fica enunciada a primeira versão de um regime de crédito bonificado para aquisição de casa própria –, mas especialmente na década de 1990, a evolução do setor financeiro consolidou a mudança de direção no fomento das políticas públicas de habitação para o objetivo de aquisição de casa própria e da criação de contas Poupança-Habitação. A liberalização das políticas económicas conducentes à desregulação e privatização da banca e dos mercados financeiros teve um impacto superlativo na orientação do financiamento de bens e serviços, nomeadamente no setor da habitação. Um movimento tardio quando comparado com os centros capitalistas mundiais, por motivos de rigoroso controlo financeiro e nacionalização bancária no período do pós-25 de Abril, a liberalização financeira em Portugal iniciou-se em 1984, com a constituição dos primeiros bancos privados. Em 1989, no âmbito de revisão constitucional, deu-se a privatização de bancos públicos, mantendo-se a exceção para a CGD. Neste contexto financeiro, levantaram-se os controlos aos montantes de crédito concedidos e das respetivas taxas de juro, catapultando o crédito bancário para o seio das atividades da sociedade portuguesa. Com a entrada na Comunidade Económica Europeia a 1 de janeiro de 1986, com a integração na União Económica e Monetária (UEM), estabelecida a partir de 1989, e convergindo para uma política de moeda única – o Euro –, Portugal teve de adaptar e harmonizar as políticas bancárias europeias com as suas, num processo progressivo de financeirização da economia. A manutenção de um Estado-Providência conciliou-se com esta redefinição económica, porque a avultada entrada de capitais europeus e a abertura do setor bancário aos mercados internacionais permitiu o crescimento económico necessário à estabilidade de programas de cariz social, concomitante com a diminuição das taxas de desemprego (Santos, Teles & Serra, 2014).

O setor da habitação foi fortemente impactado pela facilitação na concessão de crédito para aquisição de casa própria permanente, alterando a tendência das políticas de “oferta” pelas de “procura” habitacional (Santos, Teles & Serra, 2014), desdobrando-se destas os regimes de bonificação de créditos

e apoios fiscais para construção e restauro de casas para habitação própria permanente ou arrendamento, adaptadas às características e necessidades económicas de diferentes interlocutores. Com alterações legislativas consecutivas, é em 1986, pelo Decreto-Lei n.º 328-B/86, de 30 de setembro que se criam três regimes de crédito: geral, bonificado e bonificado jovem. Os regimes de crédito bonificado permitiam que famílias e jovens com rendimentos médios e baixos acessem a crédito para aquisição de casa própria. Reformulado pelo Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, foram revistos os critérios de elegibilidade de acesso à bonificação, nomeadamente o valor total da casa e o tamanho e rendimentos do agregado familiar.

Este fomento à aquisição de casa beneficiou as classes médias, com capacidade de integrar um empréstimo em condições favoráveis na sua economia familiar, mas os agregados mais pobres continuaram sem capacidade de competir no mercado livre. Progressivamente, esta tendência foi-se tornando cada vez mais protagonista das estratégias aplicadas ao setor, com avultados investimentos públicos na bonificação de créditos, em detrimento de outras de promoção de construção ou arrendamento de habitação social. O papel da indústria da construção cresceu no panorama económico português, apoiado também pelo crédito bancário. O setor financeiro, e a banca em particular, saiu duplamente beneficiado desta mudança estratégica, permitindo a aquisição de casa e também a construção dessa casa, acumulando os lucros do setor da construção com os rendimentos dos beneficiários do crédito (Santos, Teles & Serra, 2014; Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

O período de democracia português do pós-25 de Abril relacionou, apesar de tardiamente em relação aos países do centro europeu, mas progressiva e intrinsecamente, as políticas de habitação pública portuguesas com o estabelecimento de um Estado Social que defendesse e proporcionasse casa condigna e acessível aos seus cidadãos. Com estratégias, figuras e instrumentos diversificados, estabeleceram-se respostas sociais a numerosas famílias dos centros urbanos que viviam em condições precárias de habitação, apesar das soluções escolhidas nem sempre se coordenarem, completa e equilibradamente, com o direito de usufruto da cidade. No entanto, a tendência crescente para o apoio do Estado à promoção de aquisição de casa própria transformou Portugal num país onde o número de casas compradas se impôs sobre aquelas arrendadas, passando para as famílias o ónus da responsabilidade de provisão de alojamento. Neste quadro, a habitação social de propriedade estatal foi-se reduzindo gradualmente, à medida que o Estado se procurou alienar dos encargos financeiros e das responsabilidades de gestão deste património imobiliário. A dificuldade de gestão sempre foi um dos seus calcanhares de Aquiles, padecendo repetidamente da falta de assertividade institucional na conservação e disponibilização de habitação pública. Situação que, já desde 1987, com a instituição do

IGAPHE, se tornou evidente, com a priorização dada à venda dos fogos públicos aos seus arrendatários, com o propósito do retorno económico, mas, principalmente, pela sua incapacidade de os gerir, quer a nível central – pela distância geográfica aos bairros – como a nível local, pela falta de regulamentação normativa (Vilaça & Ferreira, 2018). Este comportamento votou ao abandono e à degradação o seu edificado e à estigmatização e isolamento social as suas populações, que almejavam a melhoria das suas condições de vida concomitantes com a melhoria das condições de realojamento.

3.4. Enquadramento da evolução político-institucional dos apoios sociais à habitação no período de 2000-2022: da construção à reabilitação urbana, da casa ao habitat

À entrada do século XXI, o fim dos regimes de crédito bonificado à habitação e jovem bonificado, decretado pela Lei n.º 16-A/2002 de 31 de março, pela mão da Ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite, contrariou a tendência de aquisição de casa própria e permanente, medida estruturante da política habitacional do Estado desde há duas décadas. Com a justificação de constrangimentos orçamentais, e aliada a outras medidas de combate ao elevado nível de endividamento público e privado, esta decisão quebrou a ação do setor da construção pela falta de procura de casa, assim como impactou os programas de realojamento, ao serem cortadas as suas fontes de provisão financeira (Vilaça & Ferreira, 2018).

A entrada do Euro em Portugal, assim como a sua adesão à UEM permitiram, entre 1998-2002, eliminar o risco cambial e gerar alguma estabilidade inflacionista, facilitando ao setor bancário a concessão de crédito geral. Esta facilidade gerou um aumento do nível de endividamento das famílias portuguesas que, perante uma situação de desequilíbrio com o nível de produtividade nacional, provocou o crescimento do défice orçamental. Este ultrapassou, em 2001, a meta dos 3% do Produto Interno Bruto, estipulado no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Em 2002, num ambiente de decréscimo estrutural da economia portuguesa e de instabilidade no mercado de trabalho, um novo Governo tomou posse, adotando por isso, e em seguida, várias medidas financeiras de contenção orçamental. A decisão de extinção do crédito bonificado foi uma delas, a qual se prendeu também com a desvirtuação do seu objeto de aplicação: nas condições de acesso ao crédito, a amplitude de critérios facilitava a sua disponibilização a uma grande maioria de pessoas, e não já apenas àqueles em dificuldades económicas. Esta situação estimulava a especulação e proporcionava rendimentos elevados aos vários agentes que gravitavam em volta do mercado de habitação – empresas de construção e venda, bancos e agentes imobiliários – ao mesmo tempo que incentivava ao sobreendividamento familiar e à aquisição facilitada de habitação por quem deles gozava sem verdadeira necessidade económica (Xerez, Rodrigues &

Cardoso, 2018). Paralelamente, os níveis de confiança das famílias portuguesas diminuíram, invertendo a tendência de crescimento do mercado de habitação até aí instalada.

Neste contexto macroeconómico, o XV Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso iniciou, desde logo, uma alteração à orientação estratégica das políticas de habitação. Desenvolvendo-se em redor de três eixos principais, e em substituição da promoção de aquisição de casa própria, as políticas de habitação no novo século direcionaram-se sobretudo para a promoção do arrendamento, para a reabilitação urbana, e também para a habitação social. Passando por diferentes fases de implementação, muitas delas foram preteridas, adaptadas ou reforçadas por episódios de carácter socioeconómico que foram ocorrendo ao longo de 22 anos, dos quais se destacam, pelo impacto e transformações que protagonizaram, a crise das dívidas soberanas de 2010-2015, a pandemia de Covid-19 de 2020-2022 e a guerra na Ucrânia, com início em fevereiro de 2022.

Apesar de as políticas estatais de habitação social já existirem e serem aplicadas há já várias décadas, apenas a partir dos anos de 1970 e 1980 é que ficou consignado o conceito de “habitação social”, posteriormente associado e/ou redenominado de “habitação de interesse social”, “habitação pública” e “habitação a custos controlados”, genericamente incluindo a habitação que foi construída, comprada ou arrendada com o apoio financeiro concedido pelo Estado, tendo como público-alvo os agregados familiares de baixas condições económicas. Intersectando diferentes modalidades de ocupação, no século XXI as políticas de habitação social desenvolvem-se, sobretudo, ao abrigo do IHRU, em colaboração e complementaridade com aquelas proporcionadas pelos municípios – principais detentores do parque habitacional público –, cooperativas de habitação e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A criação do IHRU, pelo Decreto-Lei n.º 233/2007, de 30 de maio, foi o resultado do culminar da atividade desenvolvida pelas várias instituições públicas que estiveram envolvidas na promoção e concretização das políticas públicas de habitação, como o FFH, o IGAPHE e o INH. O IHRU, produto de uma reorganização interna do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAODR), para além de incorporar as funções do INH, teve como objetivo estratégico acrescentar-lhes a componente da reabilitação urbana. Cabendo-lhe o planeamento e a coordenação de medidas políticas e financeiras relacionadas com a habitação – concedendo empréstimos, comparticipações e subsídios de incentivo ao arrendamento –, financia também os programas de habitação social e supervisiona os projetos em implementação. O seu financiamento é obtido através da contração de empréstimos ao Banco Europeu de Investimento (BEI) e ao Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Se nas últimas décadas do século XX, a habitação social procurou responder ao problema do realojamento de milhares de pessoas que habitavam em bairros de barracas nas zonas periféricas dos centros urbanos, no dealbar do novo século, este já se encontrava praticamente resolvido, pelo que se reorientou a sua aplicabilidade, não tanto para o realojamento mas para a reabilitação. Contudo, ao longo do século XXI, a prossecução de alguns destes programas manteve-se em vigor, nomeadamente o programa PER. Revisto pelo Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de outubro, que o conectou mais organicamente com a questão da reabilitação urbana, passou a fomentar a recuperação de habitações para realojamento, em vez da atribuição de casas construídas *ex-novo*. Em 2004 surgiu o programa PROHABITA, que expandia o âmbito de atuação do PER a todo o território nacional e que, pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de março, alargava também a sua estratégia de erradicação de barracas para a reabilitação urbana de casas e bairros sociais, com a recuperação de prédios devolutos pela cidade dirigida ao combate do flagelo da carência habitacional. Os protocolos celebrados entre o INH e os municípios ou associações de municípios permitiam uma ação mais próxima do contexto das situações de precariedade detetadas, sendo o financiamento realizado sob a forma de empréstimo ou comparticipação dos custos das obras de reabilitação (Antunes, 2019; Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018). A Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, criada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de setembro, surgida em virtude do reconhecimento da deterioração dos bairros sociais, constituiu uma iniciativa que procurou sistematizar os resultados dos programas já implementados nesta área para se idealizarem novas soluções mais apropriadas e colaborativas entre o Estado e os municípios.

Por outro lado, a revisão legislativa que se impôs para fomentar o mercado de arrendamento, alternativa que se exigia à aquisição de casa própria e que se encontrava estagnada há vários anos, iniciou-se em 2006 com a criação do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), através da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro. A sua principal função foi a atualização faseada das rendas que se encontravam congeladas há várias décadas, tendo em conta o valor do imóvel. O diploma proporcionou uma maior elasticidade na realização e denúncia dos contratos por parte dos senhorios, mas contemplava também a criação de um subsídio à renda para os agregados familiares de baixas condições económicas e para aqueles com mais de 65 anos. Em 2012 os estatutos do NRAU foram adaptados e liberalizados em função das repercussões da crise financeira que chegara a Portugal dois anos antes, materializadas legislativamente no Memorando de Entendimento. O relativo insucesso da medida estabelecida em 2006 conjugou-se com a indicação dada pela Troika da necessidade de haver maior equilíbrio na relação contratual entre senhorio e inquilino, quer na definição dos valores da renda como

na duração do contrato, mantendo-se um regime de exceção para as famílias mais carenciadas. Na Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, o reforço de comunicação entre os interlocutores foi objeto de reformulação, assim como a extinção, para as famílias mais desfavorecidas, da obrigatoriedade da apresentação anual dos rendimentos para a atualização das rendas. A nova alteração jurídica ao diploma de 2017 alargou, entre outras medidas, o prazo de atualização destas.

De entre os programas de arrendamento com maior desígnio social incluiu-se o novo regime de Arrendamento Apoiado, instituído pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que pretendeu padronizar num único diploma os apoios ao arrendamento social, aplicado a habitações públicas ou a outras financiadas pelo Estado, incluindo nos seus critérios de seleção a composição do agregado familiar e a idade do proponente, assim como os rendimentos líquidos respetivos. O regime de Renda Condicionada definia o valor da renda da habitação ainda antes da sua ocupação, com base no seu valor patrimonial, uma modalidade implementada também em 2014. Enquadrado no Programa de Emergência Social de 2011, foi instituído, em 2012, o Mercado Social de Arrendamento (MAS), que consiste numa bolsa de habitações para arrendamento com preços até 30% inferiores aos praticados no mercado livre, permitindo aos agregados familiares economicamente mais frágeis, mas que não possuem as condições para aceder a habitação social, a entrada no mercado de arrendamento acessível. Numa parceria entre seis bancos privados e a CGD, o IHRU e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) foi criado o Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional, com centenas de fogos disponíveis para integrarem o MAS, implantado localmente, através de candidatura e por intermédio da ação dos municípios, IPSS e entidades públicas e privadas (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

O Incentivo ao Arrendamento Jovem, estabelecido juridicamente em 1992, conheceu uma atualização em 2007, pelo Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro, sendo o programa reformulado com a designação de Porta 65. Através da concessão de uma percentagem da renda, calculada a partir dos rendimentos do candidato e do valor das rendas praticado na área a residir, promoveu-se o acesso facilitado ao arrendamento por parte dos jovens (inicialmente entre os 18 e os 30 anos e na reformulação do diploma em 2017, até aos 35 anos), aliada a uma política de revitalização de espaços degradados e de despovoamento localizado. Também influenciado pelas medidas de austeridade aplicadas pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), o seu financiamento decaiu a partir de 2011, mas a partir de 2015 conheceu uma nova procura (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Contudo, nesta mudança de orientação política no setor da habitação, foram a reabilitação do edificado e a preocupação com a integração e planeamento urbanos que constituíram as principais mudanças assumidas nas políticas públicas de habitação. Os modelos expansionistas são substituídos

pelos de contração e recuperação urbana (Serpa et al, 2018). Isto mesmo ficou patente na revisão constitucional de 2001, onde foi reformulado o Artigo 65º, que declara agora o “Direito à Habitação e Urbanismo”, revelando a importância de integrar nas políticas de habitação a componente de ordenamento urbano. Concomitantemente, apesar de, desde o primeiro diploma promulgado em 1918, e durante 80 anos, a política pública de habitação social sempre se basear na premissa da construção nova, a entrada do novo milénio reservou a prioridade de atuação para a reabilitação.

A definição das Áreas Críticas de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU), integradas e reguladas pela Lei dos Solos (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro), foi um dos primeiros passos neste sentido. Ambicionando a requalificação patrimonial dos centros urbanos, e no intuito paralelo de evitar o conseqüente despovoamento das zonas históricas e de incrementar a responsabilidade dos municípios em zelar pelo seu edificado surge, pelo Decreto-Lei n.º 104/2004, de 07 de maio, um regime jurídico excecional de reabilitação urbana apenas destinado às zonas históricas e ACRRU. O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, veio sistematizar a legislação dispersa acerca da reabilitação urbana, assente nas Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) (Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio) e nas ACRRU. Esta foi então assumida “como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional” (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, p. 7956). Alterado o diploma pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, foi aprovado o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) – que revogou o diploma das SRU –, sendo nele definidas as figuras de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e de Operação de Reabilitação Urbana (ORU). Segundo a Lei referida, a ARU define a “área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”; e a ORU é entendida como “o conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área” (Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pp. 4452-4453). As ARU’s são propostas pela Câmara Municipal e aprovadas pela Assembleia Municipal, e integram o conjunto de benefícios financeiros e fiscais dos quais os proprietários podem usufruir no âmbito da reabilitação urbana. A cada uma delas cabe um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). Foi também legislado o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, que orienta para a coesão socio-territorial as regras de

implementação e ocupação dos espaços e edifícios intervencionados. O Regime Excepcional de Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril) foi definido para edifícios com mais de trinta anos.

O Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado surgiu por Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2016, de 1 de setembro, tendo como objetivos o “desenvolvimento e a concretização de projetos de reabilitação de imóveis para a promoção do arrendamento, em especial o habitacional, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos” (<https://www.portaldahabitacao.pt/fundo-nacional-para-a-reabilitacao-do-edificado>), permitindo o acesso da classe média ao arrendamento de habitações localizadas nos centros urbanos. Apesar de não ter o propósito de comparticipação das rendas, estabelece para elas um valor inferior às máximas de mercado em vigor nessa área. Concedendo financiamento a entidades públicas, como autarquias ou IPSS, estas podem investir na reabilitação urbana, dela retirando lucros sem risco de sobre-endividamento. Surgido para contrariar os efeitos da legislação do NRAU, que promoveu a liberalização do mercado de arrendamento e o aumento da especulação no valor dos edifícios dos centros urbanos, pretendeu reverter os efeitos da reestruturação demográfica dos seus ocupantes, combatendo o processo de gentrificação que se foi progressivamente instalando. Perante um contexto de crescimento das áreas do lazer, do turismo e das viagens, da alteração socioeconómica no perfil dos novos imigrantes e da existência de novas solicitações dos mercados laborais e do nomadismo digital, os centros urbanos viram-se transformados em alvos preferenciais de exploração e experimentação sociocultural e da especulação imobiliária. A oportunidade da requalificação de muitas habitações em situação de degradação para fins turísticos – como a constituição de regimes de ocupação de alojamento local e *airbnb* – tornaram reféns os seus residentes, reduzindo a área disponível para residência permanente. A utilização dos recursos públicos para a reabilitação de casas nos centros históricos redundou, muitas vezes, na destruição de redes culturais e de sociabilidade, no corte de laços de vizinhança, e na transformação de lojas de comércio tradicional e espaços de convivência lúdica e associativa em projetos descaracterizados e sem inserção contextual. O afastamento dos moradores de décadas, que não conseguem fazer face ao aumento das rendas, substituídos por novos inquilinos com poder de compra para ocuparem as casas reabilitadas, foi e continua a ser emblema de marginalidade inscrita nos arquivos das cidades (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Não obstante a sua utilização extravasar por vezes os princípios que nortearam a sua redação, outros programas foram criados no sentido da reabilitação do edificado nas cidades, como o Programa Reabilitar para Arrendar, de 2013, com a finalidade de fomentar os municípios, empresas municipais e

outras entidades públicas à reabilitação urbana, proporcionando financiamento até 50% do valor do investimento total, concedido por empréstimo do BEI. O Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível, pretendeu o arrendamento em regime de renda apoiada ou condicionada, financiando as obras com empréstimos estatais até 90% do valor total. O Programa Casa Eficiente facultava apoio financeiro para o melhoramento da eficiência energética e hídrica de habitações particulares (Xerez, Rodrigues & Cardoso, 2018).

Na concertação da legislação referente a determinado setor, as leis de bases gerais constituem os guias orientadores para a definição de políticas públicas, conduzindo à definição e normatização dos poderes públicos e privados. Até 2019, não existiu uma lei de bases da habitação. Em 2007 foi publicado o Plano Estratégico da Habitação (PEH), orientando a ação do Estado para a reabilitação do parque habitacional e para a dinamização do mercado de arrendamento, envolvendo nestas estratégias os municípios e parcerias público-privadas, surgindo nele os “programas locais de habitação”. O PEH não teve seguimento prático e só em 2015, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho surgiu, do XIX Governo Constitucional de Pedro Passos Coelho, a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH), projetada para o período 2015-2031 e norteada para três objetivos principais: reabilitação urbana, arrendamento habitacional e qualificação dos alojamentos (Projeto de Lei n.º 843/XIII). Produzida no rescaldo da crise da Zona Euro, foi perspectivada a revisão das políticas públicas de habitação num contexto de profundas alterações socioeconómicas:

O setor da habitação em Portugal apresenta uma situação paradoxal. De um lado o elevado número de fogos devolutos, do outro a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades. Quando em 1993 se iniciou o Programa Especial de Realojamento, vários estudos apontavam para a necessidade de construir cerca de meio milhão de habitações, a que não era alheia a existência de uma enorme quantidade de construções clandestinas e precárias. Em 20 anos, o país produziu um milhão e meio de novas habitações, suprimindo, em termos técnicos, o défice habitacional. Não obstante, persistem problemas relacionados com a degradação do parque habitacional dos centros urbanos antigos, com as necessidades de mobilidade das famílias e com os custos da habitação, em especial no arrendamento, que continuam elevados. É neste contexto que a expressão “tanta gente sem casa e tanta casa sem gente” assume uma dimensão nova, pois em Portugal já não existe um défice habitacional, mas antes dificuldades no acesso à habitação. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, p. 4827)

Criada a Comissão Nacional da Habitação para acompanhar a sua implementação, esta era composta por membros de diferentes entidades nacionais e regionais afetas ao setor da habitação. Neste documento tentou-se aliar estas três vertentes para uma abordagem concertada entre a recuperação de património já edificado com o arrendamento, alargando e dinamizando o mercado de habitação acessível.

Após a superação da crise financeira em Portugal, a análise à situação socioeconómica dos portugueses mostrou uma realidade diversa no setor da habitação, onde a carência mais extrema de alojamento já não configurava a única necessidade a atender. Na implementação do PAEF, entre maio

de 2011 e junho de 2014, o governo de coligação do Partido Social Democrata/Centro Democrático Social dirigiu a sua política económica mormente para a salvaguarda da banca e do setor privado, com isso incentivando a liberalização e a mercantilização do setor da habitação. Nesta orientação política, a aquisição e o arrendamento de casas tornaram-se objeto de intensa especulação financeira, afastando progressivamente as classes médias ao seu acesso no mercado livre. Além disto, as dotações orçamentais para o setor da habitação diminuíram consideravelmente, acentuando as desigualdades sociais e desnivelando ainda mais o acesso à habitação. Agravando a situação, os programas de reabilitação do edificado urbano, desenvolvidos dentro de um mercado imobiliário desregulado, afastaram as famílias de rendimentos médios em prol de um público economicamente favorecido. O cenário era de grave crise habitacional, abrangendo não apenas as famílias mais carenciadas, mas que se alastrava também às classes médias urbanas. Com as eleições legislativas a colocar no poder, em novembro de 2015, um governo minoritário do Partido Socialista (PS) com apoio parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), deu-se início a uma reformulação das políticas de habitação legisladas.

Em 2016 ocorre uma visita da Relatora Especial da ONU para a Habitação Condigna, Leilani Fahra, a partir da qual é elaborado o “Relatório Fahra” (2017). Neste é reconhecida a situação crítica relativa às condições da habitação em Portugal, e aconselhado o levantamento das necessidades e a revisão e implementação de medidas de combate urgentes à precariedade no setor, que “deverão incluir uma gama completa de medidas fiscais, regulamentares e de planeamento a fim de restabelecer a habitação como um bem social, promover um sistema habitacional inclusivo e prevenir a especulação e a excessiva acumulação de riqueza” (Fahra, 2017, p.21) (Allegra et al, 2017; Matos et al, 2020).

Seguindo as recomendações emanadas do Parlamento Europeu, a prioridade para o setor da habitação nas políticas estatais iniciou-se, desde logo, pela criação da Secretaria de Estado da Habitação em julho de 2017, dentro da alçada do MAODR – no qual se alojou organicamente o IHRU – e pela intenção manifestada de aumentar o parque público de habitação. Em 2018, o IHRU fez o *Levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional* que “identifica o universo de situações de precariedade habitacional existentes em Portugal, constituindo o primeiro levantamento sistemático realizado em matéria de precariedade habitacional, incidindo sobre todo o território nacional”. Neste, 187 municípios declararam ter carências habitacionais, num universo de 25762 famílias em situação habitacional “claramente insatisfatória”, e com 14748 edifícios e 31526 fogos “sem as condições mínimas de habitabilidade”, sendo que 74% destas carências de habitação se localizavam nas áreas Metropolitanas (IHRU, 2018, p.1). No que diz respeito à tipologia urbana de alojamento sinalizado como

deficitário, a lista é encimada pelas categorias “Barracas e Construções Precárias” e “Conjunto Urbano Consolidado Degradado”, com o terceiro lugar a ser ocupado pela tipologia “Bairro Social”, “refletindo, essencialmente, situações de alojamento em edificações da primeira metade do séc. XX atualmente degradadas e situações de alojamento temporário que já ultrapassaram largamente a sua duração expectável” (IHRU, 2018, p.3). Promovido este documento como indispensável para conhecer os contornos da precariedade da habitação em Portugal, revendo a praticabilidade e os resultados dos programas do PER e PROHABITA, serviu, sobretudo como ponto de partida para o delineamento e implementação de um novo programa habitacional.

No sentido de dar um novo pragmatismo legislativo ao setor da habitação pública, e pretendendo uma visão mais ampla e integrada no âmbito das necessidades habitacionais, foi elaborado o documento estratégico Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), colocado para consulta pública em Conselho de Ministros a 4 de outubro de 2017 e aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio. Nele se preconiza:

Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público; criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas. (NGPH, 2017, p.3)

Existiu aqui uma alteração da filosofia na génese e implementação das políticas públicas, havendo “uma reorientação da sua centralização no objeto – a «casa» – para o objetivo – o «acesso à habitação»; a criação de instrumentos mais flexíveis e adaptáveis a diferentes realidades, públicos-alvo e territórios; uma forte cooperação horizontal (entre políticas e organismos setoriais), vertical (entre a administração central, regional e local) e entre os setores público, privado e cooperativo, bem como uma grande proximidade aos cidadãos” (NGPH, 2017, p.6). O seu raio de ação alargou a oferta de habitação acessível também para aqueles que, mesmo com rendimentos mais elevados, não conseguem suportar os encargos que implicam o acesso a uma casa adequada, “seja porque residem em zonas sujeitas a uma forte pressão da procura e, portanto, com preços médios mais elevados”, ou ainda “porque estão expostos a situações laborais precárias com fortes variações dos rendimentos ou ainda porque a composição do agregado levanta necessidades especiais em termos da dimensão e características dos alojamentos”. Esta necessidade deve-se a um contexto económico onde “o grupo de pessoas em situação ou risco de vulnerabilidade aumentou consideravelmente, em parte pelo envelhecimento populacional, mas também pelo aumento da pobreza [...] e das famílias que, por causa da crise recente, deixaram de poder cumprir com as suas obrigações em matéria de crédito habitacional”. Assim, tornou-se premente “dar resposta a estas situações, mediante o alargamento do âmbito dos beneficiários da

política de habitação de interesse social aos agregados familiares em falha de mercado [...]. Na conjuntura atual esta é uma condição necessária para a construção de uma política de habitação mais ampla e justa, que funcione efetivamente como um garante do direito à habitação” (NGPH, 2017, p.8). É ainda objetivo destas políticas habitacionais a prossecução de algumas metas quantitativas, nomeadamente “aumentar o peso da habitação com apoio público, na globalidade do parque habitacional, de 2% para 5%, o que representa um acréscimo de cerca de 170000 fogos [...] e baixar a percentagem de população que vive em agregados familiares com sobrecarga das despesas com habitação no regime de arrendamento de 35% para 27%” (NGPH, 2017, p.5).

Nesta visão integral de apoio social, a NGPH coordena-se com outras estratégias de auxílio a populações vulneráveis, como a Estratégia de Integração das Comunidades Ciganas, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo e outras destinadas à autonomização e proteção das vítimas de violência doméstica.

Nos casos em que persiste a grave carência habitacional, foram aplicados os programas 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que pretende, sob diferentes soluções habitacionais, o acesso a uma casa condigna, através da concessão de financiamento a interlocutores públicos e assistenciais locais, a associações de moradores, a cooperativas de habitação e às próprias famílias elegíveis; e o Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, para resposta imediata a agregados familiares que ficaram ou estão prestes a ficar sem as suas habitações, por motivos imprevistos, como catástrofes naturais, sendo cedido apoio financeiro aos agregados familiares para a sua reconstrução. Estes dois programas vieram substituir o anterior PROHABITA. Para aqueles que não conseguem aceder ao mercado livre de habitação são propostos, entre vários instrumentos que privilegiam a maior comunicação e transparência nos programas aplicados, o Programa de Arrendamento Acessível, que alarga a oferta de casas com rendas a preços reduzidos e de acordo com os rendimentos dos agregados familiares, concedendo benefícios fiscais às entidades públicas e privadas que proponham as suas parcelas habitacionais à disposição das condições do programa; e o Programa Porta 65 Jovem, que visa o arrendamento apoiado aos jovens, revisto e coordenado com o programa anterior. O Fundo Nacional de Reabilitação de Edificado constitui outro instrumento político mobilizado para a reabilitação de imóveis com desígnio de arrendamento, sobretudo arrendamento acessível, alargando a oferta de habitação pública e coadjuvando na recuperação de património público devoluto (NGPH, 2017).

No seguimento da ênfase colocada na reabilitação do edificado como procedimento basilar nas políticas de habitação e desenvolvimento urbanos, foi definido o Projeto Reabilitar como Regra –

reformulando o quadro legal para a realização de obras de construção compatíveis com as particularidades da reabilitação – e feita a revisão do Programa Reabilitar para Arrendar, compatibilizando-o com o Programa de Arrendamento Acessível, favorecendo o financiamento de obras de reabilitação de prédios destinados a arrendamento habitacional. O Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) foi desenvolvido para ser aplicado na reabilitação integral de edifícios urbanos situados dentro das ARU ou incluídos em Planos de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). O IFRRU foi criado em 2016 para dar resposta à incapacidade do Estado em assumir sozinho uma política de habitação e reabilitação urbanas, conjugando num único instrumento financeiro várias fontes de financiamento, como os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento do Portugal 2020 – do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão – do BEI e do CEB.

Foi ainda revisto e desenvolvido o programa Casa Eficiente 2020, que visa o financiamento beneficiado de obras que contribuam para a melhoria do desempenho energético das habitações e ainda, perspetivando a complementaridade de ações políticas de carácter social, foram desenvolvidos os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU)/PAICD, que definem contratos de financiamento com os municípios de obras de regeneração física, social e económica de áreas de habitação precárias ocupadas por comunidades desfavorecidas, como bairros sociais ou outros ajuntamentos habitacionais de natureza semelhante. O Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética promove intervenções que privilegiam a aplicação das energias renováveis na habitação social, levadas a cabo pelos municípios ou empresas municipais de habitação (NGPH, 2017).

Por fim, o NGPH desenvolveu estratégias de gestão integrada e complementar que apontam para a inclusão e coesão socio-territorial dos agregados familiares e locais de habitação e áreas em que se inserem, nomeadamente Da Habitação ao Habitat – desenvolvendo formas de comunicação, políticas socioeconómicas e redes de suporte inclusivas e participadas entre os bairros públicos de arrendamento, os seus moradores e a sociedade que os envolve –; o Programa Porta ao Lado – promovendo as acessibilidades à habitação, quer através da melhoria na disponibilização de informação (Portal da Habitação) como através da gestão integrada de vários atores socioeconómicos de proximidade, autarquias e instituições de apoio –; o Programa de mobilidade habitacional – um apoio à mobilidade dos moradores do parque de arrendamento público face à exigência de mudança de local de residência, numa lógica de integração e inclusão –; o Programa Chave na Mão – programa de mobilidade habitacional, capacitando o IHRU a gerir a habitação de famílias residentes em áreas de elevada pressão

urbanística, enquadrando-as no programa de Arrendamento Acessível quando estas se encontrem em áreas de baixa densidade (NGPH, 2017).

Neste contexto de mudança de orientação das políticas de habitação, “rompendo com lógicas de apoio do Estado que se limitam a respostas para os mais carenciados, de índole assistencialista” e onde foi com “a NGPH que o Governo rompeu com a visão minimalista da promoção habitacional direta e assumiu, claramente, que uma política pública de vocação universal não se faz sem a existência de um parque público de dimensão adequada, que garanta a resposta às necessidades mais prementes de habitação, mas também o acesso ao arrendamento público acessível” (Proposta de Lei n.º 46/XV/1.ª, pp.2-3), é que a Lei de Bases da Habitação (LBH) foi finalmente aprovada. A Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, no seu Art.º 1º “estabelece as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos nos termos da Constituição” (p.11), e onde “a promoção e defesa da habitação são prosseguidas através de políticas públicas, bem como de iniciativas privada, cooperativa e social, subordinadas ao interesse geral” (p.11). Convergindo com os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a lei oferece proteção aos grupos mais vulneráveis à discriminação social, cultural e económica, e às pessoas em situação de sem abrigo e vítimas de violência de género. A LBH é orientada pelo Decreto-Lei n.º 89/2021, de 3 de novembro, que, no seu Capítulo I, Art. 1º, regulamenta as normas da Lei de Bases da Habitação, “estabelecendo as obrigações das entidades públicas relativas à garantia de uma alternativa habitacional, os termos em que as mesmas entidades têm direito legal de preferência na alienação de imóveis habitacionais, bem como as suas competências de fiscalização das condições de habitabilidade no âmbito do arrendamento habitacional” (p.16), e pela Portaria n.º 261/2021, de 22 de novembro, que aprova o Regulamento da Atividade de Fiscalização do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. A LBH, estabelecida pelo ministro das Infraestruturas e Habitação Pedro Nuno Santos, e tendo como secretária de Estado da Habitação Marina Gonçalves, resultou de um conjunto de esforços e de propostas políticas do PS, do PCP e do BE, vindo a ser aprovada apenas através dos votos favoráveis destes partidos, e ainda do PEV e do Partido Pessoas-Animais-Natureza. A LBH enquadrou a NGPH, alavancando as políticas públicas de habitação para um novo patamar, ao estabelecer uma coordenação profícua entre a administração central e local, e destas com os atores comunitários e com as famílias.

Valorizando este papel de proximidade dos municípios na perceção das necessidades habitacionais mais prementes e das ferramentas disponíveis e mais adequadas a mobilizar localmente, foram desenvolvidas, na decorrência da LBH, instrumentos de planeamento e desenvolvimento do território, como os Planos Diretores Municipais (PDM) e a Carta Local de Habitação (Art.º 22),

documentos estratégicos articulados que reúnem a informação relativa à situação de carência habitacional do município, as suas potencialidades de recuperação e as medidas de ordenamento territorial em termos de habitação a implementar. Foi ainda criado o Conselho Nacional de Habitação pela Portaria n.º 29/2021, de 9 de fevereiro, órgão de consulta do Governo constituído por representantes das várias instituições que intervêm no setor da habitação. Dentro deste chapéu legislativo, é definida a Política nacional de habitação (Art.º 16), que “concretiza as tarefas e responsabilidades do Estado em matéria de direito à habitação e articula-se com as grandes opções plurianuais do Plano e com os Orçamentos de Estado” (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, p.16) e criado o Programa Nacional de Habitação, previsto no artigo 17º, que “estabelece os objetivos, prioridades, programas e medidas da política nacional de habitação” (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, p.17). Este documento substitui, deste modo, a ENH aprovada em 2015, visando “não apenas a identificação das principais carências e dos principais problemas e bloqueios existentes, mas também, e de forma prospetiva, a identificação dos instrumentos e objetivos para a sua progressiva superação [...] no quadro plurianual 2022-2026” (Proposta de Lei n.º 46/XV/1ª, p.1).

Também de âmbito municipal, a Estratégia Local de Habitação (ELH) surge como uma ferramenta importante para aceder aos programas previstos no NGPH, consistindo num plano municipal de intervenção em matéria de políticas habitacionais. Nele deve constar o diagnóstico das carências existentes no acesso à habitação e os objetivos, os modelos e os recursos a utilizar no seu combate, compreendendo uma ação integrada dos vários setores sociais e económicos do município. Pela sua análise se poderá compreender e avaliar as necessidades e pertinência das medidas propostas e dos candidatos a incluir nos programas aos quais se propõem. Apesar de facultativo para os municípios, é um documento que se torna obrigatório no caso das candidaturas ao 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

O Decreto-Lei n.º 74/2022, de 24 de outubro veio regulamentar as alterações orgânicas do IHRU e a disposição dos programas 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente.

Perante um novo contexto socioeconómico adverso, resultante das consequências da pandemia do Covid-19 e da crise energética e inflacionista derivada da invasão da Ucrânia pela Rússia, e apesar da regulamentação aprovada recentemente no setor da habitação, o XXII Governo Constitucional, com o Primeiro-Ministro António Costa, sentiu necessidade de proceder a novas alterações rápidas e conjeturais no domínio das políticas de habitação pública. Surgiu assim o Programa Mais Habitação, pacote de medidas apresentado publicamente a 17 de fevereiro de 2023, após reunião de Conselho de Ministros,

que foi a consulta pública até 10 de março. Nele se pretende aumentar a oferta de casas para habitação, estimular o mercado de arrendamento, combater a especulação e apoiar as famílias dentro do âmbito e orçamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este prevê um orçamento de 2,1 mil milhões de euros à habitação: 1º Direito: 1.211 milhões de euros; Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário: 176 milhões; Parque público de habitação a custos acessíveis: 774,8 milhões (https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/prr_investimento).

3.5. Percursos de evolução conceptual e de resposta habitacional: dos bairros sociais à habitação a custos controlados e aos apoios sociais à habitação

Ao longo da Época Contemporânea e estendendo-se pelo Tempo Presente, o trajeto dos designados bairros sociais revelou-se atribulado, marginalizado e, muitas vezes, precipitado e incapaz de responder às solicitações que pretendia atender. Ao longo de diferentes episódios, contextos espaciotemporais, mutações e redefinições, a sua atribuição concetual e o seu enquadramento legislativo foram dando forma e substrato a um tipo de alojamento que pretendia acomodar populações em precárias e urgentes necessidades de habitação condigna e acessível. O conceito de «bairro social» aparece em 1918 na I República no âmbito dos primeiros programas de construção para as populações pouco abastadas, em regime de renda acessível, retomados no período do Estado Novo, com o Programa das Casas Económicas, “o mais longo e ambicioso programa de habitação do Estado Novo. Imbuído de uma discursividade que prometia mais do que executava, promoveu, no entanto, a construção de bairros sociais baseados em conceitos arquitetónicos inovadores à época” (Cachado, 2013, p.138).

Ao longo das décadas de 1960 a 1990, a construção de bairros sociais constitui a solução encontrada para solucionar o problema das populações que, nas cidades, se encontram em situação de precariedade habitacional. Recorrendo à edificação em massa de prédios nas áreas de expansão urbana, estes vão, desde logo, constituir áreas geográficas territorial e socialmente demarcadas, quer pelas características socioeconómicas das pessoas aí alojadas, quer pela aparência dos bairros, dentro de um plano de construção similar, recorrendo a materiais de construção baratos e de pouca qualidade, análogos entre diferentes municípios. Com a construção urbanística a privilegiar sempre a “localização excêntrica dos conjuntos de habitação social face à cidade” (Cachado, 2013, p.138), relocando populações para áreas privadas de reconhecimento identitário e de laços afetivos, e afastadas da esfera e experiências vivenciais da cidade, é esta a herança que se repercute dos grandes projetos urbanos do PER. O problema de segregação e exclusão social já estava em evidência nos objetivos do programa:

complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas. (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, p. 2381)

Inversamente ao desejado, estes problemas agudizaram-se, fruto das circunstâncias de idealização e implementação dos bairros construídos ao seu abrigo. Diferentemente do programa SAAL, que protegeu a permanência das populações nos mesmos locais de residência, enquanto estes eram, colaborativa e tecnicamente, requalificados, o PER apartou as populações dos seus locais de habitação, reunindo-as em bairros sociais constituídos por prédios estética e materialmente desinteressantes, sem investimento técnico relevante e construídos a baixos custos, para serem densamente ocupados e homogeneizados, desconsiderando raízes e rotinas socioculturais.

No século XXI, a necessidade de requalificação e regeneração destes espaços habitacionais, ainda genericamente designados de bairros sociais, torna-se premente. Já com décadas de existência e sem correspondência com as características e exigências socioeconómicas da sociedade em evolução, os bairros sociais são revistos sob a ótica do caminho percorrido e das alternativas necessárias a colocar em prática. Já mais como designação apriorística e de denotação pejorativa, do que conceito jurídico, a designação de bairros sociais vai-se esbatendo e diluindo em novas definições e campos de significação e ação diferenciados.

A Portaria n.º 580/83, de 17 de maio, veio definir e compilar a matéria avulsa referente à habitação social considerando, no seu Artigo 1.º, habitações sociais como “as habitações de custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições particulares de solidariedade social e pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou ao arrendamento nas condições de acesso estabelecidas no presente diploma” (p.1791), em termos de limites de área bruta de construção e de custos médios. A Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro, revoga a Portaria anterior, evocando a rigidez dos critérios estabelecidos, que impedem “o desenvolvimento das melhores soluções na relação projeto, qualidade e preço na perspetiva da estrutura socioeconómica das famílias envolvidas” (p.5132), alargando os limites do enquadramento jurídico das Habitações a Custos Controlados (HCC). A Portaria n.º 500/97, de 21 de julho veio, por sua vez, revogar e novamente realçar a falta de flexibilidade da Portaria anterior relativamente às balizas preconizadas para a área e custos da construção autorizados para as HCC, “no sentido da sua compatibilização com a realidade, tendo nomeadamente, em consideração o leque de destinatários a abranger na oferta daquele tipo de habitação e o aumento do preço dos solos”(p.3654). Vinte e dois anos passados, a Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, veio atualizar a regulamentação referente às

HCC, incorporando nela os objetivos presentes na NGPH. Deste modo, “o âmbito de aplicação é alargado à reabilitação, é fomentada a promoção para arrendamento a custos acessíveis, são promovidos os princípios de sustentabilidade ambiental e é plasmada uma visão de habitação que se alarga ao habitat, integrando os espaços complementares e de suporte ao habitar” (p.1288). No seu Art.º 1º, as HCC passam a ser definidas como “as habitações e as unidades residenciais, construídas ou reabilitadas com o apoio do Estado, que obedecem aos limites de área e de preço de venda ou de renda estabelecidos nos termos da presente portaria” (p.1288), com fins de habitação própria e permanente ou arrendamento. Podem ser promotores de HCC as Câmaras Municipais, as Cooperativas de Habitação, as IPPS e empresas privadas, acedendo a ajudas financeiras quer através de “bonificações de juros, de participações a fundo perdido, de atribuições de benefícios fiscais ou de cedência de terrenos por valor inferior ao preço de mercado” (p.1288). A Portaria n.º 281/2021, de 3 de dezembro, surge para alterar o diploma anterior devido às “novas exigências ao nível do desempenho energético dos edifícios, como as consequências negativas da situação pandémica na economia global” pelo que “importa, desse modo, assegurar que o cálculo do custo de promoção da habitação de custos controlados é suficientemente flexível para absorver esse tipo de alterações” (p.51).

Atualmente, as respostas no campo dos apoios sociais à habitação compreendem uma vasta rede de soluções e de critérios de inclusão. Na elasticidade e complementaridade que delas se desprende, as políticas públicas de habitação procuram atender ao ensejo das famílias em situação de maior vulnerabilidade social de aceder a uma casa condigna, onde os seus encargos caibam no seu orçamento e capacidade financeira, mas que também respondam às solicitações de integração no meio social em que escolhem habitar. Os bairros sociais, dentro desta oferta de apoio social à habitação, continuam a prover habitação a comunidades de menores condições económicas, mas, em grau e amplitude variáveis, já objeto de estratégias diversificadas de reabilitação física e de projetos de promoção da inclusão social e do exercício pleno de cidadania dos seus moradores. O seu futuro desenha-se e embrenha-se na sustentabilidade desta tipologia habitacional, assim como da disponibilidade dos apoios sociais fornecidos pelo Estado Social, aliado às exigências materiais e funcionais das novas gerações, que cada vez mais reivindicam o pleno direito à sua cidade.

4. A habitação social na cidade de Braga: génese e evolução dos seus bairros sociais

A cidade de Braga localiza-se no noroeste de Portugal, na região de Entre Douro e Minho, sendo a capital do distrito. Com uma área de cerca de 184 km², o concelho de Braga tem 14 concelhos e era constituído por 62 freguesias, reorganizadas administrativamente pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de

janeiro em 37 freguesias. Inserido a norte (NUT II) na sub-região Cávado (NUT III) confronta, a norte, com os concelhos de Vila Verde e Amares, a nordeste e este com o concelho de Póvoa de Lanhoso, a oeste com o concelho de Barcelos e a sul e sudeste com os concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão. De acordo com os valores apresentados nos Censos 2001, 2011 e 2021, a população residente no concelho de Braga cresceu de 164192 habitantes para 181494 e 193324 habitantes, numa evolução de crescimento de 10,54% e 6,52% respetivamente, apresentando sempre uma preponderância do sexo feminino (51,91%, 52,23% e 52,36%). O perfil etário revela que a proporção de população mais idosa (» 65 anos) tem aumentado em relação à população jovem e em idade ativa (< 65 anos) ao longo deste período (10,82% para 89,18%, 13,16% para 86,84% e 18,19% para 81,81%), no entanto, em relação aos valores nacionais, a sua população jovem é proporcionalmente mais relevante (83,65% para 16,35%, 80,97% para 19,03% e 76,57% para 23,43%) (<https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela>). A fatia da população da cidade constituída por residentes de nacionalidade estrangeira é de 5,8% em 2021, um valor que mais do que duplicou face aos valores de 2011 (2,6%), não havendo informação estatística em relação a 2001 (<https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/braga-378>).

4.1. Expansão urbana e pressão demográfica: definição de territórios habitacionais

Braga é cidade antiga, nominada há 2000 anos *Bracara Augusta* quando o Império Romano a conquistou aos povos Brácaros e que, passando de capital sueva a urbe medieval, se tornou depois cidade moderna religiosa e capital do Barroco, com o seu perímetro e urbanização a encolher e dilatar de acordo com as incontáveis mudanças, transformações, conflitos, construções e populações que esta cidade no noroeste da Península Ibérica viu passar. A partir do século XVI, a cidade cresceu ao longo de novas ruas e praças, rasgadas pela visão racional renascentista do Arcebispo D. Diogo de Sousa, posteriormente impregnadas pela visão artística e monumental de André Soares e Carlos Amarante. Abrindo a cerca medieval a novos territórios extramuros, os “Campos”, e abrindo novas portas de acesso, Braga espraia os seus contornos na constituição de uma cidade moderna, já a projetar a sua expansão urbana. Com novos traçados no seu interior que se dirigem no sentido da abertura da cidade, e conectando-os com estes Campos, esta vai-se redimensionando e assumindo, progressivamente, “a forma radiocêntrica e tentacular que ainda a caracterizava nos séculos XVIII e XIX” (Quatenaire Portugal, 2011, p.16). Na senda da Contemporaneidade, a cidade vê-se marcada pela inscrição e redefinição de novas artérias que correm e dilatam a espacialidade do centro medieval, dentro de um “quadro de princípios higienistas que marcaram as intervenções nos centros históricos europeus no séc. XIX,

frequentemente introduzindo grandes roturas de escala com os espaços públicos existentes e destruindo a malha medieval e edificação associada” (Quatenaire Portugal, 2011, p.18). Os edifícios surgidos pela iniciativa privada convergiram para uma maior heterogeneidade construtiva, rompendo com a dimensionalidade uniforme anterior, e para projetos de habitação coletiva que se iam coordenando com os modelos construtivos em vigor. A implantação da República trouxe importantes mudanças políticas que também se refletiram decisivamente no setor do urbanismo. Entre 1913 e 1915, Braga viu-se progressivamente dotada de iluminação pública, sistemas de saneamento e de abastecimento de água, à medida que se definiam novos arruamentos e correspondentes espaços públicos envolventes. Neles crescia novo mobiliário urbano, como o Mercado ou o Teatro Circo (CMB, 2014).

Com a entrada e consolidação do século XX, não sendo a cidade de Braga palco de tão determinante implantação e desenvolvimento industrial, como verificado nas metrópoles de Lisboa e Porto, o crescimento demográfico foi, contudo, significativo, convertido numa expansão urbanística desregulada e em sistémicos problemas habitacionais.

Nos finais da década de 1930, começa a esboçar-se a consciência da necessidade de regular o crescimento urbanístico, nomeadamente na expansão para sul do Centro Histórico de Braga, através do desenvolvimento da figura do Plano Geral de Urbanização (1934). Este é aplicado à cidade em 1941, por Étienne De Gröer, um dos mais relevantes urbanistas do período do Estado Novo, através do Plano de Alargamento, Extensão e Embelezamento da Cidade de Braga, “plano este que previa uma área urbana com um raio de quatro quilómetros, circunscrita por uma zona rural e um esquema de satélites rurais”, estando ainda “previsto um cinturão viário que estabelece a relação entre os vários pontos fulcrais, constituindo a transição entre a rede viária de escala urbana e a rede a nível regional” (Quatenaire Portugal, 2016, p.36). Mesmo não tendo sido totalmente concluído, o plano marcou o ponto de partida para o desenvolvimento da cidade. Apesar de estabelecida uma grande via urbana na prossecução da circular urbana delineada, o crescimento demográfico inesperado inviabilizou o projeto original e “o anel verde de contenção do crescimento da malha urbana proposto desmaterializou-se em detrimento de novas áreas de expansão urbanas” (Quatenaire Portugal, 2016, p.36). Nas décadas de 1950 e 1960, esta zona da cidade revela uma ocupação crescente, de acordo com o plano preconizado, com habitações unifamiliares e alguns prédios coletivos – que fogem, contudo, ao previsto enquadramento em quarteirões –, e ocorre a implantação de 4 eixos viários – a Rua de S. Geraldo/Rua Monsenhor Airosa, a Avenida da Liberdade, a Rua 31 de Janeiro e a Rua Bernardo Sequeira – que se vão tornar fundamentais para delimitar os loteamentos de urbanização intensiva e os planos de pormenor que seriam aplicados nas duas décadas seguintes. Num dos extremos da Avenida da Liberdade surge,

em 1951, e ainda numa área fora do perímetro urbanizado, o Estádio Municipal 1º de Maio, na delimitação do Parque de S. João e perto do Monte do Picoto. Anteriormente, surgira nestas imediações, o Bairro de Casas Económicas – Bairro Duarte Pacheco – construído entre 1935 e 1939.

A expansão para nascente ocorre a partir da década de 1960, quando é aberta, em 1966, uma estrada nova que partia da Rua Bernardo Sequeira para o Santuário do Bom Jesus. Este novo eixo viário, a designada “Rodovia”, vai remodelar a zona este da cidade, fazendo a transição e a conexão entre o centro histórico e as novas áreas de urbanização. A inauguração e extensão desta via, constituída pela Avenida Imaculada Conceição e pela Avenida João XXI, amplia estrategicamente a cidade, tanto em termos de exploração de novas localizações como na modernização das vias rodoviárias, mais largas e mais aptas a por elas passar o trânsito automóvel previsto que, apesar de não ser ainda substantivamente relevante, se previa ser o caminho de futuro na mobilidade das cidades. Em todo este período é relevante o papel de planificação e regulação urbanísticas desempenhado pelo então Presidente da Câmara Municipal de Braga (CMB), Santos da Cunha, no cargo entre 1949 e 1961. No entanto, esta é também a década onde uma forte especulação imobiliária se alia a um quadro de elevadas carências na área da habitação, que resulta na impactante construção clandestina que se vai implantando na cidade. Para combater a especulação habitacional, é promulgado, em 1965, o Decreto-Lei n.º 466/3, de 29 de novembro, onde são regulamentadas as operações de loteamento, legislação reafirmada em 1973 pela fraca adesão ao seu cumprimento (CMB, 2014).

Numa conjuntura de categórica ampliação e definição de circuitos urbanos, o pós-25 de Abril imprime à cidade um substantivo incremento na oferta de serviços, trabalho e formação universitária, atraindo para ela um renovado fluxo populacional. Com as alterações legislativas decorrentes da implantação do novo regime político, sobretudo pela produção da Lei dos Solos pelo Decreto-Lei 794/76, de 5 de novembro, a Câmara pôde planificar novos procedimentos urbanísticos, controlando a compra e venda de terrenos. No seu decurso, realizou várias expropriações de quintas e terrenos rurais, nomeadamente na zona sul da cidade, que foram depois loteados e objeto de planos de pormenor para urbanização em grande escala. São exemplos a área do Fujacal, da Urbanização do Carandá e da Quinta de Sotto Mayor, complementados pelos equipamentos urbanos Piscinas da Rodovia e Complexo Desportivo do Rio Este, hoje todos integrados no anel urbano da cidade.

O crescimento urbano em Braga torna-se particularmente relevante a partir da década de 1980, nomeadamente para norte da cidade, com a construção de vários quarteirões no vale de Real, que se alastraram de forma heterogénea e desorganizada. São exemplos a Urbanização de Montélios e a Urbanização das Parretas. A zona leste da cidade fica predominantemente marcada pela elevada

construção de urbanizações de tipologia plurifamiliar, incoerentemente disseminadas no espaço público e com graves carências de inserção e comunicação com o centro urbano. Sobretudo aproveitada e desenvolvida pela iniciativa privada, ocorre neste período um novo incremento no setor da construção e na exploração do mercado de habitação.

A partir da década de 1990, e sobretudo com o Decreto-Lei 69/90, de 2 de março, o planeamento urbanístico fica intrinsecamente relacionado e dependente da figura do PDM, já enquadrado legislativamente desde 1982, mas ainda pouco implantado a nível nacional. O PDM de Braga, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/94, de 20 de maio, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/98, de 18 de junho, é o instrumento de gestão política que surge para enquadrar todas as decisões municipais de gestão e desenvolvimento territoriais. Objeto de 1ª Revisão, esta foi aprovada em sede de Assembleia Municipal, a 21 de julho de 2000 e publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2001, de 4 de janeiro.

A acelerada expansão urbana, impulsionada pela crescente pressão demográfica, foi dilatando radialmente o núcleo urbano para novas geografias rurais e periurbanas, capturando territórios agrícolas e áreas desocupadas, que foram demarcadas em lotes para ativa edificação habitacional. Ao mesmo tempo, as habitações do centro histórico sofriam a concorrência da nova oferta, muitas delas ficando reservadas às camadas mais envelhecidas da população, e tantas outras votadas ao abandono e à degradação. Assim, logo em 1978, para prosseguir no objetivo de um planeamento urbanístico sistematizado, foi elaborado pela CMB o Plano Geral de Urbanização de Braga. Na sua decorrência, o perímetro medieval da cidade foi classificado, no ano seguinte, como ACRRU pelo Decreto Regulamentar n.º 25/79, de 23 de maio. Esta área de intervenção foi posteriormente ampliada pelo Decreto Regulamentar n.º 13/96, de 13 de novembro, que revogou o anterior, para permitir a inclusão de muitos edifícios do Centro Histórico de Braga que apresentavam uma evidente falta de condições de habitabilidade e não se encontravam dentro dos seus limites. Nesta estratégia de gestão territorial e urbana foi criado um Gabinete Técnico Local em 1985, incorporado, em 1991, na Divisão de Renovação Urbana, sob a alçada da Direção Municipal de Gestão Urbanística. Em 1992, foi criado o Gabinete de Arqueologia da CMB, mais um passo para uma abordagem concertada e integrada da regeneração urbana. Em 1987 surge o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico de Braga que, em 1998, foi adaptado às inerentes alterações socioeconómicas e urbanas da cidade.

A aposta na reabilitação do centro histórico prosseguiu ao longo dos anos, nomeadamente através do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas e do Programa de Reabilitação Urbana, ambos na década de 1990, desenvolvidos com o apoio do Estado português e da União Europeia. Outros

dois programas de revitalização do urbanismo comercial e cultural destes espaços (PROCOM em 1995 e URBCOM em 2004) foram implementados baseados na cooperação entre a Divisão de Renovação Urbana do município e a Associação Comercial de Braga (ACB). Sob a Política de Cidades POLIS XXI (2007-2013), foi aprovado o instrumento Parcerias para a Regeneração Urbana pela Câmara Municipal, que desenvolveu atividades diversas de revitalização urbana do Centro Histórico, em parceria com entidades públicas e privadas. Em 2011, o PERU foi associado à proposta de delimitação da ARU do Centro Histórico de Braga, para uma nova abordagem à regeneração do centro da cidade (Quatenaire Portugal, 2011, Miranda & Babo, 2013).

No entanto, ao mesmo tempo que se verificava uma decadência do edificado do centro histórico, fruto da longevidade e relativo abandono da sua manutenção, este fenómeno também se observava em outras zonas da cidade, onde populações em condições de elevada precariedade social e económica se debatiam diariamente com o alojamento em casas já desadequadas às vicissitudes e exigências sociais e laborais de uma cidade em franca evolução. De reduzidas dimensões, as casas albergavam divisões escassas e diminutas, muitas vezes sem casa-de-banho, e onde faltavam a segurança, a privacidade e a adequação ao agregado familiar que lá residia. Por outro lado, a edificação ilegal de bairros de barracas, expressivos na cartografia da cidade na década de 1970, traduzia-se na constituição de aglomerados habitacionais improvisados, mas perenes no tempo, sem as devidas condições de habitabilidade e salubridade.

4.2. Os bairros sociais de Braga: contextos e características da sua implementação no acesso à habitação condigna

Como em muitos outros municípios, os bairros sociais foram o pilar das políticas de habitação social em Braga nas décadas de 1970-1990, para atender quer ao realojamento destas famílias em condições de vulnerabilidade económica quer para enquadrar a comunidade cigana que vivia em barracas e tendas localizadas em diferentes pontos da cidade.

Com dimensões e características diferentes, mas obedecendo a normativas padronizadas quanto às soluções arquitetónicas, técnicas, estéticas e materiais empregadas, os bairros sociais construídos disseminaram-se pelos diferentes pontos cardeais da cidade de Braga.

O FFH, o IGAPHE, as Cooperativas de Habitação e a CMB eram os responsáveis pela criação de habitação destinada às populações mais carenciadas, sendo tarefa da iniciativa privada a construção destinada à classe média. Promovendo a sistemática construção de bairros habitacionais como resposta padronizada à disponibilização de casa condigna, em finais da década de 1980, perante os incisivos

efeitos urbanísticos e sociais deles advindos, o município começou a alterar a sua filosofia política na conceção e promoção de apoios sociais à habitação. Desviando-se da construção de bairros sociais para se apoiar sobretudo nos apoios ao arrendamento, a sua abordagem desviou-se para a aquisição e recuperação de apartamentos por toda a cidade para depois os atribuir a famílias carenciadas. Este modelo apresentava como vantagens a menor obrigação municipal de se endividar em construção nova e, especialmente, permitir o desmantelamento progressivo da segregação urbana e sociocultural associada aos bairros sociais, diluindo-se os vários agregados familiares pelas geografias da cidade, fomentando a integração e mitigando a marginalização que normalmente assola estes locais (Miranda & Babo, 2013).

Neste contexto, e no sentido de um maior comprometimento com a promoção de apoios sociais à habitação no município de Braga é criada, em 1999, a BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga – EM, enquadrada na figura de empresa municipal com capitais próprios, ao abrigo da Lei n.º 58/98 de 18 de agosto. As suas atribuições incluem a gestão patrimonial, financeira e social do parque habitacional da empresa e dos fogos de habitação social adquiridos ao IGAPHE pelo município, assim como a atribuição e reabilitação de fogos de habitação social, adquiridos ou construídos com a ajuda financeira do Estado, promovendo e apoiando o arrendamento e subarrendamento às famílias com maiores necessidades económicas. Fazem também parte das suas atribuições outros serviços socioeducativos, como o fornecimento de refeições ou a ocupação de tempos livres. Dentro da sua orientação estratégica, conduzem a sua ação pelos valores do Direito Fundamental à Habitação (sobretudo através da reabilitação e arrendamento), da Inclusão Social (intervindo e proporcionando condições habitacionais, sociais e educativas condignas), Capacitação de Pessoas e Organizações (desenvolvendo instrumentos e projetos sociais que promovem a participação de todos nas tomadas de decisão e no empreendedorismo social) e a Sustentabilidade Ambiental (implementando programas de combate à pobreza energética) (<https://www.bragahabit.com/empresa-bragahabit>).

Depois de formalmente constituída, ficaram sob a gestão da BragaHabit o Bairro Social de Santa Tecla, o Bairro Social das Enguardas, o Bairro Social das Andorinhas, o Complexo Habitacional do Picoto e o Bairro Social Ponte dos Falcões, estudados no âmbito deste trabalho.

Além daquelas situadas em bairros sociais, a BragaHabit ficou com a gestão e propriedade de outras habitações espalhadas pela cidade, que arrenda de acordo com as solicitações permanentes ou temporárias exigidas. Tendo em conta o equilíbrio entre a oferta e a procura, e envolvendo quer o mercado privado como o cooperativo, a BragaHabit disponibiliza quatro tipos de regimes de Apoio à Habitação, inscritos no Regulamento de Apoio à Habitação (Regulamento n.º 479/2016, de 18 de maio,

substituído pelo Novo Regulamento constante do Aviso n.º 11056/2022, de 31 de maio): o Arrendamento Apoiado, o Subarrendamento, o Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) e o Regime de Residência Partilhada (RRP). No primeiro programa, aplicado às habitações detidas pela BragaHabit, a renda é calculada em função dos rendimentos do agregado familiar. No Regime de Subarrendamento, instrumento já utilizado pelo município desde 1986, a BragaHabit arrenda as casas aos seus proprietários e depois subarrenda-as às famílias carenciadas que apoia, sendo o valor da renda também definido consoante o rendimento do agregado familiar. O RADA, regime instituído em 2002 para ampliar o conjunto de apoios sociais à habitação, consiste na concessão de um subsídio financeiro para compartilhar o pagamento da renda, sendo a família a escolher o local onde quer morar, em regime de renda livre. O RRP é destinado a pessoas que estão a viver sozinhas, em situação de precariedade social e económica, consistindo na atribuição de um quarto de dormir e cedência de partilha de áreas comuns de uma casa sob a gestão da BragaHabit. Este programa é acompanhado de apoio social permanente (<https://www.bragahabit.com/apoios-habitacao>).

Numa ação integrada com diversas instituições e entidades públicas e privadas da cidade, a BragaHabit tem como particular e desafiante responsabilidade gerir física e humanamente os bairros sociais sob a sua tutela, herdando e lidando com as suas idiossincrasias, que se estabeleceram desde a sua génese e que se acentuaram ou esbateram ao longo da sua existência.

4.2.1. Bairro Social de Santa Tecla

O Bairro Social de Santa Tecla, situado na freguesia de S. Vítor na zona nordeste da cidade, nasceu em 1979 na Quinta de Santa Tecla. A sua construção, sob a responsabilidade do FFH, teve como principais objetivos o realojamento dos moradores do antigo Bairro Operário de Santa Tecla – situado nas margens do Rio Este a cerca de 350 metros do atual bairro e demolido aquando da destruição da fábrica metalúrgica onde trabalhavam –, e prover habitação condigna a ocupantes de barracas ilegais das zonas das Lajes e do Fujacal. Na altura numa zona periférica de Braga, foi posteriormente adquirido ao IGAPHE pela CMB em 1999, transitando para a gestão da empresa BragaHabit, proprietária de 177 dos 178 fogos existentes e de 4 lojas (BragaHabit, 2023). Dos maiores bairros sociais de Braga, é constituído por 4 blocos de apartamentos de diferentes comprimentos, de tipologia T2 e T3, cada um com 4 andares, “sendo que o piso de cota mais baixa se encontra, em todos os blocos, parcialmente enterrado, obrigando a construção de habitações em semicaves em algumas partes dos edifícios” (Fernandes, 2015, p.37).

Atualmente localizado dentro do perímetro urbano, perto de várias áreas de comércio, de serviços e de escolas e próximo de grandes vias rodoviárias, como a Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires

demarca-se, contudo, geográfica e arquitetonicamente, pelos muros e edifícios contíguos que foram sendo construídos em tempos posteriores à inauguração do bairro, especialmente até 2005, fechando-o a toda a volta, exceto a Sul, por onde se rasgam acessos pedonais. Limitado pela Rua Nascente, a sua configuração em *cul-de-sac* impede a passagem para outros locais da cidade. Parte dos seus blocos cingem-se à visão das traseiras de outros edifícios, perdendo-se a amplitude visual essencial à conexão social dentro do bairro no seu conjunto, e da permeabilidade deste com o mundo exterior. Um bairro que visualmente se destaca, e se delimita, pelas suas cores verde e branca, e onde, “apesar das fachadas comerciais desta envolvente serem maioritariamente em vidro, este é coberto por outros materiais opacos [...] [que] retiram qualidade ao uso do espaço exterior, resultando em espaços desinteressantes e não atrativos” (Fernandes, 2015, p.45). A área verde envolvente prevista no projeto de construção perdeu espaço e implantação, espartilhada na altura dos muros de casas vizinhas e na sua utilização indevida, assim como a flexibilidade de circulação, constrangida a escassas vias automóveis e aos passeios sobranceiros à rua. Existe um campo de jogos no bairro e, próximo dele, a sul, o Complexo Residencial de Sta. Tecla da Universidade do Minho. Um estabelecimento social da Cruz Vermelha – onde são desenvolvidos projetos de índole inclusiva para a comunidade de etnia cigana do bairro –, e a Casa de Culto da Congregação Cristã, completam os equipamentos de índole social e comunitária do bairro.

Relativamente à composição sociodemográfica do bairro, segundo dados da Bragahabit, dentro do estudo de Fernandes (2015), cerca de 52% dos moradores são de etnia cigana, com uma distribuição em agregados familiares de mãe, pai e filhos (43%), isolados (19,8%), monoparentais (17,3%) e casais sem filhos (14,2%), entre outras formas. 55% dos indivíduos estavam em idade ativa, 8% eram idosos e 37% eram crianças. A frequência escolar limitava-se ao 1º ciclo do ensino básico em 52% dos habitantes, 24% possuía o 2º ciclo ou mais, sendo que 25% não tinha qualquer habilitação. Os dados da empregabilidade revelavam que apenas 25% da população exercia uma profissão assalariada, principalmente na venda ambulante e trabalho de limpeza, enquanto 39% se encontrava em situação de desemprego e 36% eram reformados ou pensionistas. Em 2020, os dados da BragaHabit indicam que no Bairro de Santa Tecla reside uma comunidade de 164 agregados familiares, constituída por cerca de 475 pessoas. 60% destas famílias são de etnia cigana, constituindo este espaço habitacional o local que reúne mais população da comunidade cigana na cidade. Numa percentagem residual, algumas famílias são de origem africana. Em continuidade com os valores de 2015, os agregados familiares clássicos constituem 43,2% da população, com as famílias monoparentais a preencher 17,3% dos casos e os casais sem filhos 14,2%. 19,8% da comunidade é constituída por pessoas isoladas e 5,5% integram

outras tipologias familiares. As famílias são compostas, em média, por 2,9 pessoas, onde aquelas compostas por dois elementos somam 26,5%, e as de um e três elementos contam, igualmente, com um valor de 19,8%. 18,5% são famílias com quatro pessoas, 11,1% com cinco e 4,3% têm seis ou mais pessoas. A maior família é constituída por sete pessoas. A nível de escolaridade e qualificação profissional, os valores mimetizam aqueles disponibilizados em 2015 e revelam que 51,7% da população apenas possui o 1º ciclo do ensino básico, com 24,6% a não ter qualquer habilitação ou a não conseguir completar este nível de escolaridade. 23,7% conseguiu completar o 2º ciclo ou mais. Estes valores “evidenciam que o abandono formal de aprendizagem nesta comunidade ocorre muito precocemente”, o que “remete para a dificuldade de atingir e/ou ultrapassar a barreira do ensino obrigatório, fenómeno que se agravou com a expansão da escolaridade obrigatória, o que permite prever dificuldades no ingresso do mercado de trabalho por parte desta população”. Analogamente, existem apenas 25% de pessoas com profissão assalariada, os desempregados e domésticas constituem 38,9% da população e uma grande percentagem é preenchida por reformados e pensionistas (36,1%). As profissões mais comuns continuam a ser o vendedor ambulante e a empregada de limpeza ou empregada doméstica. A partir destes valores depreende-se que “os reduzidos índices de instrução e a ausência de competências pessoais e sociais acabam por se refletir na débil relação que mantêm com o mercado de trabalho, o que por sua vez condiciona um baixo nível de rendimento disponível” (BragaHabit, 2020a). A constância dos índices sociodemográficos ao longo dos anos parece denotar a permanência dos mesmos agregados familiares e a acomodação e/ou sujeição às condições ou situação de vida em que se encontram.

A primazia da presença da comunidade da etnia cigana imprime ao bairro uma identidade cultural e sensibilidade próprias, que se impõe pela presença quantitativa e pelo carácter relacional estabelecido dentro dela, verificando-se que “as redes de solidariedade [...] são fortes, tendo em conta que cada inquilino, principalmente da comunidade cigana, tem sempre muitos familiares no bairro” (Ferreira, 2014, p.15).

Ao longo do tempo, a degradação do edificado e do parco mobiliário urbano tornaram-se cada vez mais evidentes, assim como a desertificação dos espaços ajardinados e a utilização abusiva destes para passagem pedonal e estacionamento de automóveis. A falta de higiene e a acumulação de lixo na via pública, assim como as pichagens nas paredes de alguns prédios, foram avolumando a deterioração física do bairro que, aliada à falta de qualidade dos materiais de construção e de manutenção atempada contribuíram para progressiva deterioração social desta população, distante de um usufruto compensatório do local em que habita.

Uma conotação negativa face ao bairro é transversal a quem está dentro e fora dele, sendo sentido por ambos uma sensação de insegurança e desconforto, especialmente à noite, devido à constatação da existência de atividades ilícitas no contexto e imediações do bairro, nomeadamente tráfico de droga e assaltos, que mais agrava as relações tensas ou de evitamento entre a comunidade cigana e não cigana dentro do bairro. De facto, “os conflitos existentes no bairro derivam, sobretudo, das más relações de vizinhança, [...] como o racismo, a gestão dos condomínios, a ofensa e a intriga, gerados devido às diferenças culturais entre os moradores do bairro”. Esta situação é agravada pelos “problemas de criminalidade [...] que leva[m] a que os moradores do bairro optem por resguardar-se mais no espaço da casa, ficando assim descuradas as relações de vizinhança” (Ferreira, 2014, p.55). Uma segregação social e espacial exponenciada pela visibilidade reduzida do bairro, com espaços sem saída e prédios sem ligação direta à rua caracteriza e estigmatiza a coexistência dos seus habitantes com a restante cidade, que desenvolve, perante ele, uma consciência de ambiente perigoso, temido e a evitar.

A acrescentar ao afastamento preconizado pelas atribuições impostas ao bairro, a quase inexistência de equipamentos socioculturais que envolvam e tragam pessoas externas para dentro do bairro e a resistência dos seus moradores em dinamizarem e participarem em iniciativas que envolvam um espetro mais alargado da população bracarense cria um ambiente ainda mais fechado e centrado nas suas dinâmicas próprias. Perante um bairro que, física e estruturalmente, se vira para dentro e que, socialmente, se encontra relativamente isolado de outras vivências e experiências coletivas, a guetização deste espaço torna-se inevitável e com efeitos deletérios na harmonização e integração populacional.

Sendo que o bairro apresenta “problemáticas sociais e urbanísticas diversas, que o transformam num território desqualificado, pouco estruturado, não integrado no tecido urbano da cidade”, e estando situado “na proximidade de infraestruturas de circulação automóvel, este é um bairro que importa abrir à cidade, nomeadamente através da criação de possibilidades para o seu atravessamento e do alargamento e regeneração dos espaços públicos” (Quatenaire Portugal, 2016, p.41).

4.2.2. Bairro Social das Enguardas

O Bairro Social das Enguardas, também localizado na freguesia de S. Vitor, foi construído entre 1976 e 1979 pelo FFH e estende-se por um quarteirão residencial que incorpora áreas habitacionais com sensibilidades distintas. O bairro social propriedade da BragaHabit constitui uma parte do edificado, projetado para o realojamento dos residentes do antigo e extinto Bairro Araújo Carandá (o bairro operário mais antigo da cidade, datado de 1876), que estava localizado perto do rio Este. Este terá sido o primeiro bairro social da cidade, bem conhecido em Braga e construído para proporcionar alojamento a baixo

custo aos trabalhadores. Organizado em forma de “T”, era constituído por casas geminadas com horta e impregnado de forte espírito comunitário. Com a demolição do bairro no pós-25 de Abril, a sua população foi inteiramente deslocada, sobretudo para o Bairro Social das Enguardas. Atualmente esta área encontra-se ocupada por um outro conjunto habitacional denominado de Urbanização do Carandá, construído na década de 1980. O Bairro Social das Enguardas também se destinou a alojar populações que viviam em barracas e habitações precárias um pouco por toda a cidade, sobretudo pertencentes à etnia cigana. Dentro do espaço do bairro existe ainda habitação social promovida pela antiga Caixa da Previdência, atualmente sob a gestão do IGFSS. Por precedência de chegada, e por afinidades culturais e sociais, as populações dentro do bairro distribuíram-se diferentemente pela sua geografia, ocupando áreas praticamente distintas.

Com a Rua Senhor da Paz e a Travessa dos Congregados a estruturar a espacialidade e organização do bairro, este integra um parque habitacional distribuído por 11 blocos distintos (A a L) de 4 pisos, num total de 179 unidades, sendo 82 propriedade da BragaHabit e 90 de propriedade privada (BragaHabit, 2023). A tipologia varia entre T2, T3 e T4. Os prédios, com rés do chão e três andares, são maioritariamente destinados à habitação (171) contando ainda com 6 frações ocupadas por lojas e entidades de índole associativa e social: a sede da Associação de Moradores do Bairro, a sede do Sporting Clube Leões das Enguardas, o café que lhe está associado, a sede da Associação Famílias onde funciona um Centro de Atividades de Tempos Livres para as crianças e uma oficina de sapateiro. Entretanto, as lojas foram acomodando uma mercearia e uma padaria, entre outras atividades.

Localizado numa das extremidades do bairro localiza-se a capela do Senhor da Paz, objeto de devoção e de manutenção cuidada por parte da comunidade do extinto Bairro Araújo Carandá, trazido aquando do realojamento e que dá o nome à rua que lhe está adjacente. Também o clube desportivo foi trazido para o Bairro das Enguardas, alterando a sua designação de Leões do Carandá para Sporting Clube Leões das Enguardas.

Agora dentro do anel urbano da cidade, o bairro é servido e atravessado por estradas e passeios que permitem a passagem e continuidade viária e pedonal com o resto da cidade, nomeadamente a grandes áreas comerciais, serviços, escolas e jardins-de-infância. Tem também na sua envolvente um rinquê, recentemente reabilitado, o Cemitério Municipal e a Escola Básica das Enguardas. Um jardim infantil que também existia foi, entretanto, desmantelado pela degradação e insegurança que oferecia. Apesar de ter uma configuração espacial aberta, a adstrição física e social das suas três populações a áreas diferenciadas imprime ao bairro matizes de ocupação distintas, que se refletem sobretudo no grau de manutenção dos equipamentos e das áreas ajardinadas. Esta distinção nos cuidados observados com

as casas e com o espaço envolvente poderá também radicar na atenção particular disponibilizada pelos moradores que são, cumulativamente, seus proprietários. Numa época em que a CMB e a BragaHabit consentiam na aquisição deste património imobiliário público pelos seus inquilinos a um preço razoável, grande parte da população do antigo bairro do Carandá optou por comprar a casa para onde foi residir, tendo lá permanecido desde então. Mas, mesmo com manutenção e atenção mais presentes, a contingência de ser um bairro social verifica-se nas “características típicas de construção a custos controlados, com áreas dos compartimentos reduzidas e materiais construtivos, nomeadamente os revestimentos, de baixa qualidade”, onde “todos os blocos habitacionais são servidos por mais de uma entrada que dá acesso direto à caixa de escadas sem recurso a elevadores” (Pinheiro, 2019, p.41).

O perfil sociodemográfico do bairro revela, em 2020, que das 81 frações então de propriedade municipal, 67 estavam ocupadas sob o apoio do RADA, 1 em RRP em protocolo com a Cáritas e 13 encontravam-se em estado devoluto. Nelas habitavam 195 pessoas, sendo 53% delas pertencentes à comunidade cigana (104 pessoas), e onde as suas 27 famílias constituíam 40% das famílias residentes. A família nuclear é a mais representada (30%), havendo 22% de pessoas isoladas, 21% de famílias monoparentais, com os casais sem filhos e outras tipologias familiares a constituírem, respetivamente, 12% e 15% do total dos agregados familiares. A sua dimensão média é de 2,9 pessoas, sendo que 25% destes agregados são compostos por duas pessoas, 22% são famílias com uma ou com três pessoas, 15% têm quatro pessoas, e aqueles compostos por cinco ou por seis ou mais pessoas correspondem, cada um deles, a 8%. A sua caracterização em termos de escolaridade e de integração no mercado de trabalho mostra que o analfabetismo atinge 10% da população e onde 15% apenas sabe ler e escrever. O 1º ciclo do ensino básico foi concluído por 48% das pessoas, o 2º ciclo por 5%, o 3º ciclo por 15%, o secundário por 6% e apenas 1% chegaram ao ensino superior. 43% da população estava desempregada e 22% reformada, sendo que apenas 11% exerciam uma profissão remunerada – feirante, no caso da comunidade cigana e empregada da limpeza, na restante população. 24% eram estudantes. 10 residentes estavam, na altura, detidos. Destes dados relativos à formação, verifica-se que “variam consoante a pertença étnica, sendo os elementos pertencentes à comunidade cigana os menos qualificados” (BragaHabit, 2020a).

Com as cores azul e branca a padronizar parte do bairro, a delimitação visual é também marca de delimitação social. Nas áreas ocupadas pela comunidade cigana é reportada a existência de comportamentos ilícitos, nomeadamente o tráfico de droga, pelo que estas são tendencialmente evitadas pelas pessoas residentes no bairro. Esta atividade é alvo de repúdio, receio e de arredamento por parte da população interna e externa ao bairro, e que imputa uma significação negativa e de rejeição

generalizada, extensiva a todo o Bairro Social das Enguardas. Inerente às suas características culturais, a comunidade cigana privilegia as atividades desenvolvidas no seu interior, afastando-se normalmente daquelas de caráter social, lúdico e religioso promovidas pela Associação de Moradores.

No combate contra a marginalização física e emocional, o bairro envolve-se em projetos vários, nomeadamente de cariz artístico, que aligeiram a monotonia do edificado e aliviam e distraem das dificuldades quotidianas os seus moradores. Por outro lado, as festas do Senhor da Paz, as atividades desportivas desenvolvidas pelo Sporting Clube Leões das Enguardas e as festividades que rodeiam alguns momentos importantes do bairro atraem pessoas ao seu interior e à efetiva criação de laços com os demais habitantes da cidade, num caminho de inclusão e dissipação de fronteiras.

4.2.3. Bairro Social das Andorinhas

O Bairro Social das Andorinhas localiza-se na freguesia de S. Vicente, na zona noroeste da cidade e foi construído entre 1983 e 1986 pelo IGAPHE, no intuito de assegurar uma habitação condigna àqueles que não conseguiam arrendar ou adquirir casa no mercado livre e para proporcionar melhores condições de habitação a diferentes populações provenientes de vários locais da cidade. Adquirido posteriormente pela BragaHabit, o bairro é constituído por 6 blocos com 32 prédios de apartamentos, sobretudo estruturados nas tipologias T3 e T4, albergando cerca de 230 fogos, onde residem cerca de 1000 pessoas. Quanto ao regime de propriedade, a BragaHabit detém 130 apartamentos e 6 lojas, complementando-se o bairro com mais 101 habitações que foram alienadas do património público e adquiridas pelos seus inquilinos quer à CMB como ao IGAPHE (<https://www.bragahabit.com/lista-espera-habitacao>). Para além das frações habitacionais, outras são ocupadas com fins diversos, nomeadamente cedidos e afetos a “diversas lojas e outros estabelecimentos não habitacionais, alguns dos quais espaços associativos, designadamente para jovens na sequência de protocolo com o Fundo de Apoio a Organismos Juvenis (FAOJ) em 1988” (Silva, Kahn & Cruz, 2020, p.45). São os casos da Associação Juvenil Aventura da Saúde (1986) e a Associação Ida e Volta (1996), que incidem, respetivamente, em atividades de promoção da inclusão e proteção da Natureza e na dinamização de um grupo de percussão, cabeçudos e gigantones. Está lá também sedeadada, desde 2013, a Associação de Surdos de Braga. Em maio de 2011 começaram as obras de construção da nova creche da Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente, disponibilizando aos moradores do bairro, a partir de outubro de 2015, valências de apoio às crianças. Um rinque polidesportivo, um parque infantil e outro com apetrechos para atividade física, além de uma pequena horta comunitária, constituem equipamentos urbanos disponibilizados no bairro. Em 2015, o rinque foi intervencionado, sendo colocado um novo piso

de relva sintético e duas balizas novas. O Parque *Street Workout* foi inaugurado em 2017, inserido numa zona ajardinada, construído como resultado de uma das propostas vencedoras do Orçamento Participativo Tu Decides de 2016, desenvolvido e implementado para promover estilos de vida saudáveis. Neste mapa de espaços de cariz associativo, recreativo e social do bairro, cabem ainda um café e um supermercado, a sede da Associação de Moradores e respetivo café, e uma sala de apoio a atividades escolares e pedagógicas. O bairro é percorrido por várias áreas ajardinadas e arborizadas que envolvem vários prédios e que constituem espaços livres de trânsito, promovendo um usufruto e convívio social e lúdico seguro para crianças, jovens e idosos. Não havendo garagens nos prédios existem, contudo, áreas delimitadas de estacionamento nas imediações das estradas que circundam o bairro: a sul e este passa a Rua Fernando Castiço, a oeste a Rua Dr. Pereira Caldas e a Dr. Manuel Braga da Cruz.

Nascido numa área essencialmente rural, a sua localização é atualmente muito valorizada, por se situar na área envolvente de implantação do Estádio Municipal de Braga, construído em finais de 2003 para o Campeonato Europeu de Futebol de 2004. Apesar de o bairro não constituir local de passagem habitual para os bracarenses por estar limitado pela circular urbana da cidade e o acesso ao bairro ser feito por ruas que passam por baixo dela, quando existem jogos de futebol, o bairro é atravessado por várias pessoas para aceder mais facilmente ao estádio. Adicionalmente, não existe um isolamento territorial face à cidade, ficando esta zona dentro de uma distância pedonal e viária até 1000 metros de várias infraestruturas sociais da cidade como escolas, a Junta de Freguesia de S. Vicente, o Centro de Saúde de S. Vicente/Infias, a Câmara e o Mercado Municipais e outras do núcleo da cidade. Mesmo tendo um trânsito automóvel frequente, ainda não passa lá o transporte público, dificultando as deslocações da população mais idosa à cidade, que são obrigadas a fazer a distância a pé e através de escadas, ou então a percorrerem uma distância ainda considerável para a paragem de autocarro mais próxima.

O perfil sociodemográfico do bairro mostra, em 2020, que nos apartamentos da BragaHabit residiam cerca de 394 pessoas, sendo que apenas 25 eram de etnia cigana. A família nuclear era a mais comum entre os moradores, incluindo 34,6% das pessoas, assim como a monoparental (24,8%), seguida pelos moradores isolados (18%) e casais sem filhos (9%). As outras tipologias familiares, como famílias com 2 núcleos ou só com irmãos, representavam 13,6% da população. A média de pessoas por agregado era de 2,7, sendo a família constituída por 3 elementos a mais frequente. O número máximo de pessoas no mesmo agregado era de 7. Relativamente aos níveis de escolaridade e situação profissional, 8,6% eram analfabetos e 9,2% não haviam terminado o 1º ciclo do ensino básico, mas 40% já o tinham conseguido e 16,3% completara o 2º ciclo. 15,1% da população já completara o 3º ciclo de ensino, 7,7%

o secundário e 3,5% o ensino superior. No entanto, 30,2% dos moradores encontravam-se sem trabalho, um número que se equilibrava com semelhante proporção de pessoas empregadas (31,7%). 22,2% dos residentes estavam reformados e 15,9% eram estudantes (BragaHabit, 2020a). Estes valores coordenam-se com aqueles apresentados por Silva & Ribeiro (2018, pp.11-12). Neste quadro, cerca de metade desta população encontrava-se sem atividade, e aqueles a exercer a sua profissão faziam-no de acordo com baixos níveis de qualificação escolar, pelo que as deficiências transversais à qualificação escolar e profissional presentes antes do realojamento parecem ter-se mantido ao longo do tempo.

A atividade da Associação de Moradores é reconhecida como superlativa na regeneração e dinamização do Bairro das Andorinhas, que ao longo do tempo promoveu a transformação dos espaços físicos e a sociabilidade intra-bairro. Assim, quando Barreira (2000) refere que, na entrada do século XXI, este era um bairro onde “a degradação de alguns edifícios é evidente do exterior – há paredes cheias de humidade e outras repletas de grafitis. O bairro possui diversos espaços verdes que apresentam um espaço degradado e subaproveitado” (p.1), a alteração é evidente com o tempo, onde “as operações de manutenção do edificado e de intervenção no espaço público [...] permitem, atualmente, verificar que o edificado apresenta um estado de conservação razoável, ao nível da sua envolvente exterior” (Quatenaire Portugal, 2016, p. 83). Atualmente, o aspeto do bairro de cores amarela e branca é, na sua generalidade, cuidado e limpo, fruto de uma manutenção permanente por grande parte dos seus moradores, que zelam pelo cumprimento das regras de higiene e pelo respeito cívico essenciais para uma permanência e reconhecimento gratificante do seu *habitat*.

Sob regimes de apoio financeiro à habitação, o Bairro Social das Andorinhas é aquele com menor expressão de habitantes de etnia cigana. Recentemente, destinou um apartamento para colocar moradores em RRP. Com um perfil etário diversificado, os moradores são, com alguma periodicidade, acompanhados nas atividades lá dinamizadas por pessoas externas ao bairro, atraídos por eventos culturais variados, como concertos, procissões e festas populares e religiosas. Este bairro é aquele que é menos referenciado como palco de episódios de comportamentos ou atividades promotoras de instabilidade e receio social, onde apenas a rivalidade clubística e um forte espírito de identidade bairrista se intromete em ocasionais disputas, sobretudo entre os jovens deste bairro com um outro vizinho, o Bairro das Parretas. De facto, o orgulho de ter crescido e/ou de residir no Bairro Social das Andorinhas parece ser unânime entre os seus habitantes, que o enunciam sem receio e o publicitam recorrentemente.

Diametralmente oposta às impressões e sentimentos recolhidos por Barreira (2000), onde “em relação ao bairro, predominou uma imagem tendencialmente negativa” e onde existia um “problema da

insegurança (plenamente relacionada com a questão da toxicod dependência) [...] a “má vizinhança” e a “falta de limpeza” – associada aos vizinhos” (p.9), a situação social e comportamental atual do bairro mostra uma reciprocidade identitária que não existia há vinte anos. Isto mesmo é confirmado por Silva, Kahn & Cruz (2020), referindo que “os moradores revelaram-se bastante satisfeitos com as condições gerais do bairro, destacando como valor mais elevado o espaço para as crianças brincarem” (p.56). E quando é focada a questão de comportamentos aditivos, o mesmo estudo mostra que “os mais novos mencionam a existência de muita circulação de droga, contrariamente à posição das pessoas mais velhas. [...] O seu nível de comparação é, no entanto, a da realidade atual com os primórdios da formação do bairro, no qual o tráfico de droga era mais notório” (p.58). O discurso agressivo e as atitudes de rebeldia e provocação perante os não moradores, cerca de dez anos depois da constituição do bairro, assim como a presença de marcadores distintivos, simbólicos e estéticos, como os grafitis e assinaturas nos edifícios, parecem ter-se dissipado e sido substituídos por formas de comunicação mais salutar e respeitadoras. Quando “as brincadeiras dos mais novos [...] pautadas sobretudo pela atividade física – qualificadas pela força e pela impulsividade, e atravessando por vezes os limites da violência e da brutalidade” se aliavam a atividades desadequadas à sua idade, sendo “desde cedo chamadas a assumir responsabilidades familiares [...] e autorizadas ou incentivadas a encontrar na rua parte dos recursos inexistentes em casa”, o seu crescimento era desde logo condicionado e “a distinção entre o legal e o ilegal aparece por vezes pouco significativa” (Barreira, 2000, pp.11-12). Passados mais de trinta anos sobre a edificação do bairro, segundo Silva, Kahn & Cruz (2020), “este orgulho do bairro não é só partilhado pelas suas origens e modos de vida comuns como pelo modo de socialização na rua por parte não só de adultos, mas sobretudo de crianças e jovens” (p.60). Em relação às Andorinhas, “os seus habitantes reportam ser um bairro bem localizado, calmo, seguro, agradável para se viver, com comércio e serviços locais nas imediações” e onde, “para além de deixar de ser rotulado como um «bairro de droga», como o era no início até ao final dos anos 90, reverteu também um inicial processo de desenraizamento e/ou de ligação a um velho espaço físico e contribuiu para gerar um sentimento de lugar junto das gerações mais novas, que investiram não só nas habitações, mas no espaço envolvente” (p.65).

4.2.4. Bairro Social Ponte dos Falcões

O Bairro Social Ponte dos Falcões, situado na União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade na zona sudoeste da cidade, nasceu por ocasião da expansão urbana nos inícios da década de 1980, também para alojar pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade habitacional. Era

constituído por 3 blocos de habitações, perfazendo 32 frações habitacionais. Construído por iniciativa da CMB em terrenos municipais, numa das principais entradas da cidade, o bairro ficou sob a gestão da BragaHabit, apresentando progressivamente uma tendência de ocupação por parte de pessoas pertencentes à etnia cigana e correspondente deslocalização dos outros moradores. Era envolvido por uma área ajardinada que foi alvo de utilização abusiva, com deposição de lixo, veículos e materiais diversos, contribuindo para a constituição de um ambiente caótico, insalubre e visualmente desagradável. Perante o reiterado insucesso dos investimentos camarários na sua manutenção, foi equacionada a demolição integral do bairro durante vários anos, derradeira solução considerada devido “aos múltiplos problemas [...], fundamentalmente as diminutas condições de habitabilidade dos fogos, fruto de uma degradação acentuada das estruturas edificadas” (Quatenaire Portugal, 2016, p. 42). Tendo sido proposto o realojamento dos moradores na Praceta Padre Sena de Freitas, numa área geograficamente próxima, em 8 apartamentos alugados pela BragaHabit, a sugestão não foi bem aceite, quer pelos habitantes do bairro, quer pela comissão de moradores do local afeto ao realojamento.

Em 2016, a área ocupada pelo bairro já era propriedade da empresa municipal Transportes Urbanos de Braga (TUB) que, nesse ano, adquiriu mais uma parcela de terreno contíguo ao bairro com o objetivo de alargamento do seu Parque de Material e Oficinas. Convergindo com a insustentabilidade da permanência do bairro, esta decisão da TUB acelerou o processo de desmantelamento das habitações. A demolição foi realizada de forma faseada, de modo a contemplar os atrasos e as várias dificuldades surgidas no processo de realojamento dos seus moradores. A intenção de dar início ao processo ainda em 2016, já na presença de um prédio devoluto, foi atrasada para março de 2017, definida como a data limite para a saída de todas as famílias. Das nove ainda residentes e renitentes em abandonar o bairro, duas das famílias conseguiram encontrar outra solução habitacional proposta pela BragaHabit alternativa à Praceta, mas seis continuavam numa situação de impasse, recusando a saída para essa nova localização. Oferecidas soluções alternativas de realojamento em outros locais da cidade, em habitações da BragaHabit, as famílias acabaram por concordar com o processo de saída. O primeiro dos três prédios foi demolido em setembro de 2017, num processo que se arrastou até abril de 2019, data da demolição dos restantes dois prédios.

4.2.5. Complexo Habitacional do Picoto

O Complexo Habitacional do Picoto surgiu em 1998, num outro contexto de urbanização e em data bastante posterior à dos restantes bairros sociais edificados na cidade. Já sob um modelo habitacional anacrónico com os apoios sociais prestados pelo município nos finais da década de 1990,

onde se privilegiava a distribuição da oferta habitacional pela circunferência territorial da cidade, a construção deste bairro decorreu da necessidade premente de realojamento de uma população específica que requeria um enquadramento habitacional condigno, assim como do desejo de libertar e promover um outro tipo de ocupação numa área particularmente privilegiada e de entrada na cidade. Situado na União de freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, a este da cidade, alojou especificamente uma comunidade de famílias maioritariamente de etnia cigana, para lá deslocada no Verão de 1998, proveniente de uma área geográfica próxima – Parque da Ponte ou Largo da Floresta e da zona do Clube de Caçadores. Lá viviam em barracas, em situação de grande precariedade habitacional e social. Foi mandado construir pela CMB, enquadrado no Programa de Luta Contra a Pobreza, no espaço de uma antiga pedreira do Monte do Picoto.

O Complexo Habitacional do Picoto, apesar de se localizar numa zona periurbana muito próxima do centro da cidade, e numa área florestal protegida na encosta do Monte do Picoto, constitui um aglomerado habitacional fortemente demarcado e segregado na conjuntura do seu edificado e nas inacessibilidades pedonais e viárias que o caracterizam. Tendo sido a justificação da mudança a ideia de manter a comunidade com a mesma organização que tinha anteriormente, espacial e socialmente reunidos, os moradores queixaram-se então e continuam a fazê-lo, tendo preferido a localização original para a construção do bairro. A pressão por parte de muitos habitantes da cidade, que não queriam ver e ter a comunidade cigana numa zona nobre e bastante exposta da cidade, na extremidade da Avenida da Liberdade, terá também contribuído significativamente para a decisão de Mesquita Machado, Presidente da Câmara à data. A realocação desta população num novo bairro em local próximo, mas mais escondido foi a solução adotada apesar também da renitência dos habitantes do Bairro Nogueira da Silva, bairro vizinho do Picoto, onde a população não cigana viu com desagrado a deslocação desta comunidade, remetendo-a para um agrupamento separado.

A anuência da comunidade cigana para a mudança deveu-se à possibilidade de acederem a casas adequadas, e “pese embora o isolamento, a entrada no bairro foi encarada com entusiasmo pela comunidade, que via nele melhorias em comparação com as anteriores condições de habitação associadas à vivência nas barracas. Todavia, rapidamente a estrutura do bairro e as condições das habitações revelaram fragilidades, aspetos ampliados ao longo dos 20 anos de existência à margem de qualquer intervenção municipal” (Silva & Jorge, 2018, p.13).

Constituído por 7 edifícios de casas unifamiliares em banda, na intenção de mimetizar o modo de vida anterior, as casas acanhadas de dois andares mantiveram, contudo, a mesma conceção simples e básica dos bairros sociais. As escadas numerosas e estreitas entre divisões exíguas, a falta de espaços

de convívio ou de lazer, a existência de apenas uma via de acesso sem saída e sem contacto com outras urbanizações, mostrou logo a pouca adaptabilidade aos agregados familiares numerosos que as iam ocupar, assim como às difíceis capacidades de locomoção de muitas pessoas, devido ao perfil etário. As suas 50 habitações estão sob a gestão da BragaHabit.

A topografia acidentada do local, que favorece a queda de pedras e o deslizamento de terra, a falta de isolamento térmico, a humidade constante, as avarias sistemáticas na eletricidade, e o emprego de materiais baratos na construção contribuíram para uma degradação apreciável ao longo do tempo, patente na negritude das paredes e nos fungos, nas fissuras várias e no desaparecimento da tinta amarela das paredes, provocando problemas de saúde, mormente respiratórios, dos quais muitos habitantes se queixam. Estes problemas aliam-se com a frugal e difícil intervenção municipal no bairro, quer em obras de fundo como na manutenção geral, havendo pouca limpeza dos espaços ou mesmo recolha de lixo sistemática. A entrada de pessoas externas ao bairro é praticamente inexistente, exceto na ocasional distribuição do correio e por ocasião de alguma necessidade de atendimento específica. A comunicação entre as entidades camarárias e os moradores é escassa, apenas “nos momentos em que é feito o levantamento da composição dos agregados familiares [...] e as visitas individualizadas por parte daqueles às instalações da empresa municipal de habitação para exposição de queixas relativamente à degradação do bairro e das casas” (Silva & Jorge, 2018, p.15).

Existe uma Associação de Moradores que representa os seus habitantes e que requer mudanças drásticas no bairro, mas que não tem grande substrato e resultados práticos, uma vez que cada um prefere tratar dos seus problemas a nível individual, numa tentativa de se afastar da discriminação de que sentem ser alvo como comunidade.

No bairro, “a degradação construtiva é evidente e a reabilitação, interior e exterior, das habitações é uma necessidade indiscutível”. Para mais, “o seu carácter isolado promove a *ghetização*, aumentando a desqualificação e a degradação generalizada dos espaços públicos, tornando-se premente abrir o bairro à cidade, através de acessos mais estruturados e condignos. Este bairro apresenta múltiplos problemas sociais e é associado ao consumo e tráfico de drogas” (Quatenaire Portugal, 2016, p.42). Pela sua imagem degradada, sujidade e acumulação de animais e lixo, em associação com as ideias preconcebidas adstritas à comunidade relativas a criminalidade, ao tráfico de droga e mesmo a uma ideia homogeneizante de incivilidade, desorganização e resistência a regras gerais de vida em sociedade, o bairro afasta as pessoas do local, acentuando o isolamento e discriminação que lhe é feito. Mesmo as atividades que são projetadas para decorrerem com os moradores do bairro têm de ser realizadas fora do seu ambiente habitacional por falta de espaço e condições logísticas de implantação dos mesmos.

O perfil sociodemográfico do bairro revela que, em 47 agregados familiares compostos por 153 pessoas, 150 são de etnia cigana e onde “todas as famílias são predominantemente ciganas. A especificidade deste bairro reside na sua homogeneidade étnica” (BragaHabit, 2020a). Segundo Silva & Jorge (2018), e de acordo com os dados praticamente coincidentes da Bragahabit de 2015, as pessoas não ciganas “por via de casamento ou união de facto, se incorporaram como membros da comunidade cigana” (p.10). 48,8% das famílias organizam-se sob a forma de agregados clássicos, os casais sem filhos e pessoas isoladas constituem, cada tipologia, 14%, e as famílias com dois ou mais núcleos representam 11,6% cada uma. As famílias monoparentais constituem 9,3% da comunidade e outros tipos de família representam 4,7% dos moradores. A média de elementos por família é de 3,2, com um dos agregados a ter 9 pessoas e a maior parte deles a ser constituído por 5 pessoas. Se 18,4% das pessoas não têm qualquer nível habilitacional, 40,8% da comunidade possui o 1º ciclo do ensino básico, o que outros 25% não chegaram a completar. 15,8% possui o 2º ciclo ou mais. Este percurso escolar deficitário transparece na situação profissional dos moradores, onde apenas 8% da população trabalha, e exclusivamente na venda ambulante, e 54,4% se encontrava desempregada. Os estudantes (23,9%), os reformados (9,1%) e os detidos (4,5%), completam o quadro demográfico do bairro (BragaHabit, 2020a). Apesar de não constar dos dados oficiais coligidos, muitos dos moradores “frequentam ou frequentaram cursos de formação de cariz profissionalizante [...] ou mesmo de competências básicas. Tratando-se, em alguns casos, de percursos interrompidos, tais cursos não levaram à certificação ou equivalência, nomeadamente entre as mulheres, em que o casamento precoce, a maternidade e mesmo a desvalorização parental da escolaridade ditaram a saída prematura do ensino (Silva & Jorge, 2018, p.10). A pobreza, os baixos níveis de escolaridade e o emprego precário atravessam notoriamente o bairro, que adia a mudança por incapacidade financeira. A situação sociogeográfica do bairro e a marginalização étnica que desde a sua génese é marca indelével do Complexo Habitacional do Picoto, amplia a relegação e a xenofobia de que é alvo, interferindo na inserção da comunidade no espaço maior da cidade e preterindo a sua participação nas dinâmicas urbanas.

Estando edificado em terrenos pertencentes à Arquidiocese de Braga, a intervenção de reabilitação no bairro estava muito condicionada, uma vez que o financiamento comunitário só é autorizado em espaços detidos por entidades públicas. Em finais de 2018, foi aberta a possibilidade de realojamento das famílias em fogos da BragaHabit em diferentes locais da cidade, nomeadamente nas casas que estão em processo de reabilitação nos bairros das Enguardas e de Santa Tecla, solução que os partidos de oposição têm defendido perante a possibilidade alternativa de reabilitação do bairro. Ricardo Rio, atual Presidente da Câmara, finalizou em 2021 o processo de aquisição destes terrenos à Arquidiocese de

Braga, referindo ser intenção do município intervir finalmente naquele espaço e revitalizá-lo estrutural e socialmente, algo que ainda se encontra em aberto.

4.3. Enquadramento político-institucional dos bairros sociais de Braga (2000 a 2022)

Se nas décadas de 1970 a 1990 se conseguiu dar uma resposta relativamente eficaz em termos quantitativos às populações que viviam em condição de precariedade habitacional, coincidindo com um período de grande construção e expansão urbanística da cidade, na entrada do século XXI, e perante as alterações legislativas para o setor, agudizaram-se as condições de acesso e de ocupação de uma casa. Os pedidos de ajuda para o acesso a uma habitação condigna e compatível com os rendimentos familiares renovaram-se e não encontraram resposta no edificado público disponível. No sentido da complementaridade com os regimes de apoio financeiro ao arrendamento criados, e face à reduzida disponibilidade imobiliária do parque municipal para responder às solicitações dos cidadãos em situação de carência, a atenção focou-se nas políticas de reabilitação urbana.

Não sendo uma área inexplorada, já desde 1979 que a CMB se envolvera na delimitação de áreas preferenciais de intervenção, ao definir a primeira ACRRU, nessa altura abrangendo apenas o núcleo medieval da cidade. Se, no seguimento da Lei 106/2003, de 10 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, a legislação incidia na reabilitação dos centros históricos e ACRRU's sob a ação das SRU, o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, expandiu a reabilitação urbana para novas espacialidades e para novos e dinâmicos programas de intervenção. O RJRU foi definido em termos de ARU's e com planos estratégicos e específicos de intervenção. Perante esta mudança, em novembro de 2010, o município de Braga começou o processo de evolução das ACRRU's do Centro Histórico e do Sítio dos Galos para ARU's, aprovadas em setembro de 2011 por um período de vigência de dez anos, prorrogado depois por mais 16 meses, até maio de 2023. A delimitação da ARU de Braga Sul alargou a abrangência do núcleo menor, restrito à ACRRU do Sítio dos Galos, para as suas áreas adjacentes. Nesta foi incluído o “núcleo de edifícios de habitação social municipal na fachada oeste do Monte Picoto (Complexo Habitacional do Picoto) constituído por sete blocos de dois pisos, plurifamiliares (num total de 47 frações) com um elevadíssimo nível de degradação física e dos arruamentos de acesso, com ocupação maioritária de população de origem cigana”, integrado este no “espaço natural do Monte Picoto, que, pela sua atratividade urbana local e regional importa requalificar, designadamente, em todas as componentes, incluindo dos aglomerados habitacionais anteriormente referidos que constituem zonas limítrofes de forte condicionamento paisagístico e socio-funcional”. Neste objetivo, dentro da estratégia do PERU de Braga Sul (aprovação em *Diário da República*, n.º 249, II Série, Aviso n.º 24880/2011, de

29 de dezembro) pretendia-se “consolidar no setor sul da cidade, e dentro de uma forte articulação entre as estruturas ecológicas do Rio Este e do Monte Picoto, uma área ambientalmente qualificada, onde se venham a concentrar funções coletivas múltiplas, favoráveis à intensificação de dinâmicas urbanas vivenciais”, intencionando, entre outros objetivos, “aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais no setor sul da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial” (Quatenaire Portugal, 2016, pp.27-28).

Priorizando a reabilitação urbana como “um dos fundamentos estratégicos do seu desenvolvimento”, a autarquia pretendeu estimulá-la através dos instrumentos de planeamento, procedendo à 2ª Revisão do PDM, ratificado pelo Aviso n.º 11741/2015, publicado no *Diário da República* n.º 201, II Série, de 14 outubro de 2015, e que “estabelece as regras para a ocupação, o uso e a transformação do solo em todo o território do Concelho de Braga” (CMB, 2021, p.5) e implementando o PEDU. Por outro lado, quis “reavaliar o potencial das duas ARU’s já existentes (*Centro Histórico e Braga Sul*), e delimitar as novas [ARU] (*Nascente e Norte*), dando assim coerência ao entorno da cidade consolidada”. Na aplicação desta nova visão estratégica houve lugar à criação de “um órgão consultivo, promotor da participação qualificada em matérias relacionadas com a regeneração urbana, designadamente, representando os atores e as instituições dos quais mais depende o desenvolvimento social, económico e cultural em Braga” – o Conselho Estratégico para a Regeneração Urbana. Assim, e “face ao esmorecimento do investimento público e ao condicionamento expectante dos financiamentos no quadro europeu para o setor, impõe-se agora persuadir e captar os privados [...]. Simultaneamente prosseguem os projetos estruturantes, dinamizadores da regeneração urbana [...] entre os quais se destaca [...] as intervenções nos Bairros Sociais” (Quatenaire Portugal, 2016, pp.9-10).

Neste sentido, foi proposto o alargamento da ARU de Braga Sul, passando a incorporar três Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) do PDM de Braga. Nestas cabem a UOPG 22 – Área Sul da Cidade, “na União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto e na União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações [...] correspondendo à delimitação em vigor da ARU de Braga Sul” que tem como alguns dos objetivos programáticos “uma articulação dos vários instrumentos que visam a programação desta área, tais como o Plano de Pormenor do Parque do Monte Picoto e o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul; Reabilitar áreas degradadas que integrem esta UOPG” e a UOPG 23 – Santa Tecla, que se localiza “na União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto e na Freguesia de S. Vitor”. Esta é uma área de “cariz primordialmente residencial e fortemente marcada pela presença de habitação social, estando definida como grande designio para esta UOPG a reabilitação urbana” e a inclusão social (Quatenaire Portugal, 2016, pp.30-32). Esta

redefinição territorial, incluindo vários dos projetos apresentados dentro de uma ARU, era também condição essencial para o enquadramento de acesso a financiamento no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020. De facto, se no PERU de Braga Sul de 2011, o foco estava sobretudo na iniciativa pública para a reabilitação urbana, agora aposta-se maioritariamente na iniciativa privada para sustentar a sua aplicação, através do alargamento de apoios fiscais, financeiros e logísticos disponibilizados aos proprietários que quisessem aderir a estas ações de reabilitação.

Na definição da ARU de Braga Norte, intencionou-se “dotar esta área de elementos urbanísticos e ambientais qualificados, com capacidade para lhe conferirem o estatuto de polo urbano atrativo dentro das funções desportivas, de lazer e residenciais” (Quatenaire Portugal, 2016, p. 65). Nela foram incluídas três UOGP, nomeadamente a UOPG 7 – Parque Norte e envolvente “abrangendo território da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe e da Freguesia de S. Vicente”, ambicionando “criar as condições económicas necessárias à reabilitação urbana e execução do parque norte e garantir o enquadramento e consolidação das áreas urbanizadas existentes” (Quatenaire Portugal, 2016, p. 67). Esta ARU “apresenta um perfil residencial relativamente expressivo, muito devido à existência de bairros sociais e aglomerados habitacionais junto à fronteira sul para com a área consolidada do Centro Histórico, nomeadamente o Bairro das Andorinhas”. O seu perfil residencial é diverso, incluindo a “morfologia urbana e as suas tipologias edificadas específicas em zonas limítrofes destinadas essencialmente à ocupação de âmbito social, bem como os processos de transformação exercidos pelo mercado imobiliário desde as construções em rotura com os tecidos históricos até à forte expansão urbana” que ocorreu na cidade nas décadas de 1980 e 1990 (Quatenaire Portugal, 2016, pp. 71-72). Nos objetivos de intervenção inclui-se a requalificação das “áreas ocupadas por bairros de matriz social, nas vertentes edificadas e de espaços públicos, conferindo-lhes um maior grau de urbanidade” (Quatenaire Portugal, 2016, p.113).

Quanto à ARU de Braga Nascente, esta abrange duas UOPG 's, estando a UOPG 9 – Parque de Sete Fontes e envolvente nas freguesias de S. Vítor e Gualtar. Esta inclui o Bairro Social das Enguardas onde “existe um conjunto de problemas socioeconómicos, ao nível da escolarização, notoriamente baixo (o analfabetismo atinge os 22,1%) e ao nível da situação profissional, onde a taxa de desemprego é bastante alta (43,4%)”. Quanto à questão habitacional, “o bairro evidencia situações de degradação urbanística, espelhadas na desqualificação do espaço público e do edificado”. Dentro dos objetivos principais de intervenção está o de “aumentar a inserção urbana e social dos conjuntos habitacionais da área, nomeadamente reforçando as condições de habitabilidade e a qualidade do espaço público intersticial”. Neste sentido, pretende-se a “requalificação integral do Bairro Social das Enguardas,

primordialmente propriedade municipal, compreendendo não só os blocos habitacionais, mas também o espaço público envolvente, numa lógica de melhor integração do bairro e da comunidade residente no ambiente urbano” (Quatenaire Portugal, 2016, pp. 138-139).

Com o acordo da oposição, foi aprovado o projeto para as novas ARU's em sede de reunião do executivo municipal em setembro de 2016. Hugo Pires, do PS, referiu que o caminho das cidades passa pela reabilitação e Carlos Almeida, da Coligação Democrática Unitária (CDU) disse mesmo que as “novas áreas são instrumentos que podem vir a ser decisivos na formação de um novo conceito de cidade” (*Correio do Minho*, 2016, 6 de setembro). Foram publicadas no Aviso n.º 2216/2017, no *Diário da República* n.º 44, II Série, de 2 de março de 2017.

Os projetos a desenvolver nestas áreas incluíam financiamento a partir da iniciativa pública e privada, ação concertada e inscrita no PEDU Braga 2020, numa estimativa de 44 milhões de euros de investimento global. Neste, 33 milhões de euros seriam de natureza pública e 10,5 milhões de natureza privada. Proveniente do fundo de investimento público, na ARU Braga Sul, para a reabilitação de blocos habitacionais, equipamentos locais e requalificação de espaço público no Complexo Habitacional do Picoto estavam programados 1,467 milhões de euros e para a reabilitação de blocos habitacionais, equipamentos locais e reordenamento e requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla, 4,550 milhões de euros. Na ARU Braga Norte, para o Bairro Social das Andorinhas não estava destacada uma verba específica para intervenções no bairro, mas antes na sua contextualização e integração na malha urbana circundante. Na ARU Braga Nascente, destinada à reabilitação de blocos habitacionais e requalificação do espaço público no Bairro Social das Enguardas, estava destinada a verba de 1,920 milhões de euros. Para a reabilitação de frações que não eram de propriedade pública, existentes nas quatro ARU's, foi destacada uma parcela de investimento privado ao abrigo do IFRRU 2020 de 500 000 euros (Quatenaire Portugal, 2016).

Em 2020, ocorreu nova alteração aos perímetros das ARU's, para incluir áreas habitacionais limítrofes com necessidades de intervenção e recuperação (Aviso n.º 4958/2020 do *Diário da República* n.º 59, II Série, de 24 de março de 2020).

Em 2023, as quatro ARU's de Braga foram, novamente, objeto de análise, uma vez que o seu período de vigência estava a finalizar. Nesta revisão foi proposta a formação de duas ARU's: ARU Expansão da Cidade (resultado da união das ARU's de Braga Norte, Braga Nascente e Braga Sul) e a ARU Espaço Central (ARU do Centro Histórico de Braga). Intencionando englobar áreas de vazio urbano com potencial de dinamização e revitalização, “o limite da ARU Expansão da Cidade resulta do crescimento consolidado da cidade. Abrange o grande crescimento urbanístico da década de 1980 e

1990, assim como as principais atividades ligadas ao setor secundário e terciário, e dos equipamentos municipais” (CMB, 2023a, p.37). Para ela está prevista a captação do interesse privado na recuperação e reabilitação do património imobiliário, através da desburocratização dos processos de licenciamento e dos programas de reabilitação e também pela atribuição de incentivos fiscais (IMI, IMT, IRS, IRC), invertendo uma tendência de intervenção central e municipal na revitalização do espaço público e habitacional da cidade. Prevista para um período de dez anos, a sua ORU será feita em articulação entre o município e promotores privados, segundo regulamento constante no RJRU, e operacionalizada pela Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação da CMB. Com a constituição das novas ARU's (Aviso n.º 9460/2023 e Aviso n.º 9461/2023, publicados no *Diário da República*, II Série, de 15 de maio de 2023) pretendeu-se uma intervenção mais integrada e estruturada, incluindo nela as situações de carência habitacional detetadas pela CMB e BragaHabit nos últimos anos, dilatando geograficamente o espaço potencial para nova oferta habitacional e recuperando e reabilitando, pela mão dos seus proprietários, o património edificado já em estado avançado de degradação.

A orientação para a reabilitação urbana de Braga coordena-se com as demais estratégias nacionais e internacionais de ordenamento do território, nomeadamente com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, assim como com a Nova Agenda Urbana da ONU, adotada e trazida para a União Europeia em maio de 2016, no âmbito da Conferência da ONU Habitat III, pelo Pacto de Amesterdão. Nesta, são pontos de referência o desenvolvimento sustentável e inclusivo das cidades (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – ODS – Cidades e Comunidades Sustentáveis), comprometendo-o, de acordo com o seu Ponto 97, na “renovação, regeneração e reabilitação de áreas urbanas [...], proporcionando edifícios e espaços públicos de alta qualidade, promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes, evitando a segregação e a gentrificação espacial e socioeconómica” (ONU, 2016, p.27).

No âmbito da nova dinâmica de atuação da NGPH, e pretendendo a melhor adequação das políticas habitacionais de apoio público às necessidades particulares municipais, foi aprovada, a 19 de abril de 2021, em Assembleia Municipal, a ELH de Braga. A CMB “optou por uma ELH mais abrangente avaliando todas as carências habitacionais com que se depara no seu território. Fornece um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas”. Imprescindível para aceder ao Programa 1º Direito, é estabelecida para um período de seis anos para responder primeiramente “à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas” (CMB, 2023b, p.29). A sua missão é de “garantir que todos os

cidadãos residentes em Braga tenham acesso, para si e para a sua família, a uma habitação condigna, em condições de higiene, conforto e privacidade adequadas e a preços ajustados às suas possibilidades” (CMB, 2023b, p.30). Nela se faz um diagnóstico de 781 famílias em situação de carência habitacional, prevendo um investimento de cerca de 45 milhões de euros canalizados para a “reabilitação de fogos existentes, a construção de novas habitações ou a resposta a soluções de emergência e aquisição de prédios urbanos ou rústicos para construção, perspetivando-se a sua concretização até ao final de 2026”. A sua ação devia incidir “em bairros municipais, nomeadamente no bairro das Enguardas e no de Santa Tecla e ainda em outros edifícios municipais existentes”, contemplando a “edificação de 284 fogos que permitam realojar os agregados familiares residentes em núcleos de construção precária”. No âmbito do Programa 1º Direito, “o plano identifica 81 situações de possíveis candidaturas por beneficiários diretos ao apoio para a solução de reabilitação de frações e prédios habitacionais” (<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-12114>).

Em setembro de 2022 foi analisada a proposta de revisão da ELH, sendo objetivo da nova versão o enquadramento programático e temporal ao quadro de referência constante no PRR. Durante o ano de 2022, tanto a CMB como a BragaHabit “trabalharam em conjunto no sentido de alargar a abrangência da ELH e identificar potenciais beneficiários diretos, em articulação estreita com as Associações de Moradores e com as Juntas e Uniões de Freguesia do concelho” (<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-14445>). Foram assim detetadas razões suficientes e necessárias à sua revisão, nomeadamente o aumento substancial da lista de espera para o acesso a uma habitação em boas condições – resultado das repercussões sociais e económicas da crise pandémica –, assim como o reconhecimento de um mais vasto número de potenciais Beneficiários Diretos do Programa 1º Direito – quer habitando em propriedades mistas nos bairros intervencionados ao abrigo deste programa (Bairro das Andorinhas e Bairro das Enguardas) ou em localizações diversas pela cidade. A constatação de uma notória subida nos preços de construção, aquisição, arrendamento e reabilitação das casas, assim como a verificação da reduzida disponibilidade das empresas do setor em participar nas atividades programadas (tanto pela disponibilidade e subida de preços das matérias-primas como pela falta de mão-de-obra especializada), constituíram outros dos motivos que impulsionaram o seu redimensionamento orçamental. Foram também revistos os parâmetros de classificação das famílias para se enquadrarem no critério de condições indignas, estipulado nas condições do programa 1º Direito.

Aplicado à reabilitação e à aquisição de frações habitacionais para fins de arrendamento, assim como para a aquisição de terrenos e construção de novas habitações até 2026, a nova ELH triplica os valores previstos na anterior (para cerca de 123 milhões de euros) e aumenta significativamente o

número de beneficiários, “respetivamente, em mais 64% (+503 famílias) e 84% (+1653 pessoas), num universo total de 1284 agregados e de 3632 pessoas” (<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-15347>). Perante a grandeza dos números, e com a intenção de alargar o parque público de habitação destinado à ocupação em regime de arrendamento acessível, a CMB lançou, em maio de 2023, uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para adquirir 15 imóveis. Estes compreendem 1 apartamento de tipologia T1, 10 de tipologia T2 e 4 de tipo T3. Com o mesmo objetivo, a autarquia pretende requalificar duas casas antigas da Quinta da Arcela, adaptando-as para obter 20 apartamentos de tipologias T0, T1 e T2. Em julho, a BragaHabit aprovou o lançamento de outra OPA para a aquisição de mais 30 apartamentos (2 de tipologia T1, 12 de tipologia T2, 11 de tipologia T3 e 5 de tipologia T4).

Neste período, o PDM de Braga também se encontrava em novo processo de revisão no sentido do alargamento da área concelhia destinada à construção habitacional, outra das estratégias municipais para a ampliação da disponibilização de habitação na cidade. De facto, se no período subsequente à constituição da empresa municipal BragaHabit, o município apresentava disponibilidade para a venda de património imobiliário aos moradores dos bairros sociais que apresentassem essa pretensão, a evolução económico-social do país levou a que a situação se invertesse totalmente, existindo atualmente uma forte necessidade de construção e/ou aquisição de casas para assegurar o apoio social necessário a todos aqueles em forte carência habitacional. Numa comparação entre o número de famílias apoiadas em 2002 e em 2023 verifica-se que, das 82 famílias apoiadas inicialmente nos vários regimes de arrendamento disponibilizados, se passou para as 1090 famílias, sobretudo ajudadas através do programa RADA (972 famílias) (BragaHabit, 2002; BragaHabit, 2023).

O desenvolvimento de outros programas municipais, aplicados ou desenvolvidos em colaboração estreita com a BragaHabit, permitem suprir ou melhorar as necessidades habitacionais da população economicamente mais desfavorecida. É o caso do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, que surge a partir da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética, para “apoiar famílias economicamente vulneráveis e em situação de potencial pobreza energética, que não residam em habitação social, para que estas possam melhorar o desempenho energético da sua habitação própria permanente e as suas condições de habitabilidade”. Este surge em sequência das preocupações evidenciadas pela aprovação da Diretiva 2009/72/CE (Mercado Interno da Eletricidade) e da Diretiva 2009/73/CE (Mercado Interno do Gás Natural), observando-se com a sua implementação “a necessidade de tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, aumentando o seu desempenho energético e ambiental e contribuindo para uma redução da fatura energética e da

pegada ecológica“(CMB, 2022). Como iniciativa local de habitação, o programa tem a duração de um ano, decorrendo a sua 1ª edição entre 2022 e 2023, numa parceria entre a CMB, a BragaHabit e a ACB. O programa incide, nomeadamente, na colocação ou substituição de portas e janelas, bombas de calor ou painéis fotovoltaicos e no isolamento térmico dos edifícios, pela emissão de um *voucher*, com participação de 100%, até um valor máximo estipulado.

O Banco de Bens e Equipamentos surgiu em maio de 2022 por iniciativa da BragaHabit, em virtude das ações desenvolvidas pelo Grupo de Colaboração Municipal para a Sustentabilidade, “com o intuito de combater o desperdício e apoiar cidadãos em situação de maior vulnerabilidade social e económica”. Para aceder aos equipamentos, “provenientes de angariações, doações, abandono ou renúncia de bens e ainda da recolha de monstros de clientes da AGERE, os candidatos devem ser beneficiários dos programas de apoio habitacional da BragaHabit ou Instituições de Solidariedade Social e Associações de Moradores que funcionem dentro das atribuições da empresa municipal” (BragaHabit, 2022, p.34).

Em 2023, devido às subidas acentuadas nas taxas de juro do Banco Central Europeu, na tentativa de ajudar os agregados familiares que se encontram a pagar um empréstimo bancário para aquisição de casa própria a lidar com a taxa de esforço adicional, surgiu o Regime de Apoio Direto aos Empréstimos. Estabelecido segundo o Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria ou Permanente, publicado no Aviso n.º 6504/2023 de 29 de março, tem uma vigência transitória e excecional. O Regulamento permite, para um período de 12 meses, candidaturas para pessoas com idade superior a 18 anos com empréstimos bancários contraídos até final do ano de 2021 e com um rendimento mensal corrigido do agregado familiar até 1.921,72€, sendo atribuído um subsídio para participar o pagamento mensal do empréstimo à habitação (<https://www.bragahabit.com/apoios-habitacao>). Dentro do mesmo contexto financeiro foi aprovado o Regulamento de Arrendamento Acessível pela Assembleia Municipal de Braga a 25 fevereiro de 2023. Ambicionando aliciar os proprietários privados a disponibilizarem habitação para a BragaHabit, em regime de renda acessível, o programa isenta os senhorios do pagamento do IMI e do IRS ou IRC sobre as rendas, durante o período de vigência dos contratos. Este programa foca-se nas famílias que, por terem rendimentos um pouco superiores àqueles exigidos para integrarem regimes de arrendamento apoiado, não conseguem, mesmo assim, aceder a habitação no mercado livre de arrendamento. O programa municipal RADA foi também atualizado para coincidir com os critérios preconizados pelo Programa 1º Direito (CMB, 2023b).

5. Caracterização morfológico-estrutural dos bairros sociais em análise (2000-2022)

Ícones de habitação social, os bairros sociais exprimem logo na sua designação o seu propósito, a sua delimitação e a sua condição eminentemente urbana. Objeto de red denominação, de abreviação ou de alusão figurativa quando são utilizados para significar este espaço físico de habitação, carregam consigo a bagagem histórica da sua idealização e aplicação, da seleção e seriação que impuseram, das barreiras que delimitaram e das memórias e das esperanças daqueles que os ocuparam — tanto as que levaram como aquelas que construíram, individual e comunitariamente. Visualmente destacam-se na cidade pela volumetria do edificado, pela paleta cromática que os singulariza ou pelos materiais que neles são utilizados, mas também pelas associações que acolhem, pelos equipamentos de que dispõem e as potencialidades que encerram. Com dimensões, dinâmicas e trajetos de intervenção diferenciados, todos os bairros sociais de Braga foram protagonistas de um percurso individualizado e único, partindo de uma premissa comum de dignificação da habitação, direito inalienável pelo qual se bateram os seus moradores e diferentes atores políticos, sociais e cívicos, numa luta constante entre vontades e contrariedades, pressões demográficas e económicas, discriminação e inclusão.

5.1 Contextualização política e socioeconómica das principais alterações físicas nos bairros sociais em análise

O acompanhamento institucional dos bairros sociais ao longo do período da sua existência foi-se pautando por intervenções de dimensão física e financeira diversa, onde a abrangência territorial das mesmas foi definida em virtude da urgência dos problemas a resolver e dos objetivos que se procuravam atingir. Com carácter circunscrito e pontual, a gestão municipal encarregou-se de pequenas obras de reparação e/ou de substituição de peças e equipamentos essenciais nos bairros e da cooperação na realização de visitas e fiscalizações para fins de levantamento de informações e de supervisão integrada com outros serviços municipalizados ou de proteção civil. Quanto a obras maiores de reabilitação física no interior ou exterior do edificado ou ainda de recuperação e construção de equipamentos e mobiliário urbanos, em projetos de maior complexidade e financiamento, e exigindo o compromisso de diferentes entidades públicas e privadas, elas surgem, sobretudo, a partir de 2017, ao abrigo de financiamento comunitário, nacional e municipal, através da aplicação de programas diversificados, selecionados e adequados às especificidades de cada um deles.

A organização de reuniões entre os representantes da gestão camarária com grupos ou associações de moradores, as visitas domiciliárias, assim como a discussão em sede política e a auscultação das repercussões sociais da situação evolutiva dos bairros permitiram, numa primeira fase

de intervenção, partir para a avaliação das necessidades técnicas dos bairros e dos seus moradores. Face ao levantamento efetuado, a efetivação das obras encontrava-se ainda parcialmente condicionada pela coexistência de frações habitacionais de propriedade municipal e de propriedade privada num mesmo prédio de habitação, o que dificulta, e muitas vezes inviabiliza, a prossecução de obras de maior relevo que dizem respeito a todo o condomínio. A venda de apartamentos por esta via era comum nos anos iniciais de exercício da BragaHabit, o que levou à alienação de parte significativa do parque habitacional público do município. Como exemplo, no Bairro Social das Andorinhas, em 2002, foram realizadas 30 escrituras de venda aos inquilinos e, em 2003, mais 18 apartamentos foram vendidos. No Bairro Social das Enguardas, em 2002, foram vendidas 5 frações e, em 2003, mais 41 apartamentos foram adquiridos pelos seus respetivos moradores. Em 2004 é apenas mencionada a compra de 4 fogos pelos seus arrendatários nos respetivos bairros (BragaHabit, 2002; BragaHabit, 2003; BragaHabit, 2004).

Em 2002 e 2003, projetaram-se e decorreram obras no âmbito da Requalificação Arquitetónica dos Bairros Sociais das Enguardas, Santa Tecla e Andorinhas. Estas incidiram, sobretudo, na recuperação externa do edificado, nomeadamente na substituição dos telhados e na pintura de paredes, mas também na resolução de problemas de infiltrações. No seu decurso, “efetuaram-se visitas e reuniões periódicas de acompanhamento das obras de Requalificação Arquitetónica do Bairro Social das Andorinhas” (BragaHabit, 2002, p.26), sendo o mesmo relatado para as obras de Requalificação Arquitetónica do Bairro Social das Enguardas e de Santa Tecla, “sendo que relativamente a este último, houve lugar a reuniões que antecederam as obras, que serviram para definir estratégias de intervenção a usar neste bairro”, e “prestaram-se inúmeros esclarecimentos telefónicos na sede da Bragahabit e nos Bairros Sociais das Enguardas e St.^a Tecla aos moradores, relativamente aos trabalhos a executar [...] e seus benefícios (BragaHabit, 2004, p.30-32).

É ainda mencionada a alteração de uma entrada no Bairro Social de Santa Tecla para permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. A par da intervenção municipal na recuperação física dos bairros, é também reiterada a política de responsabilização dos moradores no sentido da manutenção e conservação dos fogos arrendados, “assumindo a BRAGAHABIT a resolução das situações resultantes de avarias nas instalações de saneamento, águas e eletricidade ou demais situações acidentais ocorridas (BragaHabit, 2004, p.3).

O acompanhamento institucional foi estando presente nos bairros ao longo do tempo, quer apoiando a resolução de situações espontâneas de avaria e de preservação física dos edifícios, quer mediando situações de conflituosidade relacionados com a destruição ou estragos dos apartamentos e

equipamento urbano, ocupação abusiva de passeios e áreas ajardinadas ou incumprimento de regras de urbanidade e de respeito e higiene nos espaços públicos.

A partir de 2017 dá-se início a uma série de projetos e de intervenções nos bairros sociais sob a propriedade e gestão da BragaHabit. No seu Plano de Atividades para o quadriénio 2018-2021, a BragaHabit estabelece como prioridade a regeneração dos Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas, e equaciona objetivos futuros para o Complexo Habitacional do Picoto. Sendo o Bairro de Santa Tecla, o Bairro Social das Enguardas e o Complexo Habitacional do Picoto consideradas Comunidades Desfavorecidas, as suas obras de requalificação enquadravam-se no financiamento comunitário ao abrigo dos PAICD. Estes constituem uma das três componentes estratégicas do PEDU de Braga, documento de programação da intervenção urbana, e instrumento de candidatura aos fundos europeus dentro do programa Portugal 2020 (acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para a aplicação de fundos comunitários em Portugal entre 2014-2020, operacionalizado através de Programas Operacionais Regionais, neste caso o Norte 2020). O PAICD aplica-se a pequenas áreas críticas do município onde as características sócio-funcionais exigem uma intervenção concertada a nível físico e social.

Dentro deste enquadramento financeiro, os objetivos de intervenção da BragaHabit indicavam, para os Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas e para o Complexo Habitacional do Picoto, o seguinte:

Os edifícios de propriedade pública municipal serão integralmente reabilitados com intervenções no interior a serem feitas na substituição das cozinhas, das louças sanitárias, dos pisos, revestimentos interiores de paredes, rede de águas e saneamento e eletricidade, e no exterior com a substituição das coberturas, caixilharias com corte térmico e vidro duplo, revestimento exterior e melhoria das partes comuns, como o são as caixas de escadas. Em St. ^a Tecla, para além da reabilitação dos edifícios, vamos regenerar a zona exterior criando no bairro uma ampla zona pedonal onde todos possam passear e as crianças brincar. Construiremos um novo edifício destinado a apoiar a participação ativa dos moradores designadamente através de ações culturais, desportivas e de formação. Convidaremos a cidade a visitar o bairro, com a criação de uma zona pedonal e ciclável, que acompanhará a via de circulação automóvel de baixa velocidade (zonas 30). No Bairro social das Enguardas o objeto de intervenção física abrange apenas os edifícios de propriedade pública e a sua envolvente de proximidade, não estando prevista nesta fase a intervenção noutras zonas do bairro, que serão no futuro tratados por projetos municipais. O Bairro do Picoto ficou afastado dos apoios comunitários incluídos no PAICD, por razões técnicas de propriedade dos fogos ali edificados, iremos estudar em projeto de intervenção que, não abrangendo intervenções de reabilitação como os referidos anteriormente, passarão pela melhoria das condições de habitabilidade mais graves existentes naquele bairro, quer ao nível dos edifícios quer na dos espaços exteriores, sendo também aqui a responsabilidade de intervenção municipal necessária. É objetivo municipal a médio/longo prazo acabar com um gueto social reconhecido por todos. Os eventuais apoios financeiros do Estado, ou da União Europeia, que se direcionem para o realojamento das famílias, ditará a maior ou menor celeridade na concretização deste objetivo. (BragaHabit, 2017, pp.13-14)

Mais especificamente, o projeto de Reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla (NORTE-05-4943-FEDER-000077) “prevê uma transformação significativa do bairro, através de ações que visam a melhoria das condições de habitabilidade dos 147 fogos habitacionais alvo de intervenção, num total de 11.635

m² de área reabilitada em edifícios públicos”, e ainda acrescenta a “profunda reabilitação do espaço público envolvente, numa área de 17.326 m²” (BragaHabit, 2018a).

Complementando a regeneração urbana dos seus bairros, onde a maior parte do orçamento para o quadriénio (6,8 milhões de euros) se dirige à reabilitação do conjunto habitacional, nele se inclui “uma série de ações imateriais nos bairros sociais com objetivos sociais de inclusão, com apoio de parceiros estratégicos e com o envolvimento dos moradores” (BragaHabit, 2017, p.29). Anunciada a abertura do concurso público para a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla em abril de 2017, em 18 de julho foi celebrado o acordo entre a BragaHabit e a CMB para formalizar o contrato de empreitada de reabilitação integral do bairro e do seu espaço envolvente, estando prevista, para este efeito, a demolição de um dos prédios de habitação com consequente redução dos fogos municipais no bairro. Como primeira fase de intervenção nos bairros sociais públicos, a reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla tinha uma estimativa de conclusão de 24 meses. O Bairro Social das Enguardas esperava ver apresentado o seu projeto de requalificação em maio de 2017 (<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/comunicacao/noticias/item/item-1-5586?q=enguardas>).

Contextualizando a situação político-económica que se vivia no país, o relatório ressalva que “apesar de Portugal ter deixado de ter as limitações económicas e financeiras impostas pelos constrangimentos associados aos Estados sob «Resgate» [...] não deixa de continuar a persistir e mesmo a aumentarem as necessidades da população de mais baixos rendimentos”. Para fazer face ao problema, a BragaHabit determina a reorientação das suas estratégias de intervenção, que passam, nomeadamente, pela revisão do Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, decorrente da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto. Nos seus objetivos está a prestação de “uma Política Social de Apoio à Habitação em vez de Apoios à Habitação Social” onde “a redução do valor médio das rendas cobradas e o aumento dos apoios dados no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, são bons exemplos das políticas sociais bem-sucedidas, que queremos manter e aumentar” (BragaHabit, 2017, pp.2-4).

A sua ação estende-se ainda à aplicação de medidas enquadradas no Programa de Eficiência Energética, pretendendo “melhorar e aumentar os apoios à habitação [...], ajudando a melhorar a qualidade dos edifícios destinados à habitação, predominantemente localizados em bairro social”, intencionando alargar esta intervenção na reabilitação exterior das habitações aos apartamentos de propriedade privada no Bairro Social das Enguardas e no Bairro Social das Andorinhas. Esta era uma possibilidade que já encontrava alguma margem de abertura dentro da candidatura feita ao financiamento do programa Norte 2020, e dentro dos apoios proporcionados pelo IFRRU. O Projeto

Braga-Sol, de âmbito municipal, “que visa dar apoios diretos à reabilitação das habitações de famílias de muitos baixos rendimentos que apresentem condições graves de inabitabilidade” terá a sua aplicação continuada, mas, a partir de 2018, sob a esfera de atuação da BragaHabit (BragaHabit, 2017, p.5).

No seu Plano de Atividades para 2019-2022, apesar de observado que, a nível nacional, o “défice mais baixo, desemprego a descer, economia a crescer e juros a manterem-se reduzidos, são indicadores que nos transmitem mais satisfação”, na prática “essa melhoria ainda não é visível nos rendimentos das camadas mais desfavorecidas da população”. Elogiando o direcionamento do Estado para a priorização do acesso à habitação, com a definição de novas políticas de apoio à habitação constantes no documento NGPH, a BragaHabit considera, no entanto, que o foco maioritariamente colocado na reabilitação do edificado existente é “claramente insuficiente perante a realidade existente [...] quando há necessidades de construção nova que reduza as listas de espera existente no Município e sirva de alternativa à substituição de bairros completamente degradados e «*guetizados*», cuja reabilitação não deve ser equacionada”. Além disto, “os incentivos públicos existentes para aumentar a oferta privada de habitação a custos mais acessíveis, como os do Programa Reabilitar para Arrendar, são insuficientes e não têm obtido a melhor resposta do mercado” (BragaHabit, 2018b, pp.3-4). Nesta linha de pensamento, relembra que “o Município de Braga investe nos apoios à habitação diretamente do seu orçamento anual, 1,6 milhões de euros, montante que nos próximos anos subirá para o dobro com os investimentos que fará na reabilitação de espaços públicos nos bairros sociais” e que “no capítulo da reabilitação e revitalização lançados pelo Estado, o Município de Braga soube-se posicionar com eficiência, candidatando-se aos apoios dos programas do Norte 2020 para a reabilitação dos bairro sociais de St.^a Tecla e Enguardas” (BragaHabit, 2018b, pp.5-6).

Relativamente à realização das obras de reabilitação nos bairros sociais, previstas no Plano anterior, estas ainda não se tinham iniciado em virtude dos atrasos na aprovação da concessão do financiamento comunitário (PEDU/PAICD) pelos gestores do programa Norte 2020 às candidaturas efetuadas, prevendo-se para 2019 e 2020 a execução dos trabalhos nos Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas. Se, através destas obras, estava prevista a diminuição de casas disponíveis no Bairro de Santa Tecla, seriam, no entanto, acrescentadas seis no Bairro Social das Enguardas. Estando a ser desenvolvido um projeto de cariz inclusivo e de âmbito comunitário (Re(e)screver o Nosso Bairro) nestes bairros sociais alvo de intervenção, a BragaHabit pôde estabelecer um diálogo com os seus moradores, explicando-lhes as implicações das obras planeadas e os benefícios que delas decorreriam, num contexto de “aumentar o gosto e orgulho de pertença a uma comunidade cuja maioria dos seus residentes é de etnia cigana”(BragaHabit, 2018b, p.16). Quanto às candidaturas aos melhoramentos externos dos

edifícios dos Bairros Sociais das Enguardas e das Andorinhas, dentro do Programa de Eficiência Energética, com financiamento do Norte 2020, estas ainda não tinham obtido resposta. No entanto, o projeto de elaboração desta candidatura poderia permitir o enquadramento das novas medidas enunciadas dentro do NGPH, especificamente no Programa 1º Direito, por ter critérios semelhantes de habilitação a financiamento. Neste Plano, a previsão de investimento para o quadriénio foi de cerca de 6,2 milhões de euros, com a maior fatia destinada à reabilitação do parque habitacional municipal.

Em finais de 2019, tendo em conta a aprovação da Lei de Bases da Habitação e a maior responsabilização pública dos municípios na área da habitação, previam-se mais dificuldades económicas na empresa municipal, num momento em que continuava o movimento crescente de pedidos de ajuda devido “a um agravamento dos preços de mercado de arrendamento em Braga, fruto do aumento da procura, para o qual muito contribuiu o aumento exponencial da comunidade brasileira, o aumento de estudantes na Universidade do Minho e o crescimento do emprego proporcionado por algumas empresas tecnológicas”. No seu Plano de Atividades para 2020-2023, a BragaHabit explicita que “apesar de Braga ser considerada tradicionalmente uma cidade de excesso de oferta em habitação, com um mercado de arrendamento ativo onde se praticavam rendas acessíveis à maioria da população, nos dois últimos anos assistimos ao progressivo esvaziamento do mercado da oferta, fruto da ação combinada entre o aumento da procura e a estagnação na oferta de construção nova”. A crítica às medidas enunciadas pelo Governo central continua, ao referir que “na prática, pouco ou nada se avançou no terreno, desde logo pelas dificuldades que o Governo colocou no acesso aos apoios do referido Programa [1º Direito], [...] com a imposição da elaboração e aprovação por todos os Concelhos das suas Estratégias Locais de Habitação (ELH)” e ainda “o excessivo foco na reabilitação de edifícios de habitação pública, bolsas de património que só os Concelhos mais ricos de Lisboa e Porto poderão responder” (BragaHabit, 2019, p.4).

Apesar de mais tardiamente, em 2019 já se tinha dado início aos projetos de reabilitação enunciados, sendo que no Bairro Social das Enguardas antevia-se “executar em 2019 mais de 70% da empreitada, prevendo-se a sua conclusão para o primeiro trimestre de 2020. No bairro de St.ª Tecla o grau de execução da empreitada rondará em 2019 cerca de 40%. [...], prevê-se a sua conclusão para o final do próximo ano”. Quanto ao Bairro Social das Andorinhas, “serão lançados em 2019 os concursos públicos para a reabilitação do primeiro dos dois edifícios maioritariamente públicos” (BragaHabit, 2019, p.8), ao abrigo dos apoios financeiros comunitários disponibilizados para o programa Reabilitação nos Bairros Sociais (Eficiência Energética).

Almejando a reabilitação integral dos fogos nos Bairros Sociais de Santa Tecla e das Enguardas, “o que na prática significa voltar a colocar cada edifício e correspondentes frações como novas”, em Santa Tecla a intervenção procurava um maior alcance, pretendendo-se a “regeneração de todo o espaço local, com especial enfoque na alteração do espaço de circulação automóvel e de estacionamento que dará origem a uma grande praça pedonal e à permeabilidade do interior do bairro por circulação viária de baixa velocidade”. Perante os resultados já obtidos, “no momento em que este documento é apresentado, algumas das famílias estão já de volta às suas casas, sendo unânime a satisfação da qualidade das casas que agora a Bragahabit lhes volta a disponibilizar” (BragaHabit, 2019, p.14).

É também neste ano que ocorre a demolição total do Bairro Social Ponte dos Falcões, um plano de ação municipal que já se arrastava há mais de dez anos.

Em 2020, dentro do contexto de pandemia causado pelo coronavírus SARS-CoV-2, e ainda a recuperar dos efeitos recessivos das medidas de austeridade, a questão do acesso à habitação torna-se mais premente. No seu Plano de Atividades para o quadriénio 2021-2024, a BragaHabit acusa o Governo central de propor medidas “que mantêm o foco na reabilitação, que abona apenas os Municípios que têm património. É pouco. O acesso à habitação não pode apenas privilegiar a propriedade pública e se for essa a estratégia, então criem-se oportunidades para que as Autarquias construam novas habitações” (BragaHabit, 2020b, p.8).

Prosseguindo as obras de reabilitação integral do Bairro Social de Santa Tecla e das Enguardas e tendo-se iniciado as obras no exterior de alguns dos prédios no Bairro Social das Andorinhas, alguns dos atrasos e impedimentos verificados resultam do facto de muitas das habitações sob gestão municipal estarem localizadas em edifícios de propriedade horizontal mista, onde as obras têm de ser aprovadas em assembleia de condomínio.

Além disso, nos dois primeiros bairros, onde existiu intervenção no interior dos prédios e dos fogos, houve lugar a atrasos substanciais na realização das obras “justificados pela grande dificuldade em mobilizar as famílias cujas residências são objeto de reabilitação, seja na mudança para a habitação de transição, seja na do regresso à sua habitual residência”, situação agravada pela conjuntura da pandemia, que “também afetou as próprias obras, quer ao nível de disponibilização de mão-de-obra, quer ao da falta de entrega de alguns materiais” (BragaHabit, 2020b, p.16). Contudo era esperada a conclusão das obras de alguns prédios no Bairro Social das Enguardas até ao final do ano de 2020 e no Bairro Social de Santa Tecla até ao final de 2021. No seu conjunto foi programado

investir em 5 anos cerca de 6,2 milhões de euros, com 96% desse investimento aplicado na reabilitação do seu património imobiliário que se apresentava em muito mau estado de conservação. [...] Foi possível pelo PEDU reabilitar integralmente o bairro de St.^a Tecla e 4 edifícios no bairro das Enguardas. Das medidas de

eficiência energética [...] reabilitar 4 edifícios no bairro das Andorinhas, onde detemos a maioria da propriedade. (BragaHabit, 2020b, pp.39-40)

Nos finais de 2021, a moldura económica do PRR fazia prever maiores investimentos no setor da habitação (2,1 mil milhões de euros), mas sobretudo orientados para as situações mais extremas de carência económica e na mesma linha de atuação preferencial dada à reabilitação em detrimento da construção nova. Esta resposta não se prefigura como suficiente quando o parque público é reduzido e insuficiente perante os pedidos existentes, pois a reabilitação do edificado não se correlaciona diretamente com um aumento quantitativo de oferta habitacional. E esta era a situação que se configurava em Braga. No entanto, o financiamento permite aos municípios a recuperação e a dignificação das habitações públicas já degradadas, acedendo aos fundos previstos no Programa 1º Direito, através da elaboração e apresentação da respetiva ELH.

Apesar das dificuldades de gestão económica percecionadas a nível dos apoios sociais à habitação no município, em extensão com as consequências da crise financeira de 2010-2015 e da crise sanitária da Covid-19, na previsão para o quadriénio 2022-2025, e dentro deste novo pacote financeiro do PRR, “a BragaHabit tem assegurado o financiamento público para reabilitar todo o seu património habitacional e ainda acrescentar-lhe mais 40 novos fogos para reduzir o número de famílias em lista de espera”, objetivo que será concretizado até 2026. De igual modo, “a Câmara Municipal de Braga tem igualmente assegurado financiamento no Programa 1º Direito para a reabilitação de habitações degradadas no concelho, bem como a possibilidade de fazer a construção de mais fogos habitacionais, ou adquiri-los no mercado” (BragaHabit, 2021, p.5). Complementar e inovadoramente, desenhou-se por este programa a possibilidade dos proprietários privados usufruírem de financiamento para a recuperação material das suas casas e, deste modo, os “residentes/proprietários dos conhecidos bairros sociais das Andorinhas e Enguardas se possam candidatar ao seu apoio para reabilitar as habitações. Sendo bairros construídos a custos controlados há mais de 30 anos, apresentam-se já com graves patologias que põem em risco a sua boa habitabilidade”. A BragaHabit disponibilizou-se a auxiliar nos processos de candidatura de particulares, aplicando a sua experiência com processos burocráticos anteriores e disponibilizando os meios técnicos e logísticos já anteriormente mobilizados para as candidaturas de reabilitação das habitações sob a sua propriedade (BragaHabit, 2021, p.6).

Consubstanciado em diferentes programas de financiamento (PEDU, Programa de Eficiência Energética e Programa 1º Direito), as obras de reabilitação foram decorrendo ao longo deste ano, com alguns atrasos devido aos efeitos do impacto da pandemia. Assim, ao abrigo do PEDU, já fora feita a reabilitação integral de alguns prédios no Bairro Social das Enguardas e mantido o processo de obras no Bairro Social de Santa Tecla. Em colaboração com os condóminos e ao abrigo do Programa de Eficiência

Energética, fez-se a reabilitação de várias frações nos Blocos 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 23, 24 e 25 do Bairro Social das Andorinhas. E no âmbito do Programa 1º Direito tentar-se-á a reabilitação da totalidade do parque habitacional da empresa municipal, através de um acordo de financiamento com o IHRU. Nestes projetos haverá, na sua totalidade, um investimento previsto de 22,5 milhões de euros, aplicados entre 2020 e 2026, parte dele em regime de coparticipação municipal.

Não havendo suficiente oferta física de habitação à crescente solicitação de casa, continua a aposta consolidada nos apoios municipais ao arrendamento, tendo sido aprovado o novo Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, que amplia os critérios de inclusão nos diferentes regimes de apoio.

Em complementaridade e numa visão integradora do apoio social, a BragaHabit arroga-se a “responsabilidade de acompanhamento social dos cidadãos que recorrem ao apoio à habitação, pois uma boa parte deles apresenta outras debilidades sociais que vão desde a alimentação à saúde, passando pelo desemprego e abandono social” (BragaHabit, 2021, p.21), trabalhando com várias entidades e parceiros locais, desenvolvendo e apoiando várias intervenções de cariz social.

Para iniciar entre abril e maio de 2022, no Bairro Social das Enguardas, a BragaHabit anunciou a requalificação dos espaços onde estavam situados o campo polidesportivo e o jardim infantil, para serem substituídos por um campo de *street soccer* e por uma área lúdica para as crianças. A intervenção também contemplava a iluminação da parte traseira do Bloco F e a adaptação da sede do Sporting Clube Leões das Enguardas para um espaço vocacionado para o desenvolvimento de atividades para diferentes faixas etárias, como uma sala de estudo para crianças e jovens e outras de caráter desportivo e de apoio à terceira idade (*Braga TV*, 2022, 4 de abril). Estas obras de requalificação pública no Bairro Social das Enguardas foram inauguradas a 29 de outubro de 2022.

No Plano de Atividades para o quadriénio 2023-2026, é revelada uma reorganização da orgânica interna da empresa e uma reorientação e redistribuição dos objetivos e planos de ação da BragaHabit, que passaram a assentar em 5 eixos estratégicos: Requalificar a Habitação; Alargar os Apoios; Promover o *Habitat*; Apostar na Sustentabilidade e Gerir com Rigor. A Direção de Obras e Gestão do Património da BragaHabit ficou responsável pelas medidas previstas no Eixo 1, compreendendo a finalização das obras no Bairro Social de Santa Tecla, a reabilitação dos Bairros Sociais das Enguardas e das Andorinhas ao abrigo do Programa 1º Direito, o início da Reestruturação do Complexo Habitacional do Picoto, e também a compra de novos fogos para arrendamento.

Relativamente ao Bairro Social de Santa Tecla, sendo o objetivo inicial “a demolição de um dos blocos habitacionais e a requalificação de toda a área para integração, como espaço público, na malha

urbana”, o espoletar da pandemia levou à alteração das condições inicialmente diagnosticadas e à mudança nas medidas a executar no bairro. Perante a adversidade das novas condições socioeconómicas, que fizeram aumentar a procura por habitação comparticipada, foi decidido abandonar a ideia da demolição e antes prosseguir com a reabilitação do edifício em causa (entradas 1,2 e 3 do Bloco 2), adicionando assim ao parque imobiliário os seus 30 fogos. Estes “poderão dar resposta à lista de espera para arrendamento apoiado, diminuindo a sua extensão em cerca de 10%” (BragaHabit, 2022, p.27-28). A verba prevista para a pavimentação deste espaço aberto foi reafectada à recuperação das entradas dos prédios. A obra deverá estar concluída em 30 de junho de 2023.

O Bairro Social das Andorinhas, no propósito de requalificação alargada do seu edificado já ao abrigo do Programa 1º Direito, conseguiu ver aprovadas pelo IHRU 10 das candidaturas submetidas no início do ano, que incidiram em 119 de um total de 142 habitações e implicaram cerca de 6 milhões de euros de investimento comparticipado a 100%, a aplicar até novembro de 2023. Mais 8 fogos do bairro, enquadrados em duas outras candidaturas, aguardavam aprovação para financiamento. As obras serão faseadas por blocos, compreendendo a primeira etapa os blocos 10 e 11, intervindo sobre 14 fogos públicos e no exterior das partes comuns, ao que se seguirão os blocos 23, 24 e 25 com 18 fogos públicos. Estão ainda em processo de contratação as obras para os blocos 15 e 16, 5, 6 e 7, e numa fase mais atrasada, serão lançados os procedimentos de reabilitação para os blocos 1,2, 3 e 4. Em julho, várias reuniões de condomínio resultaram na aprovação dos orçamentos para reabilitar os espaços comuns dos edifícios, onde, segundo Carlos Videira, administrador da BragaHabit, “reside grande parte das condições de insalubridade daquelas habitações” (<https://www.bragahabit.com/post/requalificacao-do-bairro-das-andorinhas-arranca-na-1-semana-fevereiro>). A atualização da ELH permitiu “a identificação de 94 agregados familiares do Bairro das Andorinhas como Beneficiários Diretos” (BragaHabit, 2022, p.29), que podiam usufruir do referido programa para a reabilitação das suas frações privadas.

No Bairro Social das Enguardas, em setembro de 2022, também sob o âmbito do Programa 1º Direito, foram realizadas candidaturas para a reabilitação de 27 fogos, e aprovados, em sede de reuniões de condomínio, os orçamentos para obras nos espaços comuns dos edifícios. Também foram identificados 83 Beneficiários Diretos que poderão usufruir de financiamento para realizarem obras de reabilitação nas suas casas.

No âmbito da atualização da ELH, ficou equacionada uma proposta de reestruturação do Complexo Habitacional do Picoto, que assim poderá integrar-se no quadro de financiamento do Programa 1º Direito. Abrangendo 30 fogos e 111 pessoas, e um investimento de cerca de 4,5 milhões de euros, “desta proposta de reestruturação foram retirados os agregados familiares que, após contacto da BragaHabit,

manifestaram vontade de obter outra solução habitacional, sendo integrados em outras respostas previstas na mesma proposta de atualização da Estratégia Local” (BragaHabit, 2022, p.20). Em maio de 2023, havendo 45 famílias a residir neste espaço, identificou-se como premente a deslocalização de algumas delas devido à condição de acentuada degradação de algumas unidades do edificado habitacional. Com este diagnóstico debatido em sede de reunião municipal, a requalificação do bairro continua, no entanto, suspensa, não existindo ainda nenhum plano para a sua realização. As famílias serão realojadas em apartamentos espalhados pelo concelho, descentralizando a permanência da comunidade cigana neste local. Elogiando esta forma de realojamento, Bárbara Barros, da CDU, apelou à demolição integral do bairro, solução que o Presidente da Câmara, Ricardo Rio, não rejeitou como sendo “uma má opção, pois no fundo libertaria o espaço para o parque do Picoto. Porém, neste momento não há nenhuma obrigação de desativação do bairro, há é uma avaliação continua de oportunidades para ali intervir” (<https://www.bragahabit.com/post/bairro-social-do-picoto-deslocalizacao-de-familias-podera-acontecer>). Ficou assim adiada a decisão acerca dos contornos da intervenção no bairro, com diferentes soluções possíveis, processo que, no cumprimento do cronograma municipal, terá de estar concluído até ao fim do ano de 2024.

5.2. Descrição e evolução das organizações de cariz associativo e/ou com atividades de natureza diversa existentes nos bairros sociais em análise

Um bairro social constitui-se como um microcosmo de interações, diálogos e comparações, de reivindicações de participação ou de autonomia conquistada ou forçada, onde os seus elementos estabelecem redes de comunicação e sociabilidade, mais ou menos próximas, intensas ou conflituosas, gerando um dinamismo e dotando-os de uma natureza própria que os torna intrinsecamente singulares. Elementos estes que incluem não só os moradores, mas também pessoas e instituições externas ao bairro que com eles criam laços de solidariedade ou de apoio socioeconómico e pedagógico, que fomentam o convívio e o desporto, e ainda promovem a emancipação e a inclusão urbanas, desobstruindo obstáculos e estabelecendo vínculos produtivos. Neste mapa conectivo, a iniciativa e o voluntarismo são determinantes para espoletar a entropia necessária à aplicação das ideias que visam colmatar os problemas e as dificuldades percecionadas no interior dos bairros, conduzindo à formação de associações, à elaboração de projetos e ao contacto com os demais catalisadores sociais para a prossecução das estratégias imaginadas. As dificuldades burocráticas e logísticas, a falta de financiamento, a disponibilidade de tempo e a manutenção da motivação e perseverança constituem entraves por vezes labirínticos e laboriosos, que são resolvidos pela tenacidade e atividade industriosa

daqueles que continuam a ver saídas alternativas para as diferentes problemáticas que assolam os bairros sociais.

A organização dos moradores do bairro constitui o primeiro passo para a possibilitação da promoção e defesa da dignificação do espaço habitacional e concomitante reconhecimento e gratificação identitária. Uma Comissão de Moradores no Bairro das Andorinhas surgiu em sequência de um episódio gerado pelo aumento do valor mensal das rendas imposta pelo IGAPHE, proprietária do património imobiliário do bairro. Em contexto de revisão legislativa ao regime de arrendamento, a atualização destes valores provocou a indignação dos moradores, tendo-se organizado uma comissão para reivindicar a sua oposição à diretiva política. Depois de formada, a comissão manteve-se orientada sobretudo para essa função de pagamento das rendas. Não existindo ainda condomínios formalmente constituídos, alguns moradores envolveram-se em algumas atividades de manutenção do bairro, nomeadamente a limpeza das escadas dos prédios (Barreira, 2000). A Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas surgiu mais tarde, em 2002, “com o objetivo de detetar e combater os problemas existentes no Bairro, promovendo o diálogo permanente entre os moradores e as instituições públicas, designadamente a Câmara Municipal de Braga, a Junta de Freguesia de São Vicente, e a empresa municipal BragaHabit”. Retomando a atividade que ficara estagnada, a Associação renasceu pela mão de uma geração mais jovem do bairro que não se conformou com a situação social precária em que este se encontrava e decidiu constituir-se formalmente e desencadear uma série de ações que visavam a sua redinamização. Intervindo em todos os aspetos relacionados com o dia-a-dia do bairro, é o principal intermediário entre este e os seus moradores e com os órgãos de poder político e os de carácter social e cultural, tendo tido um papel determinante e estimulador das mudanças que ocorreram no bairro desde a sua constituição, há cerca de vinte anos. Promovendo festas e celebrações religiosas, concertos e encenações teatrais, organiza gratuitamente passeios e visitas a diferentes locais, proporciona aulas de ginástica e a prestação de cuidados de saúde (uma nutricionista fornece consultas periódicas aos moradores). A Associação tem sede própria, dotada de diferentes espaços, cedidos em regime de comodato pela BragaHabit e pela Paróquia de S. Vicente, incluindo aquele que acolhe um café – fonte maioritária de rendimentos para a Associação. Neste encontram-se e convivem as gentes do bairro, sobretudo os mais velhos e reformados, para jogarem às cartas, conversarem e passarem algum tempo. As outras salas são destinadas a atividades lúdicas e pedagógicas e ainda à ocupação dos tempos livres dos jovens, sendo disponibilizado o acesso a equipamentos informáticos, adquiridos no âmbito de candidaturas a programas municipais de apoio. A sede foi, entretanto, remodelada, dispondo agora de um espaço de atendimento individual aos moradores (<http://ambandorinhas.blogspot.com/p/associacao.html>). A criação de uma página no

Facebook, em 2010 (https://www.facebook.com/andorinhas.braga/?locale=pt_PT), por intermédio do projeto VOA, dinamizado pela associação cívica *Ágora Bracarense*, permite-lhes divulgar, através de notícias, fotografias e recortes de imprensa, as ações desenvolvidas e os projetos e iniciativas em planeamento. A página está ativa, com intervenção assídua dos seus responsáveis. Também no âmbito desta colaboração foi criado o Boletim Informativo *O Andorinha*, que divulgava notícias relacionadas com o bairro, entrevistas com moradores e dava a conhecer as atividades das associações existentes. A primeira edição data de 3 de julho de 2010, estando disponíveis no seu *blog* sete edições, sendo a última de 2014. Este *blog* só inclui publicações até finais de 2017. O projeto VOA (Valorizar, Olhar e Aprender) decorreu em 2010 no Bairro Social das Andorinhas, contextualizado no Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010. Em colaboração com outras associações cívicas jovens da cidade, desenvolveram atividades práticas de carácter artístico e cívico, com vista à capacitação individual e comunitária para o combate à pobreza e exclusão social. Foi apoiado pelo Fundo Social Europeu e da Segurança Social (<http://www.agorabracarense.org/p/projectos.html>).

No Bairro Social das Enguardas, a Associação de Moradores é também uma organização bastante ativa e que integra diferentes projetos, sobretudo de carácter social e de prestação de cuidados a crianças e aos residentes mais velhos do bairro. Com sede própria, a Associação também coordena várias atividades de carácter lúdico e desportivo dedicadas aos mais jovens, em colaboração estreita com o Sporting Clube Leões das Enguardas. Prova e promotor deste facto é o presidente de ambas as associações ser a mesma pessoa, já há vários anos.

O Sporting Clube Leões das Enguardas tem uma grande tradição na história da cidade, sendo-lhe apostos vários episódios de sucesso ao longo da sua extensa longevidade. Fundado em agosto de 1952 no extinto bairro do Carandá, tinha como nome original Leões do Carandá, em afinidade clubística com o Sporting Clube de Portugal, o que se estendia às cores dos seus equipamentos. Apostando no futebol de salão, o clube era afamado em Braga, tendo ganho vários prémios nas competições em que participou. Quando a população se mudou, o clube também viu o seu nome alterado para a designação atual de Sporting Clube Leões das Enguardas, continuando a sua atividade a partir da sede no bairro, cedida pela CMB. Dedicado ao futebol e atletismo, e com equipas maioritariamente constituídas por atletas do bairro, continuou com as vitórias e com forte empenho desportivo. Em 1988 ocorreram obras de ampliação na sede, incorporando balneários e salas para atividades diversas, permitindo-lhes integrar a Associação de Futebol de Braga (AFB) e iniciar o desporto federado na 3ª Divisão Distrital. Em 1991 foi criada a seção de basquetebol, que também arrecadou prémios nas secções infantojuvenis. Mais tarde, em 2005, a sede foi novamente renovada e munida de melhores equipamentos. Em 2008

incorporou a prática do karaté nas suas modalidades, e em 2010, os Leões das Enguardas integravam o futebol sénior na 2ª Divisão Regional da AFB e todos os escalões de basquetebol feminino (https://www.wikisporting.com/index.php?title=Sporting_Clube_Le%C3%B5es_das_Enguardas).

Entretanto, a prática de basquetebol foi descontinuada, mantendo-se o futebol. Em agosto de 2023 foi assinado um protocolo com Fernando Pires, antigo capitão do Sporting Clube de Braga e antigo treinador dos Leões das Enguardas, para ensinar os jovens entre os 6 e os 14 anos no Complexo Desportivo da Rodovia.

Relativamente à Associação de Moradores, esta surgiu em 2009, num contexto particular de urgente necessidade de intervenção física no bairro, por ocasião da destruição parcial de alguns telhados no bairro provocada pelas condições meteorológicas. No contexto da resolução deste problema, surgiu a consciência da necessidade de constituir uma Associação mais formal para atender a situações semelhantes e para responder às solicitações do bairro. Inicialmente instalada na sede do Clube Desportivo, só em 2013 a Associação conseguiu uma sede própria, nas instalações de uma antiga mercearia do bairro, que a BragaHabit lhes cedeu em regime de comodato. Neste espaço existe muito material de apoio às diferentes atividades que promove e dinamiza, objetos de divulgação e reconhecimentos obtidos, incluindo ainda uma maquete do antigo Bairro Araújo Carandá, muito prezado na memória dos moradores do bairro. Dentro dela, existe um escritório menor destinado à atividade do contabilista e para atendimento personalizado aos moradores do bairro. É nesta sala que decorrem muitas das atividades de formação e de sensibilização promovidas por diferentes entidades e as reuniões com os órgãos de gestão municipal. A Associação estimula a participação dos idosos do bairro em sessões de ginástica, em vários passeios anuais a diferentes locais religiosos e turísticos, em *workshops* de promoção de hábitos saudáveis, e em rastreios médicos. Muitas destas propostas só foram possíveis de concretizar através da aprovação de candidaturas a projetos municipais e estatais. Nestas atividades participam, além dos moradores das Enguardas, outras pessoas de zonas residenciais vizinhas, que integram e acrescentam vitalidade às ações realizadas. Contudo, alguns dos moradores do bairro, nomeadamente da comunidade cigana, não participam de forma relevante nas iniciativas colocadas em prática, abstendo-se de integrar a Associação e as atividades por ela proporcionadas.

A Associação tem uma colaboração antiga com os estudantes da Universidade do Minho, que desenvolvem ações de voluntariado nas áreas cultural, desportiva e recreativa, nomeadamente através do UM Futuro, projeto do Departamento de Voluntariado da Universidade, desenvolvido na escola do 1º ciclo e jardim de infância das Enguardas. Além desta iniciativa, a colaboração estende-se às tunas e à Bomboémia (Grupo de Percussão da Universidade do Minho), que atuam nas festas do bairro e às quais

a Associação também empresta materiais que tem disponíveis para as suas atuações. Em finais de outubro de 2022, no seguimento desta parceria interinstitucional com o objetivo da integração escolar e profissional, da cidadania ativa e da estimulação cultural dos jovens dos bairros sociais, estabeleceu-se um protocolo de colaboração entre a BragaHabit, o Sporting Clube Leões das Enguardas e a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM). Esta visou a continuidade das diferentes atividades promovidas pela associação universitária no Bairro Social das Enguardas, mais expressivas e incisivas agora que serão realizadas localmente, na sede dos Leões das Enguardas, permitindo uma maior comunicação, participação e envolvimento de ambas as partes. Nesta ocasião, coincidente com a inauguração da requalificação da nova sede do Sporting Clube das Enguardas, o então presidente da AAUM, Duarte Lopes, referiu que o objetivo da parceria é “envolver as pessoas, dar-lhes um sentido de pertença e de responsabilidade pelas zonas onde vivem. É muito importante que à vertente habitacional se junte esta dimensão social, a dimensão desportiva e a dimensão educativa”, rematando com um elogio à Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas, notando que é “uma das mais dinâmicas do concelho” (*Correio do Minho*, 2022, 30 de outubro).

Na integração de todos os moradores do bairro, a Associação de Moradores é ainda responsável pela organização de festas comemorativas, como a celebração do Senhor da Paz, com realização de missa campal, das quais obtém dividendos que aplica em pequenas reparações no bairro. A Associação de Moradores tem uma página de *Facebook* onde intervém regularmente (https://www.facebook.com/assocmenguardas/about_contact_and_basic_info?locale=pt_PT), o mesmo acontecendo com o Sporting Clube Leões das Enguardas (https://www.facebook.com/sclenguardas?locale=pt_PT), onde são divulgadas todas as atividades realizadas, as notícias que os mencionam e os projetos futuros.

No Complexo Habitacional do Picoto, a ideia de concretizar em associação formal as reivindicações dos seus moradores já se encontrava descrita no Relatório de Atividades da BragaHabit de 2002, onde é referido que se realizaram “3 reuniões de trabalho entre várias entidades que atuam no Bairro do Picoto com o objetivo de incentivar as relações de cooperação e parceria” que “conduziram à realização de dois encontros com os residentes do Bairro, onde ficou acordado que gostariam de avançar com a criação de uma Associação de Moradores a instalar no «espaço de culto»” (BragaHabit, 2002, p.16). No entanto, a Associação de Moradores do Bairro do Picoto só foi constituída recentemente, e mesmo assim sem grande adesão dos moradores, que parecem não ter conseguido ou querido organizar-se na reivindicação de soluções para todos, apesar de tradicionalmente existir sentido de comunidade em eventos marcantes na vida de cada um.

No caso do Bairro Social de Santa Tecla, as sucessivas tentativas por parte da BragaHabit e de alguns dos seus moradores em formalizar uma Associação de Moradores saíram goradas, quer pela passividade e relativo desinteresse em constituir um núcleo unido e orientado para a resolução de questões a nível comunitário, quer por dificuldades inerentes às características culturais dos seus moradores de etnia cigana na organização e liderança de um corpo institucional que reúna os interesses de todos sob um único organismo.

Em fevereiro de 2022, a BragaHabit deu início ao projeto Assembleia de Moradores, “espaço de partilha de projetos, de ideias, de oportunidades e de trabalho em prol da melhoria dos bairros sociais de Braga”, onde também se organizam “workshops orientados para a capacitação das associações de moradores”, e se dão a conhecer “as oportunidades de financiamento de projetos e como recorrer a fundos que visem a melhoria dos seus bairros” (<https://www.bragahabit.com/assembleia-moradores>). Nesta dinâmica cívica e intercomunitária, realizam-se reuniões mensais nas instalações do *Human Power Hub*, onde estão presentes representantes da administração da BragaHabit e dos moradores de 9 espaços habitacionais do concelho, nos quais se incluem o Bairro Social das Andorinhas, o Bairro Social das Enguardas, o Complexo Habitacional do Picoto e o Bairro Social de Santa Tecla. O projeto *Human Power Hub* – Centro de Inovação Social de Braga, criado em 2020 e sob a estrutura e gestão da BragaHabit, “presta apoio à aceleração e incubação de ideias empreendedoras orientadas para o impacto social” (BragaHabit, 2022, pp.16-17). É financiado pelo Programa Portugal Inovação Social, que justifica o projeto “para colmatar a ausência de estratégias transversais, contextualizadas e estruturadas capazes de fomentar o desenvolvimento da inovação social” (<https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/human-power-hub-centro-de-inovacao-social/>). Envolve atores sociais distribuídos pela sociedade civil, instituições públicas, académicas e empresariais e cooperativas, que pretendem desenvolver projetos na área da inovação social no município. A IV Edição do Fórum Inovação Social 2022, entre 12 e 13 de outubro, priorizou a inovação social “como um imperativo para a criação de soluções diferenciadoras e disruptivas para combater os problemas sociais complexos do concelho de Braga”. Em 3 de junho de 2023, no centro da cidade, foi realizado o Festival de Inovação Social, tendo “como foco o lançamento e divulgação dos vários produtos, serviços e iniciativas de inovação social acelerados e incubados no Human Power Hub” (<https://www.humanpowerhub.org/pt>). Em agosto de 2023, o projeto Assembleia de Moradores foi distinguido com o prémio *Habitat Scroll of Honour Award*, concedido pela Organização das Nações Unidas, que distingue indivíduos e instituições que colaboram para o desenvolvimento urbano,

nomeadamente na “melhoria da qualidade de vida urbana e na disponibilização de habitação adequada, acessível e a preços razoáveis (<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-16510>).

Relativamente a outros corpos associativos presentes nos bairros sociais de Braga, eles são de natureza diversificada e com impacto diferenciado na dinamização de atividades em contexto de bairro e na integração deste com outras vivências e experiências socioculturais.

No Bairro Social das Andorinhas, a Associação Aventura da Saúde, lá instalada desde a sua formação em 1986, dedica-se até hoje ao desenvolvimento de atividades que se focam na triangulação entre “conhecimento, preservação e promoção do binómio Homem-Ambiente”, organizando atividades de educação ambiental, percursos e trilhos para pessoas de todas as faixas etárias (<http://www.aventuradasaude.org/#gtco-proxima>). Por seu lado, a Associação Ida e Volta – Associação Cultural e Artística, fundada em 1996, pretende “preservar e divulgar a tradição dos gigantones, cabeçudos e zés p'reiras”, desenvolvendo “diversas atividades de animação de rua, nacionais e estrangeiras, divulgando e preservando esta tradição popular, com grandes raízes no Norte de Portugal, tendo como figura principal o Zé Povinho” (<https://idaevolta.webnode.pt/>). No entanto, apesar de sedeadas no bairro há vários anos, estas não desenvolvem as suas atividades em estreita relação com os seus moradores ou com o propósito inerente da promoção da sua integração e valorização patrimonial. A sua ação desenrola-se primordialmente noutros contextos socioambientais e culturais e direcionada para outros públicos. A falta de ligação ao bairro destas associações tem motivado alguma insatisfação por parte dos moradores e dos próprios órgãos de gestão, que têm apelado a uma mudança de orientação da sua ação que, contudo, tem demorado a ser posta em prática. Já em 2002 a BragaHabit reportava os esforços realizados para “motivar as Associações ali sediadas, sobretudo com contratos de comodato com a Bragahabit (Associação de Moradores, Associação Vicentina, Ida e Volta, NHA, Aventura da Saúde) para o desenvolvimento de ações coordenadas de apoio ao Bairro” (BragaHabit, 2002, p.13). Do mesmo modo, alheado do horizonte sociodemográfico do bairro, esteve também lá instalado, por vários anos, o Núcleo Regional de Braga da Quercus – Organização Não Governamental de Ambiente portuguesa – e, mais recentemente, instalou-se numa das lojas do bairro a Associação de Surdos de Braga.

Mais correlacionada com as necessidades quotidianas das famílias, a nova creche da Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente começou a ser construída em maio de 2011, disponibilizando, a partir de outubro de 2015, diferentes valências de apoio a crianças aos moradores do Bairro Social das Andorinhas. É também o caso da Associação Famílias, IPSS da Arquidiocese de Braga, com um Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) localizado no Bairro Social das Enguardas desde 1992, que tem

como objetivos “a promoção dos Direitos Humanos e nestes os Direitos da Família [...]. Em toda a sua atividade, a Associação Famílias procura dar particular atenção aos mais pobres e excluídos e às famílias dilaceradas por situações de rutura” (<https://www.diocese-braga.pt/pastorafamilia/noticia/7997/>). Neste centro dirigido a crianças em idade escolar, promovem-se diferentes atividades pedagógicas e recreativas, sendo assegurado o transporte escolar e o acompanhamento dos trabalhos de casa. Inicialmente a ocupar dois apartamentos do bairro, perante a desocupação de uma loja e a realização de obras, a BragaHabit cedeu essas instalações à Associação Famílias em regime de comodato.

Na componente de apoio às populações mais jovens, a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa tem um papel fundamental no Bairro Social de Santa Tecla onde, através de múltiplas parcerias e acedendo a diferentes programas de financiamento nacional e municipal, desenvolve várias atividades de cariz inclusivo, dirigidas sobretudo a crianças e jovens de etnia cigana. Em instalações próprias no bairro, a sua ação compreende iniciativas que se estendem desde a promoção da formação e inserção socioprofissional e de luta contra o abandono escolar, até àquelas que envolvem o desenvolvimento de competências que lhes permitem aceder e lidar, em pé de igualdade com os demais cidadãos da cidade, às oportunidades e situações do dia-a-dia, fazendo ações de sensibilização para comportamentos de risco e de promoção de atividades pedagógicas, lúdicas e culturais no sentido da autonomia e da liberdade para fazerem escolhas conscientes e responsáveis.

Apesar de, em 2003, o Relatório de Atividades da BragaHabit mencionar que se deu “parecer sobre pedido de cedência de espaço no Complexo Habitacional do Picoto para desenvolvimento de projeto(s) de apoio ao bairro” e se informou de “pedido de instalação de comércio no Complexo do Picoto por parte de um morador” (BragaHabit, 2003, p.13-15) estas solicitações não tiveram continuidade prática, não existindo localmente nenhum equipamento formalmente constituído para desenvolvimento de atividades associativas ou comerciais.

De caráter regulamentar, a organização dos moradores em condomínios revela-se como operação essencial para uma organização eficaz e produtiva da gestão coletiva num prédio de habitação, ação que se torna ainda mais imprescindível quando se trata de edifícios de propriedade mista. Ajudando a estabelecer a comunicação entre moradores, a BragaHabit também prestou um papel de apoio à formalização da constituição de condomínios sempre que, nos edifícios em propriedade horizontal dos bairros sociais, fossem suas ou da Câmara Municipal uma ou mais frações.

Expressivas, as organizações de caráter associativo dos Bairros Sociais das Andorinhas e das Enguardas dão um impulso significativo à dinamização de atividades culturais, pedagógicas e recreativas dirigidas aos seus moradores, permitindo também, através delas, a participação de pessoas externas ao

bairro, estabelecendo eixos de colaboração proficientes que beneficiam ambos os públicos. A facilitação de pontes de comunicação entre os moradores e entre estes e os órgãos de gestão revela-se como fator primordial na superação de obstáculos diários, assim como a existência de serviços e entidades que dão apoio a faixas etárias mais sensíveis às privações económicas e sociais se torna um elemento diferenciador no modo de encarar as vicissitudes quotidianas e perspetivar os horizontes futuros. No entanto, a ausência ou improdutividade destas estruturas no Complexo Habitacional do Picoto e no Bairro Social de Santa Tecla continuam a demarcá-los socialmente e a cercear os seus moradores de uma plena participação cívica nas dimensões comunitária e urbana, impedindo-os de agregar novas experiências e de adquirir novas competências e saberes.

6. Os bairros sociais de Braga nas suas representações de índole política, cultural e social

As marginalidades revestem-se de múltiplas camadas. Dissimuladas por entre paredes descoloradas e ruas sem luz ou ostensivas por entre a discriminação escolar e profissional ou pelo racismo institucional que arreda populações ostracizadas e secundarizadas para lugares recônditos, elas irrompem na cidade e impõem a sua presença. À parte da torrente desinteressada e egocentrada da sociedade, ocupam uma posição relegada, temida e rejeitada, um espaço que hipoteca aos seus ocupantes um futuro nivelado com a restante comunidade urbana, debatendo-se num presente pantanoso e desleal. Sob adjetivos que mais condenam e aprofundam o fosso entre os que estão «dentro» e «fora», as pessoas que habitam as margens da pobreza, do racismo e da xenofobia, da adição e da discriminação exigem o debate acerca da sua marginalidade, apoiado em bases sólidas de apreensão contextual e consolidado em contributos pluridisciplinares que permitam uma compreensão abrangente acerca das suas raízes, dos seus desafios e dos modelos de resolução.

No arquivo urbano vai-se ao encontro destas marginalidades, dos seus percursos e da intervenção que nelas é feita. Recompensadores ou promissores, os resultados produzidos catapultam o equilíbrio vivencial; circunscritos e alheios às suas particularidades, são apenas objeto de relatórios e de análise estatística. Nos bairros sociais, estes resultados significam a diferença entre a inserção e a segregação. Insulados, se não geográfica, pelo menos urbanisticamente, prende-os ainda um histórico de precariedade no trabalho e de fraca inserção escolar que se instalou nos bairros e foi transmitido às novas gerações. A estas limitações juntou-se a não menos prejudicial perceção social generalizada de que muitos dos seus habitantes estão ligados ao consumo e ao tráfico de droga, sem vontade ou sem condições de viver com os restantes moradores da cidade, o que mais aprofunda o fosso entre ambos: “na sua maioria, a população de Braga vê estes bairros como espaços marginais, perigosos, sujos e

separados da lógica urbana da cidade. Esta visão encontra-se essencialmente vinculada aos preconceitos e equívocos sobre os modos de vida característicos da comunidade cigana que lá reside, e diferenciados da sociedade em geral” (Pereira, 2018, pp.107-108). Assim, o entendimento das características e necessidades das populações de cada bairro permite atuar no combate às marginalidades de forma distintiva, eficaz e duradoura.

Porque cada comunidade é única, assim o são as suas obras e legado, vertidas e modeladas em diferentes representações e narrativas. Transpostas em cultura, em expressões e manifestações artísticas, ou pelo desporto, as marginalidades desbravam e encontram caminho para se darem a conhecer de forma inequívoca, exigindo a reflexão acerca da forma de serem vistas e interpretadas, perspetivando o acento discriminatório consuetudinário que lhes é consecutivamente justaposto.

Através das artes plásticas, da música, da fotografia, da literatura, da expressão dramática e do cinema, são exteriorizados os pensamentos, os desejos, as angústias e as frustrações, rearranjados em formas, linguagens e conteúdos que exprimem livremente as suas perceções e opiniões. Constrangidos pelas imposições diárias, é na arte que se encontra espaço para fazer desmoronar barreiras e fronteiras aparentemente inabaláveis. Na literatura e na música há lugar à sensibilidade, evocam-se memórias e sensações, exacerbam-se sentimentos e emoções, modelam-se estados de espírito e espicaça-se a imaginação. São armas de luta política e social, mobilizadas para denunciar situações de desigualdade social, de xenofobia e racismo que dificultam o acesso a condições melhores de vida. Se estas expressões utilizam as palavras e as sonoridades, a fotografia mostra instantes captados, seleciona as imagens com uma intenção. As fotografias resultam de uma interpretação, “testemunham uma escolha humana exercida numa determinada situação. [...] Na sua forma mais simples, a mensagem, decodificada, significa: Eu decidi que ter visto isto merecia ser registado. [...] A fotografia é o processo de tornar autoconsciente a observação” (Berger, 2021, pp. 200-201). As fotografias provocam reações imediatas e outras refletidas, mostram o novo ou o reconhecível, colocam o observador em sítios improváveis ou submetem-no a novos ângulos de análise. A pintura e demais expressões plásticas concretizam, através da paleta cromática, da utilização dos espaços e das formas, os conceitos e os contextos que se querem dar a conhecer. Os *graffitis* preenchem superfícies de exposição com ideias, reivindicações e apropriações, exprimem as representações assumidas e difundem traços de identidade. Denegrada esta forma de expressão quando é utilizada como veículo de vandalismo, de pichagens e de destruição do espaço público, não deixa de ser uma ferramenta privilegiada para a difusão de pensamentos e imagens depurados dos mundos que os seus criadores reconheceram e quiseram partilhar.

Em complementaridade, as ações desenvolvidas dentro do bairro por intervenção de projetos comunitários de índole sociocultural, desportiva e recreativa com aquelas decorrentes de expressões artísticas únicas de cada comunidade, ajudam a construir laços e pontes de comunicação entre os bairros sociais e outras experiências, pessoas e modos de vida diferenciados. Deste modo, foi e é possível a compreensão da diferença cultural, incorporando-a na inerente heterogeneidade das sociedades.

Objeto de várias candidaturas, e ao abrigo de programas comunitários, nacionais e municipais, todos os bairros sociais estudados foram palco de implementação de alguns deles. Envolvendo quase sempre um número considerável de entidades da cidade, de natureza e abrangência diversa, muita da vontade de participação nasceu da perceção sentida pela própria comunidade das necessidades ou objetivos que pretenderam resolver e alcançar. Apesar de circunscritas no tempo e espaço, grande parte do legado físico e imaterial deixado das intervenções realizadas nos bairros permanece para lá do limite temporal do programa, sendo que muitos deles são passíveis de renovação. Partindo de iniciativas desenvolvidas dentro de um bairro, para outras que se desenvolveram simultaneamente em diferentes bairros, e para aquelas que extravasam os seus limites geográficos, estas atividades agigantam as possibilidades de uma verdadeira inclusão social dos seus moradores.

6.1. Projetos de cariz sociopedagógico, cívico e recreativo

Nos bairros sociais de Braga vários projetos abraçaram o desígnio da inclusão social através de diferentes intervenções de âmbito pedagógico e profissional, no intuito da aquisição de competências para uma equilibrada concorrência no mercado de trabalho e para lutar contra o abandono e a deficitária inserção escolares. Por outro lado, iniciativas adicionais procuraram a adoção de comportamentos promotores de uma vida saudável, consciente e socialmente responsável, fornecendo ferramentas e experiências empoderadoras aos moradores dos bairros sociais. Dada a relevância que a comunidade de etnia cigana tem na composição demográfica de alguns deles, vários programas procuraram especificamente atender às características culturais e às exigências relativas ao seu enquadramento social e afetivo, tanto nos bairros em que habitam como no espaço maior da cidade. O sucesso do seu envolvimento nas ações propostas é um passo significativo para o combate às adversidades encontradas no trajeto de convergência e de integração com as vivências da restante sociedade.

Em conjunto, a maior capacitação social, aliada a uma reforçada literacia escolar, médica e sanitária ajudam a ombrear as qualificações das comunidades dos bairros sociais com as interpelações e as imposições do quotidiano, assim como a encontrar motivos de regozijo e de reconhecimento com a cidade, sem preterir a reclamação de uma identidade própria.

Nos bairros sociais em análise, estes projetos foram sobretudo desenvolvidos com a empresa municipal BragaHabit que, quer apresentando-se como parceira ou como entidade promotora, apresentou aos agregados familiares que beneficiam dos apoios ao arrendamento habitacional, soluções de participação ativa em programas que diligenciam a capacitação laboral e pedagógica, cívica e associativa, e a responsabilização e dignificação dos espaços habitacionais onde habitam. Em complementaridade com a melhoria técnica e física do edificado do bairro social, estes projetos exploraram também novas ou renovadas dinâmicas e atividades de fruição do espaço público.

Com o objetivo estratégico da integração e coesão sociais, o fomento à igualdade de oportunidades, o combate à xenofobia, ao preconceito e ao racismo, o Estado criou programas públicos que possibilitam o financiamento de projetos de índole diversa, aos quais os municípios e entidades públicas podem concorrer. Uma dessas iniciativas é o Programa Escolhas, um programa nacional criado em 2001, atualmente sob a tutela da Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações e integrado no Alto Comissariado para as Migrações. Este programa apoia projetos de integração educativa e profissional e de inclusão social de crianças e jovens em contexto de vulnerabilidade socioeconómica (<http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>). Ao seu abrigo está em curso o Projeto Geração Tecla E8G, inserido na 8ª Geração do programa, desenvolvido no Bairro Social de Santa Tecla. Tendo como objetivos a “criação, implementação e avaliação de uma ação integrada de combate ao absentismo e à promoção de competências escolares de crianças e jovens da comunidade cigana residente no Bairro Social de Santa Tecla”, o Geração Tecla procura, através das atividades realizadas, “uma efetiva inclusão social e escolar, a igualdade de oportunidades e a dinamização cultural” (BragaHabit, 2023). Promovido pela Área da Juventude da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, em colaboração com a BragaHabit e a CMB, envolve entidades como o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga, o Agrupamento de Escolas D. Maria II, a Bogalha (instituição com respostas na área da educação, ocupação de tempos livres, apoio domiciliário e ação social) e a Inovinter – Centro de Formação e de Inovação Tecnológica. Através dele são ministrados cursos e formações de equivalência escolar como forma de combater a baixa escolaridade, o desemprego e os comportamentos de risco. Em prática desde janeiro de 2010, o Projeto Geração Tecla veio alargar o âmbito de ação do precursor Colorir o Sábado, programa implementado desde 2007. Uma das conquistas do projeto foi, em 2016, a criação de uma equipa de futebol de jovens ciganas do Bairro – as *Big Powers* – com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos. Em novembro de 2019, por intermédio da Federação Portuguesa de Futebol e da AFB, a equipa encontrou-se com a Seleção

Feminina de Futebol, com quem partilharam ideias e sonhos. O seu treinador, João Carvalho, disse nessa ocasião que

nem sempre é fácil treinar este grupo. Falo de dificuldades várias a nível logístico e, por vezes, a nível de compromisso. É claro que, no final, é recompensador ver como o futebol pode transformar as vidas destas meninas. [...] Elas saem daqui com a consciência de que o futebol é um lugar para elas; é um lugar para todos. (*Diário de Notícias*, 2020, 24 de maio)

A equipa foi objeto de uma reportagem do Canal 11, da autoria da jornalista Bárbara Baldaia (https://www.youtube.com/watch?v=pYFFx5vNV6Y&ab_channel=Canal11). Nesta peça, com o título *Revolução Cigana*, são exploradas as dificuldades que as jogadoras enfrentaram, quer na sua comunidade como na sociedade, perante o facto de quererem jogar futebol, sendo mulheres e de etnia cigana. É também realçada a importância da valorização e do reconhecimento dos objetivos que traçaram, exemplificados pelo apoio dado à equipa pelo jogador Ricardo Quaresma numa participação que fez no programa *Amor à Camisola* do mesmo canal (https://www.youtube.com/watch?v=Mx4HsZQiLks&t=4s&ab_channel=Federa%C3%A7%C3%A3oPortuguesadeFutebol).

Outro dos projetos desenvolvido ao abrigo do Programa Escolhas foi o Projeto T3tris, iniciado em janeiro de 2010, através do qual o Centro Cultural e Social de Santo Adrião promovia e desenvolvia atividades de âmbito escolar e pedagógico com os habitantes de etnia cigana do Bairro Social Ponte dos Falcões e do Complexo Habitacional do Picoto, atendendo à elevada taxa de abandono escolar e às dificuldades de integração dos jovens na comunidade escolar onde estavam inseridos. Em gerações sucessivas do Programa, foi alargado o âmbito territorial (passou a incluir as comunidades ciganas do Fujacal e do Monte de São Gregório), e o espectro de ações a desenvolver com os jovens, nomeadamente no incentivo ao empreendedorismo e associativismo, numa dinâmica de inclusão ativa no mercado de trabalho. Em parceria com a BragaHabit e CMB, com diversos agrupamentos de escolas da cidade, com a Atlas Cooperativa Cultural, a Casa do Professor, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga, a Inovinter – Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, o Instituto Português do Desporto e Juventude, a KRIZO – Educação Arte e Cidadania, com a Polícia de Segurança Pública e com a União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade e a União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, promoveram-se ações de formação e de progressão profissional para os jovens desempregados, com escolaridade entre o 6º ano e o 9º incompleto. O projeto durou nove anos, até 2018, não tendo sido aprovada a sua continuação para a 7ª geração do programa (https://www.inovinter.pt/projetos/t3tris/?doing_wp_cron=1689070160.1893329620361328125000).

O Programa Bairros Saudáveis constitui outro programa nacional orientado para ações de cariz social, no âmbito do qual foram objeto de candidatura nove projetos do concelho de Braga, a maior parte dos quais com espaço de intervenção nos bairros sociais da cidade. Criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho, trata-se de “um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis”. Contempla “pequenas intervenções, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas”. O programa financia com um valor de até 50000 euros os projetos aprovados. A 1ª edição, designando intervenções em contexto de pandemia, tinha data de conclusão prevista para 30 de junho de 2023. Em maio de 2023, o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, assumiu a possibilidade de uma segunda edição do programa perante o sucesso da iniciativa, que apoiou 145 mil pessoas em 240 projetos a nível nacional, com uma dotação financeira de 10 milhões de euros (<https://www.bairrossaudaveis.gov.pt///index.htm>).

Posicionando-se para aceder a este programa, os Bairros Sociais das Andorinhas e das Enguardas estavam incluídos em três candidaturas e o Bairro Social de Santa Tecla em quatro, sendo que apenas foram aprovadas duas das candidaturas apresentadas. O projeto Crescer Comum, para os moradores do Bairro Social de Santa Tecla, “promove um conjunto de ações potenciadoras de uma melhoria do respeito pelo espaço público e o combate a comportamentos desajustados em termos de higiene, ambiente e hábitos alimentares” (BragaHabit, 2023). No sentido da justificação do projeto, assinalou-se que o bairro estava “a ser alvo de um processo de requalificação devido ao degradado estado de conservação em que se encontrava”, contexto onde o projeto ambicionava

colmatar a ausência de noção de respeito pelo espaço público que tem implicações na forma como são tratadas as caixas de escadas dos prédios, como é visto e respeitado o espaço público dentro de bairro e circundante, nos comportamentos desajustados no que se refere ao cumprimento dos horários de recolha do lixo, noções de reciclagem. (Bairros Saudáveis 2020, Projeto 382. “Crescer Comum”)

Acrescentava ainda a necessidade de sensibilizar para “as questões ligadas à saúde no que se refere aos hábitos alimentares, bem como disponibilizar momentos de sensibilização no âmbito do combate ao Covid-19”. Observando o perfil sociodemográfico do bairro, feito na candidatura, este indicava uma comunidade de “483 habitantes (339 de etnia cigana), e uma população bastante jovem: 194 tem menos de 30 anos (destes 151 menores de idade). Com poucos recursos, baixos níveis de escolaridade e elevado índice de desemprego” (Bairros Saudáveis, 2020a), as ações são especialmente vocacionadas para os jovens, nomeadamente da comunidade cigana, garantindo-lhes a adoção das ferramentas necessárias para intervirem ativamente no seu espaço de habitação e para estabelecerem

vínculos interpessoais de confiança e empoderamento. Promovido pela Área da Juventude da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa – com o seu Projeto Geração Tecla E8G do Programa Escolhas – tinha como parceiros a BragaHabit e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARS Norte) /ACES Cávado. O projeto iniciou a 15 de novembro de 2022 e, segundo o *Jornal Bairros Saudáveis*, “está voltado para o empoderamento e dinamização de dez jovens ciganos com o objetivo de melhoria das condições de bem-estar e do espaço público e comunitário do Bairro Social de Santa Tecla”, procurando a sensibilização e a intervenção na comunidade maior dos 483 moradores do bairro (<https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000438>).

A outra candidatura aprovada no âmbito do Programa Bairros Saudáveis foi o Projeto AS – Andorinhas Saudável, com área de intervenção no Bairro Social das Andorinhas. Esta iniciativa pretendeu ampliar o âmbito de ação da Associação de Moradores do bairro pela criação do Espaço AS, para lá

desenvolver um conjunto de atividades e serviços que respondam às principais necessidades identificadas pelos moradores [...], com ações que visam a proteção da saúde e a promoção de estilos de vida saudável, a promoção da cidadania e coesão social, o combate ao insucesso e abandono escolar precoce, ao isolamento, e a promoção do desenvolvimento pessoal. (Bairros Saudáveis, 2020b)

É assim um “projeto sustentado na intercooperação entre as entidades da comunidade e os serviços de saúde, respondendo às necessidades locais definidas no Plano Local de Saúde do ACES de Braga em vigor” e onde “se pretende trabalhar sobre diversos determinantes da saúde que podem influenciar, direta ou indiretamente, o estado de saúde individual, familiar ou comunitário”. As atividades desenvolvidas no novo espaço comunitário, a funcionar numa loja cedida pela BragaHabit para o efeito, dão “apoio ao estudo e [...] acesso ao ensino à distância, disponibilizando meios digitais (computadores cedidos por uma empresa) e apoiando na sua utilização”. Aqui também será realizada “intervenção em determinantes de saúde (alimentação, sedentarismo, consumos abusivos de álcool e tabaco, e comportamentos sexuais de risco), em articulação com as entidades de saúde locais”. Ainda serão feitas “ações de apoio e desenvolvimento de competências parentais” e o combate à “exclusão social e isolamento em pessoas idosas e que vivem sós, estimulando o seu bem-estar físico e mental, a sua autonomia, participação social e estimulação cognitiva”. A ação, promovida pela Associação de Moradores do Bairro Social das Andorinhas, desenvolveu-se em parceria com a BragaHabit, a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARS Norte) /ACES Cávado I – Braga e a Associação Ágora Bracarense (Bairros Saudáveis, 2020b). O projeto terminou em setembro de 2022, mas a sala continua com as suas funções pedagógicas.

Com os primeiros protocolos de colaboração a serem assinados a 28 de dezembro de 2022, a 1ª edição do Programa Viva o Bairro!, da iniciativa da CMB e dinamizado entre a BragaHabit, o *Human Power Hub* e as Associações de Moradores, procurou “dinamizar parcerias e pequenas intervenções de

melhoria dos «habitats», através do apoio a projetos locais que contribuem para o reforço da coesão social do território municipal” (BragaHabit, 2022, p.18). No sentido de aprofundar os laços de vizinhança, de incrementar o bom usufruto do espaço público e de incentivar a cidadania ativa na procura coletiva de soluções para os seus bairros, foram propostos, pelas Associações de Moradores ou por organizações locais, 11 projetos no âmbito desta iniciativa local de habitação. Destes, foram aprovados 10, financiados a 100% até ao montante máximo de 20 000 euros. Com um investimento municipal de 170 mil euros, os projetos serão desenvolvidos ao longo do ano de 2023. O objetivo municipal era que a iniciativa se tornasse num programa anual, envolvendo cada vez mais cidadãos e espaços de habitação.

No Bairro Social das Andorinhas, foi aprovado, dentro deste programa municipal, o projeto Viva às Andorinhas, que surge em continuidade com a atividade desenvolvida no âmbito do Programa Bairros Saudáveis. Nele são proporcionadas atividades lúdicas, desportivas e pedagógicas, de participação gratuita, aos moradores do bairro de diferentes faixas etárias. Pelo seu financiamento foi possível a utilização de uma nova sala de estudo para o ensino primário e para o ensino básico no Espaço Às, onde as crianças e jovens podem aceder a equipamentos informáticos e digitais e outras ferramentas que contribuem para evitar o abandono e insucesso escolar. Há também lugar para a organização de passeios (Oceanário de Lisboa, Santuário de Fátima), para aulas de zumba semanais que decorrem no ringue do bairro, consultas de nutrição, ajuda no preenchimento do IRS, e ainda a entrega de Cheques-Bebé no valor de 100 euros aos pais residentes no bairro com crianças nascidas em 2023. A sua ação é promovida pela Associação de Moradores do bairro em parceria com a Associação Ágora Bracarense.

No Bairro Social de Santa Tecla, a Academia Tecl@rt, promovida pela Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa em parceria com a Junta de Freguesia de S. Victor, é um projeto que ambiciona a definição de um espaço físico dentro do bairro, para desenvolver atividades de carácter inclusivo e intergeracional, direcionadas para as dimensões da luta contra a discriminação e o preconceito.

O projeto Sénior Feliz, Saudável e Seguro, proposto pela Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas, com a colaboração da Junta de Freguesia de São Victor, dá continuidade a um conjunto de atividades já em exercício pela Associação, vocacionadas para os moradores mais velhos do bairro, dotando-os de conhecimentos e competências nos domínios da segurança e prevenção da doença e da capacitação e entreeajuda para a vida em comunidade. Estas são facultadas através de formações periódicas através da intervenção de profissionais das áreas respetivas. São proporcionadas aulas de ginástica semanais aos idosos e ainda há lugar à disponibilização de equipamento médico e de apoio geriátrico aos moradores do bairro, que foi adquirido através deste financiamento. É o caso de uma cama e de bancos ortopédicos, muletas e caixas de primeiros socorros. Em agosto de 2023, a Associação de

Moradores passou a disponibilizar, gratuitamente, “as ajudas técnicas do seu Banco Ortopédico a beneficiários que sejam indicados pela BragaHabit, a Junta de Freguesia de São Victor e o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social e Saúde do Distrito de Braga”, através de um protocolo celebrado no âmbito do programa Viva o Bairro (*O Minho*, 2023, 26 de agosto).

Para o Complexo Habitacional do Picoto, foi aprovado o projeto Escola de Música e Cidadania do Picoto, desenvolvido pela Agência do Bem/Fundação Bomfim em parceria com a União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto. Tendo como público-alvo as crianças e jovens em idade escolar, procura desenvolver atividades em torno do ensino da música, como aulas, debates e dinâmicas de grupo que valorizem e integrem diferentes patrimónios culturais, tradições e identidades. Desenvolvido no vizinho Bairro Nogueira da Silva, por falta de um espaço físico no seu bairro para desenvolver estas atividades, as crianças são incentivadas a tocar um instrumento musical e a desenvolver competências de responsabilidade e compromisso, tendo já feito uma apresentação pública no Mercado Municipal.

O Sistema Itinerante Brag@Brinca foi um projeto municipal que, a partir de 2004 foi delineado para permitir, através da utilização do miniautocarro Brag@Brinca que se deslocava pelo concelho, a realização de atividades de caráter recreativo e pedagógico, abordando as áreas da inclusão digital e da educação ambiental. Dinamizando encontros com crianças e jovens de maior vulnerabilidade escolar, afetiva e socioeconómica, nomeadamente da comunidade de etnia cigana, o autocarro passava e estacionava semanalmente nos diferentes bairros sociais da cidade contando, para a sua dinamização, com diferentes associações e organizações voluntárias de cariz socioeducativo. A criação e dinamização do *website* www.bragabrinca.bragahabit.pt com as crianças envolvidas no projeto, seguindo as orientações do Plano Tecnológico Portugal a Inovar (2005), permitiu “vencer o atraso científico e tecnológico, promovendo a igualdade da sua utilização nas classes sociais mais desfavorecidas, combatendo, desta forma a infoexclusão”, fomentando “a autonomia, responsabilidade, iniciativa, criatividade, espírito crítico e adaptação às mudanças, [...] introduzindo em tempo real o produto de todas as atividades realizadas e registos fotográficos”. (<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Sistema-Itinerante-Brag@Brinca.aspx>). Ativo pelo menos até 2016, atualmente o programa já não se encontra em funcionamento.

Em junho de 2023, foi acordado um protocolo de colaboração entre a CMB, a BragaHabit e a Fundação “la Caixa”, para o estabelecimento do programa de Inovação Social Aberta de Braga. Com o objetivo de intervir junto das comunidades ciganas da cidade, o programa incita à apresentação de propostas que promovam a capacitação e a integração escolar e profissional, assim como estratégias de

combate a comportamentos aditivos e de risco. Para o efeito podem participar diferentes entidades e cidadãos para que, em colaboração com o *Human Power Hub*, se consigam resultados de maior impacto e abrangência, inseridos nas metas preconizadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Os projetos aprovados terão apoio financeiro durante um ano (https://www.bragahabit.com/_files/ugd/71f667_ca43362d13fd4a66a0a4fd4d53b677fd.pdf).

6.2. Projetos de cariz sociocultural, desportivo e artístico

Para lá das paredes, tetos e pavimentos, elementos inorgânicos e de caráter utilitário, cabe a vitalidade que os impregna de familiaridade e de reconhecimento. No entanto, o seu uso e fruição podem revestir-se de afetividade, de ativa repulsa ou de contrafeita sujeição pelas condições que apresenta. A ligação efetiva ao lugar só se consegue se este reagir em reciprocidade com os anseios e objetivos dos seus utilizadores, se se coordenar com palpáveis condições de usufruto condigno e de valorização pessoal. E é nesta direção que confluem as iniciativas programadas a nível desportivo, cultural e artístico que, em ligação ou separadamente, ambicionaram a melhoria ou a habilitação significativa do espaço físico e a consequente e inalienável fruição satisfatória do mesmo.

A proposta de observação do bairro sob diferentes ângulos e perspetivas deu início a alguns desses programas, instigando os seus moradores a olharem as cores, as formas e a disposição das coisas, os elementos da paisagem e o semblante das pessoas. Foi-lhes pedido que vissem o seu bairro e o traduzissem em arte. Em extensão, o mesmo foi solicitado a artistas convidados que, a partir de um olhar desconhecedor da vivência quotidiana, mas conscientes dos seus contornos sociais, ilustrassem o bairro e lhe dessem uma nova expressão. Na transformação e real aproveitamento das potencialidades do edificado, para lá da contingente utilização básica, coordenado com as características culturais que o individualizam, preconiza-se a valorização patrimonial, o respeito pelo espaço comum e a afinidade emocional com o espaço de habitação. Este é o primeiro passo para a inclusão social, sustentada na gratificação do seu lugar pessoal para um emolduramento e integração mais amplos.

Dois projetos no âmbito do desporto relevam-se aqui na vertente inclusiva para crianças e jovens dos bairros sociais de Braga. Com a colaboração de entidades externas que dão apoio logístico e formativo às modalidades praticadas, a existência de espaços desportivos nos bairros desempenha um papel primordial para a sua implementação. Promovido pela CMB em parceria com a BragaHabit e com a Academia *Trial Bike* Braga e financiado pelo programa Portugal Inovação Social, iniciativa pública no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, o Projeto *Bike* Atitude pretende utilizar a prática desportiva para dinamizar a socialização e promover a inclusão das crianças e jovens dos Bairros Sociais das

Andorinhas, de Santa Tecla e das Enguardas. Presente em várias cidades, a *Trial Bike* pretende, através da Academia *Bike Atitude* “promover a prática de Trial Bike e transmitir os melhores conselhos aos jovens atletas” (<https://www.trialportugal.net/>). Em sessões de treino semanais, são estimulados a definirem objetivos, a estabelecerem relações interpessoais de confiança e a atingirem e experimentarem o sucesso. A funcionar desde 2020, e envolvendo mais de 130 jovens, o projeto ambiciona a fruição do espaço público enquadrado numa lógica de integração no seu bairro e, em extensão, na inclusão das comunidades dos bairros na tessitura e dinâmicas urbanas (BragaHabit, 2023). Um vídeo de divulgação da sua atividade encontra-se em <https://www.trialportugal.net/bikeatitude>. Por falta de um espaço adequado, não foi possível implementar o projeto no Complexo Habitacional do Picoto.

Em abril de 2022, a CMB avançou com o projeto Desporto no Bairro, destinado a jovens de quatro bairros da cidade de Braga. Incluindo o Bairro Social de Santa Tecla num conjunto de outras áreas habitacionais da cidade (Bairro das Fontainhas, do Fujacal e das Parretas) neles vão ser desenvolvidas quatro modalidades – *Breaking* (dança), *Skate*, *Pound* e *Boxe* – que, à semelhança de outros países, parecem ter elevada capacidade de atratividade para os jovens. Os treinos semanais são gratuitos e decorrem de acordo com os espaços existentes em cada bairro, adequados à prática de determinada modalidade. No caso do Bairro de Santa Tecla, o *Pound* será realizado às segundas e quartas-feiras no Polidesportivo de Santa Tecla ou na sede do Grupo Desportivo e Recreativo de Santa Tecla. O projeto terá continuidade em 2023 com aumento dos apoios financeiros se se demonstrar uma adesão significativa das crianças e jovens ao mesmo (<https://www.facebook.com/municipiodebraga/posts/352356816932600/>).

Conectando a prática desportiva com a arte, de julho a setembro de 2020 houve lugar a uma intervenção artística urbana na recuperação e dinamização do Polidesportivo de São José, contíguo ao Bairro Social das Enguardas, que foi transformado no maior campo de basquetebol icónico de rua da Europa. Alvo de continuado vandalismo e local de práticas ilícitas, o local estava em avançado estado de degradação e abandono, não respondendo aos objetivos da sua construção. Concebido e dinamizado pelo artista de rua Contra, membro do Coletivo Rua, o projeto da *Hoopers* – plataforma de comunidade de basquetebol que privilegia a ação em comunidades locais –, em parceria com a CMB, permitiu que nestes 1000 m² nascesse o primeiro campo oficial exclusivo de 3x3 em Portugal, além de mais dois campos, um de 4x4 e outro de 5x5 e uma linha de cestos. Com o apoio do IPDJ, da *Robbialac*, *Repertintas* e *SportsPartner*, o espaço desportivo foi preenchido com cores fortes e contrastantes, aplicadas a figuras geométricas, a linhas e a desenhos abstratos, iluminando e reavivando a prática do basquetebol quer ao público em geral, como às modalidades praticadas pelo Sporting Clube Leões das Enguardas. Suscitando

a curiosidade dos moradores, mas, essencialmente, das crianças e jovens que ocupavam este espaço, estes foram chamados a participar simbolicamente no desenvolvimento da intervenção plástica, assimilando a recuperação do equipamento urbano com a sua valorização e utilização. No âmbito deste projeto, e mostrando as várias etapas da intervenção, foi criado um vídeo pela *Hoopers*, no qual o artista Maze interpreta uma música da sua autoria – “Rua” –, unindo e complementando cultural e socialmente, o gosto pelo basquetebol e pela rua. O vídeo está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fIZxZrrsUM4&ab_channel=HoopersClub.

Por seu lado, o projeto M.A.P.A. (Movimento de Arte Pública Alternativo) – Artes Visuais, integrou um conjunto de iniciativas de carácter sociocultural no Bairro Social das Enguardas onde, por intermédio de diferentes expressões artísticas, foram exploradas e aplicadas as experiências e aprendizagens obtidas pelos seus jovens moradores na observação do bairro, consolidando a sua apreensão e contribuindo para a integração individual e coletiva. Por iniciativa da CMB, em parceria com a BragaHabit, com a Associação de Moradores do Bairro das Enguardas e com a Junta de Freguesia de S. Victor, a iniciativa surgiu no âmbito da operação ATLAS, resultante da candidatura ao NORTE-07-4230-FSE-000078 – CULTURA PARA TODOS, financiado pelo Programa Operacional Norte 2020, Portugal 2020 do Fundo Social Europeu. Em abril de 2021, o centro artístico A Casa ao Lado deu início a este projeto, através da dinamização de *workshops* de ilustração, pintura e impressão com 120 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos, onde lhes foi proposto um olhar renovado sobre o que caracteriza o seu bairro, quais as suas identidades, as suas rotinas e as suas personagens. Começando por tirar fotografias aos pormenores e às pessoas que mais lhes chamavam a atenção, estes detalhes constituíram a matriz para a conceção de murais, tanto na fachada do prédio da sede do Sporting Clube Leões das Enguardas como nos muros da Escola Básica das Enguardas. O projeto terminou no final do ano de 2022, tendo sido efetuadas visitas guiadas às obras criadas, onde os próprios moradores explicavam e contextualizavam as escolhas e as histórias representadas nas pinturas (<https://www.acasaalado.com/post/mapa-cultura-para-todos>). O projeto terá sequência em 2023.

No âmbito do projeto Crescer Comum, aprovado no Programa Bairros Saudáveis 2020, e em colaboração com o Projeto Geração Tecla – E8G, a Área da Juventude da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa juntou-se à BragaHabit para um projeto de índole artístico-cultural, utilizando a arte urbana como meio de aprofundar o sentimento de identidade e valorização cultural e patrimonial no Bairro Social de Santa Tecla. Para o efeito foi convidado o artista plástico *The Caver* (Nuno Barbedo) para fazer um mural na parede lateral de um dos edifícios do bairro, subordinado ao mote *Braga, uma cidade autêntica*. A obra intitula-se “Cigana” e, nas palavras do autor, “este mural foi pintado numa comunidade

cigana, e nele podemos ver um típico guitarrista e uma cigana encantada pela sua música. Este tipo de projetos são talvez dos mais difíceis de fazer, mas sem dúvida que são os meus favoritos!” (<https://www.facebook.com/thecaver1>). Cofinanciado ao abrigo do Programa Operacional – Inclusão Social e Emprego e Portugal 2020, esta iniciativa foi apoiada pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações e pelo Alto Comissariado para as Migrações.

O convite a pessoas exteriores ao bairro para nele poderem fazer tela da sua criação artística estendeu-se à criação de redes de trabalho entre entidades nacionais e internacionais de índole cultural diversa, privilegiando também, neste processo, a interatividade e o movimento cultural que procura novas atividades onde se envolver. Neste diálogo produtivo dá-se o derrube de barreiras psicológicas e o confronto com ideias preconcebidas e estereotipadas.

O projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro, integrado no âmbito de implementação do PEDU/PAICD de Braga, do Programa Operacional Norte 2020 e do Fundo Social Europeu, foi desenvolvido e coordenado pela CMB para um período de três anos, agregando uma multiplicidade de atividades de índole inclusiva para os moradores de três bairros sociais de Braga: Bairro Social de Santa Tecla, Bairro Social das Enguardas e Complexo Habitacional do Picoto. Entre 2017 e 2020, aliaram-se e coordenaram-se estratégias de reabilitação física dos espaços habitacionais com iniciativas de cariz social, cultural e artístico, empoderando os seus moradores para a regeneração dos seus bairros e efetivo desenvolvimento pessoal e comunitário. Com o objetivo primeiro de ver e rever as narrativas sobre os bairros e as suas comunidades residentes, foram convidados os *Space Transcribers*, uma organização sem fins lucrativos, que planeou e concretizou uma série de oficinas e eventos no âmbito da sua ação Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga. Na mediação entre residentes e profissionais internacionais e destes com estudantes e com os responsáveis municipais e locais, houve lugar à troca de ideias e de modos de diagnosticar e perspetivar a intervenção nos bairros sociais. No seu âmbito decorreram cinco oficinas artísticas e multidisciplinares: Os Monumentos do meu Bairro: Oficina de Fotografia; Construir o meu Bairro: Oficina de Maquetes Coletivas; Documentar o meu Bairro: Oficina de Vídeo; Sons do meu Bairro: Oficina de Paisagens Sonoras; Diz-me Tu: Histórias Socioespaciais de Mulheres Ciganas dos Bairros Sociais de Braga.

O Transcrever *Summer Lab*: Práticas Sócio Espaciais nos Bairros Sociais de Braga, um laboratório experimental e teórico-prático que, entre 4 e 9 de setembro, envolveu especialistas de diferentes nacionalidades ligados às áreas sociais, associativa, política e académica, promoveu a discussão sobre a integração e a reabilitação nos bairros sociais alvo de estudo. Dele também resultou um vídeo sobre o Complexo Habitacional do Picoto:

https://www.youtube.com/watch?v=18YaGXXHK_0&ab_channel=SpaceTranscribers, um sobre o Bairro Social de Santa Tecla e um outro sobre um convívio desenvolvido no Bairro Social das Enguardas https://www.youtube.com/watch?v=mLlpJhBEjxo&ab_channel=SpaceTranscribers. De todo o projeto emergiu a publicação de um livro, com toda a discussão teórica e a produção documental das oficinas artísticas desenvolvidas ao longo dos anos de 2017-18 (D. D. Pereira & F. P. Ferreira, 2018). A CMB divulgou um vídeo promocional do mesmo, com a intervenção dos seus protagonistas: https://www.youtube.com/watch?v=weCm02xTPEc&t=20s&ab_channel=C%C3%A2maraMunicipaldeBraga.

Na decorrência do (Re)escrever o nosso Bairro, foi criado o Grupo de Jovens Ativos Ciganos de Braga, subordinado ao debate e reflexão sobre as problemáticas que atingem particularmente esta comunidade, procurando soluções e formas de comunicação integradas. O seu propósito respondeu à necessidade de “capacitar e dotar os jovens de competências pessoais e sociais para o exercício de cidadania fundamental, sendo esta capacitação alicerçada através do desenvolvimento de projetos, encontros, ações de formação e outras atividades orientadas para a desmistificação de preconceitos e sensibilização em relação à cultura cigana”. Além de um *bootcamp* de formação em comunicação na presença de jovens de etnia cigana de outras cidades do país, ativos nas suas comunidades e a frequentar o ensino superior, o Grupo candidatou-se ao Programa FAPE – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas com o projeto “Das Origens ao Porvir”. O seu objetivo centrava-se na habilitação dos jovens em dar formação em História e Cultura Cigana. Tendo como parceiros a CMB, a BragaHabit, o Centro Cultural de Santo Adrião, a Associação Juvenil *Synergie*, a Cerci Braga e a Câmara Municipal de Vila Verde, foi assegurada formação tanto a pessoas externas como a elementos integrantes da comunidade cigana. Se “a grande aposta foi o empoderamento dos jovens, para que ganhando consciência do seu enquadramento numa sociedade multicultural, obtivessem as ferramentas para ser um veículo de informação, divulgação e sensibilização junto das suas próprias comunidades e da sociedade maioritária” (Berenguer, 2021, pp.24-25), o resultado foi a continuação do processo, já só sob a sua responsabilidade, organizando sessões de formação, *workshops* e outros trabalhos de divulgação. Um deles foi a produção de um conjunto de vídeos informativos e desmistificadores sobre os preconceitos associados à comunidade cigana, designado “DesPreConceito”. Desenvolvidos no âmbito da Oficina de Fotografia e Vídeo da ação Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga, foram apresentados publicamente em novembro de 2018, sendo utilizados nas sessões formativas e disponibilizados ao público em geral nas redes sociais.

Em abril de 2018, no âmbito da comemoração de três triénios de atividade, a exposição fotográfica "3 Gerações de Recordações" mostra o trabalho desenvolvido pelo Projeto T3tris na promoção de inclusão social das comunidades ciganas de quatro bairros do concelho, nomeadamente no Complexo Habitacional do Picoto (https://www.facebook.com/events/121945248651593?active_tab=about).

6.3. Iniciativas de cariz lúdico e popular

Cenário de interação privilegiada entre os moradores, é nos espaços públicos que o diálogo se estabelece e as relações se constroem. Se contextualizadas por referências culturais e históricas comuns, mais simplificado fica o processo e mais afinidades se mobilizam para o objetivo último da integração social. É na organização de festividades, de eventos recreativos e desportivos, de celebrações religiosas, de comemorações de efemérides e de episódios significativos na comunidade, que mais se estreitam os laços interpessoais e intracomunitários, permitindo permear as resistências e ocupar significante e compensatoriamente os hiatos ocupados pelas dificuldades e exigências quotidianas. Quando estas festas se abrem ao exterior dos bairros, as possibilidades de osmose cultural abrem caminho à curiosidade, à compreensão e à inclusão.

Nos bairros sociais de Braga, é especialmente no Bairro Social das Andorinhas e no Bairro Social das Enguardas que estas iniciativas mais encontram lugar para se desenvolverem e onde alcançam a maior capacidade de adesão e participação. No Bairro Social das Andorinhas, a Associação de Moradores é o principal impulsionador deste tipo de eventos, financiados também pela Junta de Freguesia de S. Vicente e pela venda pontual de rifas pelos moradores do bairro. Na dianteira, as celebrações religiosas ocupam períodos importantes na vida comunitária. Estas tradições, cumpridas anualmente, fortalecem o sentido de vizinhança e de pertença a um local que sustenta traços culturais comuns. No Natal existe distribuição de prendas e realizam-se momentos lúdicos dirigidos às crianças e jovens. Na Páscoa, há oferta de amêndoas e realiza-se o Compasso Pascal, composto inteiramente por moradores do bairro. Ocorre ainda a encenação teatral de episódios bíblicos, como a Queima do Judas, e a Via Sacra, que atraem e proporcionam momentos de partilha lúdica e cultural com muitas pessoas, nomeadamente externas ao bairro. No período da pandemia por Covid-19, estas atividades foram interrompidas, sendo esperado que sejam retomadas brevemente. A realização de concertos em época estival, com artistas de reconhecido apreço popular, são um veículo importante para suscitar o interesse de pessoas de toda a cidade, aliás, um dos motivos subjacentes aos nomes escolhidos para atuar. Outras iniciativas, como aquelas onde há disponibilização de comida e bebida gratuita, são particularmente concorridos. No entanto, a adesão ao evento nem sempre corresponde à participação requerida para a sua organização;

no bairro existem algumas queixas de moradores quanto à renitência e passividade de alguns perante a ajuda solicitada para as atividades a realizar. Mas esta posição fica muitas vezes ultrapassada quando chega a altura de disfrutar do evento organizado.

No Bairro Social das Enguardas, as celebrações anuais em honra do Senhor da Paz estabelecem a continuidade vivencial dos moradores com as suas raízes culturais, uma vez que já era festejado no antigo Bairro do Carandá, onde residiam. A manutenção da sua capela, a partir da qual decorre uma missa campal, fortalece o sentimento de comunidade e abre caminho à participação de outras pessoas de fora do bairro. Durante este dia existem vários momentos lúdicos e de animação popular, sendo convidados artistas e grupos musicais, e onde é frequente a intervenção de tunas e de outras organizações recreativas da Universidade do Minho.

Em ambos os bairros, a comunidade de etnia cigana abstém-se de participar nos eventos de cariz religioso, particularmente por não pertencerem à religião católica.

No Bairro Social de Santa Tecla, as celebrações circunscrevem-se aos eventos da vida pessoal dos indivíduos pertencentes à comunidade cigana, que os vivem intensa, mas privadamente, sem espaço para intervenção de pessoas exteriores. No Complexo Habitacional do Picoto, a rejeição cultural e espacial que encerra os seus moradores num local semiperiférico e arredado de qualquer matriz identificativa ou vínculo afetivo impede o desenvolvimento de redes de socialização cultural e lúdica com a cidade.

De múltiplas configurações, as manifestações culturais em cada bairro contam histórias de representatividade, de solidariedade e de resiliência. Adequadas às necessidades específicas das suas populações ou pretendendo a ampliação das suas qualificações e aptidões, são reivindicados e acolhidos projetos que financiam e possibilitam a realização de atividades e a formação de redes de socialização que, à partida, estariam excluídas das suas práticas quotidianas. Numa tela embaciada pelas dificuldades socioeconómicas, o acesso a um computador, o exercício de um desporto desconhecido, a liberdade da experimentação artística ou a possibilidade de viajar são pinceladas de cor inesperadas ou muito aguardadas na gratificação individual e comunitária dos moradores dos bairros sociais. É novamente nos Bairros Sociais das Andorinhas e das Enguardas que se verifica a maior incidência de diligências para a solicitação de projetos de cariz sociopedagógico e a promoção de iniciativas culturais, mas assumindo já o Bairro Social de Santa Tecla algum protagonismo na quantidade de atividades e programas sociais em que participa. O Complexo Habitacional do Picoto não está ausente da rede de implantação destes projetos, contudo, as dificuldades logísticas do bairro e a sua localização excêntrica tolgem a livre participação dos seus moradores e dificultam o estabelecimento de vínculos de partilha com a cidade.

7. Os bairros sociais de Braga nos meios de comunicação social: análise de notícias publicadas nos jornais regionais *Diário do Minho* e *Correio do Minho*, *O Minho* e *Braga TV*, no jornal nacional *Jornal de Notícias* e da série de ficção *Braga*

A vida dentro de um bairro social contempla minudências e particularidades, atravessa experiências diversas e enfrenta contrariedades. Episódios quotidianos que apenas pertencem ao dia-a-dia dos seus moradores confrontam-se com outros que extravasam para os relatórios dos gestores públicos e para a população em geral. Estes acontecimentos, testemunhados ou apreendidos por diferentes vias, passam a ser legendas dos bairros, associações diretas entre o sucedido e o que fica conhecido. Esta passagem é determinante para a perceção social e para a construção de narrativas e representações que aderem ferreamente ao objeto visado, quando o conhecimento surge estanque e isolado de adequada contextualização cronológica, temática e espacial. A comunicação social surge como o veículo privilegiado da difusão das notícias que contam o que acontece no bairro. A sua observação sob um olhar crítico e analítico permite retirar informações pertinentes que vão além da estrutura ou da organização e seleção de conteúdos, incidindo no estudo do discurso, na recorrência e priorização temática e ainda na subordinação a critérios editoriais subjacentes ao órgão de comunicação social.

Por seu lado, as narrativas associadas aos bairros sociais são, muitas vezes, utilizadas como argumento para projetos de índole audiovisual, empregando as suas representações em histórias e exposições que intentam o entretenimento ou a informação documental. Eles são expostos e observados sob uma luz conceptual, artística ou jornalística, revelando e enfatizando as suas particularidades, as suas problemáticas e as suas populações. Com um espetro que se dilata entre a ficção e a correspondência fidedigna das informações apresentadas, o escopo do programa faz a sua quota parte de divulgação e de interpretação do objeto observado, contribuindo para o conhecimento sustentado ou para a disseminação e persistência de estereótipos e de ideias preconcebidas.

A pesquisa hemerográfica efetuada relativa aos bairros sociais de Braga permitiu uma aproximação ao modo como estes são assimilados e transmitidos por estes meios de comunicação social, tanto pela conjuntura temática em que aparecem inseridos, como pela sua reincidência ou tipologia de notícia que enformam. A sua constância em jornais regionais, geograficamente mais perto dos acontecimentos, permite deduzir a capacidade de integrarem dinâmicas consideradas relevantes para o interesse geral da cidade e da região. O teor e a categorização das notícias onde eles se inscrevem permite observar a pauta de prioridades assumida, assim como o texto que as compõe ampara a construção de um discurso próprio. No caso dos jornais nacionais, mais distantes do objeto de divulgação, a depuração das notícias que fazem menção aos bairros sociais de Braga fornece pistas

sobre os temas que foram considerados pertinentes para serem divulgados a um público mais amplo, desconhecedor das vivências locais, mas cioso de deles fazer a sua avaliação. Foram integrados nesta pesquisa os jornais regionais em formato físico *Diário do Minho* e *Correio do Minho*, assim como aqueles disponibilizados apenas em formato digital *O Minho* e o *Braga TV*. A nível nacional foi selecionado o *Jornal de Notícias* que, apesar de âmbito territorial mais lato, ainda se situa numa vizinhança distrital relevante, permitindo uma apreensão da visibilidade dada ao concelho de Braga no que concerne aos seus bairros sociais. O estudo destes jornais correlacionou-se com a abrangência de públicos e sensibilidades, compreendendo uma visualização mais ampla da cobertura das notícias. O acesso a estas fontes, mesmo as existentes em formato físico, foi essencialmente realizado através do formato digital.

Do levantamento efetuado descortina-se que os eventos social, cultural e economicamente impactantes ocorridos nos bairros sociais, resultado da implementação de programas e de projetos derivados de parcerias e financiamentos institucionais de âmbito local, nacional ou europeu, são comumente publicados nos jornais da região, alguns deles através de comunicados oficiais, outros matéria de reportagens *in situ*, ou ainda por descrição repassada de outros órgãos de informação. São mencionados em relação às intervenções de reabilitação física por que passaram, assim como nas situações de reorganização do espaço público; são referenciados acerca das iniciativas desenvolvidas pelas suas associações e coletividades e também pelas oficinas, formações e conceções artísticas que lá medraram sob a forma de projetos de cariz inclusivo. Mas também surgem citados em casos de comportamentos ilícitos, de criminalidade e de imputação da fuga à norma, de desvio à regra. Todos os bairros sociais de Braga são mencionados, mas a incidência temática difere entre eles. A alusão às comunidades que os habitam surge, essencialmente, para destacar o voluntarismo e o empreendedorismo dos atores intracomunitários ou para revalidar a conotação negativa associada à comunidade de etnia cigana.

O enquadramento dos bairros sociais de Braga no panorama dos apoios sociais à habitação é objeto de uma reportagem efetuada pelo *Jornal de Notícias* a 17.02.2013, na sua seção Norte-Sul, abordando o Bairro Social das Andorinhas e o Bairro Social de Santa Tecla. Abrangendo também bairros sociais de Guimarães, intitula-se “Crise muda perfil de quem pede casa”. Num contexto de crise financeira, estes bairros são analisados no período em que mais pessoas recorreram a ajudas para terem acesso a uma habitação. Referindo-se ao Bairro Social das Andorinhas, o segmento intitula-se “Até tenho orgulho em viver aqui”, palavras de Flávio Vieira, presidente da Associação de Moradores. Baseada na sua intervenção, a notícia reveste-se de entrevista, dizendo Flávio Vieira que ajudou a formar a Associação

porque o bairro “«estava a degradar-se e isto é o sítio onde moramos»”, e porque o tráfico de droga na altura era “«às claras»”, mas que “são tempos que já lá vão”. Fala da Associação e do seu percurso de vida como morador do bairro, lembrando-se da “liberdade com que correu pelos relvados que rodeiam os blocos de apartamentos, a rolar pneus cheios de água e carrinhos de rolamentos bairro abaixo. E é pela lembrança dessa felicidade livre que escolheu comprar residência ali”. Finaliza dizendo: “«não tenho vergonha de morar aqui. Pelo contrário, até tenho muito orgulho»”. Em comparação, o segmento relativo ao Bairro Social de Santa Tecla, intitulado “A vida de um bairro alheado do exterior” estipula logo um contraste diametral em relação às Andorinhas, opondo a cidadania participativa face à transitoriedade e ao abandono. Começa com a referência ao autocarro da BragaBrinca, que lá estaciona uma vez por semana para proporcionar atividades de natureza pedagógica e lúdica às crianças: “Joel, o cantor, Chiquinha e Pedro saem numa alegria do baldio onde brincam. E sorriem. Pela visita, rotineira nas manhãs de quinta-feira, pelos desenhos que vão colorir, pelas riquinhas que vão ganhar do motorista Raul – amêndoas de chocolate e carinho”. O teor da notícia mantém-se: “a visita do autocarro enche parte do dia às crianças, mas não deixa marcas. É como o mural pintado num trabalho com voluntários, é como as hortas que a BragaHabit tentou dinamizar; é como a vida é no bairro de Santa Tecla, sempre alheada da esmagadora maioria das 600 pessoas que nele vivem, a maior parte de etnia cigana”. A divulgação da intervenção de uma moradora de há 34 anos, Gracinda dos Anjos, mais reforça o discurso enunciado de passividade e da ausência de participação na vida da comunidade: “«Fui das primeiras a vir para aqui morar [...]. Isto nem passeios tinha»”. A jornalista remata com a frase “Ao bairro que Gracinda vê da janela não faltará nada, agora que já tem ruas e passeios”. O próprio foco colocado na abordagem aos dois bairros já indicia a dicotomia social que eles experienciam ou que a notícia pretende demonstrar. Se no Bairro das Andorinhas se evidencia um trajeto pessoal, colaborativo e consciencializado das problemáticas que um bairro social abarca, no Bairro Social de Santa Tecla é especialmente destacada a efemeridade dos projetos que lá se tentaram implementar, a ausência da perceção da realidade, assim como a debilidade física e a vulnerabilidade social da sua população, estreitamente associada com a comunidade cigana (*Jornal de Notícias*, 2013, 17 de fevereiro).

Em 04.11.2017, a propósito do 30º aniversário da Associação Famílias, a notícia do *Correio do Minho* “Associação de Famílias está a requalificar o CATL das Enguardas”, faz um enquadramento geral do bairro e das atividades lá desenvolvidas. Sob a forma de uma entrevista a Carlos Aguiar Gomes, o presidente da Associação Famílias, é feito um balanço dos anos de atividade sedeados no Bairro Social das Enguardas. Na notícia é mencionado que a instituição, “nascida «por imposição» de responder a um flagelo que ainda agora vigora – o da toxicod dependência – concretamente na ajuda a pais, familiares e

professores que se viram confrontados com autênticos dramas, [...] abraçou, ao longo destes 30 anos, outras causas, também elas dramáticas e que exigiam uma resposta por parte da sociedade”. Este problema “continua a ser um flagelo, embora a sociedade esteja hoje «um pouco adormecida» e menos sensibilizada para a problemática”. Ao longo da notícia verifica-se que o objeto do título passou para segundo plano face à relevância dos problemas existentes no bairro, sendo que a requalificação do CATL – um dos grandes objetivos da Associação para 2018 – já se encontrava “na sua reta final”. O tema da toxicodependência sobressai, mesmo que não fosse esse o propósito da notícia (*Correio do Minho*, 2017, 4 de novembro). A este respeito, o mesmo jornal publicava em 21.11.2018 a inauguração das obras, na presença de Ricardo Rio, Presidente da Câmara de Braga, e do Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortega. Na notícia é referido que “o presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio, considerou que o novo espaço faz com que «este bairro não seja esquecido» e «um ghetto no centro da cidade» e permite dar «a todos as mesmas oportunidades de acesso às condições para serem bem sucedidos»”. D. Jorge Ortega “destacou o trabalho de proximidade desenvolvido pela associação. «A Igreja, através da Associação Famílias, tem realizado esta vocação de fazer o bem. Este ATL vai ao encontro das periferias, para que deixem de ser periferias»”. A seleção dos excertos publicados, relativos às intervenções destes interlocutores, aponta a marginalidade que é associada aos bairros sociais, o desequilíbrio de oportunidades e a sua colocação, por órgãos de poder na sociedade, nas franjas das vivências urbanas. Esta conceção está patente no próprio título da notícia: “Centro de tempos livres da Associação Famílias contribui para a inserção social” (*Correio do Minho*, 2018, 21 de novembro).

As palavras que compõem a notícia “Bairro do Picoto é indigno”, publicada no *Correio do Minho*, no dia 21.09.2021, contemplam todas as dimensões que envolvem o bairro, outorgando-lhe a inadequação, a exclusão, e assim a sua inerente marginalidade. Por ocasião de um debate para a eleição do novo executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto, promovido por este jornal e pela Rádio *Antena Minho*, os vários candidatos falaram acerca do Complexo Habitacional do Picoto. José Ribeiro, do BE “disse que o bairro tem «condições inimagináveis», comparando-o a «um autêntico gueto». Já Marta Ferreira [do PS] lamentou a falta de uma estratégia para a recuperação do bairro e que o PS «tem feito recomendações e sugestões» sobre a habitação na união de freguesias, mas «as coisas não acontecem»” Por parte da Coligação Juntos por Braga, força política que controla o executivo da freguesia, Miguel Pires “esclareceu que o Picoto é difícil de reabilitar por estar em terrenos privados (da Arquidiocese de Braga) e que «há pessoas que não querem sair de lá»” (*Correio do Minho*, 2021, 21 de setembro). A notícia explicita outros temas abordados, mas praticamente apenas este excerto é dedicado à conjuntura urbanística e social que envolve o Complexo

Habitacional do Picoto. Contudo, é ele que dá o mote ao título da reportagem, destacando-se entre a totalidade dos assuntos tratados. A sua relevância na cidade enquanto local relegado e deteriorado física e culturalmente ditará a prioridade que lhe é dada na apresentação da notícia. Mas este é visto como entidade abstrata, um nome associado a um espaço e a um rótulo, sem menção às pessoas que o habitam.

O mesmo jornal cobre a visita do BE ao bairro, em notícia de 03.03.2020 com o título “BE alerta para «falta de condições» em que vive comunidade do Picoto”. As deputadas Alexandra Vieira e Beatriz Gomes falaram com alguns elementos da comunidade cigana que “está à espera de ser reintegrada noutras habitações e alerta para a degradação das casas. «Nós vamos para qualquer lado, não podemos é ficar aqui», clama António Sérgio, presidente da Associação de Moradores do Bairro do Picoto, apontando para o caso mais problemático em que vivem as seis famílias que habitam precisamente no edifício do Bloco A5 – «que está a ruir»”. A notícia continua dizendo que “o cenário não é muito diferente de bloco para bloco [...]. Exemplo disso mesmo é o caso de Maria do Amparo Monteiro, que, amputada a uma perna, é obrigada a viver, literalmente, na cozinha da sua casa, numa cama junto à mesa onde a família come e junto à qual tem que fazer também as suas necessidades básicas”. O marido “não se conforma. «Não posso andar com ela para cima e para baixo e ninguém nos ajuda?!», reclama. «O nosso país não tem alojamento para nós?», questiona”. É ainda exposto o caso de outra moradora do bairro: “munida de um nebulizador portátil, Maria Antónia, de 63 anos, luta com as dificuldades respiratórias que diz advirem «das humidades» da habitação. «Precisamos de sair daqui porque estas casas não têm condições», lamenta. Ao todo, são 43 as famílias que ali habitam atualmente. Querem sair dali. Dizem que não há condições. «Vamos para outro lado qualquer»” (*Correio do Minho*, 2020, 3 de março). Nesta notícia, a tónica da marginalidade do bairro mantém-se. No entanto, aqui, a incorporação de histórias de vida e a indicação dos moradores pelos seus nomes concretiza e torna tangível as dificuldades atravessadas, e a citação das suas palavras humaniza os números oficiais. A comunidade do Picoto passa a ser um conjunto palpável de pessoas que experencia emoções e dificuldades socioeconómicas, tal como todas as outras pessoas do resto da cidade.

A chamada de atenção para as condições do Complexo Habitacional do Picoto é antiga na cobertura mediática. A 13.11.2018, o *Correio do Minho* noticiava: “Diocese ainda é proprietária dos terrenos do Bairro do Picoto”. Enfatizando a questão da propriedade por ser elemento chave na decisão relativa a intervenções no bairro, o texto relata a visita do vereador da CDU, Carlos Almeida que

defendeu ontem o realojamento das famílias que ocupam o Bairro Social do Picoto noutros locais da cidade de Braga e a futura demolição daquele complexo de meia centena de habitações [...]. Ontem, na reunião quinzenal do executivo municipal, o eleito comunista alertou para a «visível degradação» do bairro, para as

«condições desumanas» em que vivem muitas famílias, considerando mesmo que parte das habitações não têm «condições mínimas de habitabilidade». (*Correio do Minho*, 2018, 13 de novembro)

Em resposta, Ricardo Rio “reconheceu a degradação deste bairro social mas avisou que o realojamento de todas as famílias seria «um processo muito moroso», pelo que a estratégia passa pela transferência de algumas famílias que estão em casas mais degradadas para outras que se encontram devolutas, antes de uma regularização mais profunda que terá de esperar por uma «regularização da propriedade» dos terrenos” (*Correio do Minho*, 2018, 13 de novembro). Como que em réplica, o *Diário do Minho* noticia, em 19.11.2018, “Arquidiocese disponível para resolver situação do Bairro do Picoto”, relatando que “a Arquidiocese de Braga mostra-se «disponível para um diálogo que possa conduzir a uma solução positiva, conciliadora de tudo o que é defensável» relativamente à situação do «Bairro dos Ciganos», construído em terrenos da circunscrição eclesiástica”. Nesta linha de esclarecimento relata que “na última reunião da Câmara, a CDU, pela voz de Carlos Almeida, deu conta de supostas ilegalidades praticadas no processo de construção do Bairro Social do Picoto, que impediram que a candidatura apresentada pela edilidade bracarense para que a reabilitação das habitações fosse financiada com apoios europeus”. Segue-se a intervenção do presidente da CMB: “na reunião que decorreu no dia 12 de novembro, Ricardo Rio fez saber que a autarquia e a Empresa Municipal de Habitação de Braga estão a tentar encontrar «uma solução de recurso» para o problema , depois de ter sido chumbada a candidatura que apresentou para reabilitar o bairro social [...] no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano”, e a notícia termina com: “em nota enviada ao *Diário do Minho*, a Arquidiocese de Braga refere que «comunga da ideia e abraça o ideal de para todos se conseguir uma habitação condigna» e «lamenta profundamente a triste situação de vida a que estão sujeitos os moradores do Bairro dos Ciganos», sublinhando que deseja para todos «dignidade, salubridade, higiene, decência»” (*Diário do Minho*, 2018, 19 de novembro). A designação “Bairro dos Ciganos”, utilizada duas vezes na mesma comunicação, é denunciadora de uma oposição explícita de uma comunidade habitacional à sua caracterização social e étnica, imbuindo-a de uma discriminação relativamente a outros aglomerados residenciais, também eles rodeados de carências económicas e precariedade social. Os adjetivos selecionados pela notícia, relativamente ao comunicado, também se alinham num pendor condescendente e canalizado para uma conduta que, genérica e popularmente, se acusa a comunidade de etnia cigana de não ter. As duas últimas notícias apontam para a reiterada inculpação mútua entre entidades e para a procrastinação de um processo que impede as pessoas de usufruir de uma condignidade habitacional, afinal, a principal razão para a sua deslocação para aquele bairro, há vinte e cinco anos. O *Jornal de Notícias* também faz a cobertura dos vários episódios acerca do longo processo

de tentativas de intervenção no Complexo Habitacional do Picoto, mostrando que este é um exemplo de excepcional complexidade e abandono perante casos similares de bairros sociais nacionais.

As obras realizadas no âmbito do PEDU/PAICD de Braga, no Bairro Social das Enguardas, foram noticiadas frequentemente, como no *Correio do Minho* de 03.01.2018, onde se dá conta do seu início com “Arrancam obras no Bairro das Enguardas”. O tom sintético do título perpassa implicitamente o conhecimento prévio dos leitores sobre a necessidade de obras neste espaço de habitação, e os conteúdos explorados compreendem exhaustivamente toda a contextualização normativa e de intervenção física no bairro. Nela são explicitados que “a regeneração dos Blocos H, I, J e L do Bairro Social das Enguardas e o seu espaço envolvente inclui a intervenção exterior nos edifícios, com pintura de fachadas e substituição de caixilharias e coberturas, assim como a remodelação de caixas de escadas, instalação elétrica, pintura, corrimãos e materiais de acabamento”. Quanto aos interiores, “serão colocados novos materiais de acabamentos, nomeadamente revestimentos cerâmicos nos pavimentos e pinturas de paredes e tetos. As instalações sanitárias e as cozinhas serão renovadas e irá proceder-se à substituição de infraestruturas elétricas e de água”. No espaço envolvente “os trabalhos previstos preveem a recolocação de passeios, a marcação estruturada de espaços de estacionamento, a repavimentação e reestruturação da zona central de lazer e de convívio e a colocação de mobiliário urbano de apoio à população” (*Correio do Minho*, 2018, 3 de janeiro). Coincidindo com o período crítico da pandemia de Covid 19, este jornal noticia a 05.05.2020 que “«Pandemia não vai alterar obras do PEDU»”, uma citação de Ricardo Rio, que responde a críticas dos partidos políticos da oposição. Elucidando que “o Município de Braga é atualmente a autarquia com a maior taxa de execução física e financeira do PEDU no quadro do Norte 2020”, continua a sua exposição “garantindo que a atual situação de pandemia «não vai alterar os planos» da edilidade neste âmbito de investimentos” (*Correio do Minho*, 2020, 5 de maio).

Por seu lado a notícia “Obras no Bairro de Santa Tecla arrancam já em 2018” do *Diário do Minho*, de 14.11.2017, carece de informação que contextualize o âmbito e abrangência das obras, apenas referindo que “deverá arrancar já no próximo ano a reabilitação integral das habitações do Bairro Social de Santa Tecla, um projeto orçamentado em mais de três milhões de euros, que irá prolongar-se por mais de um ano e meio”. A notícia refere que a data de início das obras foi anunciada em sequência “de algumas queixas que um grupo e moradores do Bairro Social de Santa Tecla fez chegar ao *Diário do Minho* relativamente ao estado geral de degradação existente no interior das casas [...]. Queixam-se também que algumas situações relatadas através de requerimentos efetuados em 2013 ainda não foram alvo de resolução”, acusando o administrador da BragaHabit “de «não dar seguimento aos requerimentos» e de «não os receber» e «recusar as chamadas telefónicas» que lhe dirigem”. Por seu

lado, Vítor Esperança “nega perentoriamente que esteja em causa algum tipo de discriminação”, enumerando as diligências efetuadas neste processo. Esta diferença de opiniões preenche o corpo da notícia, denotando uma relação institucional atribulada e uma rede de comunicação disfuncional, a qual a notícia dá destaque, mais acentuando a percepção de precariedade vivencial experimentada neste bairro social (*Diário do Minho*, 2017, 14 de novembro).

Aquando da realização das obras de reabilitação no Bairro Social das Andorinhas, enquadradas na ELH de Braga e no Programa 1º Direito, a ministra Marina Gonçalves visitou as obras em curso, no âmbito da iniciativa Governo + Próximo. O *Correio do Minho* fez a cobertura desta visita em “Reabilitação do Bairro das Andorinhas «é um bom exemplo» para «habitação digna»”, a 04.05.2023. Utilizando no título as palavras da governante, faz subliminarmente a apologia às obras que estavam a ser realizadas e, inerentemente, exalta a condição de indignidade em que os moradores se encontravam, preenchendo praticamente toda a notícia com as intervenções de Ricardo Rio – também de teor laudatório – e de Marina Gonçalves. As frases não estão isentas de intencionalidade ao ser aludido – mesmo que em referência ao teor do discurso proferido – “é um dos bons exemplos de parceria em termos de habitação e que deve ser replicado a nível nacional” ou “a governante viu de perto o trabalho que a autarquia tem vindo a realizar no complexo habitacional, num processo revolucionário no que à dignidade da habitação diz respeito e que mereceu vários elogios” (*Correio do Minho*, 2023, 4 de maio). O *Jornal de Notícias* enfatiza este programa de reabilitação em 24.03.2023 no título “Mais de cinco milhões de euros para reabilitar 146 casas em Braga”. Logo na escolha das palavras do título é possível perceber a prioridade dada à questão financeira, contrastando um montante elevado com o relativo pequeno número de casas intervencionadas, num universo que compreende toda a cidade, quando a notícia se vai focar no Bairro Social das Andorinhas. Colocando na notícia as palavras do vereador da Habitação de Braga, João Rodrigues – “«são obras totais, de interior e exterior dos apartamentos e dos respetivos prédios, que vão garantir casas mais confortáveis e eficientes para que mais bracarenses possam viver de forma condigna»” – e do administrador da BragaHabit, Carlos Videira – “[as intervenções] «são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população»”, o seu conteúdo é factual, desligado de qualquer ligação afetiva, relevando apenas as condições físicas melhoradas. A condignidade e a dignidade continuam como as colunas conceituais à volta das quais o discurso se difunde (*Jornal de Notícias*, 2023, 24 de março). Já o *Diário do Minho* anuncia este mesmo investimento com um discurso linguístico manifestamente diferente: “Obras no Bairro das Andorinhas contemplam 146 fogos num investimento superior a cinco milhões”. Aqui, as obras estão geograficamente bem delimitadas e o adjetivo “superior” poderá indicar a relevância que elas carregam no contexto geral dos investimentos dedicados à

intervenção urbanística. A ausência do “social” na designação do Bairro das Andorinhas arriscará também significar uma maior proximidade com o bairro, afastando uma conotação pejorativa que é transportada pela designação de bairro social, enaltecendo a sua valorização pela concretização das obras de reabilitação (*Diário do Minho*, 2023, 27 de março).

A requalificação do parque desportivo do Bairro Social das Andorinhas, que trouxe a visita do Presidente da Câmara, Ricardo Rio, ao bairro, é notícia no *Correio do Minho* a 01.08.2015, sob o título “Andorinhas: sintético novo e balizas por 15 mil euros”. A familiaridade do discurso, patente na frase sintética e na referência ao bairro apenas pela sua localização, caracteriza uma proximidade percebida aos leitores. A tónica colocada na questão financeira, tópico popular sensível, enlaça na afirmação adulatoria de Ricardo Rio de que a intervenção “«custou menos de 15 mil euros»”. O destaque da notícia vai, contudo, para além das obras realizadas, para a boa relação institucional entre a Associação de Moradores e a Câmara Municipal, revelado quer por intermédio de Ricardo Rio, que “destacou o papel das associações de moradores na criação do bom ambiente nos bairros, na salvaguarda dos espaços públicos e no apoio aos moradores na sua relação com a autarquia”, quer pela intervenção do presidente da Associação de Moradores: “«os nossos miúdos sempre massacraram a associação para fazer o pedido à autarquia. Nos últimos anos, na campanha eleitoral, o senhor presidente disse que se fosse presidente iria ver a melhor solução para o bairro. Neste momento só tenho a agradecer à autarquia por realizar o sonho dos moradores»” (*Correio do Minho*, 2015, 01 de agosto). A boa relação institucional com o Bairro Social das Andorinhas também é enfatizada quando o novo executivo da Junta de Freguesia de S. Vicente tomou posse, em novembro de 2021. A *Braga TV* reporta “Braga: Presidente de São Vicente afirma que Bairro das Andorinhas «deveria ser modelo para todo o país»”. Partindo de um elogio de Daniel Pinto, novo Presidente da Junta, é logo realçado no título o tom elogioso da notícia, que compreende o estabelecimento de redes produtivas de trabalho e de boa convivência, assim como as razões subjacentes ao sucesso destas relações entre entidades de gestão. Nas palavras de Daniel Pinto: “«esta foi a primeira reunião com associações de moradores da nossa freguesia. Resulta do trabalho ativo da associação, mas também da nossa vontade em sentar todos os intervenientes da freguesia na mesa das decisões. Iremos ter um mandato assente no diálogo com todos»”, salientando que este “«é um bairro de excelência que deveria ser modelo para todo o país. Parte desse mérito é devido ao trabalho ímpar da associação de moradores, mas também ao regime misto de propriedade existente na comunidade»” (*Braga TV*, 2021, 3 de novembro).

A demolição do Bairro Social Ponte dos Falcões também não foi indiferente à imprensa local. Em 10.02.2017, o *Correio do Minho* publica a notícia “Prazos esgotam-se para famílias do Bairro dos

Falcões”, colocando a ênfase na questão do realojamento das famílias lá residentes. No texto é dito: “contagem decrescente para a demolição do Bairro dos Falcões e a saída das 6 famílias que se recusam a ir para a Praceta Padre Sena de Freitas”. Enquadrando a situação, a notícia dá a voz a Vítor Esperança, na altura administrador da BragaHabit, que “explica que inicialmente eram oito famílias, mas duas encontraram espaços alternativos à Praceta [...], aceitando outra das possibilidades que tinha sido apresentada pela BragaHabit. Segundo o responsável [...], os argumentos apresentados pelas famílias são diversos, alegando desavenças com alguns moradores da Praceta Sena de Freitas”. Continua a explicação, onde “Vítor Esperança recorda que as famílias tiveram tempo suficiente para encontrar soluções. O processo já se arrasta há mais de um ano e meio e os «esforços estão a atingir o limite», uma vez que março é o mês apontado como limite para a demolição”. Outro ponto destacado é a rejeição por parte da Comissão de Moradores da Praceta, “que aponta o dedo à câmara municipal, mais concretamente à BragaHabit, «pela falta de sensibilidade social, deslocando famílias inteiras do Bairro da Ponte dos Falcões para a praceta criando novos bairros sociais»”. Óscar Esteves, dessa Comissão, “disse aos jornalistas que a «praceta não tem condições para os que lá vivem e muito menos para receber novos moradores. Nós não temos condições físicas para albergar mais ninguém. Não temos um parque de estacionamento, as crianças não têm jardim para brincar e agora querem colocar mais famílias»” (*Correio do Minho*, 2017, 10 de fevereiro). A notícia termina com esta frase, deixando no ar o tom ominoso das dificuldades pressentidas, numa rejeição urbana recíproca fruto de decisões emanadas de um órgão de poder, que mais afasta as comunidades dentro de uma mesma cidade. Em 02.04.2019 o mesmo jornal noticia que “Demolição do último prédio no Bairro dos Falcões abre caminho aos TUB”, distanciando o foco da atenção do fator humano do realojamento para o colocar na reutilização física do bairro, associando intrinsecamente a demolição com a pretensão urbanística projetada para o local. O texto refere que “a demolição do último prédio no bairro social dos Falcões encerra um longo processo de saída dos moradores e abre caminho aos Transportes Urbanos de Braga (TUB)”, e que “Ricardo Rio realça a importância da conclusão deste processo de um bairro que «não era, propriamente, um exemplo do ponto de vista das condições habitacionais para os seus residentes», sublinhando a «opção pela extinção do bairro» que foi «uma boa solução para as pessoas que ali residiam e também para melhorar o enquadramento de toda a zona envolvente»” (*Correio do Minho*, 2019, 2 de abril). O jornal *O Minho* fez uma galeria fotográfica desta etapa final da demolição do bairro a 01.04.2019, permitindo uma melhor visualização e compreensão do processo (*O Minho*, 2019, 1 de abril). Também o *Jornal de Notícias* valoriza este episódio com o título “Começou demolição das torres do bairro dos Falcões em Braga”, publicada a 01.04.2019. Na notícia é explicada que “as últimas duas torres do bairro dos

Falcões, em Braga, começaram a ser demolidas esta segunda-feira e prevê-se que, durante o dia de terça-feira, já não haja mais casas de pé”. Acrescenta informação à já partilhada pelos outros órgãos de comunicação social, dizendo que “o processo alongou-se devido à resistência de quase uma dezena de famílias. Não aceitavam a proposta de mudança para a Praceta Sena de Freitas, onde diziam haver «piores condições de habitabilidade» e receavam a mudança nos contratos de arrendamento”. Perante isto, e “atendendo às reivindicações, o administrador da BragaHabit, Vítor Esperança, acabou por encontrar soluções para algumas famílias em casas da empresa, fora da Praceta, e a comunidade não foi realojada num só prédio como inicialmente previsto” (*Jornal de Notícias*, 2019, 1 de abril). Na complementaridade destas notícias conseguiu-se um quadro mais completo e observado sob diferentes perspetivas, do processo que envolveu a última fase da demolição do bairro, percebendo o papel desempenhado por cada um dos intervenientes e quais as razões subjacentes aos seus argumentos.

Sob uma outra orientação temática, os resultados alcançados pelo Projeto Geração Tecla, em quinze anos de trabalho, são noticiados numa página inteira na edição do *Diário do Minho* de 29.07.23, sob o título “Trabalho de motivação para a escola é um sucesso junto das famílias do Bairro de Santa Tecla”. O projeto “já conseguiu integrar no seio da comunidade escolar muitas crianças de etnia cigana que vivem no Bairro Social de Santa Tecla. E se no início se «contavam pelos dedos» aquelas que terminavam o ensino escolar obrigatório, hoje há quem planeie ingressar no ensino superior, o que denota o sucesso do projeto «Geração Tecla»”, e “ontem foi o dia de reconhecer o mérito dos alunos que se destacaram, neste projeto, ao longo do ano letivo. Foi pedido a cada escola que selecionasse quatro crianças tendo em conta a assiduidade, o sucesso escolar, o bom comportamento, a progressão, o compromisso e a participação no apoio ao estudo [...]. Os prémios estenderam-se aos pais [...] e foi uma surpresa para os mesmos”. A notícia é extensa e permite conhecer o âmbito e a cronologia do projeto, as comunidades envolvidas e os resultados alcançados. A mensagem principal é logo veiculada pelo título ao referir o sucesso do projeto, encaminhando o leitor para a aquisição de mais detalhes sobre o mesmo (*Diário do Minho*, 2023, 29 de julho).

O projeto (Re)escrever o Nosso Bairro é várias vezes mencionado nos jornais, indicando o seu início a notícia do *Correio do Minho* de 29.07.2017: “Bairros sociais acolhem várias ações”. Generalista e ausente de caracterização temporal e temática, o título da notícia apenas suscita o interesse daqueles mais curiosos ou intrinsecamente envolvidos com os bairros sociais. No entanto, há espaço para uma explicação mais aprofundada no corpo da notícia, sendo elencadas todas as atividades delineadas no âmbito da ação Transcrever: ações participativas nos bairros sociais de Braga, assim como os bairros sociais onde irão decorrer. A informação detalha-se até informar que “a primeira oficina, relacionada

com a fotografia e intitulada “Os Monumentos do Meu Bairro”, irá decorrer hoje nos bairros de Santa Tecla (manhã) e Picoto (tarde). Entretanto, no dia 5 de agosto a mesma oficina terá lugar no Bairro das Enguardas”. As oficinas enumeradas “pretendem reconhecer realidades e modos de vida dos bairros, expondo-os para a cidade de Braga; desenvolver mecanismos de mediação entre os habitantes e agentes locais, identificando problemáticas e potencialidades existentes; capacitar os habitantes dos bairros crianças e jovens” (*Correio do Minho*, 2017, 29 de julho).

A implementação de projetos desportivos de cariz inclusivo, como o *Bike Atitude*, aparece no *Correio do Minho* a 08.10.2020, com o título “Jovens dos bairros da cidade desafiados a praticar «trial bike»”. Pormenorizando o contexto da iniciativa e dos seus promotores, integra o discurso de Ricardo Rio que “frisou que este «é um projeto diferenciador» capaz de «potenciar as capacidades dos mais jovens e promover a sua sociabilização e a sua formação para uma vida coletiva»”. As atividades “vão decorrer uma vez por semana em cada bairro [...] entre as 18.30 e as 20 horas, para uma hora e meia de pura emoção desportiva”. Apresentado no Bairro Social das Andorinhas, “Leandro Gomes e Mateus Vieira, de 11 e 10 anos, querem aprender a fazer «acrobacias» em bicicleta, tal e qual os monitores do projeto «Bike Atitude» fizeram ontem à sua frente e à porta de casa”. Iniciando deste modo a notícia, o jornal inscreve imediatamente os leitores na expectativa sentida por estes jovens e a adjetivação “pura emoção desportiva” transporta-os para a dinâmica e entusiasmo que o projeto pretenderá angariar (*Correio do Minho*, 2020, 8 de outubro). A notícia, também publicada pela *Braga TV*, contextualiza ainda mais a inserção programática em que se insere.

A notícia do *Diário do Minho* “Projeto «Desporto no Bairro» pretende fomentar «inclusão social»”, publicada a 06.04.2022, destaca a intervenção da vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, que “salientou que o desporto é a melhor forma para fomentar a inclusão social e combater a desigualdade” (*Diário do Minho*, 2022, 6 de abril). Se o desporto é aqui referenciado como a melhor maneira de abrir fissuras na exclusão social, a notícia “Internet nos bairros sociais” do *Jornal de Notícias* de 28.01.2005, já abria caminho às tecnologias digitais como ferramenta determinante para esse mesmo objetivo. O texto elucida que, “sob uma perspetiva de educação cívica, a empresa municipal BragaHabit, a Câmara de Braga e sete entidades de solidariedade vão intervir junto de várias centenas de crianças dos bairros sociais, levando-lhes a Internet à porta, num autocarro”. Com as palavras de Mesquita Machado, então Presidente da Câmara de Braga, “«tem que se começar a mudar mentalidades e nada melhor do que fazê-lo através dos mais novos»”. Continuando a enquadrar o projeto, ele “terá a ajuda de sempre de associações como a Olho Vivo, a Ida e Volta, a Cruz Vermelha, a AENIMA, a Fundação Bonfim e a delegação do IPJ. O autocarro [...] andarà pelos cinco bairros sociais (Enguardas, Santa Tecla, Falcões,

Picoto e Andorinhas), dotado com cinco computadores portáteis, com ligação à Internet e dezenas de jogos lúdicos” (*Jornal de Notícias*, 2005, 28 de janeiro).

O projeto M.A.P.A é anunciado no *Diário do Minho* a 03.08.2022 com o título “Projeto centrado na educação pela arte levou jovens a colorir escola das Enguardas”. Referindo-se já ao segundo ano da iniciativa, lá se escreve que o projeto “acaba de deixar a sua marca nas paredes da escola básica das Enguardas. Criado com o propósito de estimular os jovens residentes no bairro Social das Enguardas para uma consciência mais coletiva, cooperante e produtiva, o projeto foi este ano centrado nas Artes Visuais”. A metáfora alusiva ao deixar a sua marca aproxima o leitor do projeto desenvolvido e faz uma transposição figurativa da sua natureza (*Diário do Minho*, 2022, 3 de agosto). O projeto é também divulgado pelo *Jornal de Notícias* a 31.10.2022 com o título “Jovens dão cor ao Bairro das Enguardas em Braga”. A notícia informa que “as crianças e jovens do Bairro das Enguardas, em Braga, fotografaram pormenores e pessoas do local onde vivem e, depois, transformaram esses fragmentos em dois murais gigantes nas fachadas dos prédios”. O título é breve, mas carrega implicitamente um duplo significado: a da pintura colorida feita nas paredes e o da participação entusiasmada das crianças para, metaforicamente, apagarem o cinzentismo e a monotonia do dia-a-dia e o encherem, e ao seu bairro, de energia e de luminosidade criativa. Os “fragmentos” referidos permitem entender imediatamente a natureza do projeto, imbuídos que estão de significação e simbolismo, sendo toda a substância das atividades realizadas pelas crianças veiculada neste pequeno parágrafo (*Jornal de Notícias*, 2022, 31 de outubro). Algo de semelhante acontece na notícia publicada pelo jornal *O Minho* em 29.07.2017, aquando da construção do Parque *Street Workout* no Bairro Social das Andorinhas. O seu título sugestivo “Bairro das Andorinhas já pode «voar» com Parque «Street Workout»” aplica também a metáfora ao verbo voar com um duplo significado: a relação com o próprio nome do bairro e o fornecimento de ferramentas para estes jovens se conseguirem libertar das amarras inerentes ao quotidiano num bairro social e integrarem novos projetos e alcançarem os seus objetivos (*O Minho*, 2017, 29 de julho).

A última página do *Correio do Minho* de 04.02.2023 mostra a fotografia do mural elaborado pelo artista *The Caver* no Bairro Social de Santa Tecla, com o título “A arte saiu à rua”. Atraindo instintivamente o olhar para a notícia, a figura a cores destaca-se na página e, realmente, sai à rua, ao ser introduzida aos leitores e revelada a todos os que estão fora do bairro. Nela é relatado que, “com o objetivo de incluir socialmente e dinamizar culturalmente o Bairro de Santa Tecla [...] convidaram o artista de arte urbana *The Caver* (Nuno Barbedo) para dar mais cor à Calçada de Santa Tecla”. Será novamente uma alusão à cor, utilizada no duplo sentido metafórico, assim como no Projeto M.A.P.A. do Bairro Social das Enguardas? A notícia refere ainda que “a Arte Urbana é a forma escolhida para potencializar a

expressão e identidade cultural do bairro, resultando num impacto positivo para a cidade e para a própria comunidade”. A priorização dada à cidade perante os moradores do bairro não deixa de ser interessante de notar, como se fosse mais importante a cidade ver primeiro (e aprovar) que o bairro se enriquece cultural e socialmente e só depois esta valorização ser apreciada por aqueles que com ela coabitam (*Correio do Minho*, 2023, 4 de fevereiro).

A notícia do *Correio do Minho* de 21.06.2023, intitulada “Bebés nascidos nas Andorinhas recebem apoio de 100 euros”, começa por dizer que “Carina Silva foi a primeira moradora [...] a receber o «cheque-bebé» no valor de 100 euros oferecido pela Associação de Moradores. Iniciativa integra projeto «Viva às Andorinhas»” (*Correio do Minho*, 2023, 21 de junho), seguindo-se informação detalhada acerca da iniciativa e quais os critérios para se habilitarem a ela. Se pretende ser factual na descrição que faz da ação, a notícia extrapola a cadência sistemática da informação quando referencia a primeira mãe a receber o cheque, tornando a experiência mais real. O *Braga TV* faz o mesmo comunicado, assim como *O Minho*.

Em 10.02.2023, a *Braga TV* divulga “Braga: Bairro das Andorinhas cria sala de estudo”, dando a palavra ao presidente da Associação de Moradores, por ocasião da abertura de inscrições para a sua nova sala de estudo: “«a criação da sala de estudo é um sonho antigo da direção em acolher e dar ferramentas às crianças e jovens do bairro cujos pais não têm possibilidades de colocar os filhos em explicações»”. Este espaço, “outrora ocupado pela Quercus, foi criado no âmbito do projeto «Andorinhas Saudável» e agora implementado no projeto «Viva às Andorinhas»” e “funcionará aos sábados no Espaço AS (ao lado da sede da AMBA). Os interessados podem fazer a inscrição na sede da Associação de Moradores” (*Braga TV*, 2023, 10 de fevereiro). O discurso direto é privilegiado também em “Moradores do Bairro das Andorinhas receberam consultas de nutrição”, notícia do *Correio do Minho* de 22.04.2023, onde é incluído o testemunho de um dos pacientes que recorreram a esta iniciativa: “«este tipo de iniciativas são uma mais valia e o facto de serem grátis ainda mais apetecível é, pois recorrer a estes serviços por vezes é bastante dispendioso, e com esta ajuda damos um importante passo saudável na nossa vida»”. O coordenador do projeto Viva às Andorinhas, complementa este discurso, dizendo que “«este tipo de projetos servem precisamente para apostar na qualidade de vida dos moradores, e a alimentação é um pilar fundamental para termos uma boa saúde, e trazer estas consultas inéditas para o Bairro era um grande objetivo do nosso projeto que tem sido até à data um verdadeiro sucesso»” (*Correio do Minho*, 2023, 22 de abril). Com recurso às palavras efetivas dos intervenientes da notícia, o jornal pode abstrair-se de uma conotação própria ao teor da notícia, no entanto, a seleção dos excertos publicados obedece inevitavelmente a critérios de publicação.

Este projeto “Viva às Andorinhas”, inserido no Programa Bairros Saudáveis, acabou nos finais de 2022, facto que o *Braga TV* publicou com “Terminou o Projeto Andorinhas Saudável no Bairro das Andorinhas em Braga”. Nesta notícia de 12.10.2022 são relatadas todas as atividades desenvolvidas no seu âmbito e a herança deixada: “entre as várias atividades, destaque para as sessões informativas de educação para a saúde e estilos de vida saudáveis, a formação parental, e o combate ao isolamento dos idosos do bairro”, sendo que, nas palavras do coordenador do projeto João Ricardo Silva, “«a criação do Espaço AS é o grande legado deste projeto para o futuro das crianças e jovens do bairro»” (*Braga TV*, 2022, 12 de outubro). A alusão à continuidade permite estabelecer um sentimento de expectativa face à transposição efetiva da situação de exclusão experimentada.

É também assunto recorrente das páginas destes jornais os eventos sociais e populares que ocorrem dentro dos bairros sociais. Em 02.06.2013, o *Correio do Minho* assinalava, a propósito da comemoração do Dia da Criança, a notícia “Andorinhas celebram a Criança”, reportando “insufláveis, pinturas faciais, modelagem de balões, palhaços e muita, muita animação. Esta foi a festa preparada pela Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas para as suas crianças, mostrando a sua união”. Ao longo da notícia é entrevistado Flávio Vieira, o presidente da Associação de Moradores, e várias das crianças envolvidas nas atividades, sendo referido no corpo da notícia que “a felicidade estava estampada nos rostos das centenas de petizes que, durante toda a tarde, participaram nestas comemorações” e ainda “mesmo sem visita [ao Jardim Zoológico], os mais novos mostraram-se plenamente satisfeitos com o programa apresentado a julgar pelas risadas e pelos saltos que deram durante toda a tarde”. A linguagem apresenta uma subordinação empática e solidária com o evento, revelado através da aliteração “muita, muita animação”, pela escolha dos verbos e advérbios utilizados em “estampada nos rostos” ou em “plenamente satisfeitos”, e pela prioridade dada ao discurso direto das crianças para preencher uma grande parte da notícia: “«Isto é mesmo fixe!»” ou “«Nos insufláveis posso fazer tudo: saltar, dar cambalhotas, enfim divertir-me»” (*Correio do Minho*, 2013, 2 de junho). Na notícia de 18.07.2023, “Andorinhas voaram até ao Parque Aquático de Amarante”, é logo referido: “numa iniciativa inédita para os moradores das Andorinhas, a Associação de Moradores, para além da entrada no parque e da camioneta, ainda ofereceu o lanche e o almoço aos jovens moradores do Bairro das Andorinhas”. O adjetivo “inédita” e o advérbio “ainda” realçam a exceção que privilegiou a atividade que, conjuntamente com a metáfora utilizada no título, conotam a notícia com a afetividade ao bairro e ao projeto Viva às Andorinhas, que permitiu a sua realização (*Correio do Minho*, 2023, 18 de julho).

Outras notícias põem em destaque as atividades intracomunitárias, fruto de comunicados emanados localmente: a 25.12.2012 a celebração do Natal no Bairro Social das Andorinhas foi relatada

sob o título “Bairro das Andorinhas realizou festa de Natal”, enunciando que “a Associação de Moradores realizou no passado sábado a tradicional Festa de Natal para as crianças do Bairro das Andorinhas. Nesta iniciativa, [em] que participaram cerca de 60 crianças, foi entregue uma lembrança individual a cada criança e decorreu num ambiente de animação [...] e modelagem de balões” (*Correio do Minho*, 2012, 25 de dezembro). A 23.03.2018, o *Correio do Minho* comunica que “Paixão de Cristo é novidade no Bairro das Andorinhas”, onde faz uma descrição detalhada de todos o eventos que irão decorrer nas celebrações da Páscoa, com a indicação do dia e da hora do evento: “inicia no dia 30, Sexta-Feira Santa, com a Procissão das Velas e a Via Sacra, este ano com encenação ao vivo [...], agendada para as 21.30 horas. No sábado, dia 31, tem lugar, pelas 16 horas, a festa para as crianças”. A notícia continua elucidando que, “para as 22.30 horas está agendado outro dos pontos altos do programa desta festa pascal nas Andorinhas: a tradicional Queima do Judas, com a leitura do testamento, seguido de uma sessão de fogo-de-artifício. No domingo de Páscoa, os moradores recebem a visita Pascal”. Para encerrar as festas, “depois do sucesso das edições anteriores com Zé Amaro, Quim Barreiros, Augusto Canário e José Malhoa, a organização volta a apostar na presença de Zé Amaro que sobe ao palco no dia 7 de abril, pelas 22 horas para encerrar a tradição Pascal das Andorinhas, que é considerado o Bairro da Páscoa” (*Correio do Minho*, 2018, 23 de março). Interessante esta denominação “Bairro da Páscoa”, apropriando o bairro com uma conotação de empreendedorismo e de dinamismo social e festivo.

Já a notícia “É bom viver no Bairro das Andorinhas”, de 23.04.2014, do *Correio do Minho* aponta: “o Bairro Social das Andorinhas, na freguesia de S. Vicente, viveu de forma ímpar a Festa da Páscoa que termina amanhã à noite com um espetáculo musical com a participação de Zé Amaro. Situado no coração da cidade de Braga, freguesia de S. Vicente”. O texto prolonga-se com a indicação da cronologia do bairro, o número de prédios e equipamentos urbanos de que dispõe e com informações relativas à génese e às atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores: “[com] esta Associação, com muito trabalho e o contributo de todos, o Bairro das Andorinhas assume-se como um lindo exemplo de excelência na área social na cidade, mercê da participação ativa dos seus 300 associados”. E a notícia remata, dizendo, “a Via-Sacra mostrou aos mais incrédulos que um Bairro se faz de gente, com crianças, adultos e idosos que habitam aqueles prédios, brincam naqueles jardins e palmilham aqueles passeios, têm sentimentos e fé capazes de noites de magia e esplendor” (*Correio do Minho*, 2014, 23 abril). Neste caso, a notícia, quase revestida de artigo de opinião, contextualiza o bairro e enfatiza as suas condições sociais e culturais como forma de dar a conhecer um espaço humanizado, fruto do trabalho colaborativo dos seus moradores.

Quando se abordam temas relativos à criminalidade, à violência e a atividades de caráter ilícito, a informação passa a apresentar um conjunto de menções, associações e frases comuns que alimentam a discriminação contra alguns bairros sociais.

O *Correio do Minho* publicou em 06.12.2013 a notícia: “Braga: Tráfico de droga levou GNR ao Picoto e Enguardas”. Nela é incluída a informação de que “no momento da detenção e no veículo automóvel em que se fazia transportar, o NIC de Braga apreendeu heroína já distribuída em doses individuais num total de 124 [...]. Na residência deste suspeito, no bairro do Picoto, foi ainda apreendido dinheiro [...] e material alegadamente proveniente de furtos” (*Correio do Minho*, 2013, 6 de dezembro). A referência aos bairros sociais apenas pela sua localização estabelece um vínculo direto entre a área habitacional e a atividade criminosa, e a identificação do local de residência do suspeito associa imediatamente o bairro com esse mesmo comportamento ilícito.

Em 17.09.2015, o *Correio do Minho* publicava “PSP dá golpe no tráfico no Bairro de Santa Tecla”, explicando que “a PSP [...] deu mais um golpe no tráfico de estupefacientes no Bairro Social de Santa Tecla, em Braga, ao desencadear, anteontem, várias buscas que culminaram com três detenções e muita droga apreendida” (*Correio do Minho*, 2015, 17 de setembro). A expressão “deu mais um golpe” pressupõe um comportamento reiterado de criminalidade no Bairro Social de Santa Tecla, enquanto as notícias “Mulher de 50 anos detida por traficar droga no Bairro do Picoto em Braga”, do *Braga TV* de 01.10.2021 (*Braga TV*, 2021, 1 de outubro) e “Raptos de jovem no Picoto proibidos de entrar em Braga”, do jornal *O Minho*, de 15.03.2023 (*O Minho*, 2023, 15 de março) situam a criminalidade no Complexo Habitacional do Picoto.

O *Jornal de Notícias* publicou, em 10.05.2023, “Cinco dos sete detidos em Santa Tecla ficam em prisão preventiva”. Sendo um jornal nacional, a opção pela singularidade da denominação “Santa Tecla” e a ausência de explicação face à infração cometida, parece implicar que este nome já está associado à criminalidade, e é reconhecível pelos leitores. Só depois é explanado o motivo da detenção: “cinco dos sete detidos por tráfico de droga, no Bairro de Santa Tecla, em Braga, ficaram presos preventivamente, esta quarta-feira. O grupo era liderado por uma mulher, com cadastro pelo mesmo tipo de crimes, que atuava em Braga, Guimarães e Vila Verde”. O contexto em que decorreu a operação também é detalhado no corpo da notícia relatando, inclusivamente, que “na véspera da megaoperação, um agente da PSP fora agredido em Braga por um dos suspeitos agora em prisão preventiva. A rede ia ao Porto comprar heroína e cocaína, que depois vendiam pelo dobro do preço em Braga” (*Jornal de Notícias*, 2023, 10 de maio). O *Diário do Minho* também coloca esta notícia sob o título “Sete detidos no bairro de Santa Tecla em Braga” no dia 09.05.2023, indicando no texto que “o bairro de Santa Tecla é conhecido como um

ponto de referência de tráfico de droga” (*Diário do Minho*, 2023, 9 de maio). A alusão ao conhecimento geral dá um estrado às ideias preconcebidas acerca do bairro, como que oferecendo uma explicação e um acento de inevitabilidade à ocorrência desse crime naquele local.

Em 17.01.2023, a notícia do *Jornal de Notícias* “Prisão preventiva para detidos em Braga por tráfico de droga” também é evasiva quanto à localização exata onde ocorreu o crime, que é apenas identificado posteriormente: “dois homens detidos pela PSP por tráfico de droga a partir do Bairro das Enguardas, na cidade de Braga, que foram presentes durante a tarde ao Tribunal de Instrução Criminal de Braga, ficaram esta terça-feira em prisão preventiva a aguardar julgamento” (*Jornal de Notícias*, 2023, 17 de janeiro). Mais tarde é referido que “os três suspeitos, com 20, 48 e 51 anos, tinham 900 euros e diversos objetos de proveniência suspeita, sendo fornecidos por uma mulher que se abastecia no Bairro da Pasteleira, no Porto, e residente em Vieira do Minho”. A pertinência desta notícia e da citada anteriormente, para este jornal de âmbito nacional, poderá ter também a ver com o envolvimento da cidade do Porto, local da proveniência da droga.

O Jornal *O Minho* publicou, em 17.10.2019, o título “Tribunal julga 18 arguidos por tráfico de droga em bairros de Braga”. Da designação generalista de “bairros de Braga” transparece um nexo velado entre criminalidade e os bairros sociais, que depois é confirmado: “a acusação refere que as transações de estupefacientes decorreram em 2017 e 2018, nos Bairros camarários de Santa Tecla, mas também no das Enguardas e no das Andorinhas, em Braga. A droga – diz a acusação – era adquirida no bairro do Aleixo no Porto [...] e vendida pelo dobro em Braga”. A notícia acaba com a informação de que “a investigação foi feita pela PSP que vigiou os suspeitos em Santa Tecla e nos outros locais de venda na cidade” (*O Minho*, 2019, 17 de outubro). Mesmo indicando outros bairros sociais, o destaque vai claramente para o Bairro Social de Santa Tecla, que encabeça o rol de locais onde se praticaram os atos ilícitos, tanto no início da notícia – quando são identificados os bairros sociais – como no fim da notícia, quando surge à frente do elenco de locais de venda de droga na cidade.

A notícia “Acampamento ilegal em plena cidade” do *Correio do Minho*, de 26.03.2019, reporta que “a Câmara Municipal de Braga quer erradicar o mais depressa possível o acampamento ilegal de algumas famílias que se instalaram num espaço público junto ao Bairro Social das Enguardas, na freguesia de S. Victor.” Contextualizando um pouco mais, a notícia explicita que “a situação foi despoletada [sic] por uma família que ocupou ilegalmente um apartamento da BragaHabit no Bairro Social das Enguardas, de onde foi retirada, acabando por acampar num espaço público nas proximidades. A esta juntaram-se mais famílias – serão três ao todo – de fora do concelho em busca de uma habitação no contexto da requalificação do Bairro das Enguardas que está em curso”. A expressão

“plena cidade” do título parece sugerir indignação pela ousadia do comportamento, sobretudo no espaço geográfico onde ocorreu, e a brevidade e a concisão do título mais acentuam o seu impacto. O resto da notícia esclarece as circunstâncias em que o acampamento ocorreu e como a situação será resolvida, sendo que o título já transporta o leitor, *a priori*, para um estado emocional de sobreaviso e suspeição (*Correio do Minho*, 2019, 26 de março).

No excerto de notícias apresentadas é visível a abrangência de temas abordados relativamente aos bairros sociais, nelas cabendo uma tipologia diversificada que recorre tanto à informação factual como à citação das palavras dos seus intervenientes. É interessante notar que, na sua quase totalidade, a mensagem subjacente prende-se com a conexão entre bairro social e a indignidade – sob diferentes formas – e a pretensão do combate à sua marginalização. A sua menção surge associada à culpabilização ou à vitimização, ocupando assim os dois extremos de uma linha de experiências vivenciadas em contexto urbano. A empatia convive com a transposição de estereótipos para o corpo das notícias, mesmo dentro de um mesmo jornal, notando-se uma tendência para situar cada um dos bairros mais perto de um desses extremos. O Bairro Social das Andorinhas é sobretudo divulgado através das diversas iniciativas participativas que lá decorrem e pela adesão e apreço substantivos dos seus moradores às mesmas, enquanto as notícias relativas aos Bairros Sociais de Santa Tecla, Enguardas e Complexo Habitacional do Picoto estão maioritariamente focados nas dificuldades, na evidente vulnerabilidade socioeconómica e na presença da toxicodependência e de comportamentos criminosos. O mediatismo de certos episódios não é indiferente à cobertura jornalística mais abrangente, que coloca os bairros numa similitude de comportamentos, partindo de um raciocínio dedutivo originado em generalizações e ideias previamente concebidas.

De um diferente ponto de observação, a série de televisão *Braga* constitui um exemplo de transmissão de ideias e imagens dos bairros sociais para um público generalizado, já não pressupondo a factualidade, mas antes submetendo o seu propósito a um acento mais artístico ou concetual, transportando para a televisão as representações e narrativas que a eles estão associados. Filmada em agosto de 2021 em diferentes localizações da cidade, muitas delas ocorreram no interior do Bairro Social das Enguardas. Centrada na investigação policial sobre o caso da morte de uma criança de etnia cigana na cidade de Braga, a série de 8 episódios foca-se em temas que envolvem a Igreja, a pedofilia e a xenofobia. A sua sinopse refere: “um jovem padre chega à cidade de Braga e cuida de uma paróquia num bairro de pobres e excluídos. É lá que conhece Carlitos, uma criança que lhe revela, em confissão, um terrível segredo” (<https://www.imdb.com/title/tt16294350/>). Explorando vários dos preconceitos associados à comunidade cigana, como a dependência de subsídios ou a adoção de comportamentos

criminosos, incide particularmente na discriminação que lhes é feita pela restante cidade, que apresenta nichos de combate à sua relegação cultural. A série inclui atores de etnia cigana no elenco, como a ativista Maria Gil e António Oliveira Antunes, e ainda Luís Henrique Matos, Salvador Gil e Beatriz Domingues. *Braga* é uma produção da MGN Filmes para a RTP, realizada por Pedro Ribeiro a partir da ideia original do produtor Tino Navarro, que a escreveu em coautoria com Tiago R. Santos. Apoiada pelo Instituto do Cinema e do Audiovisual, pelo Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema e pela CMB, estreou a 8 de junho de 2023. O trailer da série encontra-se disponível em: <https://youtu.be/gfHL18P7Lik>. Em entrevista à rádio *Antena Minho*, citada no *Correio do Minho*, Tino Navarro disse: “«somos todos pessoas diferentes, com gostos diferentes. Todos merecemos o mesmo respeito como pessoas, como seres que pensamos, que temos família. A mim choca-me a exclusão social e o racismo. No Bairro das Enguardas há pessoas de várias etnias que apenas têm em comum o facto de serem pobres e marginalizadas»” (*Correio do Minho*, 2023, 5 de junho).

8. Os bairros sociais de Braga pela voz dos seus moradores, dirigentes associativos e pelos atores da sua gestão político-institucional

O bairro, que olha para si a partir de fragmentos quotidianos furtados às janelas abertas, que ganha intimidade pelas confidências partilhadas no percorrer das ruas, que recolhe, exaltadas, as reclamações nas mesas do café, ou que se reconhece entre desabafos e expectativas e se solidariza em atividades beneméritas, franqueia as suas portas ao investigador que almeja imiscuir-se neste mundo privado e desconhecido quando concede a partilha de informações únicas, desconhecidas ou omissas da documentação factual e estatística que os tipifica. A realização de entrevistas a moradores e/ou dirigentes associativos de dois bairros sociais de Braga – Bairro Social das Andorinhas e Bairro Social das Enguardas – permitiu um vislumbre das suas vivências e cadências e a revisitação da informação documental previamente obtida, que surge agora pessoalizada e revestida de gradações emocionais, de minúcias interrelacionais e da genuinidade das perceções e comparações sentidas.

Para este propósito foi construído um guião de entrevista-tipo, organizado em cinco pontos temáticos, sob os quais se abordaram diferentes tópicos relacionados com o percurso de vida das pessoas antes e após a vinda para o bairro social, as experiências, as dificuldades e as conquistas pelas quais passaram no contexto socioespacial do bairro e as convicções e sentimentos que desenvolveram perante este, assim como a interpretação que fazem da relação que ele estabeleceu com os moradores da restante cidade. A entrevista completa-se com as perspetivas de futuro esboçadas para o seu bairro

e para os seus próprios trajetos pessoais, em convergência ou divergência com o espaço urbano que ocupam.

No Bairro Social das Andorinhas, foram realizadas entrevistas ao presidente da Associação de Moradores e a três moradoras do bairro; no Bairro Social das Enguardas, foi conduzida uma entrevista ao presidente da Associação de Moradores e a cinco moradoras do bairro. Nos outros bairros sociais em estudo, não foi possível estabelecer contacto com os moradores, por reiterada falta de resposta de outras entidades que com eles colaboram ou têm contacto, o que impediu a realização de entrevistas no Bairro Social de Santa Tecla e no Complexo Habitacional do Picoto, em tempo útil à realização deste trabalho.

No mesmo sentido de adentrar na percepção e nas experiências pessoais dos atores de gestão político-institucional dos bairros sociais de Braga, foram realizadas entrevistas ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente, Daniel Pinto e à Diretora do Departamento dos Apoios Sociais da BragaHabit, Marta Ferreira, sendo que os convites de participação no estudo, endereçados aos Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Vitor e da União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto, não obtiveram resposta. O guião de entrevista-tipo construído seguiu parâmetros de orientação temática semelhantes aos inscritos no guião elaborado para os moradores. As adaptações introduzidas, inerentes aos cargos que desempenham, procuraram descobrir interpretações e opiniões sobre o papel e a função dos bairros sociais ao longo do tempo, assim como os resultados da sua intervenção profissional na evolução e adaptação desta solução habitacional aos sucessivos contextos socioeconómicos. A visão daqueles que estão de fora do bairro é essencial na complementaridade das percepções e avaliações feitas por quem está dentro dele, conseguindo-se deduzir sincronismos e discrepâncias de análise face à situação atual e passada dos bairros sociais, qual o seu significado no traçado urbanístico e sociocultural da cidade e como eles projetam a sua sombra para um futuro em construção. As entrevistas foram conduzidas entre junho e setembro de 2023.

8.1. Visão das Moradoras e do presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das Andorinhas

A entrevista realizada com o presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das Andorinhas, Flávio Vieira, estendeu-se por quase uma hora de diálogo, à qual se seguiu um passeio e visita guiada a diferentes espaços do bairro e às instalações associativas e de caráter lúdico e pedagógico existentes. Um percurso que foi amiudadamente pontuado por interpelações de outros moradores, e por saudações e pequenas conversas que permitiram o contacto mais próximo com outras pessoas do bairro e com as suas rotinas triviais quotidianas. Nestes curtos encontros de alguns minutos, onde partilhavam

ideias, opiniões e alguns episódios mais caricatos ou onde se revelavam protagonistas de papéis relevantes na dinâmica intracomunitária, foi possível apreender relações de afetividade e de comunhão assertiva por objetivos comuns, transparecendo no tratamento entre o presidente e os outros moradores a inerência da sua incumbência associativa. Esta ficava patente em solicitações relacionadas com alguma reparação a fazer, uma obra que não resultou tão bem ou a contextualização de alguma situação residencial particular com necessidade de acompanhamento.

A hospitalidade e a gratificação eram visíveis no discurso que fluía jovialmente ao mostrar e salientar no bairro as aperfeiçoadas condições infraestruturais e de usufruto espacial de que dispunha (e ainda em vias de maior engrandecimento após a conclusão das obras de reabilitação integral que decorriam no bairro). Destacando os espaços verdes bem cuidados na envolvente dos prédios recém intervencionados, sombreados com vegetação frondosa, enfatizava a excepcional disponibilização – face a outras áreas habitacionais da cidade – de extensas áreas sem trânsito automóvel, propícias à sua fruição por crianças e jovens. O destaque para a limpeza dos passeios e para o estacionamento ordenado confluía para enquadrar um ambiente esteticamente aprazível, com o centro da socialização do bairro a gravitar para o café da Associação, ponto de encontro animado entre diferentes gerações de moradores. Nos espaços afetos a atividades diversas a ele contíguos, como a Sala AS – local onde decorreu a entrevista – e aqueles destinados ao convívio, discorria a história do bairro, onde momentos marcantes e algumas das tradições do bairro estavam contados no seu interior, em fotografias transformadas em papel de parede. A descoberta de todos estes lugares foi acompanhada por uma explicação eloquente acerca das exigências e das dificuldades sentidas na consecução das obras e projetos, mas onde era indisfarçável a tenacidade em continuar a lutar pelas ideias que enriquecem socialmente o bairro. Esse foi sempre o seu tom, quer enquanto líder associativo, quer enquanto morador que não pretende sair do bairro e que nele sente um orgulho que não consegue e não quer esconder. De modo similar, enquanto moradoras do Bairro Social das Andorinhas, Aurélia Ribeiro, Célia Alves e Sofia Marques cumularam as suas intervenções com elogios à disposição e às condições físicas de usufruto do bairro assim como manifestaram aprovação e reconhecimento pelas atividades culturais e pedagógicas que têm vindo a ser desenvolvidas dentro do bairro.

À mesa, dentro da sala de computadores onde é prestado apoio escolar a crianças e jovens, Flávio Vieira diz ser suspeito quando instigado a falar sobre o bairro atual, quando é responsável, em articulação com as necessidades percebidas pelos moradores, por muitas das iniciativas que resultaram no melhoramento orgânico do bairro. Também intermediário nas comunicações estabelecidas com os órgãos de gestão municipal para a realização das obras de reparação do edificado habitacional ao abrigo

do Programa 1º Direito, refere que estas “são a cereja no topo do bolo”, pois “o nosso anseio era mesmo isso”. E, “sem dúvida alguma, vamos ter outras melhorias”¹.

Bombeiro sapador profissional, casado e com dois filhos, vive no bairro há 32 anos. A casa própria foi adquirida à BragaHabit, depois de vários anos a morar com os pais e avós, com quem veio para o bairro, e que lá continuam a residir. Os motivos que levaram a família a mudar-se “foi que os meus pais tiveram que largar a habitação onde se encontravam, na Rua Cruz de Pedra [...], candidataram-se à habitação social e saiu-nos para aqui. Fomos dos primeiros habitantes a vir aqui para o bairro [...] nós estamos nessas 20 primeiras famílias”. A casa antiga “não tinha o mínimo de condições de habitabilidade e depois, claro, o custo de vida era baixo de ordenados, claro, pedimos ajuda na altura ao IHRU [...] e viemos para cá”. Quando chegaram, a primeira impressão foi de que “era tudo novo” e “foi muito agradável, foi, foi”. Quanto à configuração do bairro de então “não tem nada a ver, nada a ver. O bairro...é assim, quando nós viemos para cá, recordo perfeitamente que tinha os prédios, era tudo em terra batida, nada do que é hoje [...]. Jardins, pouco havia ou nenhuns na altura”².

À mesa do café, a conversa estabelecida com as três moradoras do Bairro das Andorinhas recorda as primeiras sensações transmitidas pelo novo bairro e pela nova casa. Sofia Marques, de 48 anos e costureira de profissão, a morar num T4, veio de uma casa degradada da zona das Palhotas e, quando pela primeira vez chegou ao bairro,

foi “muito estranho...e quando entrei dentro de casa parece que estava num palácio...uma casa-de-banho...uma casa-de-banho em condições, para tomar banho, eu tomava banho numa bacia, um quarto para cada um...para cada um não, tive que dividir com a minha irmã, mas era um conforto que já não tinha que dormir à beira dos meus pais, nem tinha que ir dormir para cima, para a casa da minha tia...”³

Também Aurélia Ribeiro, cozinheira de 43 anos e Célia Alves, desempregada, com quase 40 anos, “faço para o ano”⁴, partilharam do mesmo deslumbramento face à nova casa. Aurélia Ribeiro, a residir num T3, veio da área da Santa Marta e Célia Alves, residente num T4, veio da freguesia de Dume, onde as suas casas estavam num estado avançado de degradação. Ambas realçaram a privacidade ganha com as novas casas, sobretudo refletida em “um quarto para cada um”⁵, nas palavras de Célia Alves. Flávio Vieira também denota esta situação: “agora, claro, vir para aqui, é outras condições. Tinha o meu quarto sozinho, a minha mãe tinha um quarto, os meus avós tinham um quarto. Lá em cima, era uma casa muito pequena, o mínimo de habitabilidade”. A expectativa que trazia para a nova casa, aos 10 anos, transparece quando diz: “na casa onde eu habitava pá, aquilo era tudo muito pequeno, era tudo

¹ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

² Idem, ibidem

³ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁴ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

⁵ Idem, ibidem

muito junto, claro, então aqui claro, as divisórias todas direitinhas...uma alegria. Sinceramente é uma alegria”⁶.

A rede de vizinhança permaneceu na deslocação para o bairro, pelo menos em parte, asseverando todas elas que se mantêm até ao dia de hoje. Sofia Marques justifica, dizendo que “os vizinhos também vieram porque morávamos praticamente todos no mesmo sítio”, o mesmo acontecendo com as outras moradoras, estando “uns divididos pelo bairro, mas todos ali...no mesmo sítio”⁷.

Volvidas mais de três décadas, segundo Aurélia Ribeiro, o bairro “está melhor”, “tudo mudou para melhor”⁸. Excetuando a natural degradação causada pelo passar do tempo, incisiva em muitas das habitações, situação que também vão remediando pontualmente – “eu fui fazendo sempre obras, não é? Em casa, para melhorar”⁹ – os elogios repetem-se às melhorias trazidas pelas intervenções que decorreram no passado e às que ainda se encontram em desenvolvimento. As casas agora “estão bonitas”, diz Célia Alves, e “já não era sem tempo a renovação”¹⁰. Quanto àquelas realizadas em 2004, Flávio Vieira desvaloriza:

na altura do Euro, foi quando se deu uma riscadela ao bairro. Como quem diz, tapar a vista às pessoas. O Euro, o estádio perto...pintou-se o bairro, trocou-se os telhados, pá melhorou, não melhorou o que era necessário. Agora, com estas obras que estão a ser feitas...sem dúvida alguma. [...] Eu sei que a nível de fachadas, a nível de telhados, a nível de caixa de escadas, a nível de caixilharia e persianas, é tudo para mudar. Agora os interiores, vai ser feito gradualmente e conforme as pessoas precisam, mas a nível de fachadas e isolamento térmico vai ser tudo novo, tudo novo.¹¹

As necessidades percecionadas quanto à degradação das casas não implicou, necessariamente, a participação dos moradores na conceção e definição das obras a realizar nas mesmas. Num regime de propriedade mista, onde tanto a BragaHabit como muitos dos moradores são proprietários dos apartamentos no bairro, as decisões embrenham-se e justificam-se, nas burocracias inerentes à imprescindibilidade das candidaturas para obter os financiamentos necessários. Mas, a partir delas, a sua gestão restringe-se ao município:

não, nós não tivemos, nós não tivemos voz ativa, porque nós também não temos capacidade, não somos arquitetos, não somos nada..., mas para dar um parecer...nós fomos informados de tudo o que vai ser feito no bairro. [...] Não temos...é assim, não é não termos autonomia, nem de perto nem de longe nós queremos isso, mas também não fomos ouvidos por parte do município do que gostaríamos de ver, nada disso. Eles decidem, eles é que são os proprietários. Só que, eu como proprietário, também tenho direito de ser ouvido. Eles não chegam aqui e vão mandar no que é meu, não é? É assim, informaram os proprietários, fizemos reuniões com os proprietários todos para dizer o que ia ser feito. Para dizer que os proprietários tinham que fazer uma candidatura ao 1º Direito do Governo a ver se conseguimos baixar os preços, porque cada proprietário vai ter que pagar...eu estou esperançado que isto... os proprietários vão ter uma benesse.¹²

⁶ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

⁷ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁸ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

⁹ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

¹⁰ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

¹¹ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

¹² Idem, ibidem

Quando as perguntas alargam a incidência temporal da metamorfose do bairro, o presidente da Associação de Moradores diz que “o maior, as maiores mudanças que eu vi é que foram criadas melhores condições de vida mesmo aqui no bairro: melhoramento de espaços verdes, melhoramentos nos passeios, melhoramentos de algumas habitações, sem dúvida alguma”¹³. E quando são abordados os incrementos mais significativos a nível de equipamentos de usufruto no bairro, a sua expressão ilumina-se:

ui, a nível de parques, um bairro social como o nosso tem: rínque, parque de *fitness*, parque infantil e o primeiro parque na cidade de Braga de *Street Workout*. Somos nós. Somos felizardos, eu vou-lhe ser muito sincero, não é por eu morar cá, tenho todo o gosto de morar cá, se me perguntarem: «quero sair daqui?» «Não. Não quero». Pá, a nível disso, não há bairro como este. Não há. Eu, para mim não há. Eu gabo o bairro, não como representante da Associação, mas como morador. E quem vê...agora não, porque estão a decorrer as obras, se calhar está um bocado abandonado..., mas mesmo a nível de espaços verdes... não há. Vem aqui muita gente visitar o bairro, ainda na semana passada, tive cá – por causa da habitação social – a Iniciativa Liberal aqui do Município de Braga. São candidatos, não conhecem as zonas, ficaram aqui, vieram encantados.¹⁴

Aurélia Ribeiro é perentória: “aqui, olhe, eu sinto as minhas filhas mais seguras aqui no bairro do que propriamente no outro lado, no lado oposto [por onde se faz a entrada do bairro e onde reside]. Tem muito mais espaço para brincar...temos rínque, temos parque de diversão, temos parque para ginástica”¹⁵. Com um olhar de cumplicidade com o cenário que vemos a partir das mesas onde nos encontramos a falar, Sofia Marques afirma: “isto até parece quase um condomínio fechado, não é?”¹⁶. O orgulho ecoa nas palavras quando se aflora o reconhecimento e o sentimento de identificação com este bairro social: “olhe, eu a qualquer lado que vá: «Onde é que moras?» «Bairro das Andorinhas!». Com muito gosto”¹⁷. Quereriam ficar no bairro se lhes fosse dada a possibilidade de residir em outro local da cidade? “Eu acho que, se a minha vida não mudar, eu acho que daqui vou para o cemitério. É, daqui até lá não sei o que o futuro me reserva, não é? Mas eu não tenho coisa de sair daqui. [...] o meu prédio é *top*, é tudo bom, por isso...”¹⁸; “Preferia ficar”¹⁹. Flávio Vieira reforça:

é assim, quem morou aqui e foi embora, garanto-lhe que é sempre Andorinhense, sempre. Eu tenho uns colegas meus, por acaso nem sabia. Foi o doutor Ricardo Rio que foi a Bruxelas. Coincidência, foi comer a um restaurante português. Coincidência, os donos são das Andorinhas. O pai vive cá, eles não, emigraram e o doutor Ricardo Rio até partilhou uma foto na página dele e eu depois copieei para meter... O orgulho de toda a gente que morou aqui, é dizer que é morador das Andorinhas. Para ver, eu tenho um miúdo, um miúdo que é jogador profissional do Sporting de Braga, a reportagem dele quando assinou contrato profissional dele, foi aqui no bairro. Ninguém tem vergonha de dizer que mora nas Andorinhas. Quem gosta disto, não tem vergonha de dizer. [...] Muita gente que saiu, neste momento quer vir para aqui. [...]. Isto pode ser o que for, é uma família. Isto, venha quem vier. Eu, para mim, tenho orgulho, e eu digo a qualquer pessoa, tenho orgulho de morar nas Andorinhas, esqueça. Eu tive uma... recentemente não comigo, com o meu filhote, que está a

¹³ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

¹⁴ Idem, ibidem

¹⁵ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

¹⁶ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

¹⁷ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

¹⁸ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

¹⁹ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

estudar na Universidade em Viana, e os meninos perguntaram-lhe: «ó João, tu és de Braga e tal, onde é que moras?» «Nas Andorinhas, um bairro social» e eles: «ei, vives num bairro social?» Aquele estigma de bairro social, «ei tu moras, ei aquilo é só...». O menino ligou-me «ó pai, no fim de semana vou a casa e vou levar dois meninos da Universidade comigo». E eu: «está bem João, traz» [...]. Vieram cá só para ver o que era o bairro social. Eu disse-lhes: «eu já soube da história que vocês contaram ao João, o que dizem». E eles: «Ó sr. Flávio, esqueça...não tem nada a ver». Depois pensavam que era tudo riscado, tudo sujo... Nada. Diziam: «Olhe, peço imensa desculpa».²⁰

A culpa do estigma é, muitas vezes, da comunicação social: “vamos ser realistas, vamos ser realistas. A comunicação social é que faz os verdadeiros *guetos* ... que os há... eu conheço casos em Lisboa, e no Porto. Nós temos o privilégio deste não ser... que temos aqui em Braga. Se formos ali ao Picoto, se me perguntar, aquilo...não está, não está por falta de cuidado das pessoas que moram lá, porque aquilo foi entregue limpo e novo”²¹.

A tónica de regozijo pelo bairro sublinha as respostas quando a pergunta se dirige para a seleção daquilo que mais gostam e do que menos gostam no bairro. Aurélia Ribeiro não hesita “eu não tenho nada que não goste. Eu gosto de tudo!”²² Gestualizando com as cabeças a rememoração de algo que poderiam manifestar de contrariedades no bairro, Sofia Marques compila a expressão de todas “eu acho que, sinceramente...”. Até que lhe surge uma ideia com a qual todas também concordam: “eu acho que deviam ter atividades para os idosos...para não estarem todo o dia em casa fechados sem ter com quem conversar...ou alguém que fosse a casa...”²³. Célia Alves acrescenta que era necessário “fazer aqui coisas aqui para eles...atividades”²⁴. Flávio Vieira também menciona este ponto: “o que eu gostava de ver aqui no bairro e na freguesia era um lar de idosos. Nós temos, mas não tem capacidade de resposta para as pessoas que nós temos. Era um gosto que eu tinha [...]. É um objetivo, não tenha dúvidas. É um objetivo”²⁵.

O papel da Associação de Moradores revela-se como superlativo nesta evolução integral do bairro, e a criação do Parque de *Street Workout* exemplifica o exercício de cidadania e de autonomia em prol da efetivação de vontades e necessidades suscitadas no seio da comunidade:

2016, 2017, sim, foi, fomos nós que... o município que tem um programa que é o Tu Decides, que é o que eles fazem todos os anos a candidatura a projetos. E na altura, houve aqui dois jovens do bairro, praticavam desporto... eu vou-lhe ser muito sincero, não conhecia o desporto, que esse desporto é russo. Eles vieram dizer, «Ó Flávio, está isto assim-assim», «Eu sei, eu estou à espera de um projeto». Dizem eles: «não queres fazer a candidatura ao projeto?», «Oh pá, não percebo nada disso. Fazei o projeto». Eles fizeram tudo direitinho, eu submeti em nome da Associação. Graças a Deus, conseguimos.²⁶

²⁰ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

²¹ Idem, ibidem

²² Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

²³ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

²⁴ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

²⁵ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

²⁶ Idem, ibidem

O mesmo caminho de proatividade e participação cívica esteve na origem da criação da Associação e continua a sustentar as iniciativas que se propõe a concretizar:

a nível da Associação de Moradores, posso falar um pouco da nossa atividade? Sim, a nossa Associação de Moradores foi criada há um tempo atrás. Isto nós já somos os segundos, como é que hei-de dizer? Existia uma Associação com pessoas já de idade, e elas cansaram e pararam a Associação, estava inativa, e nós, jovens, numa altura, em conversa, ativamos a Associação, porquê? Porque isto estava a entrar no degredo total, tráfico de drogas, consumos de droga, isto aqui antigamente era um caos e nós tomámos isto para quê? Para dar o bem. Oh pá, e assim conseguimos. Agora, neste momento, é mais fácil de gerir. É assim, temos a sala de estudos, damos aqui explicações, o nosso plano de atividades da Associação é: Festa da Páscoa, Dia Mundial da Criança, 5 passeios de idosos durante o ano e Natal. Agora, com esse programa que nós ganhámos nos Bairros Saudáveis na candidatura da BragaHabit, tivemos um subsídio de 20000 euros. Foi o nosso projeto e temos muita coisa: temos explicações aos meninos do primeiro ao quarto e do quinto ao nono. Temos nutricionista a vir cá, tomamos a iniciativa de dar a cada criança que nasça, que seja aqui do bairro, dar um cheque bebé de 100 euros. E depois fazemos as atividades com as crianças. Este ano levámos os miúdos ao Oceanário, muitos deles não sabiam o que era um oceanário, infelizmente. Levámos os miúdos recentemente ao parque aquático de Amarante, muitos deles não sabiam o que era um parque aquático, mas também só podemos fazer isso. Tivemos a verba do município senão não conseguíamos. As outras, regulares, do Dia Mundial da Criança, Páscoa, isso conseguimos, que é o que nós temos aqui. Depois temos a nossa sede, que é para as pessoas de idade, se quiserem passar um tempo a jogar à sueca, a conversar, é isso [...]. Portanto, o café é a nossa fonte de rendimento, senão não temos, não temos nada... com o subsídio que a Junta nos dá, não conseguíamos fazer isso, nem pensar.²⁷

Mesmo que frequentemente seja francamente elogiada, — como quando Aurélia Ribeiro assume que as alterações no bairro “muitas delas, foram os da Associação, a maior parte da ajuda foram eles”²⁸ e onde todas as vizinhas entrevistadas se consideram representadas por esta estrutura comunitária —, a Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas não é imune a queixas e a discordâncias sobre a orientação do seu trabalho. Flávio Vieira, enquanto seu presidente, integra estas divergências na tarefa que desempenha há mais de 16 anos: “há muita gente que não gosta de mim, outros... Mas eu agradeço que não gostem de mim, que é sinal que as coisas estão a ser corrigidas [...]. Eu sinto que o bairro é unido. Não podemos é todos ter a mesma opinião. Se tivéssemos todos a mesma opinião alguma coisa estava mal. Estou farto de dizer: quando não há ninguém que não é de opinião, para mim não está bem”²⁹.

E se há opinião favorável é a de Aurélia Ribeiro e Sofia Marques, que dizem que “a Associação faz muitas coisas, muitas”³⁰, e “na Páscoa, antes da Covid, na Páscoa, fazíamos uma festa muito grande...e mesmo agora”³¹. “Fazemos o Halloween”³² e “ainda no outro dia as crianças estiveram no Oceanário, ou no Parque Aquático”³³. E “por norma, quem tem algum problema vai ter com os diretores e expõe a situação, e eles, no que podem ajudar, eles ajudam”³⁴. Mas também reconhecem a renúncia e

²⁷ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

²⁸ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

²⁹ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

³⁰ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

³¹ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

³² Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

³³ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

³⁴ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

desaprovação de alguns moradores face às iniciativas propostas pela Associação, pelo que algum ressentimento perpassa nas respostas que dão quanto à organização das festas ou eventos culturais. Quando questionadas acerca do eventual regresso das celebrações da Páscoa, reconhecidas pela sua grandiosidade e programa diversificado, Aurélia Ribeiro atira duvidosa “não sei...”³⁵ e Sofia Marques diz ironicamente “dá muito trabalho”³⁶. Aurélia Ribeiro tenta explicar-se: “é assim, eles andam com as cruzes no Compasso Pascal. Mas festa...”. A adesão existia para assistir, mas “para ajudar, ajudavam mais os de fora”³⁷. Sofia Marques insiste:

há sempre...aqueles que, os que gostam, outros que não...ou porque fazem ou porque não fazem, nunca estão satisfeitos. A minha coisa daqui é as pessoas nunca estão satisfeitas, ponto. Ou porque fazem, ou porque não fazem, esqueça. Eu às vezes, o meu marido faz parte e às vezes até lhe digo, «não sei para que vão para vos chateardes tanto», e olhe que às vezes me chateio quando as pessoas se põem a criticar, mas pronto, está lá o meu marido e eu tenho que me... não estão com a família para irem para a sede trabalhar...muitos fazem parte, e para quê? Para não lhes agradecerem. São capazes de gostar mais os de fora, do que propriamente os que moram aqui no bairro. [...] A primeira vez que fizemos a festa da Páscoa, eu fiz parte. Nós fomos vender rifas, só aqui no bairro, e eu digo-lhe uma coisa, é para esquecer, parece que estou a pedir uma coisa para mim. Parece que estou a mendigar...nunca mais. Não dão valor ao trabalho que as pessoas têm, que perdem muitas horas aqui sem benefício nenhum.³⁸

Aurélia Ribeiro remata: “Quando têm alguma coisa de graça, vêm logo”³⁹.

Falando sobre as ações do bairro em termos de programas sociais e pedagógicos, são destacados vários: “as explicações, temos também a aula de zumba, que também houve, a nutricionista...eu ando lá, o meu marido também...”⁴⁰. “Também ando lá”⁴¹. E como surgiram estas ideias? “Foi a Associação [...]. Eles sabem que nós gostamos de dança, por isso...”⁴². Contudo, a participação é, também aqui, segmentária: “não, nunca é assim muita gente...sinceramente, vou-lhe dizer, podia haver mais gente... Muita plateia, tem, gente não”⁴³. É lançada uma possível justificação: “também é à hora do jantar”⁴⁴. “É isso. Ajuda tudo um bocadinho”⁴⁵. Já o Projeto *Bike Atitude* parece conquistar os mais jovens do bairro. Aurélia Ribeiro fala das aulas de bicicleta que ocorrem todas as terças-feiras, às quais também aderem jovens de fora do bairro. Todas as moradoras são unânimes na satisfação que sentem pela disponibilização de uma tão grande variedade de serviços e atividades: “sim, muito satisfeitos, olhe, as crianças foram ao Oceanário. Tudo pago [...] Sim, nós temos tudo aqui, tudo”⁴⁶.

³⁵ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

³⁶ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

³⁷ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

³⁸ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

³⁹ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

⁴⁰ Idem, ibidem

⁴¹ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

⁴² Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

⁴³ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁴⁴ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

⁴⁵ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁴⁶ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

Tentando averiguar se existe a percepção de isolamento territorial do bairro face à restante cidade, todas são cabais em negar essa noção de insularidade. “Nós estamos perto de tudo”⁴⁷. E se a falta de transportes públicos se faz sentir dentro do bairro, é sobretudo pelas dificuldades manifestadas pelos mais idosos, já que os acessos por estrada são acentuadamente inclinados ou feitos por escadas numerosas. É um dos objetivos pela qual a Associação se bate:

é o que falta, é uma grande luta nossa [...] Porquê? Nós temos aqui pessoas idosas, têm que subir essas escadas para ir para a praça. Tem que... eu vejo autocarros a passar em ruelas e aqui tem que passar um autocarro nem que seja subir a estrada de S. Martinho, aqui. Sim, só isso, mais nada. E tem a rota que faz isso. O autocarro que vem de São Martinho de Dume, em vez de ir em frente, que não tem paragem, subia, ia ter a algum ponto, não tinha problema nenhum. Criava-se aqui uma paragem de autocarro, para quê? Nem que fosse para levar o povo ao centro da cidade, depois daí há derivações para todos os pontos.⁴⁸

Os possíveis receios que as pessoas exteriores possam sentir face ao bairro ou as declarações menos abonatórias relativas ao ambiente dentro dele são rapidamente esclarecidos:

quando alguém falava mal do bairro, eu só dizia assim: «olha, passas lá uma hora e tu dizes o que aquilo é. [...] A minha filha tem uma amiga que é assim um bocado “não me toques”, e então ela diz, a minha filha gosta de dizer: «Eu sou das Andorinhas». «És das Andorinhas?» «Sou. Os meus pais vivem aqui», e ela tem orgulho de dizer «Eu sou das Andorinhas». E as amigas dela são assim: «Das Andorinhas? É só droga. Diz que é só droga!» E a minha filha, numa altura, trouxe-a aqui. E o que é que ela disse? «Este bairro é espetacular!» Vieram andar de patins com ela, de trotinetes e adoraram o bairro, ficaram com outra impressão do bairro.⁴⁹

Sofia Marques também conta: “olhe, eu tenho o meu filho mais velho que, se pudesse, até comprava uma casa aqui, com uma velocidade...Jesus...O meu filho está sempre a chatear-me a cabeça para comprar uma casa aqui. Tanto é que ele tatuou aqui [apontando para o braço] *Andorinhas*”⁵⁰. Insistindo na reação que percebem nos outros quando são enunciados como pertencentes a um bairro social, reconhecem que esta designação desencadeia uma aversão imediata. Célia Alves diz: “é só por ser um bairro”⁵¹. Ideias que se vão dissipando com a vinda das pessoas de fora do bairro por ocasião de eventos culturais, onde deixam escapar expressões como: “por exemplo, quando era na Páscoa [as pessoas diziam]: «este bairro, sim senhor, faz uma festa de Páscoa, traz muita gente»”⁵². Sublinham que ocorreu uma evolução muito grande no bairro, no que diz respeito ao principal motivo que fabricou esta representação – o tráfico de droga. Atualmente esta atividade é reportada como residual. O estigma, contudo, prevalece. Flávio Vieira reitera que muitas destes eventos têm mesmo este objetivo de trazer pessoas ao bairro, “para chamar pessoas de fora, para quê? Para aquela ideia de *gueto*, de bairro social, de *gueto*...Toda a gente tem... «Bairro social, vandalismo, criminalidade»”⁵³. Um estereótipo que continua

⁴⁷ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁴⁸ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

⁴⁹ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

⁵⁰ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁵¹ Entrevista a Célia Alves, 2 de agosto de 2023

⁵² Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁵³ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

apegado ao bairro e aos seus moradores e que se continua a sentir nas relações que o bairro estabelece, casual e institucionalmente, com a cidade:

Sim, eu as opiniões que eu tenho ouvido do bairro são relativas. Uns dizem bem, outros dizem mal, outros... é o que é. Se, se me perguntar que eu vejo passar pessoas para ir ver o Braga e vejo-os a passar aqui no bairro e ouço: «Ei, afinal isto...». Eu estava a passear o meu cachorro e um casal de idosos: «Ei, afinal nós podemos passar aqui em segurança». Para mim é um orgulho isso. É um orgulho. Isto é um ponto de passagem para o estádio, nós também não queremos que isto se degrade nem o município quer que isto fique degradado como passagem para o estádio, é uma maior vergonha aqui na saída, no coração da cidade. Porque isto venha quem vier. [...]. A opinião que eu tenho das pessoas... é como eu digo, não é uma opinião unânime porque não podemos ser todos... há quem fale bem, há quem fale mal. Mas as pessoas que falam mal, é o que eu digo, quem fale mal eu convido-vos, venham visitá-lo...e depois vão com outra ideia.⁵⁴

Negam a existência de comportamentos violentos, mesmo no passado, exceto as rivalidades inerentes à convivência grupal, agora mais com as comunidades brasileiras.

Perante as descritas condições privilegiadas do bairro, a explicação para o seu sucesso prende-se, nas palavras de Flávio Vieira, com o regime de propriedade das habitações e com a composição socioétnica do bairro:

o grande sucesso deste bairro é ter quase meio-meio de inquilinos da BragaHabit e meio-meio de proprietários. Porque quem é proprietário não sai de lá. E temos a sorte de ter meia dúzia de famílias de etnia cigana. Vamos ser realistas. Temos meia dúzia delas. As que estão, estão inseridas na cidade, e uma que...pronto é a que nos causa o caos...às vezes, mas isso.... Vão ter que ser inseridos na sociedade, queiram ou não queiram. Faziam, batiam, mandavam os carros por cima dos passeios, nós chegávamos lá: «mas o que é isto, não é o rei da selva. Isto há regras». Com a graça de Deus. [E vão conseguindo conversar?] Com muito custo. Como toda a gente sabe, eu não sou, nem de perto nem de longe, racista. É o que é. Toda a gente sabe que eles têm direitos, deveres.⁵⁵

A proporção de famílias de etnia cigana é diminuta no bairro, tendendo a não se imiscuir nas dinâmicas desenvolvidas no seu interior. “No global, eu vou-lhe ser muito sincero, o bairro é unido. É, porque já tivemos situações e conseguimos ultrapassá-las. Sim, alguns com algumas dificuldades, outros com menos, mas pronto. É, mas eu acho que o bairro nisso é...unido. E se for para o bem, ainda melhor ...se for para o mal, também são unidos alguns”⁵⁶.

O acompanhamento institucional do bairro foi também perscrutado e aqui as perceções separam-se. Se as moradoras não se apercebem da presença regular dos representantes da gestão política no bairro, exceto em eventos esporádicos, onde “o Presidente da Junta vem às festas, tudo o que há de festas...mas o Presidente da Câmara não vem representar”⁵⁷, Flávio Vieira não tem queixas face à comunicação estabelecida com os órgãos políticos da cidade. No entanto, todos reconhecem que houve uma melhoria significativa com o novo executivo da Junta de Freguesia de S. Vicente, nomeadamente com o seu presidente Daniel Pinto: “o outro nunca veio. Eu acho que nem nunca vi o outro aqui. Mas

⁵⁴ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

⁵⁵ Idem, ibidem

⁵⁶ Idem, ibidem

⁵⁷ Entrevista a Aurélia Ribeiro, 2 de agosto de 2023

este vejo bastantes vezes”⁵⁸. O presidente da Associação de Moradores elogia o acompanhamento municipal e da Junta de Freguesia:

Muito bem, isto não é gabar, não é gabar [...] mas digo-lhe, muito sinceramente, falar a nível do município, neste momento, é o que eu digo a toda a gente e já disse ao doutor Ricardo Rio, estou super contente com a atividade dele aqui no bairro. Preciso de alguma coisa, falo com os Departamentos dele, sempre disponibilidade. Dou os parabéns a este administrador da BragaHabit, até hoje, [...] até hoje só tenho que lhe dar os parabéns, por tudo que tem feito pelo bairro. Convido-o para vir ao bairro, vem ao bairro, ligo-lhe a qualquer hora do dia por um problema do bairro, e ele atende, se não puder atender manda-me uma mensagem: «Ligo-lhe já», completamente disponíveis para tratar disto. A nível de Junta de Freguesia, ainda bem que o senhor Daniel ganhou a Junta, porque o antigo executivo zero. Se eu o mandasse vir ao bairro, ele não conhecia o bairro [...]. Ligo-lhe a qualquer hora, se me puder retribui-me a chamada, preciso disto, ele pode resolver. É o que eu digo, não é a minha cor partidária, mas eu aqui não tenho cores partidárias, tenho – como é que eu hei-de dizer – o homem do povo, tudo de parabéns. As relações que nós temos com eles neste momento [...], muito próximas e de boa interação.⁵⁹

Visivelmente orgulhoso de mostrar e de falar do seu bairro, a perseverança acentua o discurso enérgico de Flávio Vieira, já antecipando as melhorias no edificado urbano do Bairro Social das Andorinhas, após o fim das obras de reabilitação. A partir desse dia “vai ser qualidade de vida 5 estrelas ... como já se nota”⁶⁰.

8.2. Visão de Daniel Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente

A observação e a reflexão sobre o Bairro Social das Andorinhas, realizadas por Daniel Pinto no âmbito das suas funções institucionais como Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente, cruzam-se com as memórias de infância, quando frequentava regularmente as ruas do bairro, percebendo, a partir daí, as alterações socio-urbanísticas pelas quais ele foi passando e as mudanças na vida dos seus moradores, mas também a imutabilidade das perceções e dos estereótipos adstritos ao seu topónimo. No cargo desde 2021, arquiteto de formação, e apenas com 35 anos, o seu percurso profissional estabeleceu um caminho natural para alcançar esta posição política, iniciado, no mandato e meio anteriores, com o cargo de vogal no executivo da freguesia. Ponte entre questões locais e a abrangência concelhia, Daniel Pinto assume:

somos é depois aqui uma voz com o município para tentar encontrar soluções para as coisas. E pronto e foi muito esse o meu papel nesses cerca de 6 anos, muito simples, muito próximo das pessoas. De facto, eu reconheço isso e é um denominador comum que muitas das reclamações têm que ver com essas matérias, não é? As pessoas sentem... é a lâmpada, é o passeio, é o espaço verde e, portanto, isso também me permitiu conhecer muito a freguesia.⁶¹

Sendo, também, de 2015 a 2021, adjunto de Vereação na Câmara Municipal,

isso também era uma vantagem para mim porque conhecia bem a realidade do município e, [...] quando estava nas minhas funções no município, a minha escala de atuação é o concelho, quando estava na Junta

⁵⁸ Entrevista a Sofia Marques, 2 de agosto de 2023

⁵⁹ Entrevista a Flávio Vieira, 27 de julho de 2023

⁶⁰ Idem, ibidem

⁶¹ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

de Freguesia, a minha escala era a freguesia. Como é óbvio, eu não fazia distinções entre as freguesias quando estava a desempenhar as minhas funções no município. Mas olhava para a minha freguesia sempre um carinho especial. E não, não a privilegiei desse ponto de vista, mas, mas seria hipócrita se dissesse que não olhava para aqui, para este território, com outra atenção.⁶²

Do seu gabinete na Junta de Freguesia, numa conversa interessada e direta, faz já um balanço destes primeiros tempos no cargo, assumindo-os como produtivos, mas, sobretudo, sustentados num projeto colaborativo e de confiança com os cidadãos da freguesia:

estamos a fazer o nosso trabalho há cerca de 2 anos e não posso fazer juízos de valor sobre aquilo que é a nossa maneira de estar, mas uma coisa é inequívoca, que a nossa proximidade à população é imensa, muitas vezes não conseguimos resolver tudo. Às vezes as pessoas também têm que ouvir um não ou pelo menos explicar o porquê do não. Porque acho que a política ...nós também estamos a passar uma fase conturbada daquilo que é política e os partidos políticos. E não basta ser só politicamente correto, é preciso dizer a verdade e as pessoas precisam de ouvir a verdade, até para acreditarem naquilo que são as pessoas que lideram os projetos, e que estão à frente da política. Pronto, há um descrédito da classe política. E eu tento, de alguma forma, também revertê-lo naquilo que é o meu desempenho do dia-a-dia. Porque hoje sou eu o Presidente da Junta, amanhã deixo de o ser, eu não estou agarrado aqui à Junta de Freguesia, eu estou aqui se as pessoas quiserem que eu esteja. Se não quiserem que eu não esteja eu vou-me embora... tem é de se chegar todos os dias ao fim do dia e saber que fiz o meu trabalho, e tentei dar o meu melhor. E isso depois haverá um escrutínio. As pessoas saberão escolher ou não o que quer que seja... e pela verdade, sempre pela verdade, sem estar aqui com grandes..., eu também partilho dessa ideia de que temos de fazer a diferença, sobretudo a minha geração, eu sou talvez o Presidente mais novo da zona norte, e numa freguesia como esta não é? Não estamos a falar de uma freguesia propriamente pequena... Portanto, é um desafio.⁶³

O Bairro Social das Andorinhas não lhe é, de facto, desconhecido: “eu conheci o bairro, quando eu tinha 12 anos, e conheço o bairro agora, muito bem agora. [...] mais nesta década, dez anos, sinto que a evolução, no caso concreto do Bairro das Andorinhas, que é o bairro que nós temos aqui em S. Vicente, é uma coisa completamente...Não fica só pelas palavras. Aquilo percebe-se, ou seja, a própria evolução social das pessoas, não é?”⁶⁴. Aludindo ao mesmo caso que Flávio Vieira enunciara, sobre os dois emigrantes em Bruxelas que disseram ser do bairro, Daniel Pinto dá outros exemplos de pessoas que se identificam como antigos moradores e que agora assumem posições profissionais económica e socialmente salientes. E continua referindo que as diferenças de então para hoje no bairro são notórias:

este é um processo evolutivo e o princípio daquilo que é o bairro social: integrar, ajudar as pessoas a ultrapassar momentos mais difíceis – no caso concreto das Andorinhas –, funciona e funcionou bem. Se eu lhe disser que eu lembro-me de ser miúdo, entrar lá no bairro e aquilo, os espaços verdes, era estacionamento de carros, entre as árvores eram cordas com roupa estendida, eram fogareiros para assar coisas... O espaço exterior era completamente degradado e hoje em dia, se formos lá, o bairro consegue, do ponto de vista do espaço público, competir com grandes urbanizações e muito recentes, porque de facto é agradável estar naquela zona. Tudo muito cuidado, limpo, não há abusos, são as próprias pessoas que exigem que as coisas estejam bem tratadas. E depois também há uma coisa muito importante, a Associação de Moradores. Eu percebo que a Associação de Moradores tem aqui um papel muito importante porque acaba por ser um pequeno soldado que está ali, vigilante, atento, onde as pessoas vão e depositam alguma das suas preocupações.⁶⁵

⁶² Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁶³ Idem, ibidem

⁶⁴ Idem, ibidem

⁶⁵ Idem, ibidem

O destaque para o papel da Associação de Moradores é novamente firmado, tanto para as atividades que promove nos seus espaços, como nos programas aos quais se candidata, “tudo coisas que são muito positivas para aquela comunidade, e que faz com que as pessoas também se revejam no trabalho da Associação de Moradores, que é importantíssimo”⁶⁶.

Mesmo que existam pessoas que não concordem com o trabalho da Associação de Moradores, a dedicação dos associados é veementemente valorizada pelo Presidente da Junta: “quer dizer, quem quiser mudar, tem que entrar, participar, associar-se. [...] Porque é tudo muito bonito falar e criticar, mas quando é para fazer também são eles que estão lá, não é? São eles que abdicam do tempo com a família, são eles que abdicam do tempo com a vida pessoal e profissional. Estas atividades... eles não são remunerados e é fácil de criticar: «Ah, eles fizeram aquilo e fizeram mal». Está bem, qualquer um também pode tentar lá”⁶⁷.

Este trabalho é exemplificado pela construção do Parque *Street Workout*, “que está lá e é o único aqui na cidade de Braga. Que tem o mérito deles, não é? Portanto, eles propuseram e que venceram. [...] e depois ao lado do Parque *Street Workout*, lá está, e aqui também tenho que dizer a verdade, porque na altura eu trabalhava pelo município, fizemos lá uma intervenção de rearboração daquela zona, criámos lá um espaço de lazer. Fizemos um charco com vida para criar ali algum *habitat*, para os passarinhos beberem. E é um sítio muito agradável, sem dúvida, portanto, é um espaço muito agradável”⁶⁸.

Secundando as palavras de Flávio Vieira, o acompanhamento institucional da Junta de Freguesia ao bairro faz-se de forma muito próxima, numa colaboração que ultrapassa o mero assistencialismo, consolidando-se na capacitação cívica dos moradores para alcançarem uma melhor qualidade de vida:

eles precisam de alguma coisa nós estamos cá, disponíveis. Nós precisamos deles, até para desenvolver alguma atividade em que os moradores participem, em que possamos também sensibilizá-los para inúmeras matérias, eles também estão sempre disponíveis. Que eu tenha sentido assim... nesta transição, a fase da Covid foi um bocado complicada [...]. Lembro-me que, que na altura da pandemia, a própria Associação de Moradores, naquilo que era a entrega do cabaz alimentar e esse tipo de acompanhamento à população de proximidade, fez um trabalho notável e do qual nós fomos parceiros. Lembro-me que eles pediram a nossa, a nossa ajuda para concluirmos e ajudarmos com alimentos aquilo que eram os cabazes. Eles identificaram as famílias, nós ajudávamos, até porque eles tinham conhecimento muito mais concreto do território... porquê? Depois, isto não é politicamente correto o que eu vou dizer, mas aquelas pessoas, muitas delas depois têm empregos não declarados. Ou seja, que, na fase da pandemia, foi complicado, não é? Porque as pessoas nem tiveram o apoio do Estado ou do sistema porque eles não estavam com situações laborais regularizadas, e nem podiam trabalhar para outro lado porque não trabalhava ninguém. E, portanto... pronto, houve aqui alguma atenção muito especial relativamente a isto. Depois, há outra dimensão, que é uma dimensão muito... quer dizer... Eu também acho que não se resolvem os problemas sociais só dando comida, dando dinheiro. Há aqui um trabalho que é um trabalho de fundo demorado, passo a passo, que é fazer com que as pessoas tenham outra perspetiva, outra visão naquilo que é o viver em sociedade. Sei lá, por exemplo,

⁶⁶ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁶⁷ Idem, ibidem

⁶⁸ Idem, ibidem

nós já fizemos aqui sessões de esclarecimento muito concretas sobre coisas relacionadas com a saúde, cuidados a ter com a saúde, com as crianças, o Sol no Verão, os parques aquáticos. Como podemos ter, por exemplo, a gestão do orçamento familiar.⁶⁹

Situações particulares que só alguém próximo consegue detetar debatem-se na confluência entre o eticamente exigido e o moralmente aceitável. Uma pessoa que recebeu um cabaz alimentar e se encontra a fumar, ou um pai a receber um subsídio do Estado que dá um pequeno-almoço com bolos ao filho no café...comportamento condenável ou um momento de escape às dificuldades e privações do dia-a-dia? Daniel Pinto observa e ouve algumas destas queixas provenientes de pessoas de fora do bairro, e pondera:

e pronto, isto é muito complexo, dá muito que pensar. Muitas das vezes - e eu sou muito moderado, muito sensato nessas coisas e eu podia ter aqui uma opinião formada e ter aqui um discurso xenófobo e ia agradar a uns e desagradar a outros. E eu acho que a sociedade está muito polarizada, e isso preocupa-me muito. Porque nem podemos consentir que é tudo, que é tudo normal, mas também não podemos consentir que é tudo anormal e segregar as pessoas e isso também não acho correto. Mas lá está, é preciso olhar para isto e perceber o porquê, porque é que estas coisas acontecem [...] é um papel que nós temos um bocadinho que persistir. Eu sei que isto não é fácil, mas tentar, e trazer as pessoas aqui para alertá-las para isto.... Nós fazemos isso, por exemplo, nós temos lá uma horta urbana. E às vezes fazemos um programa que está agendado, algumas sessões de esclarecimento com aquela população, e sentimos que já houve aqui alguns *inputs* positivos e que as pessoas, se calhar, viram, veem agora, começam a ver as coisas de outra maneira.⁷⁰

De facto, tornar a sociedade mais horizontal, instigando todos os indivíduos a nela participarem compensatoriamente exige, nas palavras de Daniel Pinto, “persistência, passo a passo, tem que ser assim, só pode ser assim. E pelo exemplo, sobretudo. Tentar mudar as pessoas pelo exemplo. Agora, claro, é a longo prazo, longo prazo, é de gerações. Não é uma coisa, «ok, fazemos isto agora e para a semana, já estão todos catequizados». Isso é impossível”. Perante a narrativa: “«O pessoal vai lá porque é obrigado e depois...aquilo não dá em nada», são as pequenas conquistas que garantem a permanência do esforço empregado: “mas tive uma experiência que me fez pensar que, em 10, se um conseguir, se um evoluir, já é aposta ganha”⁷¹.

Uma presença assídua deste órgão de gestão permite o conhecimento das histórias do bairro e, particularmente, aquelas que pertencem aos seus moradores. Esta inter-relação esboça um espaço de familiaridade que permite às pessoas abordarem facilmente o seu Presidente com os seus assuntos: “às vezes vou lá, falam-me de tudo”⁷²:

Tem muito a ver com a postura com que nós estamos aqui, nós temos aquele projeto que é a Presidência de Proximidade, que vamos às urbanizações falar com as pessoas, ou seja, vamos ao encontro da população, não é? Não estamos só à espera que eles venham aqui. E ouço as pessoas a dizerem: «Ah, este Presidente, nunca nenhum Presidente veio para aqui, veio para aqui tomar café ou veio aqui para o nosso meio». Portanto, quer dizer, esta aproximação é positiva e as pessoas sentem conforto ou pelo menos o à-vontade para vir e «olhe Senhor Presidente, olhe ali, falta ali uma lâmpada», ou... Depois tem tudo coisas a ver com isto, ou

⁶⁹ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁷⁰ Idem, ibidem

⁷¹ Idem, ibidem

⁷² Idem, ibidem

então coisas mais complicadas, mas essas normalmente não acontecem na rua, não é? As pessoas aí vêm mesmo ter comigo, pela sobrelotação de apartamentos. Ou estão com os pais..., entretanto, um filho que foi para lá morar e houve outro que perdeu o trabalho, e vêm cá ver se nós conseguimos ajudar, ou a procurar apartamento ou a encontrarem soluções...⁷³

A colaboração da Junta de Freguesia nas recentes obras de reabilitação do bairro fez-se através de sessões de esclarecimento e do apoio logístico na elaboração e submissão de candidaturas aos financiamentos, especialmente importante para os proprietários de frações privadas, desconhecedores destes trâmites formais. Em articulação com a BragaHabit, tentou-se dar, com estas intervenções, a resposta definitiva aos pedidos sistemáticos de resolução de muitos dos problemas detetados no bairro:

mas isto para dizer que também é uma expectativa muito grande naquela população que era as intervenções e as obras de reabilitação... e eu acho que vai funcionar muito bem, porque aquelas pessoas sentem aquilo como deles e, portanto, muitas vezes há uma crítica fácil: «Estamos a fazer obras e eles vão destruir aquilo tudo». Naquele caso concreto.... Ok, não vou dizer que não possa haver uma situação ou outra, mas acho que as pessoas vão ficar gratas por aqueles trabalhos. Até porque lá está, muitas das vezes falta muita coisa, mas depois também faltava isso. E, se calhar, ter a casa arranjadinha permite-lhes aliviar a cabeça para se preocuparem ou pelo menos se focarem noutras questões mais relacionadas com a empregabilidade, com o ultrapassar.... Porque quer dizer, não falamos só de problemas de empregabilidade. Falamos também de problemas sociais, pessoas com problemas de saúde gravíssimos, com familiares dependentes com....de todo o tipo de patologias.⁷⁴

Este episódio maior de intervenção urbanística no Bairro Social das Andorinhas é aquele que Daniel Pinto mais destaca como icónico na evolução do bairro, fruto de um trabalho árduo de coordenação entre proprietários, condomínios e inquilinos da BragaHabit:

isto também não estava completamente afinado. E às vezes, quer dizer, a responsabilidade ficava ali um bocado na indefinição [...]. Quando um condomínio pode estar formado, mas não há reuniões, não há um orçamento, não há ali um valor que todas as pessoas quotizam mensalmente... Que é que se faz, se calhar não se faz pouco. Ou não se faz nada? Depois isso gera problemas [...]. E eu acho, espero com esta intervenção, que isso seja tudo resolvido, não é? Porque as pessoas vão sentir: «nós queremos ter isto direitinho, não é?» Já o sentem, conforme está, agora imagino com as coisas renovadas... eu tenho essa expectativa positiva e acho que vai acontecer.⁷⁵

Se as condições de salubridade do bairro serão substancialmente melhoradas, as obras não contemplam alterações arquitetónicas profundas, mantendo-se o padrão cromático e as mesmas soluções estéticas que configuram a legenda de um bairro social: “é alterada a solução construtiva da fachada para uma solução termicamente mais eficiente, mas tudo o que é a leitura do bairro e das fachadas mantém-se. Acho que também altera uma das cores... o bairro tem... aquilo é um reboco pintado e que depois tem duas cores, uma das cores que é fachada sobre a zona dos vãos das janelas, é alterada essa cor, mas nada de muito...”⁷⁶.

Mas outros episódios de relevo para a sua dignificação ganham protagonismo no arquivo do bairro, a maior parte deles ocorridos em sinergia institucional, e num passado muito recente:

⁷³ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁷⁴ Idem, ibidem

⁷⁵ Idem, ibidem

⁷⁶ Idem, ibidem

Destaco várias coisas. Primeiro estes programas de remodelação, de reconversão, de recuperação do edificado e depois os outros programas mais imateriais com a BragaHabit e com a *Power Hub* e com o município, para integrar essas comunidades, para desenvolver atividades nestas comunidades. Isso acho que tem sido muito positivo e acentua a participação nas Associações de Moradores, a Assembleia de Associações de Moradores. Acho que isso é tudo, este envolvimento é dizer que nós estamos aqui, venham cá falar connosco e isso é muito positivo, isso aí não acontecia.⁷⁷

E o que mais falta ao bairro, a linha de transportes públicos,

é uma coisa que nós estamos a trabalhar, até porque depois o bairro está implantado ali numa zona que tem uma realidade de ocupação de território muito característica, não é? [...] E a verdade é que esta ilha e estas ligações diárias não são propriamente as melhores. Nós temos um pedido que é fazer ao município que faça a ligação entre a rua Fernando Castiço e a Abade Loureira, até para evitar aquela passagem ali pela rua das Amoreiras, e isto permitirá no futuro que uma linha desses autocarros urbanos possa entrar no bairro para servir aquelas populações – como dizia, há pouco, já também têm uma idade um bocado avançada. Esta também é uma das reivindicações. Vamos agora conseguir que na rua de São Martinho seja colocada uma paragem naquele cruzamento, ou seja, é muito mais próximo do bairro, mas é um caminho que se está a fazer.⁷⁸

A toxicodependência, marca dos anos iniciais do bairro, não é agora um problema tão reconhecido: “não sinto, nas Andorinhas não. Eh pá, há uma situação ou outra. Mas não é... É tranquilo. Acho que não é nada problemático. Sei que nos outros bairros é mais problemático. Mas ali não. Até porque depois também não é, a própria Associação de Moradores... «Parece uma polícia a andar por aqui», e a polícia vai passando por lá numa postura muito dissuasora, só de visibilidade, do que propriamente de intervenção”. A existir, “obviamente que deve existir, quase que tenho a certeza. Mas não é nada muito, muito visível ou que tenha assim impacto ali naquelas pessoas, percebe? Que gere medo ou pânico, não...”. E os agrupamentos de jovens do bairro não são considerados propriamente gangues, só intervindo em contexto de rivalidades e disputas bairristas, um comportamento que é típico da freguesia de S. Vicente, “não é só das Andorinha, não é só...aqui as Palhotas, as pessoas daqui de algumas zonas da freguesia têm muito esse espírito bairrista, não é? E isso para o bem e para o mal, não é? São tão para o bem e tão para o mal. E as pessoas conotam sempre com o mal, mas se for preciso também quando é para ajudar alguém, eles também estão juntos”. E reforça: “são muito bairristas e juntam-se ... quase como os ciganos. Quando estão juntos, sentem, sentem força. Aqui, em S. Vicente, sinto muito isso. Mas nas Andorinhas não acho que seja problemático. Quando eu era mais novo, sei lá 15 anos, já havia isso «Ah as Andorinhas, o pessoal das Andorinhas» não, hoje em dia não”⁷⁹.

Em convergência com o presidente da Associação de Moradores, também Daniel Pinto concorda que o regime de copropriedade é um fator essencial para o sucesso na evolução do bairro: “em todos os blocos, há proprietários privados e isso acaba por atenuar muito aquilo que possa por vezes ser o desrespeito ou o desinteresse ou o desmazelo sobre aquilo que é o bem comum. Porquê? Os privados

⁷⁷ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁷⁸ Idem, ibidem

⁷⁹ Idem, ibidem

também exigem que aqueles que são arrendatários ou inquilinos de apartamentos da BragaHabit também cumpram algumas regras e isso é positivo, sobretudo quando há algumas etnias e pronto...sem estar aqui a segregar”⁸⁰. De facto, sobre a comunidade de etnia cigana, lembrando que nos primeiros anos do bairro o número de inquilinos era significativamente maior, a conflituosidade com os restantes moradores parece ter-se diluído com o tempo, o que não evita a permanência de uma separação entre eles:

Eu acho que há um problema muito grande quando se junta muitas famílias de etnia cigana no mesmo prédio. Eu acho que isso é um problema. E foi aquilo que, com estas vendas, que se foi progredindo e deixou de ser um problema. Acho que há lá... Por exemplo nós temos um senhor, educadíssimo, ele tem uma horta urbana, tem um talhão, de etnia cigana e impressionante... até mais educado para mim do que muitos outros, percebe? Portanto, não acho que seja, não acho que seja. Eu, é tratar a todos por igual. E eu, para mim, tratar todos por igual é... se têm cartão de cidadão, são portugueses. [Em relação à separação entre comunidades] Mas são as pessoas que o fazem. Muitas vezes, por atitudes dos próprios, mas porque lhes permitem ter aquele tipo de atitudes. Se não fosse permitido ou se lhes chamassem a atenção ou se as pessoas...quer dizer, «eu é que estou a ser o...». Eles sentem também essa, quando estão juntos sentem essa força...⁸¹

A rejeição territorial do Bairro Social das Andorinhas, aos seus olhos, não se verifica. Pelo menos, não agora, e não em comparação com os outros bairros sociais de Braga:

eu acho que, no caso de S. Vicente, não se percebe que é uma ilha, não se percebe que é uma ilha dentro do nosso território, mas eu moro em Braga e consigo olhar para os outros sítios e de facto, acho, sei lá, se calhar ali nas Enguardas, consegue-se perceber um bocado essa distinção. A Santa Tecla é muito isolada. Não é propriamente... agora passa-se lá pelo meio e tal, mas não é, quer dizer... E o Picoto... Apesar de... eu olho para aquelas habitações e para aquele conceito de bairro. E vejo ali uma coisa... muito bom, aquilo é muito bom. Mas não é para ser só etnia cigana. O bairro em si, as casas, a configuração do próprio bairro, a forma como aquilo está integrado naquele sítio Aquilo está num sítio de luxo. Mas lá está, não era para fazer aquilo. Agora claro, o Picoto está integrado? Não, claro que não está. As Enguardas... vai-se aceitando... [...] Acaba por ser um bocado, algumas ilhas, não é? Tipo, mesmo as próprias Andorinhas. Acho que até pode ser uma ilha, as pessoas acham que aquilo é uma ilha, mas não tanto por o que aquilo é hoje, mas por esse estigma do passado, não é? «As Andorinhas...é um bairro complicado», «Já lá foste agora à noite, por exemplo?» Não tenho qualquer problema. Pronto, se calhar, também sou suspeito por dizer isto porque as pessoas conhecem-me, não é? Mas acho que não há problema nenhum ali. Agora os outros, não é? Estamos a falar das Enguardas, de Santa Tecla e Picoto, de facto, não sei...nota-se... até do ponto de vista da construção que, do ponto de vista do planeamento, não foram muito boas soluções. Agora tentou-se reverter ali na Santa Tecla, fazendo a rua passar lá pelo meio, mas aquilo estava... é quase um *gueto*, não tinha saída, entra-se pelo mesmo sítio, sai-se pelo mesmo sítio, não é? Pairava sempre aquela sensação de estarmos a ser vigiados, não é? Eles controlavam aquilo... aconteceu isso comigo no outro dia. Outro dia ainda nem tinha lá passado, e eu ia de carro e passei lá pelo meio. E iam de fora a olhar para mim... ok...tu é que mandas, se quiser passar aqui, eu passo, a responsabilidade é minha. E eu nem ia de força, mas pronto. Ou seja, percebe? Eles transmitem às pessoas que lá passam, «isto é nosso, isto é nosso, e quem manda somos nós», mas pronto, é diferente. Nas Andorinhas, não temos...impossível, impossível, é completamente impossível.⁸²

No entanto, a rejeição sociocultural está patente em todos eles, “as pessoas ainda veem um bocado esse estereótipo”⁸³. E, apesar de não estar substancialmente presente em todos os bairros

⁸⁰ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁸¹ Idem, ibidem

⁸² Idem, ibidem

⁸³ Idem, ibidem

sociais, a comunidade cigana é-lhes sempre implicitamente associada, fundindo a discriminação étnica com o racismo territorial e com a criminalização da pobreza:

Vamos ser objetivos: «Ah, porque os ciganos são os que têm mais prestações sociais e não deviam». Isto é conversa fiada, não é? Mas as pessoas acreditam. Se calhar os ciganos são uma minoria dos beneficiários de prestações sociais. Mas pronto, é um discurso que passa. Porquê? Porque as pessoas estão revoltadas com determinadas coisas e agarram-se a isto.⁸⁴

Ponderando o futuro dos bairros sociais, quer como conceito, quer como solução urbanística, Daniel Pinto conclui a entrevista com uma opinião muito definida e estruturada:

Primeiro eu acho que temos que abolir com o conceito de bairro social e de habitação social. Eu acho que, face à realidade que nós temos hoje, nós temos que construir habitação a custos controlados, porque hoje em dia quem está a sofrer é a classe média, não é propriamente essas populações mais desfavorecidas, porque estas o sistema estas ajuda. Não ajuda é a classe média, que trabalha o marido, a mulher, têm filhos, contas para pagar, creche, créditos, quer dizer... primeiro, é preciso olhar para isto e acho que devemos abolir estes nomes todos de bairros sociais, de habitação social... acho que vai ser uma coisa tipo habitação a custos controlados onde temos tudo, temos classe média, temos pessoas com menos rendimentos, outras com rendimentos médios, acho que esse é que é o caminho. Acho que é preciso incutir nas pessoas uma ideia de quê? Que isto é, não é *ad eternum*, ou seja, alguém que é ajudada pelo Estado – e o Estado somos todos nós – ou pelo sistema, vamos falar de sistema, quem é ajudado pelo Estado. Somos todos nós. Têm que perceber que aquilo não é para a vida toda. [...] e eu acho que deve existir aqui é uma coisa, tipo tempo, que é dizer às pessoas: «vocês têm x tempo, 5 anos, 7 anos, 8 anos, 10 anos para começar a integrarem-se na sociedade e a evoluírem do ponto de vista social», quer dizer... Se calhar teremos de fazer formações, terem de participar em sessões de esclarecimento, ou seja, eu acho que este trabalho, que não é material, também tem que ser muito feito e a minha visão sobre esta matéria tem muito que ver com isso, não é? Não estudei isto, é fruto daquilo que é a minha percepção.⁸⁵

8.3. Visão das Moradoras e do presidente da Associação de Moradores do Bairro Social das

Enguardas

No Bairro Social das Enguardas, a conversa estabelecida com o presidente da Associação de Moradores, parte na sede do Clube Desportivo Leões das Enguardas, parte na sede da Associação de Moradores, permitiu conhecer, de forma aberta e desenvolta, as dinâmicas e rotinas quotidianas estabelecidas dentro do bairro. António José Araújo, o “Toninho”, como é conhecido por todos, é o Presidente tanto do Clube Desportivo como da Associação de Moradores. Uma ligação que se estende aos projetos implantados localmente, que reclamam frequentemente o envolvimento de ambas as organizações. Esta responsabilidade, assume-a, porque “tem que ser, porque as pessoas só vão, só fazem...só estão comigo se eu for o cabecilha, se não, não estão, também saem... é um bocadinho isso. Em todos os clubes aqui da nossa Junta de S. Vitor, [...] temos os clubes desportivos que funcionam basicamente com a mesma pessoa há mais de 30 anos. Porque se essa pessoa sai, os clubes fecham,

⁸⁴ Entrevista a Daniel Pinto, 28 de junho de 2023

⁸⁵ Idem, ibidem

e as Associações”⁸⁶. Apesar de ter colaboradores que integram a sua equipa de trabalho, assume que é o grande motor por detrás da ativa e multifacetada agenda de trabalho dos dois organismos. E essa é uma preocupação que o inquieta quando, um dia, abandonar estas funções. Agora reformado, a dedicação a estas causas associativas, sociais e desportivas já soma mais de trinta anos, muitos deles já não como residente efetivo no bairro, mas onde passa a maior parte das horas do dia, envolvido nas suas múltiplas solicitações.

A recordação da vinda para o bairro carrega a nostalgia da vida e da organização do antigo bairro operário do Carandá, mas também a consciência que essa visão romântica partilhada por muitos dos seus antigos habitantes mascara as dificuldades e as parcas condições de habitabilidade que o Bairro Araújo Carandá possuía:

na altura, nesse bairro, apesar das pessoas hoje serem saudosistas, e dizerem que era muito bom, não era. Porque cada 3 moradores tinham uma casa-de-banho que era latrina, não havia casas-de-banho, nem havia chuveiros. Até aos anos 70 não havia casas-de-banho, nem havia chuveiros. Depois as pessoas começaram a emigrar e a ganhar mais um bocadinho de dinheiro, começaram a fazer casas-de-banho. O meu pai trabalhava por conta dele na arte de calçado, fez uma casa-de-banho grande com 3 chuveiros, até serviu para o Clube, para o atletismo que havia na altura irem tomar banho lá e até deixar a roupa, e a minha mãe ainda lavava a roupa por cima..., portanto, eram outros tempos.⁸⁷

Tendo saído do bairro quando se casou, permanecem o pai – que continua como sapateiro numa pequena oficina no bairro – a mãe e o irmão. Quando chegaram, em 1978, tinha 17 anos e a primeira impressão foi “boa...de um bairro que tinha dificuldade em tudo e viemos para casas novas, com casas-de-banho [...]. Mais divisões...mais condições de habitabilidade. Perdemos foi a privacidade, porque o Bairro fazia um T, e tinha a parte de cima e a parte de baixo, e depois eram tudo casas independentes, com quintal em que criávamos coelhos, galinhas, tínhamos o cão, o gato...e perdemos foi isso [...]. Aqui viemos para apartamentos. Aquilo eram casas”. Mostrando a maquete do Bairro Araújo Carandá, que ocupa um lugar de destaque logo à entrada da sede da Associação de Moradores, nota-se que as lembranças da vida de então continuam muito presentes: “o bairro era assim, eram casinhas, não é? Isto bem reparado...e depois era telha de castanho e riga, barrotes de riga e só soubemos depois que tínhamos uma riqueza, soubemos posteriormente, mas pronto, mas pronto...é a vida”⁸⁸.

Muitas das pessoas que vieram nessa altura ainda se mantêm no bairro. É uma característica que observa, o envelhecimento dos seus moradores, para os quais orienta grande parte dos projetos em que se envolve na Associação de Moradores, como o Sênior Feliz, Saudável e Seguro, do Programa Viva o Bairro. Por seu lado, o Clube Desportivo proporciona atividades desportivo-recreativas para as faixas etárias mais novas, às quais os jovens aderem com bastante entusiasmo, e particularmente os que

⁸⁶ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

⁸⁷ Idem, ibidem

⁸⁸ Idem, ibidem

residem fora do bairro. Para todas as iniciativas conta com as parcerias institucionais da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e da Associação Famílias, instalada no bairro desde os seus inícios:

neste momento até os projetos que eu tenho é para as pessoas idosas, não é? Porque está a ficar muito idoso. Os jovens casam e saem daqui. Mas isso é normal, isso era uma coisa que sabíamos que ia acontecer, o bairro tinha muita juventude até ao ano 2000, mais ou menos, a partir de 2000 começou o decréscimo da juventude e isto a ficar com as pessoas mais idosas. Portanto, o trabalho do Clube é para os jovens, mas basicamente os jovens são quase todos de fora, aqui do bairro tem meia dúzia deles, e o trabalho da Associação de Moradores é para os idosos...fazemos ginástica, rastreios, *workshops*, passeios...Este ano já fizemos, durante o ano vamos fazer 7 ou 8 passeios. Fomos a Santiago, ao Grove, a Aveiro, a Fátima – vamos fazer outro a Fátima, porque as pessoas idosas gostam muito de ir a Fátima, e agora com as Jornadas Mundiais da Juventude mais incentivou a que efetivamente se vá a Fátima...os que são católicos, cuidado. Porque nós somos, essencialmente, somos um país de católicos...⁸⁹

A questão da religião é um dos obstáculos à participação integral do bairro na dinamização destas atividades, uma vez que a comunidade cigana, expressiva no bairro, não pratica a religião católica. Isto afasta-os das celebrações do Senhor da Paz, emblemáticas e significativas no bairro, assim como de outras iniciativas de pendor religioso. Mas o seu afastamento e mesmo ausência é também verificado em diferentes ocasiões da vida do bairro:

mantêm-se à parte, querem mesmo. Eles, por exemplo, na religião católica, na missa, não aparece um cigano, reuniões e etc, eles não aparecem a nada, para tratar de qualquer coisa eles não aparecem, eles próprios é que se excluem, não somos nós que os excluímos, eles é que se excluem. No desporto ainda os consigo ter, mas são aqueles que é a questão social, não é? Por exemplo, na formação os pais pagam, eles não pagam. Não pagam o material desportivo, não pagam os *kits*, não pagam a mensalidade...assim é que os conseguimos ter...é a parte social.⁹⁰

A divisão do bairro gerido pela BragaHabit é visível, tanto pela ocupação geográfica dos prédios como no usufruto do espaço comum. Existe, informalmente, a parte de cima – moradores provenientes do bairro operário demolido – e a parte de baixo, com outros moradores, sobretudo de etnia cigana. Os prédios geridos pelo IGFSS completam o bairro. Se estão institucional ou culturalmente apartados, essa linha divisória desaparece nas intervenções socio-recreativas realizadas, que também instam outros cidadãos externos ao bairro a nelas tomarem parte. O entusiasmo é grande quando fala sobre os projetos em que se envolve e a vontade de os apresentar combina-se com a gratificação que sente pelos resultados obtidos:

eu, das pessoas dos passeios, ginástica, e do que faço, trabalho com os dois bairros, e com pessoas da Rua dos Congregados, da Rua da Torre Europa...toda a gente é bem-vinda, eu assimilo as pessoas todas...nós, nós. Eu digo eu, porque há sempre um cabecilha, mas eu gosto mais do nós, nós Associação e o Clube, nós acolhemos aqui as pessoas todas. Isto é muito bonito o que se faz ...e você pode ver no *Facebook*, pode ir à Associação e ao Clube, que isso é só entrar. A Associação de Moradores, a AMBSE ...⁹¹

Ao desfiar as entradas na rede social, quando questionado sobre a recetividade das atividades, diz imediatamente: “é muito boa, muito boa. Isto é o Projeto UM Futuro que fazemos. Isto aqui é a ginástica

⁸⁹ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

⁹⁰ Idem, ibidem

⁹¹ Idem, ibidem

ali no Pólo Desportivo, isto são os idosos que fazem ginástica, idosos com 80 e tal anos, isto os *workshops*...é por elas que fazemos isto. Isto são fotografias, tem o professor, não é? E de vez em quando, ao acabar, fazemos o *Malhãozinho*...”. A adesão é mesmo maior do que a capacidade logística: “isto começou com 30 e tal pessoas e aquilo não assimila 30 e tal pessoas. Entretanto, agora temos para aí 25, mas isto tem-se feito todas as segundas-feiras, já há 8 meses. O projeto começou em janeiro de 2023 e acaba em dezembro. Já estamos a preparar outro, o próximo do Viva o Bairro, que é aqui no *Human Power Hub*, da BragaHabit”⁹².

Foi à saída de uma destas aulas de ginástica sénior que, ainda cansadas e a beber das garrafas de água oferecidas pela Associação de Moradores, decorreu a conversa animada com várias moradoras do bairro. Apesar da pressa que constantemente anunciavam ter para cumprirem os afazeres domésticos, não deixavam de responder, entre brincadeiras e gracejos frutos da cumplicidade da vizinhança de há muitos anos, às perguntas colocadas, encadeando assertivamente recordações e episódios decorridos no bairro. A aula de ginástica das segundas-feiras, das 9.30h às 10.30h, consegue a adesão contínua de mais de duas dezenas de moradores, sobretudo mulheres, onde exercícios físicos variados são acompanhados com músicas alegres, instruída por um professor que constantemente os incentiva com comentários joviais e com uma atenção pormenorizada. Com maior ou menor esforço, vê-se o empenho de todos em cumprir os objetivos propostos, esquecendo por uma hora a idade, já muito avançada em muitos casos, e as dificuldades externas a este ambiente leve e bem-disposto. Toninho também participa, rindo e nomeando os participantes, todos vestidos com os seus fatos de treino e camisolas do Projeto Viva o Bairro.

Arminda Costa e Rosa Andrade lideram as explicações da vinda para o bairro novo, todas acomodadas à volta da mesa oval, no espaço da sede do Clube Desportivo onde, na remodelada sala anexa, tinha decorrido a aula. Quando vieram gostaram muito do bairro, mas o projeto de um bairro novo, construído no mesmo local do antigo bairro operário, foi uma promessa não cumprida do Presidente da Câmara de então, facto que Maria do Sameiro Costa não quis deixar de lembrar. É ela que também, mais vigorosamente, expõe a evolução sociodemográfica nos primeiros anos do bairro. A denominada parte de cima foi inteiramente ocupada pelos ex-moradores do Bairro Araújo Carandá, ficando a parte de baixo “para outras pessoas que vieram ocupar as casas. Mas, entretanto, elas começaram a sair, porque encontraram outras soluções, e começaram a vir mais ciganos”⁹³. As casas novas “eram muito boas, porque as outras não tinham condições”⁹⁴, mas a questão da coabitação com

⁹² Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

⁹³ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

⁹⁴ Entrevista a Arminda Costa, 18 de setembro de 2023

a comunidade cigana intromete-se novamente entre as memórias desses tempos. A ocupação progressiva do bairro pela comunidade domina o debate entre todas, reclamando à conversa Emília Costa e Maria da Conceição Gomes. Referem que a área por ela ocupada está mais destruída e que o ringue desportivo também já foi objeto de vandalismo. Falam do parque de basquetebol, recentemente objeto de uma recuperação e intervenção artística? “Sim, já está todo destruído”⁹⁵. E Arminda Costa continua: “é só ir ali e ver as mesas à porta dos prédios, os churrascos, mas vocês podem dizer melhor” diz, interpelando Maria do Sameiro Costa e Maria da Conceição Gomes, “vocês estão de frente para eles”⁹⁶. Elas confirmam, abanando as cabeças. Quando são inquiridas acerca da participação da comunidade cigana nas dinâmicas do bairro, dizem que não participam.

A participação efusiva é, no entanto, comum aos outros habitantes do bairro, relativamente às várias iniciativas propostas pela Associação de Moradores, e das quais Toninho fala orgulhosamente. Mostra no seu telemóvel imagens dos passeios:

aqui, olhe, está a ver as cenas que eu faço, no moliceiro quando andámos lá...isto é moliço, não é sargaço como tem na Apúlia, isto é moliço. Olhe, olhe aqui as cenas que eu faço com os velhinhos. Ponho-me a tirar fotografias, o barco virou e eu caí. [...] Está a menina a falar, muito simpática, diz ela que foi o melhor passeio que fez na vida dela, que era só rir. São 45 minutos. [...] Porque eu estou a fazer assim, estou a filmar, o barco vira e eu caí. Eu caí não, eu fiz que caí. E o meu pai, que tem 86 anos, ia aqui e começou-se a rir como um perdido.⁹⁷

O financiamento obtido no projeto Viva o Bairro já permitiu fazer um Banco Ortopédico e “já levo essa cadeirinha, a caixa dos primeiros-socorros levo nos passeios com os idosos, comprei uma cama – 1500 euros – para uma pessoa que esteja acamada”⁹⁸. Recorda um episódio acautelado devido à existência deste projeto e outras ações implantadas ao seu abrigo:

O projeto Viva o Bairro, quando eu fiz o primeiro rastreio aqui em fevereiro, detetei uma idosa que começou a ter ginástica. Detetei, não fui eu que detetei, a enfermeira e as médicas é que detetaram, uma idosa com a tensão a 20...pronta a ter um ataque cardíaco, um AVC...qualquer coisa. Mandámo-la para o hospital, o filho veio, ela não estava a tomar a medicação, entretanto resolveu-se. Na ginástica temos também um caso comum, que apresentamos nas fiscalizações, [...] vêm verificar o trabalho, não é? E nós temos que ter as evidências, as chamadas evidências, por isso é que há cá filmes, é que há cá fotografias, há cá tudo. Porque nós fazemos workshops sobre alimentação, segurança alimentar, vem uma engenheira da alimentação fazer, fazemos *workshops* sobre segurança, como é que se diz, de primeiros-socorros, também, que é muito importante [...] Fazemos aqui, com projeção ali, tiramos aquele quadro. A técnica ou enfermeira faz a projeção para ali, pomos tudo aqui em cadeirinhas...não tem sido muita gente, porque há muita gente que não participa, mas isso não podemos obrigar as pessoas a participar, não é? [...] Se dissermos «Vamos dar qualquer coisa», isso vem tudo. Portanto, temos muita atividade no bairro...o projeto Viva o Bairro fez com que houvesse mais atividade. Entretanto estou a aproveitar para fazer um banco ortopédico, que vou agora fazer, vou agora tratar com o Carlos Videira, fazer uma parceria entre a BragaHabit, a Associação de Moradores, uma firma [...] que é dos trabalhadores da Segurança Social da Saúde – tem SAD, tem escolas, tem a colónia de férias da Apúlia e trabalham já em parceria comigo, em colaboração, e vamos reunir que é para quando se precisar de umas

⁹⁵ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

⁹⁶ Entrevista a Arminda Costa, 18 de setembro de 2023

⁹⁷ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

⁹⁸ Idem, ibidem

muletas – que é como eu faço isso «ó Toninho, preciso de umas muletas», eu tenho 4 ou 5 pares no Clube, agora comprei destas para idosos...a cama ortopédica...»⁹⁹

Envolvendo as crianças, no Bairro das Enguardas decorreu o Projeto M.A.P.A. “durante dois anos, que era um projeto de pinturas murais, se vir bem o prédio...agora vai haver o n.º 70 ali nos prédios do IGAPHE, que vai começar agora em setembro até...as oficinas vão ser aqui, que já me ligaram da Cultura da Câmara...que durante 2 anos fizeram, os miúdos começaram a pintar e foi ali na sede”. Também o projeto *Bike Atitude* merece destaque, “que é bicicletas, que vai a Santa Tecla, vai ao Picoto, vem às Enguardas, vai às Andorinhas, aqui é à quinta-feira, que é aqui no rinque, é o projeto *Bike Atitude*... que é aquelas bicicletas que não têm assento, que é para eles fazerem aquelas coisas todas”. Lembra ainda o projeto BragaBrinca, já terminado, “quando havia o BragaBrinca da BragaHabit, a carrinha, o autocarro vinha aqui [...]. Pronto, o autocarro vinha aqui com o marido da Nita, que era o Ruca o motorista..., portanto há muitos projetos aqui, são sempre bem-vindos”¹⁰⁰.

O mesmo acontece com a Universidade do Minho, com quem mantém uma parceria constante e colaborativa: “fazemos este projeto UM Futuro e depois tenho parcerias com as tunas, [...] eu tinha uma parceria com o Bomboémia, quando fazia as festas, ou tinha aqui a tuna a atuar ou o Bomboémia vinha-me sempre tocar os tambores na apresentação das equipas no campo, era o Bomboémia que vinha, e eles quando me pediam, eu tinha duas carrinhas e emprestava-lhes sempre as carrinhas”¹⁰¹.

Já no Sporting Clube Leões das Enguardas pratica-se atualmente “o karaté, neste momento só temos o karaté, as atividades culturais e o futebol jovem”. Quanto ao basquetebol feminino, com grande tradição no clube, “o basquete não, o basquete não consegui porque nós ficamos ali com o pólo desportivo com um protocolo com a Câmara, mas precisávamos de um pavilhão e o nosso pavilhão tinha que ser o do Francisco Sanches [Escola EB 2,3] e não conseguimos e o projeto, ficou em *stand-by*”. No campo de basquetebol que foi alvo de requalificação não dá para praticar profissionalmente o desporto “porque o basquetebol tem de ser feito em pavilhão. Ali dá para treinos e para brincadeiras... [...] num campo que está aberto você não faz treinos no inverno, porque o pavimento é escorregadio e depois as pessoas não vão estar ali à chuva, não é? [...] E o basquetebol nos meses de mais trabalho, que é de setembro até maio, é mais o inverno que apanha, o outono-inverno. Não há possibilidades”. Mas não foi essa a mensagem veiculada aquando da renovação, que seria um apoio à reintrodução da modalidade no clube? “Foi com intenção, não foi de o Clube ter alguma coisa, foi com intenção de fomentar o

⁹⁹ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹⁰⁰ Idem, ibidem

¹⁰¹ Idem, ibidem

desporto, que aquilo estava um antro de consumo, estava degradado, e fez-se aquela obra com a ajuda do IPDJ e..., mas continua um bocadinho parado. É isto, as novas tecnologias estragaram tudo”¹⁰².

Sente algum desânimo quando verifica que os mais novos se dedicam cada vez menos às atividades ao ar livre e ao desporto: “tudo o que é ao ar livre as crianças...agora veem-se mais as pessoas com mais de 50 anos a caminhar e a praticar desporto do que até os jovens. Os jovens precisavam de ser empurrados para o desporto mais”¹⁰³.

Recordando outra experiência no bairro — as filmagens da série *Braga* —, “foi muito bom, foi bom, na altura foi bom que estava o Covid, estava tudo parado, os *caterings* e a rouparia foi feita onde é o ginásio, eles alugaram as instalações, os atores eram feitos ali, [...] tudo o que vê de imagens da igreja era ali, muita coisa foi feita aqui, no Bom Jesus, onde morreu o cigano foi no Bom Jesus e foi bonito, foi bom. Durante um mês foi intenso, foi bom”. Com boa aceitação, “o povo participou, mas também porque não haveria de haver aceitação? Eles pediam para fazer qualquer coisa davam 20 euros, pagavam tudo. A etnia cigana estavam sempre a dizer «se for preciso, se for preciso»”. E faz uma correlação interessante: “é fácil, onde houver pagamentos...é mais fácil, é o que eu costumo dizer... neste projeto do Viva o Bairro, nós começamos sem dinheiro, o Presidente é que viu as Associações de Moradores com tanto interesse e disse: «Há aqui uma verba de 200 mil euros, vamos ver o que se pode fazer». E inventou-se e fez-se projetos, não é?” E, “portanto, havendo dinheiro é mais fácil de dinamizar as coisas, porque aos velhotes dei-lhes: camisolas, dei-lhes tratamento ali numa clínica de fisioterapia, dei-lhes uma sessão de fisioterapia ou de relaxamento, têm uma garrafinha de água ou duas por cada treino...porque há dinheiro”¹⁰⁴.

O que mais o alegra e aprecia no bairro é “o convívio com as pessoas, é usufruírem das atividades que têm, fico encantado, fazer passeios e encher um autocarro rapidamente...as pessoas gostarem das atividades que se faz, que não podemos agradar a todos”. É também uma faceta que partilha com Flávio Vieira, das Andorinhas: “quem vier para uma Associação, para um Clube, se se meter na política, ou qualquer coisa, se pensar que vai agradar a todos, que não se meta. No próprio bairro, eu tenho gente que me adora e gente que não gosta de mim. Porque eu faço muita coisa e eles não gostam que eu faça”¹⁰⁵.

Quanto ao bairro edificado, e às obras de reparação ou reabilitação que vão ocorrendo, a discussão ressurgiu a envolver a comunidade cigana. Existe uma grande revolta entre as moradoras face à intervenção que existe nos prédios pertencentes à BragaHabit e a insuficiência dela naqueles onde a

¹⁰² Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹⁰³ Idem, ibidem

¹⁰⁴ Idem, ibidem

¹⁰⁵ Idem, ibidem

maior parte dos fogos são de propriedade privada. Os primeiros, alvo de renovação integral, apresentam já marcas visíveis de degradação, gerando um sentimento de injustiça perante os outros moradores que, até há pouco tempo, não podiam contar com apoios financeiros para a intervenção nas suas próprias casas. Um contratempo que terá solução a breve trecho, uma vez que os proprietários de frações privadas se podem agora constituir como Beneficiários Diretos no âmbito das candidaturas ao Programa 1º Direito. Uma indignação acrescida surge, entre elas, pelo facto de os moradores abrangidos pela renovação das suas casas não apresentarem, aparentemente, os cuidados necessários à manutenção do edificado requalificado, quando já detêm o benefício de pagar valores muito baixos de renda. Num debate acalorado sobre as candidaturas ao financiamento, Rosa Andrade disse que ficavam muito caras, que “na reunião que houve no meu prédio disseram que as obras iam custar mais de 20 000 contos”¹⁰⁶. Arminda Costa tentou explicar que esse era o valor sem financiamento, que ela não teria de pagar essa verba por inteiro. Teria era de se candidatar para obter a comparticipação; ela própria já se tinha candidatado à renovação da sua casa. Perante o olhar confuso de Rosa Andrade, Maria do Sameiro Costa disse prontamente: “Ai, eu candidatei-me a tudo, ao interior e ao exterior”¹⁰⁷. E que existiram reuniões onde foi explicado como as candidaturas funcionavam.

Também nas palavras de António Araújo transparece alguma frustração e desânimo face à efemeridade do resultado das obras já realizadas no bairro. A culpa é também associada à comunidade cigana, com a qual se procura estabelecer diálogo, especialmente por intermédio técnico da BragaHabit:

Restauramos o parque de basquete, tentamos fazer alguma coisa, mas os energúmenos da sociedade – que você sabe bem do que eu estou a falar – destroem tudo, isto não tem um ano e já está tudo um bocado destruído. Apesar da perseverança que temos feito para as coisas se fazerem, é difícil, é muito difícil. Não se mantém. É difícil. Num bairro social é muito difícil as coisas se manterem, infelizmente. Mas temos de continuar, a tentar arranjar e a tentar...não é?¹⁰⁸

No entanto, realça que existe uma grande disponibilidade de infraestruturas no bairro que possibilitam o espaço físico e as condições logísticas para o desenvolvimento da atividade das associações lá presentes. E esta é uma grande vantagem: “as instalações são... ainda agora estive com o Presidente da Associação do Bairro da Alegria que não tem instalações e ele diz que não consegue trabalhar porque não tem instalações, não é? É difícil trabalhar. Nós temos tudo. Nós temos o Clube, a Associação de Moradores, a Associação Famílias, que consegue fazer alguma coisa para quem quer...”¹⁰⁹. Conta, cheia de detalhes, a história que levou à formalização da Associação de Moradores:

Surgiu em 2009...que eu vinha de trabalhar [...] e vim almoçar à minha mãe – como venho ao sábado, venho almoçar à minha mãe, e às vezes ao domingo, estou aqui todos os dias, sou como um morador daqui, que

¹⁰⁶ Entrevista a Rosa Andrade, 18 de setembro de 2023

¹⁰⁷ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

¹⁰⁸ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹⁰⁹ Idem, ibidem

estou aqui todos os dias, que tenho que ver o correio, ver os *mails*, pronto, fazer esse trabalho todo e, houve uma intempérie e houve 2 ou 3 telhados que caíram parcialmente, e então ninguém fez nada. E eu chamei os bombeiros, vedamos as partes, chamamos a polícia para tomar conta da ocorrência, liguei para a BragaHabit [...], no dia seguinte fomos à Câmara, eu e o meu pai [...] e conseguimos que daí viesse uma empresa repor aqui os telhados e prender os outros. [...] depois o próprio arquiteto, [...]: «Porque não fazem uma Comissão de Moradores, uma Associação de Moradores?» [...] Entretanto eu dei a volta ao bairro, juntei 7 ou 8 pessoas comigo, fizemos uma Comissão Instaladora. As primeiras instalações foram ali no Clube, de 2009 até 2011, porque isto foi em 2013, mas em 2011 estávamos legais, registados nas Finanças, no notário e tudo o mais, pronto. [...] depois fizemos tudo legal, formámos uma Direção e continuamos ali. Isto era uma mercearia que estava parada e pedimos isto à BragaHabit. Foi-nos cedida, em contrato de comodato, como é tudo, não é? Foi-nos cedido, fizemos obras, aproveitámos, tivemos sorte que a escola Francisco Sanches estava em obras [...] e havia muito material que era para ir embora e aproveitámos, que isto era tudo da escola, aproveitamos o material, [...]. E a partir daí fizemos a Associação. Desde que ela começou, eu estou sempre metido nela. Saí 2 anos para descansar um bocadito, ali 2017 a 2019, mas estive sempre aqui a ajudar. Sempre. E claro que a dificuldade é de pessoas para trabalhar.¹¹⁰

Assim como Flávio Vieira e as moradoras do Bairro Social das Andorinhas afirmaram, a falta de colaboração na prossecução das atividades propostas é uma constante: “não temos muito a participação... as pessoas querem as coisas feitas, mas não se metem nelas”, o que se agravou com o afastamento imposto pelo período da pandemia: “com a Covid as pessoas perderam a vontade de trabalhar, têm de ganhar outra vez”. Importante, no entanto, é a cooperação produtiva nos condomínios, sendo que o Bairro das Enguardas foi dos primeiros a estabelecê-los formalmente: “fomos o primeiro bairro social quase do país a ter condomínios com a chancela da BragaHabit”¹¹¹. E esta é a chave para o bom funcionamento e para a manutenção do bairro, a par do regime de copropriedade:

e o ter aqui os condomínios, as pessoas nos condomínios... você se der uma volta ao bairro sozinha, você vê as entradas todas em tijoleira, tudo arranjadinho, é os condomínios! Não é a BragaHabit que faz, porquê? Porque estes daqui, principalmente estes daqui, é tudo comprado. Tem um ou outro inquilino que a BragaHabit tem de pagar a parte dela, mas as entradas, tem... tudo levou canos novos, que isto é de 78, 77, [...] também romperam, estavam a ficar calcinados e estes agora são de um tubo de plástico moderno, não é? Aquilo era em ferro, e o ferro ficava corrosivo, não é, deteriorado. E basicamente é isso, houve evolução.¹¹²

Se é descrito como palco de entreajuda e de várias iniciativas sociais que se conjugam com uma abertura efetiva à cidade, o Bairro Social das Enguardas também padece de problemas sistémicos relativos a comportamentos ilícitos e tráfico de droga, situação que “Toninho” conhece bem: “porque num bairro social, temos que pensar que, ao existir o que existe, existe também marginalidade, não é? E droga, não é? E isso não se pode ocultar, porque não somos utópicos, não é?”. Este tipo de comportamento “permanece sempre. E vai permanecer...isso não se consegue...não. Isso não se consegue porque a etnia cigana vive essencialmente da venda da droga e dos rendimentos, não é? Porque não trabalham”¹¹³.

¹¹⁰ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹¹¹ Idem, ibidem

¹¹² Idem, ibidem

¹¹³ Idem, ibidem

Realça, no entanto, que este comportamento não gera problemas com os moradores: “se vier de tarde [...] vê os ciganos parados com os energúmenos a fumarem ganza e o nosso povo a passar, a trabalhar, portanto há uma diferença cultural e de trato que é difícil mudar, não se muda. E se você for a Santa Tecla, que é difícil ir a Santa Tecla e ao Picoto, [...] você entra aqui à vontade e ninguém lhe faz nada. [...] Em Santa Tecla vão logo pensar que você é da Judiciária ou da Investigação Criminal”¹¹⁴.

Existe, à semelhança do que foi reconhecido nas Andorinhas, uma rivalidade com a comunidade brasileira da cidade: “quando há um problema grave a etnia cigana une-se, por exemplo, um problema com brasileiros”¹¹⁵.

Maria do Sameiro Costa diz logo, quando se pergunta se o tráfico de droga é um comportamento visível no bairro: “ai é, vê-se logo ali uma pessoa a controlar a estrada”. Mas quanto a criar medo nos restantes moradores, “não, a gente mete-se cada um na sua vida e não há problemas”¹¹⁶. Arminda Costa dirige-se à vizinha Rosa Andrade: “Alguma vez tiveste problemas?”¹¹⁷. “Não, não”¹¹⁸. E diz que a polícia passa lá assiduamente. “Ainda ontem passaram aí duas motos”¹¹⁹, reforçou Maria do Sameiro Costa.

A noção que o Presidente da Associação de Moradores tem é que, se pudessem, os moradores iriam habitar outras áreas da cidade. Mas muitos são proprietários e não vão deixar as suas casas: “a maior parte dos moradores que eu falo, se tivesse condições, saía. O nosso povo, que veio do Carandá, quase 95% comprou a habitação. Comprou, na altura, porque eram baratas, não é?”¹²⁰. Entre as moradoras, a opinião diverge. Se Arminda Costa diz que gosta de estar no bairro, aquiescida por Rosa Andrade, Maria do Sameiro Costa opõe-se enfaticamente “eu saía, ai eu saía! Se eu tivesse essa possibilidade eu saía”¹²¹. Emília Costa diz que não iria embora, “para quê, eu vejo a vivenda do meu filho, com muros altos, não se vê ninguém...”¹²². Maria do Sameiro riposta: “via da janela as pessoas a passar!”¹²³. Mas para a maioria, a sociabilidade no bairro funciona como contrapeso às dificuldades sentidas e, pela gestualidade, notava-se que grande parte das vizinhas concordava com a valorização da partilha de hábitos e de conversas entre todas. E não se sentem isoladas territorialmente, dizendo que o bairro está perto de tudo.

Também António Araújo não arroga ao bairro uma segregação territorial nem institucional. De facto, “a Junta é o nosso parceiro em tudo, qualquer coisa que eu precise eu mando para a Junta e a

¹¹⁴ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹¹⁵ Idem, ibidem

¹¹⁶ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

¹¹⁷ Entrevista a Arminda Costa, 18 de setembro de 2023

¹¹⁸ Entrevista a Rosa Andrade, 18 de setembro de 2023

¹¹⁹ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

¹²⁰ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹²¹ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

¹²² Entrevista a Emília Costa, 18 de setembro de 2023

¹²³ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

Junta manda para as entidades [...]. A Câmara também resolve, ajuda-nos muito, não temos razão de queixa nem da Câmara nem da Junta [...]. Eu faço aí qualquer atividade, convido o Presidente e o Administrador e eles vêm. As pessoas estão aí a fazer um rastreio e eles vêm aqui ver as pessoas”¹²⁴. Contudo, reconhece que ao bairro continuam a ser imputados preconceitos por parte da restante cidade, muito devido aos problemas relacionados com a droga e condutas impróprias dentro do bairro. Estas adversidades não lhe retiram, porém, o orgulho de pertencer a esta comunidade:

no Bairro das Enguardas não. No Bairro das Enguardas tem 4 saídas, 4 entradas, os vereadores passam aqui, o Presidente da Câmara passa aqui, todos passam aqui livremente, sem problemas nenhuns... apesar do bairro ter problemas – que eu não vou dizer que não tem, tem problemas – só que não tem problemas graves como tem o Bairro do Picoto ou outros bairros que estão ali isolados, não é? Estão mais fechados. O Bairro de Santa Tecla agora sofreu umas obras, que estão quase a acabar, está muito melhor, porque também abriram mais estradas, está melhor, circula-se mais ... Porque o circular obriga a que o bairro se comporte melhorzinho, até a nível de lixo – agora com os contentores – que aqui já foram ensinados e limpeza há muita. Nós aqui temos sorte, até temos um senhor reformado que se levanta às seis da manhã e faz a limpeza quase ao bairro todo. Quando vêm os empregados da Agere a limpeza está quase feita. E o nosso bairro é melhor nisso. Eu tenho orgulho de dizer que sou das Enguardas porque o nosso bairro é melhor nisso. Porque o nosso bairro tem desporto, tem cultura, tem tudo, tem tudo. Mas também tem coisas más, não me diga que só tem coisas boas. E as coisas más eu digo-as sempre: temos a droga, temos o vandalismo, temos os estereótipos da sociedade.¹²⁵

O senhor do bairro que limpa as ruas também é mencionado pelas moradoras, referindo que agora está no hospital. E também admitem que ao bairro é associada uma conotação negativa por parte das pessoas na cidade. E isso deve-se, na opinião generalizada, à comunidade cigana e à destruição que provocam no bairro. “Eu digo sempre que moro na Rua Senhor da Paz!”¹²⁶, é a resposta que dá Maria do Sameiro Costa quando lhe perguntam, ocasionalmente, onde mora. Não é no Bairro Social das Enguardas, é na Rua Senhor da Paz, a rua que circunda o bairro, designação semanticamente distanciada da imagem e do preconceito a ele apegados.

Contudo, o futuro perspectiva-se aqui, no bairro: “isto é a residência das pessoas, as pessoas não vão largar isto, as pessoas de idade, e é tudo pessoas de idade, que moram aqui no bairro, principalmente na nossa zona do bairro do Carandá”. Quanto ao passado, “os bairros sociais, na altura, foram uma maravilha”. Mas, “o que interessa é que efetivamente os tempos mudaram, não é?”¹²⁷ E

o futuro do bairro, [...] é o futuro das pessoas, as pessoas é que fazem o futuro. E eu não posso dizer o que é que vai ser, porque as pessoas é que fazem o seu futuro. É assim, eu, neste momento, sinto – e não é... você já viu um bocadinho – eu se sair, isto fecha tudo. Porque as mulheres que estão comigo saem, porque só estão aqui porque eu estou, no Clube também estão comigo, porque eu sou o dinamo, aquele que faz avançar tudo, o mentor. Idealizei a Associação de Moradores, sou o mentor...e para os energúmenos e os que não gostam de mim é uma alegria, mas o bairro começa a ficar degradado se não tiver a Associação de Moradores, a Associação Famílias, se não tiver o Clube, o bairro fica degradado. Mas você já viu este trabalho,

¹²⁴ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹²⁵ Idem, ibidem

¹²⁶ Entrevista a Maria do Sameiro Costa, 18 de setembro de 2023

¹²⁷ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

já estão à minha espera ali em baixo. E daqui a um bocado tenho que ir trabalhar. Portanto é basicamente isto.¹²⁸

Apesar da pressa e do telemóvel já ter tocado algumas vezes, ainda houve tempo para um pequeno passeio pelas ruas circundantes às sedes da Associação e do Clube, situadas perto uma da outra, e para uns cumprimentos ocasionais e algumas palavras trocadas com os moradores que iam passando. Perguntavam por alguma iniciativa agendada ou por uma reunião a fazer. Ao mesmo tempo, apontava a beleza da pequena capela do Senhor da Paz, e do espaço ajardinado em redor, zelosamente cuidados, assim como a organização e limpeza visíveis nos passeios e espaços públicos entre os prédios da parte ocupada pelos antigos moradores do Bairro Araújo Carandá. A denominada parte de baixo confrontava esta paisagem com o aspeto mais degradado do edificado. Em algumas paredes sobranceiras a esta parte do bairro eram também visíveis pichagens com dizeres inerentes a rivalidades bairristas. Uma oposição visual e cultural que demarca e atrasa a integração do bairro na conjuntura social da cidade, estigmatizando a área geográfica e a população residente.

8.4. Visão de Marta Ferreira, Diretora do Departamento dos Apoios Sociais da Empresa Municipal BragaHabit

Marta Ferreira, Diretora do Departamento dos Apoios Sociais da Empresa Municipal BragaHabit fala, no seu gabinete, da experiência de vários anos no exercício de funções nas áreas do apoio à habitação e dos apoios socioeducativos em jardins-de-infância e escolas básicas. Socióloga, integrou os quadros da empresa em 2002, após um estágio curricular na Câmara Municipal, onde quis estudar a situação dos apoios sociais, então disponibilizados, às pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social:

Eu quando entrei tinha um objetivo muito específico de estudo que, na altura, portanto, havia as soluções de habitação em bairro social. E havia o subarrendamento, que foi uma modalidade que foi implementada em 1986, porque na altura, como havia muita habitação devoluta na cidade e como o modelo de bairro social estaria um bocadinho esgotado, o município na altura, nos anos 80, resolveu enveredar por arrendar habitações no mercado e subarrendar por preços mais baixos a famílias carenciadas. E, portanto, quando eu chego aqui está a BragaHabit a ensaiar novas respostas de apoio habitacional, que é o RADA, que ainda existe nos dias de hoje, não é subsídio direto: a pessoa arrenda a casa no mercado e depois só pede aqui o subsídio que é atribuído mediante os rendimentos; e a modalidade de Residências Partilhadas. Pronto foram essas 2 modalidades que foram criadas em 2002 [...], e o meu estudo na altura era um bocadinho fazer a caracterização da população que precisava de uma resposta habitacional para tentarmos aqui conceber respostas ajustadas àquilo que eram as necessidades. Era um bocadinho isso, a caracterização dos candidatos à habitação.¹²⁹

Os bairros sociais apresentavam um perfil diferente nos primeiros anos de existência, onde a possibilidade de aquisição das casas pelos próprios inquilinos surgia como hipótese apetecível face aos

¹²⁸ Entrevista a António Araújo, 11 de agosto de 2023

¹²⁹ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

preços apresentados, assim como as rendas que eram exigidas acompanhavam aquelas do mercado livre. Perante este contexto, a lista de pessoas que aguardavam pela atribuição de uma casa municipal era irrisória comparada com a dos dias de hoje:

portanto, a realidade quando aqui cheguei dos bairros sociais, a imagem que eu tenho, é que realmente pouca gente... como havia habitação no mercado a preços muito baixos – porque era uma cidade, tinha muita oferta de habitação – e as rendas de mercado eram muito baixas, as pessoas também saíam muito dos bairros sociais para ir para essas habitações, porque não tinham necessidade de viver num bairro social se conseguiam por 150-180 euros arrendar uma casa no mercado, fora do bairro social. E, portanto, porque como aqui as rendas são calculadas em função dos rendimentos, havia pessoas já a pagar rendas também quase rendas de mercado, portanto, saíam muito. A lista de espera era praticamente inexistente. [...] Aconteceu um fenómeno que é esta questão da etnia cigana. Portanto, quem tinha interesse em ir para bairro social eram miúdos, já lá do bairro, que cresceram no bairro e que depois vinham manter-se, porque estavam habituados lá a viver, e queriam ficar perto dos familiares. E, portanto, a própria configuração de alguns bairros, por exemplo Santa Tecla, há famílias inteiras num bloco. Porquê? Porque as casas ficavam devolutas, não tínhamos aqui outras candidaturas que pudéssemos...e quem se candidatava eram os filhos daqueles que lá vivia. [...] é uma coisa completamente diferente agora, que temos 300 e tal famílias em lista de espera, e que não são propriamente de etnia cigana, são pessoas [...] de todo o tipo de famílias, de várias nacionalidades [...]. E, portanto, é uma realidade completamente diferente, não é? Certamente isto vai fazer com que a configuração dos bairros sociais também mude. Porque, se até agora era essencialmente famílias de etnia cigana que tinham interesse e que faziam o pedido de habitação social, agora é todo o tipo de famílias...¹³⁰

A mudança de filosofia operada pela carência de um parque público de habitação substantivo levou o município à inviabilização da venda de mais fogos aos inquilinos, uma estratégia que, tal como Daniel Pinto e Flávio Pereira salientaram, promoveria um maior cuidado com a manutenção da casa: “a pessoa ia zelar melhor pela parte comum se estivesse lá, se lhe pertencesse a fração, porque era uma coisa que era dela, e isso verificou-se efetivamente, acabámos por vender na parte de cima das Enguardas, vendemos muitas coisas, vendemos muito, também quase metade do património das Andorinhas, não é? Propriedade mista. E funcionou efetivamente. Qual é a desvantagem disso? O nosso parque público habitacional é muito reduzido”. A intenção é ir ao mercado para adquirir mais casas, pois o regime de subarrendamento traduz-se num encargo mensal muito oneroso para o município: “é, porque se subarrendar, nós temos que despende todos os meses daquela [verba] para recebermos depois uma parte, muito pouco, não é? Estamos a arrendar por 400 e 500 euros e estamos a receber 20 [...] nós estamos agora a abrir uma OPA – oferta pública de aquisição – para comprar frações, para arrendar a preços sociais, também para conseguirmos dar saída às situações que temos...”¹³¹.

Atualmente, as comunidades de etnia cigana representam uma percentagem significativa dos inquilinos da BragaHabit a residir em bairros sociais, não se verificando uma tendência de saída para

¹³⁰ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹³¹ Idem, ibidem

outras soluções habitacionais: “não, não estão, não saem. Não há mobilidade, não há, não há praticamente mobilidade nenhuma a esse nível, não”¹³².

E perante o cenário macroeconómico atual, a renitência em abandonar o bairro abrange essencialmente todas as pessoas que o habitam que, conjuntamente com um historial de cedência intergeracional da casa de habitação, provocou um aumento exponencial de solicitações por uma casa em regime de arrendamento compartilhado e impediu a renovação de inquilinos por anos sucessivos: “é muito lento, muito lento, ou porque são idosos e porque falece... [...] uma pessoa que vai viver com um familiar por problemas de saúde [...] pouca gente nesta fase deixa uma casa, uma habitação social para ir para uma habitação de mercado, porque realmente o mercado está assim, os preços estão muito elevados. Houve uma subida exponencial das rendas”¹³³. E se antes,

havia uma sucessão quase automática, agora a família, por exemplo, quando um filho deixa o agregado, depois já não volta definitivamente para o agregado. Já vem ao abrigo de uma autorização extraordinária de residência temporária... Porque o que acontecia é que as casas passavam de geração em geração, não é? E agora não acontece muito porque o filho sai, deixa de fazer parte oficialmente do agregado, pronto e pode voltar, mas com uma autorização temporária, ou seja, por não ter alternativa no mercado, mas sabe que é uma coisa temporária, não é? E que depois não lhe dá direito de sucessão.¹³⁴

Marta Ferreira nota que a ocupação de casas dos bairros sociais por comunidades de etnia cigana redundou num ciclo social, “porque onde havia mais etnia cigana, realmente era onde havia mais interesse para as pessoas da etnia cigana irem, e depois, o que é que se criou aqui? As Andorinhas têm poucas famílias de etnia cigana, Santa Tecla tem muitas, o Picoto tem exclusivamente famílias de etnia cigana, não é? Também já foram realojados, praticamente, quase exclusivamente, famílias de etnia cigana no Picoto, não é? Foi um erro”¹³⁵. A mancha populacional que representam nos bairros sociais torna-se relevante perante as diferenças culturais que os caracterizam, ficando alvos – o bairro e os seus moradores – de uma categorização inequívoca:

os Falcões também, tornou-se um bairro, praticamente já só existiam pouquíssimas famílias que não eram de etnia cigana e, portanto, criou-se um bocadinho... e quando, quando se chega a um bairro social, quando eu cheguei, o que me pareceu é que aquilo era habitado exclusivamente por ciganos. Porque eles fazem uma apropriação também do espaço público muito peculiar, passam o dia na rua, sentados nos bancos e, portanto, toda a sensação é que entramos num bairro de ciganos e nem era assim tanto. Portanto, aquilo seria na altura, Santa Tecla 60% de etnia cigana, uma coisa assim, mas a sensação que dava é que era habitado exclusivamente pela etnia cigana, por causa da forma como se apropria dos espaços e ainda hoje é assim. [Nas Enguardas] Está quase está dividido, é. Existem duas realidades. A gente chama-lhe a parte de cima e a parte de baixo e eles próprios também chamam. O que é que acontece ali? Qual foi o fenómeno das Enguardas? Tem a ver um bocadinho com a proveniência. Os da parte de cima provêm ali do antigo bairro do Carandá, do bairro operário, que era o bairro Araújo Carandá, e esses moradores foram quase todos, havia uma identidade muito forte de bairro, que já havia no bairro operário, que foi transportada para o Bairro das Enguardas. Tanto que o Senhor da Paz, que é a capelinha que lá têm, já veio do bairro operário. Os Leões das Enguardas é Ex Carandá. Portanto, já havia uma identidade muito forte e essas pessoas foram todas

¹³² Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹³³ Idem, ibidem

¹³⁴ Idem, ibidem

¹³⁵ Idem, ibidem

realojadas, numa fase, foram todas juntas numa primeira fase para a parte de cima toda do bairro. As casas sobrantes depois é que foram para dar resposta a outras necessidades de situação de habitação abarracada e, portanto, a configuração é outra. Por isso é que praticamente não existem ciganos da parte de cima, existe um ou outro, e da parte de baixo existe certamente uma maioria de pessoas da etnia cigana.¹³⁶

A separação entre populações de etnia cigana e não cigana, no interior dos bairros, é notada, por exemplo, na relutância dos primeiros em integrarem ou estabelecerem uma Associação de Moradores comum. Mas uma ligação cultural forte também poderá ajudar a explicar a dificuldade de inserção em grupos populacionais já pré-estabelecidos, como aconteceu no Bairro Social das Enguardas: “os elementos ligados à Associação dos Moradores são quase todos de lá e têm muita dificuldade em envolver as pessoas da parte de baixo do bairro, que não têm aquele sentimento de pertença, aquela identidade tão... sim. E, portanto, não há. Já fizemos várias tentativas de envolvimento da parte de baixo, até porque é a parte, se calhar, que precisa mais de uma Associação de Moradores e das funções deles, e não há...”. No entanto, “uma coisa curiosa é que quando organizamos lá com a Associação de Moradores algum evento, se calhar os que mais participam são os da parte de baixo, seja o Dia da Criança, seja este projeto que temos lá da *Bike* Atitude, das bicicletas. Portanto, os miúdos participam”. Esta desvinculação com a sociabilidade intracomunitária será mais dirigida às questões formais e burocráticas: “nestas questões da organização, de ir às reuniões, as pessoas não se identificam e não participam, não se identificam com esse tipo de gestão, não é? Mas é uma realidade”¹³⁷.

O isolamento sociocultural da comunidade cigana tornou-se emblemático no caso do Bairro Social Ponte dos Falcões: “não foi só para a comunidade cigana, não, era para situações de vulnerabilidade social. O que acontece, é que depois as pessoas foram, que não eram ciganas, foram saindo e depois deu-se aquele fenómeno de só os filhos dos que lá viviam é que tinham interesse...”. O processo de demolição, que implicou o realojamento dos seus moradores, revelou-se demorado e dificultado, quer pela resistência da comunidade em abandonar as suas casas, quer pela oposição das pessoas das áreas geográficas para onde ela iria residir. Marta Ferreira recorda que “foram demolidos os primeiros blocos, os últimos blocos só foram demolidos, penso que em 2017, 2018, portanto foi já mais tarde, mas aquilo foi um processo que iniciou muito antes [...]. O que é que acontecia? Como viviam 4 ou 5 famílias em cada bloco, iam-se juntando todos nos blocos de trás...porque não queriam sair dali. Portanto, nós vagávamos um, demolíamos, depois íamos ao seguinte, mas tinha mais 3 ou 4 famílias, íamos juntando nos de trás, e era assim que íamos fazendo”¹³⁸. A mudança foi um processo de sucessivos entraves:

essencialmente, a maior parte deles foram realojados na zona de Maximinos, Ferreiros, portanto ali na zona onde já tinham os miúdos na escola ... Mas não foi nada pacífico, nunca é. É sempre um processo muito complexo, por parte de quem os acolhe – há sempre resistências –, por parte das expectativas que criam,

¹³⁶ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹³⁷ Idem, ibidem

¹³⁸ Idem, ibidem

porque acham sempre que têm que ter casas novas à medida daquilo que são os seus anseios, e depois nunca é um *match* fácil de fazer-se, não é? Há muitas resistências de parte a parte.¹³⁹

A hipótese de ocuparem casas de outro bairro social nunca se colocou: “à partida, eles também já não aceitavam”. E porquê? As diferenças culturais entre comunidades ciganas. Escapando ao conhecimento geral, “há muitas diferenças, para já, têm proveniências..., eles diferenciam-se, sim, há os chabotos, há os galegos, eles próprios têm diferença. (...) Uns acham-se muito mais civilizados, porque foram os primeiros a sedentarizar-se, e os outros, como foram nómadas até mais tarde – são os galegos – eles acham que estão num estado que são mais primitivos do que eles e, portanto, eles fazem essa distinção”¹⁴⁰.

Com o tempo, e com a perceção desta desmultiplicação de contextos sociais, a empresa municipal priorizou o estabelecimento de redes de trabalho mais eficientes, colaborativas e produtivas entre as várias associações e instituições públicas de carácter social e cultural da cidade, impulsionando um conhecimento mais abrangente e partilhado da situação socioeconómica e cultural do concelho. Foi abandonada a ideia de que “cada um trabalhava com os seus, portanto, entre aspas, os seus pobres, aquela é a minha quinta” e estabeleceu-se uma interação articulada, onde “a BragaHabit tem elementos na CPCJ, tem elementos no núcleo do RSI. [...] Temos imensos protocolos e parcerias, portanto, nós ajudamos à habitação, outra instituição colabora com aquilo que é a sua especialidade e, portanto, assim a coisa funciona”. Paulatinamente, o âmbito da ação foi-se alargando para a intervenção comunitária: “não havia nenhum Projeto Escolhas aqui na altura também. Depois criamos o projeto BragaBrinca que era um autocarro itinerante pelos bairros. Os miúdos faltavam imenso à escola e, portanto, aquilo seria um estímulo para eles regressarem. Foi em 2004. Portanto, foi uma coisa que ainda durou muitos anos, ainda durou até 2015-16”¹⁴¹. Este primeiro projeto de cariz inclusivo

era uma escola quase itinerante que os meninos estavam lá, tinham apoio no estudo, eram orientados para frequentar a escola e tinha os computadores que na altura...tinham Internet, tinham todos os meios” [...].E foi engraçado, nós não tínhamos muito dinheiro para pagar salários para monitores, e então, começou como uma parceria com várias associações da cidade em que cada uma, durante um dia, dinamizava, havia uma do ambiente, havia aquelas das Andorinhas, portanto, cada uma disponibilizava os seus técnicos, os seus recursos e os seus meios, os jovens para voluntários. E davam ali horas por semana para estar com os miúdos e para os orientar e, portanto, e durante muito tempo aquilo funcionou assim.¹⁴²

A BragaHabit foi consolidando o seu trabalho e reorientando a sua estratégia de intervenção: “porque trabalhava-se muito para a comunidade, e não com eles, não é?”¹⁴³. E assim

começámos a trabalhar muito com a comunidade e também a envolvê-los, a promover o associativismo. A Associação dos Moradores das Andorinhas que tinha sido constituída em 92 estava completamente parada.

¹³⁹ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁴⁰ Idem, ibidem

¹⁴¹ Idem, ibidem

¹⁴² Idem, ibidem

¹⁴³ Idem, ibidem

Pronto, foi reativada. Criou-se a Associação de Moradores das Enguardas, havia os Leões das Enguardas, aproveitámos, pegámos nos dirigentes que estavam nos Leões para dinamizarem uma Associação de Moradores das Enguardas. Começamos a organizar os condomínios – que percebemos que era dramática a falta de zelo pelas partes comuns, portanto, da porta para dentro, tudo direitinho, da porta para fora era um caos. E, portanto, começámos a trabalhar essa questão da cidadania e do cuidado do coletivo no sentido coletivo, trabalhar o que é todos, não é de defender interesses, mais envolvidos também. E depois pronto, começámos a entrar na rede social, tivemos um grupo de trabalho da habitação, começámos a criar resposta alternativas. [...] A determinada altura achei – que eu acho ainda um bocadinho – é que temos que tirar as comunidades dos bairros e fazê-los viver a cidade.¹⁴⁴

A segregação territorial e sociocultural dos bairros sociais debate-se com a inexistência ou rarefação do corredor vivencial na direção de fora para dentro do bairro, mas o estabelecimento de caminhos de partilha sociocultural na direção de dentro para fora dele torna-se um instrumento primordial na integração urbana. Esta é a visão de Marta Ferreira, ao reparar que “eles agora viveram muito o São João, mas uma Noite Branca, uma Braga Romana... é muito difícil”. Lembra que “nós fizemos aí, há uns tempos, umas dinâmicas em que a lógica era mesmo trazê-los e fazê-los envolver nas festas da cidade e nas coisas da cidade. Depois, parece que se acabam os projetos e volta tudo ao mesmo, não é? No bairro, e no dia-a-dia, e uns com os outros”. Processo complexo, tenta explicar as suas causas: “também pode ter a ver com a questão da pertença étnica, e com a falta de identificação com estas festas da cidade e com a cultura, exatamente, pode ter que ver com isso, mas eu acho que ainda é um trabalho que tínhamos que fazer”¹⁴⁵.

Porque cada bairro assenta na sua identidade e vive nas suas particularidades, as suas dinâmicas intrínsecas apoiam-se nas relações estabelecidas e nas iniciativas e colaborações propostas e reivindicadas pelas suas associações, nomeadamente a Associação de Moradores:

são todos muito diferentes. Tem muito que ver com a história deles. Por exemplo, as Andorinhas é um bairro que está perfeitamente integrado na malha urbana, as pessoas também. Tem todos os problemas do bairro social. Todos, mas muito dissipado pela atividade da Associação de Moradores, que são espetaculares [...]. São muito dinâmicos, muito interessados em fazer os miúdos do bairro sentirem-se como os outros miúdos de fora do bairro, mesmo há pessoas da Associação de Moradores que já não vivem no bairro, são filhos de moradores, mas que têm essa ligação ao bairro e sentem essa quase, essa obrigação de criar essas oportunidades para os miúdos do bairro. Neste momento temos salas de estudo no bairro. Temos imensos projetos lá a decorrer, a Associação de Moradores é muito, muito dinâmica. Na Associação de Moradores são muito zeladores, veem um carro lá estacionado mais do que x dias já estão a ligar... a relva sempre ...os jardins sempre impecavelmente tratados, porque eles são realmente quase um fiscal, não é? Têm essa missão quase fiscalizadora que não acontece tanto nas Enguardas.... também nas Enguardas, também tem ali o grupo lá de dirigentes da Associação de Moradores, acho que são 22 [...]. E são muito unidos e muito ativos, muito dinâmicos e gostam de ter sucessos, isso motiva-os e estão sempre também a tentar superar-se, e isso é muito interessante, e o Bairro tem uma configuração completamente diferente dos outros, não é?¹⁴⁶

Já no Bairro Social de Santa Tecla, a constituição de uma Associação de Moradores nunca foi possível: “eu já não conto as tentativas, as formações que tivemos [...]. Depois tentámos com um grupo

¹⁴⁴ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁴⁵ Idem, ibidem

¹⁴⁶ Idem, ibidem

de jovens. Até foram à Turquia ver um modelo [...] porque tentámos os mais velhos, vimos que não dava porque as relações de poder não davam, porque eles não conseguiam formar, todos eles, e com as sensibilidades diferentes, com as pertenças familiares diferentes que têm”. Isto implicava que “depois não havia o sentido coletivo, entendiam: «Ok, vou estar numa Associação de Moradores, mas vou defender os meus interesses», não percebiam que tinham que defender os deles e os dos outros, e não conseguiam fazer essa distinção”. Os sucessivos esforços, incluindo uma vez onde existiu o desenho de uma associação com a descrição dos estatutos, órgãos e listas, e que não chegou a ser registado no Serviço de Finanças em tempo útil, assim como quando se tentou integrar numa única Associação um líder por bloco habitacional, redundaram em fracasso. “Portanto, já fizemos várias tentativas e é muito difícil por causa das lideranças, [...] porque eles já tinham um patriarca, o homem das leis, que era o senhor Gomes. O senhor Gomes faleceu, e inclusive eles ficaram órfãos de liderança. Com o falecimento do senhor Gomes emergiram vários líderes em potência. E depois não aceitam que o outro seja o Presidente, também depois não se assumem eles [...]. Depois não conseguimos concretizar, não é?”¹⁴⁷.

Em colaboração com as Associações, o trabalho realizado adequa-se às especificidades dos bairros, porque também eles se situam em “em patamares de desenvolvimento diferentes”¹⁴⁸:

Eu, quando cheguei aqui, nós trabalhámos muito com as Andorinhas e com as Enguardas ao nível da separação dos lixos, ainda naquela fase da poupança energética, da poupança dos recursos da água. Portanto, fazemos muito esse trabalho de sensibilização com as pessoas que eu acho que Santa Tecla ainda está nessa fase agora. E, portanto, atiram tudo para o chão e, portanto, é um trabalho que...pronto que eles nunca até agora... Nós fizemos aquelas ações Limpar Portugal há uns anos e em Santa Tecla foi engraçado, porquê? Ali havia muito lixo, então fez-se a recolha do lixo todo. Então quando os moradores se aperceberam que havia alguém que estava a recolher o lixo lembraram-se de tirar o lixo todo de dentro de casa e pôr todo na rua no dia seguinte. «Então hoje vêm outra vez e vão levar o resto». Pensaram que no dia seguinte era como no dia da limpeza. E, portanto, há assim uma falta de sentido da cidadania que é dramática. E ao nível da separação dos lixos não existe. Ninguém lá faz separação de lixos. Ninguém, portanto, e há um trabalho que sim, agora poderá haver condições para se começar a fazer. [...] a população é muito resistente também. Muita resistência à novidade, nós chegamos a fazer umas ações a nível dos hábitos de vida saudável, em que metemos a questão dos lixos, a questão dos lanches que eles punham para as crianças, para a escola, mesmo da pediculose, dos piolhos, mesmo de higiene pessoal das crianças. Nós fazemos isso, mas de forma muito levezinha porque nós não queríamos estar a dizer que eles não sabiam cuidar dos meninos, não é? E pronto, ninguém percebia. Eles não percebiam porque é que não era bom... Porque é que não podiam levar o pão-de-forma, quer dizer, podem levar o pão-de-forma, mas outro pão é sempre melhor. Porque não podiam levar o *Bollycao*, que era tão bom, e chocolates [...]. Fazíamos esse trabalho, mas quem é que aderiria? Os beneficiários do RSI quase tinham aquela obrigação de o fazer para não cessar a prestação. Os outros ofereceram sempre muita resistência a essas ações. Sempre muito, muito. Vão com aquelas desconfianças de que nós estamos a tentar impor um modelo, não é? E, que deixam de ser da etnia cigana ou de cumprir as tradições se fizerem as coisas que os outros fazem e, portanto, houve, sempre tivemos sempre muita, muita resistência em todos os projetos que lá iniciam [...] os condomínios, lá também tentámos, já fizemos várias tentativas, nunca conseguimos organizar. Há prédios em que eles fazem a limpeza, dividem, mas uma estrutura organizada como temos noutros bairros, de condomínio, não existe.¹⁴⁹

Os projetos de índole pedagógica e social são uma mais valia:

¹⁴⁷ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁴⁸ Idem, ibidem

¹⁴⁹ Idem, ibidem

notamos muitos progressos nas crianças desde que temos o Escolhas, claro que sim, ao nível da educação, do prolongamento da permanência escolar, sempre saíram muito cedo para casar. [...] falando especificamente da comunidade cigana, os ciclos de vida são sempre muito mais curtos. [...] Quando eu cheguei à BragaHabit, a pessoa de etnia cigana que tinha estudado mais era um indivíduo que tinha o 9º ano. Agora, já há muitos que estão no secundário. Já houve uma pessoa que chegou à universidade e, portanto, são tudo conquistas, não é? [...] é muito difícil também para uma criança cigana que estuda mais que os outros, porque também são um bocadinho rejeitados, porque não é valorizado o estudo, também às vezes são ridicularizados. Também têm que ter muita vontade, não é? Mas nota-se isso, ao nível da permanência escolar não tem nada a ver, não é? Acho que foi onde mais se viu evolução. É assim, isto pode durar gerações, este trabalho também é água mole em pedra dura, não é? E os resultados são tão pequeninos, quer dizer, cria-se aqui um projeto, um projeto para a empregabilidade, um projeto para isto e não sei quê, depois vemos e depois? Aquilo de 30, aquilo singrou um. Acaba por ser um bocado desgastante, mas pronto vai ficando qualquer coisa já não é mau. [...] e agora temos a questão, temos os Bairros Saudáveis, temos agora o Viva o Bairro e temos uma série de atividades”. [No Complexo Habitacional do Picoto] temos a Agência do Bem com música para os meninos [...] os meninos todos contentes, levavam o instrumento para casa e treinam e ensaiam e vêm às aulas muito direitinho. É sempre bom que eles tenham foco em alguma coisa, não é?¹⁵⁰

Os eventos de carácter mais lúdico abrem possibilidades de abertura e de descoberta à cidade, e a enumeração de muitos deles decalca as palavras dos moradores entrevistados. Mas, mais uma vez, estas manifestações de identidade e valorização cultural estão confinadas, sobretudo, ao Bairro Social das Andorinhas e ao Bairro Social das Enguardas, pois “em Santa Tecla por acaso não acontece muito, acontece festas particulares deles. [...] Festas mesmo abertas à comunidade em Santa Tecla não existe”¹⁵¹. E fechados ao escrutínio social, rodeados por muros de iliteracia cultural, mais se agudiza o preconceito e se constroem barreiras contra a sua integração. Um caminho de superação que o Bairro das Andorinhas já trilhou, assim como o das Enguardas — em parte —, mas ainda muito incipiente ou mesmo inexistente para o Bairro Social de Santa Tecla e para o Complexo Habitacional do Picoto:

Há todo um estigma associado aos bairros e as Andorinhas teve um estigma muito mau durante muitos anos. Que alterou, completamente, nos últimos anos, não é? Mas teve durante muito tempo e que foi com o esforço, realmente, eles claro, querem mostrar que aquilo está bonito. Querem mostrar que, pronto, que aquele estigma que não se confirma, não? E há um esforço muito grande nesse sentido. As Enguardas também. Acho que com o Senhor da Paz, agora com estas festividades, querem um bocadinho combater esse estigma. Em Santa Tecla não existe esse tipo de festividades. Porque depois é aquela questão, e quando tínhamos o BragaBrinca também já nos acontecia, que é a questão do luto, não é? Da etnia cigana. Se falecer alguém não pode haver rádio, nem televisão nem música nem festa, ninguém pode manifestar alegria. E, portanto, [...] eu acho que tem mesmo a ver com esta questão das tradições ciganas. E do respeito pelas tradições, é isso.¹⁵²

Dirigindo a atenção para o Complexo Habitacional do Picoto, a sua descrição narra um quadro de incontestada marginalização territorial: “um gueto, não tem saída, aquilo tem uma entrada e uma saída única, não é? As pessoas não vão para lá por motivo nenhum, só quando se enganam”. Já os outros bairros sociais parecem oferecer alguma viabilidade no combate ao isolamento espacial, em escalas diversas. Se no Bairro Social das Andorinhas, “têm uma boa ligação, [existe] a questão do transporte público, que é muito escasso ali e não passa ali à porta, mas é um bairro perfeitamente integrado,

¹⁵⁰ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁵¹ Idem, ibidem

¹⁵² Idem, ibidem

também é muito central, não é? Eles estão perto do mercado, estão aqui... Depois, e depois pronto passa ali muito do trânsito, não é?”, e no Bairro Social das Enguardas “também da parte de cima, também tem o trânsito a fluir, não é?”¹⁵³, no Bairro Social de Santa Tecla o seu atravessamento permite aliviar a insularidade dos seus moradores:

nós agora em Santa Tecla, o que tentamos fazer também, é que o trânsito começasse a fluir pelo bairro. Já não vamos demolir, mas conseguimos na mesma que passasse lá a estrada, e que ficasse com sentido único para obrigar o trânsito a circular pelo bairro para inibir determinados comportamentos naquela parte de trás, não é? Não tinha visibilidade nenhuma e, portanto, faziam lá, dedicavam-se lá a atividades ilícitas e, portanto, essa abertura no fundo ao trânsito, a nossa expectativa é que realmente termine ali alguns comportamentos, vamos ver como é que corre. É tudo muito recente ainda.¹⁵⁴

Recaindo para último na avaliação que lhe é feita em termos de integração territorial, existe no Complexo Habitacional do Picoto uma sistêmica desadequação aos propósitos que estiveram na base da sua génese e que, acentuando-se ao longo dos anos, minaram a condignidade do bairro e baniram os seus moradores do usufruto do espaço que lhes foi prescrito:

aquele fenómeno da guetização, não tem equipamentos praticamente nenhuns. Tem uma sala polivalente que foi ocupada abusivamente, que já está quase como um café, e que ninguém tem autoridade, a polícia vai lá e, portanto, ninguém fecha aquilo. [...] Não temos espaço, até pedimos ao projeto *Bike Atitude*, nem espaço para o projeto se desenvolver das bicicletas nós tínhamos lá. A Agência do Bem está a desenvolver o projeto da música no Bairro Nogueira da Silva, que é um bairro contíguo, ali perto. Nós lá não temos equipamentos nenhuns, mesmo a configuração das casas, nenhum morador está satisfeito com a configuração, porque são casas muito estreitas e altas, não é, que são moradias em banda, mas são estreitinhas e têm muitas escadas e poucas acessibilidades. Portanto, já desde início, temos muita resistência daquelas pessoas e agora estamos também lá com um projeto para realojar, estamos a priorizar as casas que estão mais perto daqui da estrada nacional. Mas sim, estamos a negociar com as famílias e estamos a reunir com as famílias.¹⁵⁵

O cenário agrava-se com o quase inexistente acompanhamento dos serviços municipalizados, nomeadamente na limpeza das ruas ou na distribuição do correio:

é difícil um varredor de rua querer fazer um bairro. Não temos no Picoto. No Picoto é difícil ter de ir lá repor uma lâmpada ou repor a eletricidade. O correio registado chega lá, alguém assina por todos as cartas registadas, o homem nem entra lá no bairro. [...] Porque também isso do varredor eu lembro-me perfeitamente aí há uns anos. O desgraçado que era o sr. António, que não se importava nada de lá estar, os meninos fugiam-lhe com o carrinho, andavam a correr o bairro todo com o carrinho. Ele já não se importava, mas uma pessoa que entrasse no serviço de novo, já não está para isso, não é? Quer dizer, o serviço já é difícil e ainda dificultam mais. [...] A recolha de lixo também é uma coisa dramática, porque a recolha é muito espaçada. Eles produzem muito lixo e quando vão fazer a recolha, já nem há capacidade para levar aquilo tudo, só vai metade. O carro nem consegue dar a volta, fica lá não sei quanto tempo para trás e para a frente...¹⁵⁶

Não havendo ainda uma solução definitiva para a regeneração deste bairro social, o realojamento dos moradores parece dotar-se de contornos melindrosos:

não querem ir para outros bairros. Por um lado, querem uma resposta que os disperse. E porquê? Porque há muito a lógica na etnia cigana de que quem está primeiro é que manda, há relações de poder ali muito estabelecidas, é. Como eles dizem, pela lei cigana, quem está antes é que manda, manda mais do que quem vem, então, portanto, eles não querem integrar... Nós, a nossa primeira proposta que fizemos foi que

¹⁵³ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁵⁴ Idem, ibidem

¹⁵⁵ Idem, ibidem

¹⁵⁶ Idem, ibidem

integrassem uns apartamentos que tínhamos devolutos em Santa Tecla, recém reabilitados, mas nenhuma família aceitou, não aceitaram. Já quando reabilitámos as Enguardas tínhamos feito essa proposta, ninguém aceitou. Porque existe essa, como é que se chama, essa tradição cigana de quem está primeiro manda e eles não querem sujeitar-se às regras de quem já lá está. Preferem ser realojados de forma dispersa.¹⁵⁷

O acompanhamento da BragaHabit tenta primar pela proximidade para que se consigam soluções que correspondam às vicissitudes de cada bairro e das suas comunidades. “Nós conhecemos as ferramentas e as dinâmicas entre eles, as dinâmicas até da própria família, sabemos mais ou menos tudo. A nossa relação é assim, nós fazemos as visitas ao bairro, há aquela interação, vêm-nos contar qualquer coisa”. Neste acompanhamento, “há famílias que são muito estáveis e que não merecem nenhuma intervenção específica”. Outras vezes “há outra instituição que nos solicita, e dizem assim, «olhem, vocês têm aqui um inquilino que está assim, ou que está a precisar disto, ou que está numa descompensação, [...] muitas vezes temos acumuladores e temos que fazer todo um trabalho... Os maus cheiros, e temos que ir ver [...] às vezes são os próprios, que nos vão pedir algum apoio específico, outras instituições que sejam os Serviços de Ação Social que nos pedem isto...”¹⁵⁸.

O modo como são percecionados, enquanto representantes de órgãos de gestão municipal, varia. Há, “às vezes, hostilidade com os nossos inquilinos” derivado das consequências dos seus incumprimentos como arrendatários, especialmente. em caso de despejo: “as rendas são baixíssimas, não é? A maior parte das rendas andarão pelos 20 euros e mesmo assim a taxa de incumprimento é muito, muito elevada. E então nós empregamos de há uns tempos para cá... quer dizer, na prática não tem acontecido muito, que é os despejos”. A solução apresenta-se, muitas vezes, em acordos faseados de pagamento. Outra das causas de conflitualidade é a falta de respostas aos pedidos de habitação apoiada: “o facto de haver uma lista de espera muito grande [...] e acham que os filhos casam e nós temos que arranjar outra casa logo no dia a seguir e a gente dizer que tem de esperar anos [...] que isto vaga a conta gotas e as casas são atribuídas a conta gotas, isto dá-nos uma estimativa de tê-los aqui a 15 anos, para ter uma casa, não é?”. Por outro lado: “há uma coisa que é a ilicitude e o tráfico porque são grandes limites para a nossa intervenção também [...]. Porque já há toda uma dinâmica de subsistência, é...ligada ao tráfico que mexe com eles. Porque se existe...nós temos lá...aquando das obras precisámos de desocupar o prédio, nas Enguardas, e na Santa Tecla também aconteceu, mas conseguimos debelar...eles estão muito organizados por turnos para o negócio”¹⁵⁹.

Incidentes que são geridos localmente: “são famílias com muitos desafios diários e que vivem disso. E quando sentem essa ameaça de... nós estamos sempre a dizer constantemente que não somos

¹⁵⁷ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁵⁸ Idem, ibidem

¹⁵⁹ Idem, ibidem

da polícia, que não temos nada a ver, que isso... Tráfico nós condenamos e se forem condenados por tráfico perdem a casa. Mas não é a nossa missão”¹⁶⁰.

Situações de violência ou de organização em gangues não ocorrem, “isso é um mito... Não, assim não... de gangues, não existe nada disso. Por maldade não. É só mesmo quando põe em causa a subsistência deles, [...] ou quando se sentem ameaçados. Tudo que tenha a ver com a subsistência ou a questão dos meninos, de perder as crianças, é uma coisa que os perturba muito”. Estas situações eram mais frequentes no passado: “acho que dantes era mais usual, há muitos anos atrás, era muito usual. Acho que se mantivermos algum afastamento durante algum tempo num bairro depois é mais difícil regressar e ter as coisas.... Acho que devemos, deve ser uma presença muito constante também”. Mas estas são as exceções e não a regra no contacto e diálogo com os inquilinos: “às vezes sim, sentimos essa hostilidade e essa insegurança. Não é assim tão usual quanto isso, não é? Nós estamos numa relação, conhecemos profundamente as famílias e.... Há pessoas mais complicadas do que outras, mas não é... Temos uma relação, acho que é positiva com os bairros, acho que sim”¹⁶¹.

Perspetivando o futuro dos apoios sociais à habitação, para Marta Ferreira, o modelo de bairro social “está um bocadinho esgotado”¹⁶²:

não favorece a integração social das pessoas, não é? Porque não há referências, porque se o vizinho não estuda, eu também não tenho que estudar, se o vizinho não trabalha, eu também não trabalho, se o vizinho vive do RSI, eu também vou viver do RSI. E não há expectativas nenhuma da promoção social ascendente, não é? De fazer diferente. E cria-se aquela inércia [...] não há referências. Enquanto que nós percebemos que [...] com esta política de dispersão das famílias, [...] eles veem o vizinho, vai para a universidade e nós percebemos que existem, e frequentam outras escolas longe dos bairros. E já convivem com outros miúdos, outras relações, não é? E nós percebemos que isso foi um modelo de sucesso. [...] Dá muitos problemas à BragaHabit para gerir isso, conflitos de parte a parte, não é? De aceitação... e depois, porque as pessoas que acolhem uma família dessas no seu prédio são muito pouco tolerantes aos erros e às falhas e à mínima coisinha...¹⁶³

E assim, a solução augurada como melhor é a da dispersão das comunidades económica e socialmente mais desfavorecidas por casas espalhadas pela cidade, à semelhança do que acontece em outros países europeus, e em “outros modelos mais evoluídos da Holanda e da Inglaterra, que a cada prédio que constroem, tem que ter a quota para oferta pública para pessoas carenciadas e, portanto, é muito natural e há países em que o parque público... em Portugal, o parque público de habitação social ronda os 2% e há países que ronda os 75%, portanto, qualquer pessoa dita normal tem acesso a uma habitação social num país desses, não é?”. Em Portugal “nós temos aquele estigma da «habitação social é para o pobre, para o estigmatizado, para o desgraçado do desgraçado», não é? E, entretanto, é toda

¹⁶⁰ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁶¹ Idem, ibidem

¹⁶² Idem, ibidem

¹⁶³ Idem, ibidem

essa lógica que gostávamos de inverter”. Neste sentido, “a ideia realmente é pegar agora nas verbas do PRR e ir adquirindo frações diversas, dispersas pela cidade, não é?” Contudo, um efetivo aumento do parque público habitacional só seria conseguido pela construção nova, “sendo que eu acho que a construção tem todos os efeitos negativos de concentração” e, “portanto, estamos aqui também num dilema, nós precisamos da oferta pública, mas também uma coisa mais imediata, seria construir em massa. Mas [...] eu acho que isso não será a solução nem se perspectiva fazer essa construção em massa, mas seria o que, para as dificuldades que temos, e para dar resposta à nossa lista de espera, eu penso que seria a solução mais imediata, mas a menos eficaz ao nível da integração social das famílias, não é?”¹⁶⁴.

Os desafios para achar formas de coordenar e harmonizar a heterogeneidade inerente a cada bairro, deixando cair o rótulo do desvio à norma imputado aos seus moradores, passará primeiro por dotá-los de uma condignidade do seu edificado através de uma manutenção atempada e frequente, articulada depois com ações duradouras de promoção à abertura cultural à cidade e à participação social. Muitas vezes estes revelam-se difíceis e os resultados frustrantes: “sim, olha-se para ali e vê-se que é um bairro social”, por exemplo, quando, após a conclusão das obras “continuamos a perceber que há uma degradação muito rápida de tudo, portanto, nas Enguardas, que terminamos aquelas obras há um ano e meio, nós vamos lá, já existe uma degradação evidente, uma falta de cuidado, já não tem caixas de correio e eu às vezes penso, como é que fazem isto ... tão rápido, não durou nada”¹⁶⁵.

A narrativa associada aos bairros sociais apropria-se da própria empresa municipal quando existe “o estigma que a BragaHabit só apoia os ciganos”¹⁶⁶. A série *Braga* terá revelado — e eventualmente acentuado — este estereótipo. Na série,

dizem que a BragaHabit só dá casas a pessoas ciganas... é um estigma que não é nada assim, mas... É porque isto é tudo muito transparente, os que pedem apoio integram uma lista de espera, a lista de espera está publicada, as pessoas podem ir acompanhando como é que vão progredindo na lista de espera... e, portanto, mais claro que aquilo não é possível. Mas continua a haver assim o estigma de que nós só damos casa a ciganos, [...] e não é. Efetivamente, se formos fazer uma análise pronto, se calhar é a população que... não é que apoiamos mais, é uma percentagem, só que, como eles também são menos do que os não ciganos, não é, em termos do universo, a proporção... [...]. E que há aqui uma tradição que se habituaram muito a ter habitação social, a viver em habitação social há, porque eles casam sempre muito cedo e mal se casam, vêm logo aqui, vêm inscrever-se para ficar já na lista, não é? Isso há. Isso não ocorre a uma pessoa que não seja da etnia cigana, um miúdo, não é? Não ocorre a nenhum casal «vou-me inscrever na BragaHabit para aguardar a minha vez», não é? Existe ainda muito isso.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁶⁵ Idem, ibidem

¹⁶⁶ Idem, ibidem

¹⁶⁷ Idem, ibidem

Num tom dinâmico e, muitas vezes, até divertido face a situações caricatas descritas, o mais relevante na história dos bairros sociais, apontado por Marta Ferreira, é: “olhe, acho que reduziu a sua marginalidade”¹⁶⁸.

As formações de cidadania e de capacitação escolar e profissional, assim como todas as iniciativas promovidas em parceria, colocaram os bairros sociais numa via unidirecional que, em velocidades e com estratégias diferenciadas, convergem para o derrube de fronteiras e para a fuga a um padrão de precariedade e exclusão social: “quando cheguei aqui notava muito isso, parece que ninguém queria saber de nada e que já estava tudo entregue...a sério. E acho que o estigma também, reduziu-se um bocado esse estigma dos bairros, não é? Os bairros eram sítios de evitamento, ninguém podia lá passar e acho que isso já de medo, de insegurança, isso também já não será tanto assim. Mais nuns do que noutros, não é?” E dá exemplos: “dantes havia muito problema de os estudantes universitários da Residência de passar lá pelo bairro [Santa Tecla]. Acho que é uma coisa que também já não acontece muito, não é? Até eu costume dizer que os sítios mais seguros agora são os bairros, não é? Se vocês quiserem ir ver o futebol deixem o carro nas Andorinhas, que é garantido que não vos vai acontecer nada com o carro”¹⁶⁹. Com a exceção do Complexo Habitacional do Picoto:

O Picoto está um bocadinho lá em cima, esse muito dificilmente alguma vez vai estar integrado, mas eu acho que o percurso dos bairros... à época, estavam em sítios que já eram periféricos, neste momento, estão todos muito integrados na malha urbana, não se pode dizer que estejam lá do outro lado isolados. Pronto, eles continuam com diferentes patamares de evolução, mas eu acho que ao nível da educação, os miúdos estudam muito mais, ao nível de empregabilidade também...antes via-se toda a gente sentada ali a apanhar sol toda a tarde, agora já não, já há aquelas dinâmicas de ir para o trabalho e de vir, acho que existem progressos. Dantes muitas famílias recebiam RSI e eu acho que agora também já não é tanto essa realidade das famílias dos bairros receberem todas RSI. [...] Porque nós temos, os nossos utentes, a *Ubereats*, eles fazem distribuição. Até dividem os carros, fazem por turnos: «eu uso o teu carro até às 10 da noite, a partir das 10 da noite andas tu».¹⁷⁰

Com este caminho percorrido, importaria agora “abrir os bairros sociais e integrar pessoas que não sejam propriamente carenciadas nos bairros sociais, não é? E, por outro lado, conseguir integrar pessoas vulneráveis em urbanizações, só que a ideia que também temos é que só se fazem urbanizações de luxo nesta cidade, e que ninguém quer lá os nossos utentes, não é?”¹⁷¹.

A reabilitação integral dos bairros credencia-os com uma capacidade atrativa diferente, que se poderá estender a esta ocupação por outros segmentos da população, nomeadamente as classes médias. A revisão legislativa sobre os critérios de elegibilidade permite que pessoas com uma capacidade económica um pouco superior também se possam candidatar aos apoios à habitação, sendo assim “a

¹⁶⁸ Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

¹⁶⁹ Idem, ibidem

¹⁷⁰ Idem, ibidem

¹⁷¹ Idem, ibidem

ideia da lei de abrir, de abrir a isso, não ser só para o pobrezinho do pobrezinho. Era um bocadinho essa mistura, não é?”. Este reajustamento foi necessário face aos valores das rendas atuais e, deste modo, “vamos ter que começar a alargar a nossa abrangência, não vamos apoiar só o pobre, pobre, não é? Mas sim, e isso certamente que poderá dar uma nova configuração aqui à composição dos bairros”¹⁷².

A composição dos bairros é, nas palavras de todas as pessoas entrevistadas, um dos elementos-chave de integração e de vinculação vivencial e funcional dos seus moradores. De facto, se a compreensão da diferença mitiga a desconfiança e fomenta o respeito e a interajuda, a capacitação para uma participação cívica responsável permite o estabelecimento de relações cooperativas e emancipatórias dentro do bairro e no demais desafiador e desnivelado contexto urbano. A ocupação dos bairros sociais, agrupando ascendências e percursos culturais díspares instou à segregação entre lugares próprios de reciprocidade afetiva e identitária, separação esta que se procura reiteradamente apaziguar e esbater por múltiplos caminhos de convergência institucional e associativa. A passividade e a detração podem protelar a coesão e a autonomização das comunidades que habitam o bairro, assim como a sua cabal incorporação na tessitura orgânica da cidade, mas é unissonamente reconhecido que existe um caminho indelével de inclusão que já foi percorrido e que continua a ser construído através da diligência e persistência de diferentes atores na cidade que a todos alberga. A marginalidade nos bairros sociais parece atenuar-se à medida que os capítulos da sua história se vão aproximando da leitura do dia presente, sem conseguir, no entanto, de deixar sequelas enraizadas entre os alicerces dos seus edifícios e na designação das moradas dos seus habitantes.

¹⁷² Entrevista a Marta Ferreira, 6 de julho de 2023

Conclusão

A marginalidade procura a sua história. Não se adivinha a sua meta, não se acha o seu princípio, só são visíveis as suas manifestações. *Momentum* de convergências e contextos, a marginalidade exprime a obliquidade da orientação perante o caminho reguladamente disponibilizado à torrente social, por vezes cruzando-o, mas sendo reiteradamente refratada para o desvio localizado no «não-lugar» da desconformidade e da relegação. Lá, é assunto de incerteza e desconfiança, delimitada pela prerrogativa da descoincidência. Inerente à sua condição social, é na concentração insistente e conivente de esforços pragmatizados entre a sociedade civil e a intervenção político-institucional que se abre a possibilidade da integração, da aceitação da diferença e da convivência pacífica e tolerante. Descobertas por entre as percepções, atribuições e os reais constrangimentos sociais e económicos, as marginalidades encontradas nos bairros sociais de Braga corporizam histórias de vida individuais e partilhadas que contam as dificuldades e as vicissitudes que condicionaram o acesso a uma habitação condigna na cidade, apontando os momentos que emanciparam os seus moradores da conjetura claustrofóbica que os isolava da continuidade urbana ou relatando a persistência da segregação socio-territorial, a perecibilidade da capacitação social experimentada e a inadequação habitacional restaurada por anos de negligência e desproteção.

No livro da habitação social, os seus parágrafos mostram um percurso recheado de avanços e recuos, de desorganização e dispersão dos instrumentos de trabalho e dos organismos públicos envolvidos, assim como a prioritária perseguição de objetivos de urgente reparação em detrimento de atempada previsão e coordenação social nas respostas consecutivamente exigidas pelas populações das cidades. A construção ilegal e a especulação imobiliária ainda mais condicionaram a definição das soluções implantadas, ficando preterida dos orçamentos públicos a manutenção de um parque público que sempre padeceu de inadequada inserção territorial e sociocultural. Nunca plena e sustentadamente respondidas, as listas de espera para a ocupação de uma casa em condições de compatibilidade com os baixos rendimentos familiares foram sucessivamente aumentando face ao desequilíbrio entre a disponibilização de habitação acessível e a inflexibilidade financeira do mercado livre. Com a progressiva consciencialização da premência de dar soluções efetivas à constante pressão demográfica nos centros urbanos, o Estado foi passando de agente promotor da iniciativa privada para elemento financiador e proprietário de habitação social, aliado a uma estratégia colaborativa de transferência da ação do poder central para as competências do poder municipal.

O desafio de retorquir às reivindicações de habitação condigna objetivou-se em diferentes tipologias, apoios financeiros e entidades gestoras, por vezes excecionalmente singulares e vanguardistas

no contexto europeu. Em 1976, e adiantando-se a muitos países europeus, a Constituição da República Portuguesa consagrou o Direito à Habitação e a sua acessibilidade, integrando na formulação da habitação social diretrizes que já prescreviam o pleno direito à cidade, contemplando o reconhecimento identitário do espaço de habitação, a coparticipação na sua definição e o usufruto sociocultural do território da sua implementação. E também os modelos habitacionais que foram ensaiando as diferentes propostas de casas de baixo custo refletiram as propostas estéticas e organizacionais que se experimentavam na Europa, decorrentes do debate que se estabelecia à volta do conceito de cidade, do seu planeamento e do seu funcionalismo.

No virar para o século XXI, convocada a figura do Estado-Providência na confluência com as instituições comunitárias europeias, novas conformações nos apoios sociais ficaram materializados na criação de novas instituições que, sistematizando uma política de alienação de património público aos seus inquilinos, consolidou o papel intermediário do Estado nos investimentos nacionais e europeus à habitação. A bonificação de créditos para aquisição de casa própria, aproveitada pelas classes médias, não facilitou o acesso à habitação por parte das famílias com menores condições económicas, e o desvio desta política financeira e a atenção colocada na revitalização dos regimes de arrendamento e, especialmente, na reabilitação do património imobiliário público espalhado na cidade, mostraram o começo do século aplicado na decisiva alteração da filosofia aplicada aos apoios sociais à habitação. Salientando a importância do *habitat*, mais do que o subsídio ou a comparticipação financeira, os sucessivos planos e documentos estratégicos relativos à conceptualização e enquadramento jurídico e normativo destes apoios visaram a coesão socio-territorial, privilegiando o diálogo produtivo entre habitação e urbanismo sustentável. Com o objetivo do aumento da reserva de habitação pública e da recuperação física do património imobiliário sob gestão estatal ou municipal, as novas políticas de habitação pretendem incluir inquilinos e proprietários na premissa da regeneração urbana. Divergente da índole assistencialista que os caracterizou ao longo de várias décadas, a elegibilidade aos apoios sociais à habitação inclui agora as classes médias, principal ponto de embate das consequências da crise financeira de 2010-2015, da crise pandémica da Covid-19 e da guerra na Ucrânia. Ainda em agitada e controversa discussão, a demora na aprovação do pacote de medidas incluídas no programa Mais Habitação, de 2023, revela a relevância e a importância deste tema estrutural no país com a persistente necessidade de rever e delinear novos instrumentos de trabalho que melhor satisfaçam a necessidade de habitação acessível, proporcionada dentro da inclusão e paridade urbanas.

Como emblema da habitação social, os bairros sociais constituíram-se como soluções habitacionais que intentaram a acessibilidade a uma casa condigna às populações em vulnerabilidade

socioeconómica que se deslocavam e, muitas vezes, improvisavam uma habitação nas cidades. Com diferentes modelos e sob distintas referências conjeturais ao longo do tempo, os bairros sociais foram-se definindo, entre as décadas de 1970 a 1990, em densos edifícios urbanos que concederam a preferência à ocupação verticalizada e em quantidade, preterindo os ascendentes culturais e sociais das populações para lá deslocalizadas. Em construções de reduzida qualidade material e deficitária contextualização vivencial, e carecendo desde sempre de uma adequada e sustentada inserção sócio territorial e de um atento e constante acompanhamento institucional, o adivinhado isolamento e rejeição das suas comunidades comprovou-se na composição de espaços de habitação estigmatizados, degradados e segregados da continuidade urbana.

Os bairros sociais de Braga avultaram-se na cidade no prosseguimento das políticas de habitação conducentes ao realojamento das populações que não se enquadravam numa situação de condignidade habitacional na cidade e para, progressivamente, extinguir os focos urbanos de bairros de barracas ocupados por comunidades de etnia cigana. Radialmente situados pelas freguesias urbanas, os bairros sociais concretizaram a edificação de áreas densamente povoadas, encerrando famílias de proveniências, ascendências culturais e características sociodemográficas diferenciadas em apartamentos atribuídos por critérios de precariedade social e económica. Com o passar dos anos, os pressupostos sociais da sua construção contrastaram com as consequências de segregação urbana que sentiram, advindas do facto de constituírem espaços territorial e arquitetonicamente delimitados, que agregaram populações sem afinidades comuns, impelidos à partilha de um espaço imposto pela necessidade. Nesta evolução de postulados, os bairros sociais assumem-se como espaços passíveis de expressão de marginalidades. Na sua busca e compreensão, as diferentes metodologias e métodos de análise empregados neste estudo tentaram desvendá-las, situá-las e percebê-las nas suas particularidades e condições, lendo-as sob diferentes ângulos de observação, na interseção de causas e intérpretes.

Dos dados apurados destaca-se, pela assunção de homogeneidade atribuída ao conceito habitacional, a diversidade de caminhos que os bairros sociais de Braga percorreram ao longo dos anos compreendidos entre 2000 e 2022, contornos de um percurso individualizado que indelevelmente os separa no reconhecimento e aceitação que facultam aos seus moradores. E esta diferença reside sobretudo em dois fatores essenciais: a composição sociodemográfica do bairro e a dimensão organizativa e participativa dos seus moradores e dirigentes associativos. Na conjugação equilibrada entre eles, os obstáculos sociais e financeiros e as perceções e narrativas que lhes são associados perdem o seu categórico ascendente repressivo e obstativo, substancializando-se antes em desafios a

ultrapassar em comunidade, para os quais se visualizam soluções e se assumem compromissos de colaboração.

Provindas de bairros operários ou de casas antigas privadas de condignidade material e de adequabilidade à tipologia do agregado familiar, a coabitação nos bairros sociais destas populações com outras pertencentes à etnia cigana provou ser um difícil processo adaptativo, um litígio incessante que se prolonga entre hábitos e rotinas discordantes, mas que se vai superando pela força da quotidianidade e pela separação de procederes que viabilizam a partilha mas não a comunhão de espaços significantes. Uma divisão cultural que se evidencia na distribuição espacial dos bairros, invalidada a miscigenação bairrista. Na recuperação física do edificado dos bairros, sobretudo marcante nos últimos cinco anos, a requalificação técnica e a reabilitação de equipamentos e espaços comuns tornou-se feição de regeneração urbana, mas que não representou uma maior consonância entre comunidades, continuando apartadas quanto à incidência e natureza das obras realizadas, assim como na manutenção e atenção que lhes são dedicadas. O desejo dos moradores da realização de obras profundas que recapitassem qualitativamente o bairro das necessárias condições de habitabilidade só se cumpriu após décadas de intervenções pontuais num património já de si parco de condições materiais para resistir com sucesso às agressões climáticas e à natural perecibilidade das construções e áreas adjacentes. Estas foram concretizadas particularmente ao abrigo de financiamentos comunitários, enquadradas em programas que, entretanto, foram ultrapassando a barreira do critério público. Os moradores dos Bairros Sociais das Andorinhas e das Enguardas, que se tornaram proprietários das suas habitações aquando da política de alienação de património público, podem atualmente nivelar-se com os inquilinos da empresa municipal BragaHabit, para equilibradamente providenciaram a total reabilitação dos bairros. E este é outro dos fatores de diferenciação observado nas dinâmicas existenciais entre bairros, exercidas na administração e conservação dos prédios e bens existentes nos bairros, observando-se localmente a coincidência das asserções de maior compromisso, apropriação e desvelo perante as suas habitações na medida equivalente à quantidade de moradores que, dentro do bairro, detêm a propriedade das suas casas. Neste ponto, também a segregação do regime de ocupação distancia a comunidade cigana, contínuos inquilinos do parque público, dependentes da decisão municipal. Decisão esta que é, no entanto, contestada pelos outros moradores, arrogando à comunidade cigana o usufruto continuado de condições privilegiadas no acesso à habitação, sem delas manifestar o devido reconhecimento ou por elas manter um espaço de uso condigno. Este fosso de cisão não se parece ter atenuado com o tempo e permanece ainda bastante vívido.

As transformações materiais dos bairros sociais ecoam na comunicação social, que se encarrega de as transmitir amiúde, atualizando contas e orçamentos para um público que é, contudo, especialmente cativado e colocado de sobreaviso pela linguagem imagética e adjetivada que é imprimida à descrição de situações de criminalidade ocorridas dentro e com os seus moradores. Nestas notícias, os bairros são arquétipos do desvio, alinhados e conotados genericamente à ilicitude. A este pólo comportamental são associados particularmente os Bairros Sociais de Santa Tecla e do Complexo Habitacional do Picoto, aqueles com maior expressividade de elementos da comunidade cigana, novamente os culpados, os «outros» que palpabilizam a injunção negativa. Na volubilidade das representações mentais às quais estão submetidos os bairros sociais, o Bairro Social das Andorinhas e também o Bairro Social das Enguardas, são evocados e admirados nas reportagens realizadas como persistentes e competentes agentes de transformação e capacitação social e económica, com um discurso adornado de figuras estilísticas e pródigo em descrições pormenorizadas de eventos e projetos colocados em prática em território adverso. Nestes casos, o princípio da inclusão está subjacente ao desígnio noticioso, interpretado como direito inalienável que lhes assiste, vistos aqui os moradores como vítimas perentórias da pobreza e da exclusão social.

Apesar de particularmente incidentes nestes dois bairros, os programas e iniciativas de índole pedagógica, formativa, desportiva, sociocultural e recreativa que foram e estão a ser executados em todos eles revelaram-se inesperadamente substantivos, quer pela sua quantidade e alcance populacional, quer pelos resultados práticos que se observam e que impactam efetivamente no quotidiano dos seus moradores. Se bem que tardios, uma vez que começaram a ser disponibilizados sobretudo nos últimos cinco anos, alguns somente viabilizados após a aprovação de candidaturas formalmente justificadas, os projetos surgidos sob âmbitos legislativos de abrangência territorial diversa contam com uma participação interinstitucional local interessantemente relevante e profícua. Nesta dinâmica coparticipativa, a intervenção das Associações de Moradores para a requisição destes programas e atividades para os seus espaços habitacionais tornou-se marca distintiva entre bairros. Ágeis e permanentemente em busca de novos financiamentos, os presidentes das Associações de Moradores do Bairro Social das Andorinhas e do Bairro Social das Enguardas são afincados protagonistas na dotação de uma melhor qualidade de vida aos seus residentes.

É esta vertente participativa que se revela dominante na avaliação afetiva e identitária que os moradores fazem do seu bairro. Quando inquiridos acerca da afinidade e reconhecimento que sentem pelo espaço que habitam, a oferta de atividades de habilitação social e cultural, a dinamização de um ambiente físico reciprocamente compensador e a criação de condições propiciadoras de um coletivo

funcional, assumem-se como instrumentos vitais na afetação ao «lugar» e à sua exaltante reclamação como elemento vivencialmente emancipatório que categoricamente opõem à narrativa discriminatória sumamente estabelecida por aqueles que estão «de fora» perante os que estão «dentro do» bairro. No entanto, é interessante notar que a participação dentro do bairro não é tão completa como fica expectavelmente estabelecido nos resultados conquistados. Em ambos os bairros, a denúncia da passividade e da retração de alguns moradores em integrarem as atividades propostas mostra a separação de atitudes e comportamentos que coexistem perante as mesmas condições hostis de sobrevivência. Esta dualidade de perspectivas parece provar que o descarte do «direito à fuga» se encontra intrinsecamente relacionado com questões complexas ainda por conhecer, das quais se podem inferir, a partir do diálogo estabelecido com as pessoas entrevistadas, razões relacionadas com a definição de relações de solidariedade intracomunitárias, com o descrédito associado à efemeridade dos programas instituídos ou com a presumida parcialidade de públicos ou objetivos que os mesmos atentam. A resistência ou a incerteza, presentes entre comunidades coabitantes, são também veículos desta diferenciação, sendo que a comunicação e a interpretação do que é dito e feito estão, muitas vezes, condicionadas por imperativos culturais e hábitos geracionalmente inculcados que esbarram sistematicamente na desconfiança e em reações adversas de parte a parte.

O Bairro Social de Santa Tecla e, sobretudo, o Complexo Habitacional do Picoto estão liminarmente associados ao conceito de «ilhas», isolados territorial e socialmente, até mesmo por parte dos moradores de outros bairros sociais. Às comunidades ciganas que os habitam é atribuída, pelas pessoas entrevistadas, parte significativa da culpa pelo insucesso da sua regeneração física e sociocultural, mas a delonga da sua validação urbana vai buscar as suas causas a um muito maior conjunto de impossibilidades e obstáculos que se arrastam desde a sua génese e consolidação. Desde logo localizados em áreas de reduzida ou total inviabilização circulante, e sem contacto com populações e experiências diversas, a capacidade de perfilhar as aspirações urbanas foi sendo decepada à medida que o acompanhamento municipal se foi retraindo na sua intervenção, ação justificada por serem em vão os esforços empregados na sua integração. A renitência das comunidades ciganas na adaptação às orientações transmitidas por entidades municipais e por agentes educativos tem-se provado limitadora da sua confluência com o ordenamento social da cidade, demarcando a distância entre o «nós» e o «eles», mas os resultados já conseguidos, sobretudo através das novas gerações, prefigura a abertura de janelas de entendimento e de conciliação com rotinas e práticas culturais discriminadas. No monte do Picoto, o complexo habitacional que lhe foi buscar o nome ocupa o primeiro lugar na hierarquia de segregação territorial na cidade, um lazareto hodierno na permissão de olhar para a cidade, mas nela

não poder entrar. Por estar em terrenos que pertenciam à Arquidiocese de Braga até 2021, a intervenção camarária reduziu-se à essencialidade da manutenção mínima, deixando em situação de quase total abandono os seus moradores e as suas casas. Sem redes de contiguidade social, e já marginalizados desde a sua deslocação, os seus residentes fizeram do bairro um refúgio comunitário, apropriando-se da sua dimensionalidade para acrescentarem e reafectarem as suas áreas, constituindo um núcleo residencial degradado, semidestruído e anarquicamente reconstruído. Ao longo dos anos as promessas de reabilitação do bairro foram alternando com as de demolição, sem nunca haver consenso quanto à melhor solução a adotar. O realojamento parece corresponder à vontade dos seus moradores, mas a sua concretização atrasa-se no atendimento às especificidades inerentes à diversidade da cultura cigana. A hipótese de ocuparem casas em outros bairros sociais frustra-se na dificuldade de coabitação entre comunidades de pessoas ciganas com ascendentes e percursos culturais diferentes, situação também verificada aquando da demolição do Bairro Social Ponte dos Falcões. A inserção integral ou parcial das comunidades ciganas em outros locais da cidade também se debate com a repulsão manifestada pelas populações aí residentes, e assim, adiantados à sua deslocação, os preconceitos fecham o caminho da integração territorial, embargando o objetivo da descentralização dos inquilinos do parque público municipal.

Sob contingentes sociais, económicos e sanitários exigentes, os bairros sociais foram-se adaptando e moldando as suas estratégias de luta para a superação dos desafios quotidianos. Geridos pela BragaHabit, o caminho percorrido pela empresa municipal, embrenhando-se em redes sociais de trabalho cooperante e produtivo com diversas instituições e entidades de natureza social, cultural, jurídica, pedagógica e associativa da cidade, permitiu a criação de oportunidades de inclusão social aos seus moradores, participando como promotora ou parceira nas diversas iniciativas desenvolvidas para e nos bairros sociais. Com uma relação divulgada como baseada na proximidade e no diálogo, a sensação de insegurança ou de receio perante os bairros desanuvia-se à medida que o contacto mais permanente com pessoas externas ao bairro torna mais constante e frutífera a passagem entre os dois lados da fronteira percecionada.

As festas e as comemorações dentro do bairro são uma boa ferramenta desta distribuição social, relacionando a fruição lúdica com a troca de ideias e com a desconstrução de estereótipos. Fazendo-o maior do que os seus limites geográficos, estes eventos que, no Bairro Social das Andorinhas e no Bairro Social das Enguardas atraem cada vez mais pessoas, permitem que o bairro seja experimentado pelos que o olham de fora, fomentando também que os seus moradores contemplem a libertação da sua

exiguidade social e cultural e, saindo do bairro e vendo a cidade, permitam a contemporização de outros modos de ver e fazer o mundo, abrindo a possibilidade de outras aprendizagens e objetivos de vida.

Face aos bairros parece assim evidenciar-se uma tendência para o desvanecimento da linha segregadora que instintivamente afastava as pessoas das suas proximidades, muito presente nos anos iniciais da sua implantação, onde eram francamente conotados com ambientes tóxicos de criminalidade, pobreza e tráfico de droga. Dedução derivada das opiniões emanadas pelas pessoas entrevistadas e da análise aos documentos consultados, será necessária a intervenção de um maior número de pessoas para a existência de uma maior certeza na sustentação desta asserção. Contudo, o Bairro Social de Santa Tecla e o Complexo Habitacional do Picoto continuam ainda bastante estigmatizados na obstinada vinculação que lhes é feita aos mesmos comportamentos e à inculpação persistente de incivilidade.

Na anamnese às pessoas entrevistadas os bairros sociais tornam-se espaços vivos e com marcas de utilização, os espaços públicos adquirem cores, movimento, pegadas e desenhos. Os moradores adquirem rosto e sorrisos, filiação, genealogia e vontade própria, gesticulam as suas emoções, imprimem ritmos e volume às descrições, acotovelam-se na vontade de falar e dizer. Contam as dificuldades, as saudades, as vontades. Analíticos ou mais emotivos, os seus testemunhos mostram que os bairros sociais não são definidos apenas como solução habitacional. São a sua casa. Com uma perspetiva mais profissional, mas nem sempre tão mais distante, os gestores entrevistados dotam o seu discurso da empatia que não se depreende dos ofícios e contratos assinados. Conhecedores das suas singularidades, a verificação dos dados oficiais adquire a roupagem das famílias realojadas, a árdua concretização dos objetivos incorpora a compreensão dos hábitos culturais e os resultados esperados com a regeneração dos bairros sociais revestem-se de histórias pessoais de sofrimento e de conquista. É nesta descoberta que sobressai a importância da história oral como metodologia interveniente neste estudo que, na conjugação com a contextualização histórico-social da génese e evolução dos bairros enquanto espaços de habitação mas, sobretudo, como campos cinéticos de relações e oposições, a procura pelas marginalidades nos Bairros Sociais de Braga encontrou respostas variadas, esperadas e inesperadas, manifestadas na distância entre o bairro e a cidade, mas também entre vizinhos dentro do próprio bairro.

Contudo, a participação de pessoas de apenas dois bairros sociais da cidade nas entrevistas realizadas – Bairro Social das Andorinhas e Bairro Social das Enguardas – condicionou a dedução de conclusões extensíveis a todos eles e impediu a visualização das experiências, sentimentos e perceções dos moradores do Bairro Social de Santa Tecla e do Complexo Habitacional do Picoto, assim como o conhecimento, em discurso direto, do percurso habitacional e vivencial dos moradores do extinto e demolido Bairro Social Ponte dos Falcões. A falta de resposta às sucessivas tentativas de contacto com

as entidades que mantêm redes de trabalho ou de intervenção nestes bairros invalidou o estabelecimento de pontes de comunicação com os seus moradores e a possibilidade de solicitar a sua participação neste estudo. A contingência temporal para a elaboração da dissertação de mestrado também condicionou uma procura mais alargada de mediadores culturais ou de organizações sociais que pudessem estabelecer uma ligação às populações que habitam os bairros sociais não contemplados nesta metodologia para, deste modo, conseguir aflorar as suas rotinas, os seus pensamentos e as suas opiniões sobre o seu bairro e sobre a relação que este estabelece com a cidade.

Outro dos limites inerentes às conclusões retiradas a partir dos testemunhos dos moradores dos bairros sociais de Braga deve-se à inexistência de participantes pertencentes às comunidades ciganas que os habitam. Como primeira linha de contacto estabelecida com os Bairros Sociais das Andorinhas e das Enguardas, os presidentes das respetivas Associações de Moradores, quando interrogados acerca de possíveis moradores que pudessem colaborar no estudo, sugeriram a participação de algumas pessoas, disponibilizando e agilizando formas de aproximação às mesmas. Nesta indicação não foram incluídos moradores de etnia cigana, o que impossibilitou, por esta via, o contacto e a solicitação da sua participação. Novamente, os constrangimentos temporais para a realização deste trabalho inviabilizaram outras possíveis formas de acesso à comunidade cigana de cada bairro e o levantamento das experiências, perceções e desafios que enfrentam no bairro em que habitam e na cidade onde se inserem. É particularmente importante ouvir a sua voz por serem parte substantiva dos moradores que residem nestes bairros sociais, pelo que a sua colaboração se torna prioritária numa investigação futura, de modo a tornar presente uma comunidade que é sistematicamente hétero-representada, alvo de persistente assunção ao «estrangeiro» e ao «outro» intrusivo, e categoricamente demarcada dentro e fora dos bairros sociais. Pela compilação de dados obtidos com este estudo verifica-se, de facto, que as comunidades de etnia cigana presentes nos bairros sociais estudados são um vetor consolidado das marginalidades aí identificadas e representadas, quase sempre articuladas com o desvio à norma dentro dos bairros. Sob constante observação e depreciação social, a intolerância cultural e a associação abrangente à criminalidade afastam-nas das possibilidades de integração profissional e sociocultural na cidade e o preconceito a eles adstrito estende a sua conotação diminutiva às narrativas construídas em seu redor, que identificam decisivamente o «eles» no discurso emanado. Isto é literalmente visível e notório nos testemunhos aferidos, onde uma parte substancial das imputações negativas que são feitas ao bairro derivam das ações, comportamentos ou particularidades culturais das populações de etnia cigana que lá moram.

Pelos mesmos motivos de ausência reiterada de resposta, não foi possível contactar os presidentes das Juntas de Freguesia onde se localizam os Bairros Sociais das Enguardas, de Santa Tecla e do Complexo Habitacional do Picoto, condicionando o conhecimento da visão das entidades políticas locais relativamente ao papel e à evolução dos bairros sociais na cidade. Dentro da empresa municipal BragaHabit, a disponibilização para a participação no estudo do Departamento dos Apoios Sociais foi essencial para a recolha de dados e de posições desta instituição de gestão municipal, mas que se poderá completar e engrandecer, num trabalho futuro, com a participação de outros departamentos desta empresa. Para um estudo mais sistematizado, a auscultação dos vereadores e de representantes de outros órgãos deliberativos e executivos relacionados com a questão da Habitação, assim como do Presidente da Câmara Municipal de Braga, terá um especial interesse para a complementaridade de percepções e informações providas da perspetiva e do ascendente do poder político municipal.

Na verificação de caminhos de convergência ou divergência da interpretação externa face à conceção e ângulo de observação internos dos moradores, a auscultação de residentes da restante cidade sobre os bairros sociais de Braga, constituirá uma parte significativa para a discussão mais informada acerca das representações, narrativas e ideias preconcebidas aplicadas a estes espaços de habitação, assim como para o debate acerca do seu impacto urbanístico como elemento habitacional e social na cidade.

Na sua singularidade, cada bairro estudado comporta a sua cronologia de marginalidade. Contudo, é na observação de políticas e programas sociais de convergência coletiva que ela perde o seu peso social e a sua bagagem difamatória e dá lugar às pessoas, aos sonhos e às vontades. Procurados como «não-lugares» de ausências, alguns dos bairros sociais revelam-se como surpreendentes «lugares» de reconhecimento e de nutrição de vidas autónomas e bem-sucedidas, libertadas dos constrangimentos de um passado que perdeu o seu ascendente marginalizador. Talvez possam os bairros deixarem de serem assim designados, e os seus blocos elencados em letras e números, para passarem a ser, indistintas, casas acomodadas em ruas, avenidas e praças, onde os vizinhos nas redondezas se acerquem dos seus jardins e parques infantis e onde seja indiferenciável o regime de ocupação da identidade de cada pessoa. Que os prédios tomem outras cores e que as assembleias de moradores se tornem vozes vinculativas de coparticipação efetiva. Sem terem de exhibir o seu *curriculum* de cada vez que são interpelados em sociedade, talvez a partir daí se possam encarar os seus moradores sem rótulos ou legendas, apenas como cidadãos indiferenciados que concorrem na cidade às mesmas oportunidades, experiências e desafios.

Na senda das marginalidades, este estudo procurou as suas manifestações nos Bairros Sociais de Braga, indagando causas e explicações, e ainda possíveis vias de escapatória, e, na exploração do arquivo da cidade, integrou conhecimento adicional, pretendendo que este conflua para a sua erradicação, campo de trabalho vasto e multifatorial que permanece aberto a novas abordagens e interpelações.

Fontes, Webgrafia e Bibliografia

Fontes Escritas

- Bairros Saudáveis. (2020a). *Projeto 382. Crescer Comum*
- Bairros Saudáveis. (2020b). *Projeto 292. Projeto AS - Andorinhas Saudável*
- BragaHabit. (2002). *Relatório de Atividades 2002*.
- BragaHabit. (2003). *Relatório de Atividades 2003*.
- BragaHabit. (2004). *Relatório de Atividades 2004*.
- BragaHabit. (2017). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2018-2021*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- BragaHabit. (2018a). *Ficha do Projeto Reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla* (www.bragahabit.com)
- BragaHabit. (2018b). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2019-2022*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- BragaHabit. (2019). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2020-2023*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- BragaHabit. (2020a). *Perfil Sociodemográfico do Bairro Social de Santa Tecla, do Bairro Social das Enguardas, do Bairro Social das Andorinhas e do Complexo Habitacional do Picoto*.
- BragaHabit. (2020b). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2021-2024*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- BragaHabit. (2021). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2022-2025*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- BragaHabit. (2022). *Plano de Atividades Anual e Plurianual 2023-2026*. Disponível em <https://www.bragahabit.com/planos-atividades-investimento>
- Câmara Municipal de Braga. (2014). *Revisão do PMDB. Relatório dos Estudos de Caracterização*. Disponível em https://www.cm-braga.pt/archive/doc/Relatorio_dos_Estudos_de_Caraterizacao.pdf
- Câmara Municipal de Braga. (2021). *Regulamento do PDM. Atualizado (agosto 2021)*. Disponível em <https://www.cm-braga.pt/archive/doc/RegPDMAtualizado04082021.pdf>
- Câmara Municipal de Braga. (2022). *Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética*. [Edital da Câmara Municipal de Braga N.º ED/500/2022].
- Câmara Municipal de Braga. (2023a). *Área de Reabilitação Urbana Expansão da Cidade. Estratégia de Reabilitação Urbana*. Disponível em https://www.cm-braga.pt/archive/doc/ERU_E expansao_da_Cidade_Relatorio.pdf
- Câmara Municipal de Braga. (2023b). *Área de Reabilitação Urbana Espaço Central. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*. Disponível em https://www.cm-braga.pt/archive/doc/PERU_Espaco_Central_Relatorio.pdf
- IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*.
- NGPH - *Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*. (2017). Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAABAAzNjWzAADDhmRABAAAAA%3D%3D>
- Organização das Nações Unidas. (2016). *Nova Agenda Urbana [HABITAT III - United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development]*. Trad. pela ONU-Habitat Africa. Disponível em https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_agenda_urbana_2016_pt_0.pdf
- Quaternaire Portugal. (2016). *Projeto de Alteração da ARU de Braga Sul e de Delimitação das ARU Braga*

Norte e Braga Nascente. Memória Descritiva.
Quatenaire Portugal. (2011). *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga. Projeto de Delimitação de ARU* [Relatório Final].

Fontes Legislativas

Constituição da República Portuguesa, de 10 de abril. *Diário da República n.º 86/1976 – I Série.* Presidência da República (pp.738-775).

Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio. *Diário da República, n.º 106/93 - I Série A.* Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (pp.2380-2383).

Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de maio. *Diário da República, n.º 121/84 - I Série.* Ministérios das Finanças e do Plano e do Equipamento Social (pp.1687-1690).

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. *Diário da República, n.º 206/2009 - I Série.* Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (pp.7956-7975).

Decreto-Lei n.º 89/2021, de 3 de novembro. *Diário da República, n.º 213/2021 - I Série.* Presidência do Conselho de Ministros (pp.15-22).

Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. *Diário da República, n.º 157/2012 - I Série.* Assembleia da República (pp.4452-4483).

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro. *Diário da República, n.º 168/2019 - I Série.* Assembleia da República (pp.11-33).

Portaria n.º 281/2021, de 3 de dezembro. *Diário da República, n.º 234/2021 - I Série.* Ministério das Infraestruturas e Habitação (pp.51-63).

Portaria n.º 500/97, de 21 de julho. *Diário da República, n.º 166/97 - I Série B.* Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (pp.3654-3655).

Portaria n.º 580/83, de 17 de maio. *Diário da República, n.º 113/83 - I Série.* Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (pp.1790-1792).

Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro. *Diário da República, n.º 35/2019 - I Série.* Ministério do Ambiente e Transição Energética (pp.1287-1289).

Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro. *Diário da República, n.º 300/88 - I Série.* Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (pp.5132-5133).

Proposta de Lei n.º 46/XV/1.ª. Presidência do Conselho de Ministros (pp.1-62).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho. *Diário da República, n.º 136/2015 – I Série.* Presidência do Conselho de Ministros (pp.4826-4850).

Fontes Hemerográficas

Braga TV. Braga. 2021-2023
Correio do Minho. Braga. 2012-2023
Diário de Notícias. Lisboa. 2020
Diário do Minho. Braga. 2017-2023
Jornal de Notícias. Porto. 2005-2023
O Minho. Braga. 2017-2023

Almeida, I. (2020, 24 de maio). Quaresma apoia equipa de futebol de mulheres ciganas, *Diário de*

- Notícias*. Consultado em 4 de agosto de 2023. Disponível em <https://www.dn.pt/desportos/quaresma-apoia-equipa-de-futebol-de-mulheres-ciganas-12233399.html>
- Belo, J. R. (2023, 4 de maio). Reabilitação do Bairro das Andorinhas “é um bom exemplo” para “habitação digna”, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/reabilitacao-do-bairro-das-andorinhas-e-um-bom-exemplo-para-habitacao-digna/144286>
- Caldeira, M. A. (2020, 3 de março). BE alerta para “falta de condições” em que vive comunidade do Picoto, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/be-alerta-para-falta-de-condicoes-em-que-vive-comunidade-do-picoto/123279>
- Caldeira, M. A. (2020, 8 de outubro). Jovens dos bairros da cidade desafiados a praticar “trial bike”, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/jovens-dos-bairros-da-cidade-desafiados-a-praticar-trial-bike/126887>
- Cerqueira, M. (2020, 5 de maio). “Pandemia não vai alterar obras do PEDU”, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/pandemia-no-vai-alertar-obras-do-pedu/124338>
- Costa, R. R. (2023, 24 de março). Mais de cinco milhões de euros para reabilitar 146 casas em Braga, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.jn.pt/pais/noticias/braga/braga/mais-de-cinco-milhoes-de-euros-para-reabilitar-146-casas-em-braga-16063508.html/>
- Costa, T. M. (2013, 6 de dezembro). Braga: Tráfico de droga levou GNR ao Picoto e às Enguardas, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/braga-traffic-de-droga-leva-gnr-ao-picoto-e-enguardas/74551>
- Costa, T. M. (2019, 26 de março). Acampamento ilegal em plena cidade, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/acampamento-ilegal-em-plena-cidade/116581>
- Cunha, R. (2023, 29 de julho). Trabalho de motivação para a escola é um sucesso junto das famílias do Bairro de Santa Tecla, *Diário do Minho*.
- Esteves, C. (2017, 14 de novembro). Obras no Bairro de Santa Tecla arrancam já em 2018, *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/braga/obras-no-bairro-de-santa-tecla-arrancam-ja-em-2018-78142>
- Freitas, S. (2019, 1 de abril). Começou demolição das torres do bairro dos Falcões em Braga, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.jn.pt/pais/noticias/braga/braga/comecou-demolicao-das-torres-do-bairro-dos-falcoes-em-braga-10750363.html/>
- Freitas, S. (2022, 31 de outubro). Internet nos bairros sociais, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.jn.pt/nacional/especial/jovens-dao-cor-ao-bairro-das-enguardas-em-braga-15305551.html/>
- Gomes, J. (2023, 10 de maio). Cinco dos sete detidos em Santa Tecla ficam em prisão preventiva, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.jn.pt/justica/cinco-dos-sete-detidos-em-santa-tecla-ficam-em-prisao-preventiva-16333161.html/>
- Gomes, J. (2023, 15 de março). Raptos de jovem no Picoto proibidos de entrar em Braga, *O Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://ominho.pt/raptos-de-jovem-no-picoto-proibidos-de-entrar-em-braga/>

- Gomes, J. (2023, 17 de janeiro). Prisão preventiva para detidos em Braga por tráfico de droga, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.in.pt/justica/prisao-preventiva-para-detidos-em-braga-por-trafico-de-droga-15676075.html/>
- Gonzaga, A. (2018, 19 de novembro). Arquidiocese disponível para resolver situação do Bairro do Picoto, *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/braga/archidiocese-disponivel-para-resolver-situacao-do-bairro-do-picoto-126555>
- Guimarães, C. (2014, 23 de abril). É bom viver no Bairro das Andorinhas, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/e-bom-viver-no-bairro-das-andorinhas/77698>
- Maia, P. (2013, 2 de junho). Andorinhas celebram a Criança, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/andorinhas-celebram-a-crianca/69883>
- Maia, P. (2017, 4 de novembro). Associação de Famílias está a requalificar o CATL das Enguardas, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/associacao-de-familias-esta-a-requalificar-o-catl-das-enguardas/105603>
- Monteiro, M. C. (2013, 17 de fevereiro). Crise muda perfil de quem pede casa, *Jornal de Notícias*.
- Moreira, L. (2023, 26 de agosto). Braga: Associação das Enguardas empresta “ajudas técnicas” aos moradores incapacitados, *O Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://ominho.pt/braga-associacao-das-enguardas-empresta-ajudas-tecnicas-aos-moradores-incapacitados-do-bairro/>
- Sem autor (2022, 3 de agosto). Projeto centrado na educação pela arte levou jovens a colorir escola das Enguardas, *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/braga/projeto-centrado-na-educacao-pela-arte-levou-jovens-a-colorir-escola-das-enguardas-238635>
- Sem autor (2023, 27 de março). Obras no Bairro das Andorinhas contemplam 146 fogos num investimento superior a cinco milhões, *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/braga/2023-03-27-obras-no-bairro-das-andorinhas-contemplam-146-fogos-num-investimento-superior-a-cinco-milhoes-64216727b42f0>
- Sem autor (2023, 9 de maio). Sete detidos no bairro de Santa Tecla em Braga, *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/braga/2023-05-09-sete-detidos-no-bairro-de-santa-tecla-em-braga-645a1edbd967>
- Sem autor. (2012, 25 de dezembro). Bairro das Andorinhas realizou festa de Natal, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/bairro-das-andorinhas-realizou-festa-de-natal/66419>
- Sem autor. (2015, 17 de setembro). PSP dá golpe no tráfico no Bairro de Santa Tecla, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/psp-da-golpe-no-trafico-no-bairro-de-santa-tecla/89301>
- Sem autor. (2017, 29 de julho). Bairro das Andorinhas já pode “voar” com Parque “Street Workout”, *O Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://ominho.pt/bairro-das-andorinhas-ja-pode-voar-com-parque-street-workout/>
- Sem autor. (2017, 29 de julho). Bairros sociais acolhem várias ações, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/bairros-sociais-acolhem-varias-accoes/103701>
- Sem autor. (2018, 23 de março). Paixão de Cristo é novidade no Bairro das Andorinhas, *Correio do*

- Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/paixao-de-cristo-e-novidade-no-bairro-das-andorinhas/108711>
- Sem autor. (2019, 1 de abril). Dois últimos prédios do Bairro do Falcão, em Braga, começam a ser demolidos - imagens, *O Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://ominho.pt/doi-ultimos-predios-do-bairro-do-falcao-em-braga-comecaram-a-ser-demolidos-imagens/>
- Sem autor. (2019, 17 de outubro). Tribunal julga 18 arguidos por tráfico de droga em bairros de Braga, *O Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://ominho.pt/tribunal-julga-18-arguidos-por-trafico-de-droga-em-bairros-de-braga/>
- Sem autor. (2021, 1 de outubro). Mulher de 50 anos detida por traficar droga no Bairro do Picoto em Braga, *Braga TV*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://bragatv.pt/mulher-de-50-anos-detida-por-traficar-droga-no-bairro-do-picoto-em-braga/>
- Sem autor. (2021, 3 de novembro). Braga: Presidente de São Vicente afirma que Bairro das Andorinhas “deveria ser modelo para todo o país”, *Braga TV*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://bragatv.pt/braga-presidente-de-sao-vicente-afirma-que-bairro-das-andorinhas-deveria-ser-modelo-para-todo-o-pais/>
- Sem autor. (2022, 12 de outubro). Terminou o Projeto Andorinhas Saudável no Bairro das Andorinhas em Braga, *Braga TV*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://bragatv.pt/terminou-o-projeto-andorinhas-saudavel-no-bairro-das-andorinhas-em-braga/>
- Sem autor. (2022, 4 de abril). Braga investe 71 mil euros na requalificação do espaço público no Bairro Social das Enguardas, *Braga TV*. Consultado em 4 de agosto de 2023. Disponível em <https://bragatv.pt/braga-investe-71-mil-euros-na-requalificacao-do-espaco-publico-no-bairro-social-das-enguardas/>
- Sem autor. (2023, 10 de fevereiro). Braga: Bairro das Andorinhas cria sala de estudo, *Braga TV*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://bragatv.pt/braga-bairro-das-andorinhas-criam-sala-de-estudo/>
- Sem autor. (2023, 18 de julho). Andorinhas voaram até ao Parque Aquático de Amarante, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/andorinhas-voaram-at-ao-parque-aquatico-de-amarante/145884>
- Sem autor. (2023, 21 de junho). Bebés nascidos nas Andorinhas recebem apoio de 100 euros, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/bebs-nascidos-nas-andorinhas-recebem-apoio-de-100-euros/145337>
- Sem autor. (2023, 22 de abril). Moradores do Bairro das Andorinhas receberam consultas de nutrição, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/moradores-do-bairro-das-andorinhas-receberam-consultas-de-nutricao/144066>
- Sem autor. (2023, 4 de fevereiro). A arte saiu à rua, *Correio do Minho*.
- Sem autor. (2023, 5 de junho). Série policial “Braga” estreia quarta-feira à noite no canal 1 da RTP, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/serie-policial-braga-estrela-quarta-feira-a-noite-no-canal-1-da-rtp/145016>
- Serapicos, R. (2015, 01 de agosto). Andorinhas: sintético novo e balizas por 15 mil euros, *Correio do Minho*.
- Silva, J. P. (2018, 13 de novembro). Diocese ainda é proprietária dos terrenos do Bairro do Picoto,

- Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/diocese-ainda-e-proprietaria-dos-terrenos-do-bairro-do-picoto/113987>
- Silva, J. P. (2022, 30 de outubro). Associação Académica reforça voluntariado nas Enguardas, *Correio do Minho*. Consultado em 4 de agosto de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/associacao-academica-reforca-voluntariado-nas-enguardas/140363>
- Silva, P. V. da (2022, 6 de abril). Projeto “Desporto no bairro” pretende fomentar «inclusão social», *Diário do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.diariodominho.pt/noticias/desporto/projeto-desporto-no-bairro-pretende-fomentar-inclusao-social-227208>
- Sousa, D. (2005, 28 de janeiro). Internet nos bairros sociais, *Jornal de Notícias*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.jn.pt/arquivo/2005/internet-nos-bairros-sociais-491730.html/>
- Sousa, P. (2018, 3 de janeiro). Arrancam obras no Bairro das Enguardas, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/arrancam-obras-no-bairro-das-enguardas/106786>
- Viana, M. (2018, 21 de novembro). Centro de tempos livres da Associação Famílias contribui para a inserção social, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/centro-de-tempos-livres-da-associacao-familias-contribui-para-a-insercao-social/114134>
- Viana, M. (2021, 21 de setembro). Bairro do Picoto é indigno, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/bairro-do-picoto-e-indigno/133309>
- Vilhena, I. (2016, 6 de setembro). Alargamento das Áreas de Reabilitação Urbana de Braga atrai mais de 300 milhões em investimento, *Correio do Minho*. Consultado em 4 de agosto de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/alargamento-das-areas-de-reabilitacao-urbana-de-braga-atrai-mais-de-300-milhoes-em-investimento/96948>
- Vilhena, I. (2017, 10 de fevereiro). Prazos esgotam-se para famílias do Bairro dos Falcões, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/prazos-esgotam-se-para-familias-do-bairro-dos-falcoes/100220>
- Vilhena, I. (2019, 2 de abril). Demolição do último prédio no Bairro dos Falcões abre caminho aos TUB, *Correio do Minho*. Consultado em 6 de setembro de 2023. Disponível em <https://correiodominho.pt/noticias/demolicao-do-ultimo-predio-no-bairro-dos-falcoes-abre-caminho-aos-tub/116733>

Webgrafia

- <http://ambandorinhas.blogspot.com/p/associacao.html> Consultado em 30 de agosto de 2023
- <http://www.agorabracarense.org/p/projectos.html> Consultado em 30 de agosto de 2023
- <http://www.aventuradasaude.org/#gtco-proxima> Consultado em 30 de agosto de 2023
- <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao> Consultado em 30 de agosto de 2023
- <http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Sistema-Itinerante-Brag@Brinca.aspx> Consultado em 30 de agosto de 2023
- <https://idaevolta.webnode.pt/> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/human-power-hub-centro-de-inovacao-social/>
Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000438> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.acasaaolado.com/post/mapa-cultura-para-todos> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bairrossaudaveis.gov.pt//index.htm> Consultado em 30 de agosto de 2023

https://www.bragahabit.com/files/ugd/71f667_ca43362d13fd4a66a0a4fd4d53b677fd.pdf
Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/apoios-habitacao> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/assembleia-moradores> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/empresa-bragahabit> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/lista-espera-habitacao> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/post/bairro-social-do-picoto-deslocalizacao-de-familias-podera-acontecer>
Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.bragahabit.com/post/requalificacao-do-bairro-das-andorinhas-arranca-na-1-semana-fevereiro> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/comunicacao/noticias/item/item-1-5586?q=enguardas> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-12114> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-14445> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-15347> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-16510> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.diocese-braga.pt/pastoralfamilia/noticia/7997/> Consultado em 30 de agosto de 2023

https://www.facebook.com/events/121945248651593?active_tab=about Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.facebook.com/municipiodebraga/posts/352356816932600/> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.facebook.com/thecaver1> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.humanpowerhub.org/pt> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.imdb.com/title/tt16294350/> Consultado em 30 de agosto de 2023

https://www.inovinter.pt/projetos/t3tris/?doing_wp_cron=1689070160.1893329620361328125000
Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/braga-378> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.portaldahabitacao.pt/fundo-nacional-para-a-reabilitacao-do-edificado> Consultado em 30 de agosto de 2023

https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/prr_investimento Consultado em 30 de agosto de 2023

<https://www.trialportugal.net/> Consultado em 30 de agosto de 2023

https://www.wikisporting.com/index.php?title=Sporting_Clube_Le%C3%B5es_das_Enguardas
Consultado em 30 de agosto de 2023

Bibliografia

- Allegra, M., Tulumello, S., Falanga, R., Cachado, R., Ferreira A. C., Colombo A., Alves, S. (2017). *Um novo PER? Realojamento e políticas de habitação em Portugal. Policy Brief 2017*. Observa - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Allier Montaño, E. (2018). Balance de la historia del tiempo presente. Creación y consolidación de un campo historiográfico. *Revista de Estudios Sociales*, n.º 65, 100-112.
- Almeida, P. M. (2019). A questão habitacional em Portugal. Entre o final da Monarquia e a República. In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.24-34). Universidade do Porto.
- Antunes, G. (2019). Política de Habitação social em Portugal: de 1974 à atualidade. *Fórum Sociológico*, 34 (II Série), 7-17.
- Antunes, G. (2021). *Direitos Humanos e Habitação – Evolução do direito à habitação em Portugal*. Caleidoscópio.
- Aróstegui Sánchez, J. (1996). El presente como historia (La idea de un análisis histórico de nuestro tiempo). In Navajas Zubeldía, C. (Ed.), *Actas del I Simposio de Historia Actual de La Rioja, Logroño, Gobierno de La Rioja/Instituto de Estudios Riojanos*, 17-43.
- Aróstegui Sánchez, J. (1998). Historia y Tempo Presente. Un nuevo horizonte de la historiografía contemporaneista. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n.º 20, 15-20.
- Augé, M. (2012). *Não Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papyrus Editora.
- Bandeirinha, J. A. (2011). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bandeirinha, J. A. (2019). Antes de Abril. A questão da Habitação. In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.144-153). Universidade do Porto.
- Barreira, J. P. F. (2000). *Representações e Estilos de vida num bairro de habitação social*. [Atas do IV Congresso Português de Sociologia]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Zahar.
- Berenguer, A. B. V. (2021). *Descolagem de rótulos: um estudo sobre o Grupo Jovens Ativos Ciganos, em Braga*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Berger, J. (2021). *A Aparência das Coisas*. Antígona
- Burgum, S. (2022). This City Is An Archive: Squatting History and Urban Authority. *Journal of Urban History*, vol. 48(3), 504-522.
- Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, n.º 206, XLVIII (1º), 134-152.
- Cardina, M. (2012). História Oral - caminhos, problemas e potencialidades. In P. Godinho (Org.), *Usos da Memória e Práticas do Património* (pp. 27-43). Colibri.
- Cascão, R. (2011). Modos de habitar. In J. Mattoso (Dir.) & I. Vaquinhas (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea* (pp. 22-55). Círculo de Leitores.
- Chueca Goitia, F. C. (1982). *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença.
- Coelho, A. B. (2006). *1984-2004: 20 anos a promover a construção de habitação social*. Instituto Nacional da Habitação.
- D. D. Pereira & F. P. Ferreira (Eds.). (2018). *Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga*. Câmara Municipal de Braga/ Space Transcribers.
- Fahra, L. (2017). *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context*. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/861179>

- Fernandes, C. M. A. (2015). *Processos de melhoria social: a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Ferreira, A. C. C. (2014). *Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Gonçalves, E. (2019). Ciência e modernidade na arquitetura da casa económica republicana (1910-1933). In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.156-166). Universidade do Porto.
- Jerónimo, M. B. & Monteiro, J. P. (2018, 5 de agosto). Série História(s) do Presente: Entrevista a Peter Gatrell, “Hoje há muito menos enfoque na protecção dos refugiados e muito mais na protecção do Estado de uma suposta ‘invasão’”, *Jornal Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/08/05/mundo/entrevista/hoje-ha-muito-menos-enfoque-na-proteccao-dos-refugiados-e-muito-mais-na-proteccao-do-estado-de-uma-suposta-invasao-1839987>
- Joutard, P. (2000). Desafios à história oral do século XXI. In M. Ferreira, T. M. Fernandes, & V. Alberti (Orgs.), *História oral – desafios para o século XXI* (pp. 31-46). Editora Fiocruz. SciELO Books.
- Lameira, G. (2019). Habitação subsidiada pelo Estado em Portugal. Uma panorâmica tipo-morfológica no âmbito do Plurifamiliar (1919-1974). In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.168-181). Universidade do Porto.
- Mangorrinha, J. (2019). Habitar em Lisboa: O caso do gabinete Técnico de Habitação (desde 1959). In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.132-142). Universidade do Porto.
- Martins, S. F. L. (2017). *Segregação socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho
- Matos, A. de (2019). A Ciência e a Técnica ao serviço de cidades mais modernas e salubres. In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.14-22). Universidade do Porto.
- Matos, F., Marques, T. S., Maia, C., & Ribeiro, D. (2020). O acesso à habitação e as políticas públicas. [XII Congresso da Geografia Portuguesa: Geografias de transição para a sustentabilidade: livro de atas].
- Mezzadra, S. (2012). *Direito de fuga*. Edições Unipop.
- Miranda, D. S., & Babo, E. P. (2013). Estratégias de habitação nos processos de reabilitação urbana: o caso do programa estratégico de reabilitação urbana do Centro Histórico de Braga. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 32, 1º Quadrimestre, 35-56.
- Mouk, Y. (2018). *Povo vs Democracia*. Lua de papel.
- Pereira, D. D. (2018). Construir o meu bairro: oficina de maquetas colectivas. In D. D. Pereira & F. P. Ferreira (Eds.). (2018). *Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga*. Câmara Municipal de Braga/ Space Transcribers (pp.105-117).
- Pinheiro, M. da S. P. (2019). *Otimização de soluções de reabilitação energética com o objetivo nZEB em edifícios de habitação social – o caso do Bairro Social das Enguardas – Braga* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Portelli, A. (2000). Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In M. Ferreira, T. M. Fernandes, & V. Alberti (Orgs.), *História oral – desafios para o século XXI* (pp. 67-72). Editora Fiocruz. SciELO Books.
- Rodrigues, T. F. (2012). *A Cidade Industrial. Portugal, um país a diferentes velocidades*. [Atas I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História]. Câmara Municipal de Guimarães.
- Santos, A. C., Teles, N., & Serra, N. (2014). Finança e habitação em Portugal. In *Cadernos do Observatório*, 2. Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Santos, P. B. & Brito, J. M. B. de (2019). Corporativismo e habitação económica em meio urbano em

- Portugal (1933-1974). In R. J. G. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, S. D. Silva (Coord.). *Contexto Programa Projeto – Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp.36-54). Universidade do Porto.
- Seixas, J. (2013). *A cidade na encruzilhada – Repensar a cidade e a sua política*. Edições Afrontamento.
- Serpa, F., Fonte, M. M. da, Allegri, A., Arenga, N., Monteiro, M. L. (2018). Habitação de promoção pública. Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos. In R. Agarez, (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp.407-463). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Silva, J. T. F. & Ribeiro, F. B. (2018). *Políticas de habitação e o alojamento de populações pobres: O caso do bairro social das Andorinhas (Braga)*. [Atas do X Congresso Português de Sociologia – Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo]. Universidade da Beira Interior.
- Silva, M. C. & Jorge, A. R. (2018). *Condições de vida objetiva e representações inter-étnicas entre ciganos e instituições e grupos sociais não ciganos: o caso do bairro do Picoto em Braga*. [Atas da XIII edição do XIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e II Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa]. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo.
- Silva, M. C., Khan, S., & Cruz, R.V. (2020). Registos (semi)ocultos e manifestos nos modos de vida e de habitar. O “Bairro Social” das Andorinhas em Braga. *Sociologia OnLine*, 22, 44-73.
- Soto Gamboa, A. (2004). Historia del presente. Estado de la cuestión y conceptualización. *Historia Actual Online*, n.º 3, 101-116.
- Stavrides, S. (2021). *Espaço Comum*. Orfeu Negro.
- Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1º, 65-89.
- Vilaça, E. & Ferreira, T. (2018). Os anos de crescimento (1969-2002). In R. Agarez, (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp.317-363). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Wacquant, L. (2006). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16, 27-39.
- Xerez, R., Rodrigues, P. G., & Cardoso, F. D. (2018). A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017. In R. Agarez, (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018* (pp.465-511). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Apêndices

Apêndice 1. Guiões de Entrevista-Tipo



Universidade do Minho

A MARGINALIDADE NO TEMPO PRESENTE OU A CIDADE COMO ARQUIVO DE SEGREGAÇÃO.
OS BAIRROS SOCIAIS DE BRAGA ENTRE 2000 E 2022 (Projeto de investigação no âmbito da
Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho)

GUIÃO DE ENTREVISTA

Moradores e/ou dirigentes associativos

1. Caracterização dos entrevistados

- Nome, idade, género, profissão e situação profissional (ativo, desempregado, reformado/pensionista);
- Agregado familiar;
- Identificação do bairro e da tipologia da casa de habitação e regime de ocupação da casa (arrendada, comprada, outra).

2. Memórias e expectativas em cenário retrospectivo

- Há quanto tempo reside no bairro? Com quem veio? Quais os motivos que estiveram na base da vinda para o bairro? Ainda permanece na casa inicial?
- Como era o dia-a-dia antes de vir para o bairro: onde residia, com quem? Quais as principais dificuldades sentidas com a habitação?
- Quem indicou/informou sobre a possibilidade de novas soluções de habitação? Como foi o acompanhamento no processo de sugestão e de mudança de casa? Quais foram as dificuldades que sentiu para aceder à casa onde habita?
- O que pensou da localização do bairro, do seu aspeto exterior? Na altura, o que mais valorizou e que não gostou? Em relação à sua casa, o que mais gostou e o que lhe desagradou? Foi aquela que escolheu, foi a mais adequada a si ou à sua família? Aceitou ou trocou?
- Como foi a mudança? Veio sozinho/com a família, com pessoas conhecidas, amigas, vizinhas? Continuaram próximas na localização do bairro?
- Depois da mudança, o que se alterou face à casa e vida anteriores? Por exemplo: condições higienosanitárias, espaço/número de divisões/privacidade, condições energéticas?
- Quais as expectativas e objetivos que tinha quando decidiu vir para o bairro?
- O que sentiu perante a mudança?



3. Opiniões e sentimentos face ao bairro e aos moradores

- O que pensa do bairro onde mora? Por exemplo: espaços físicos, estruturas urbanas, equipamentos de apoio (parques infantis, geriátricos, campos desportivos e recreativos), disposição e apresentação das casas. Costuma usufruir destes equipamentos? Com quem? De que modo estes influenciam ou ajudam/prejudicam as suas rotinas do dia-a-dia?
- Que rede de sociabilidades estabeleceu com os outros moradores ao longo do tempo? Como evoluiu a convivência, qual a frequência, onde e em que atividades? Só entre os moradores do bairro ou também com pessoas de fora do bairro?
- O que destaca como as principais mudanças no bairro desde que se mudou para cá? O que pensa que falta ao bairro e o que é aquilo que o torna melhor, único ou diferente? Se não houve alterações ou foram pouco significativas, porque acha que isso aconteceu? Houve reivindicações ou propostas dos moradores nesse sentido? Quais as respostas e motivos para a recusa/atraso/alteração das propostas?
- Existe acompanhamento institucional e organizacional do bairro em termos de obras, reparações, reabilitação, serviços burocráticos de gestão? Desde quando, por parte de quem e com que periodicidade?
- Existem estruturas de apoio no bairro (associações de moradores, apoio escolar, associações de índole desportiva ou recreativa)? Quando foram inauguradas, por iniciativa de quem, quem as dirige? Quais são as iniciativas que colocam em prática? Qual o grau de participação ou relacionamento que estabelece com elas? Pensa que o seu papel é importante, suficiente, apropriado? O que mudou nelas ao longo do tempo?
- Que tipo de atividades festivas existem no bairro? Quantas existem ao longo do ano? Quem participa na sua organização? Acontecem em toda a cidade ou são exclusivas do bairro?
- Como foi a evolução na disponibilização de comércio e serviços dentro do espaço do bairro? Foi por iniciativa dos moradores ou de pessoas não residentes?
- Quando pensa no bairro, no seu conjunto, que sentimentos ou emoções lhe despertam? Qual o grau de afinidade que sente com o espaço físico do bairro e com os restantes moradores? Sempre pensou desta maneira?

4. Opiniões e sentimentos face à relação do bairro com a cidade

- Como pensa que o bairro é visto pela restante cidade? Já teve alguma experiência pessoal ou de que tenha conhecimento que vá ao encontro da sua opinião? Sempre pensou desta maneira?
- Quando diz a alguém que é morador/a do bairro, sente alguma reação adversa ou discriminatória? Sente que é tratado/a nas mesmas condições/preterido/favorecido? E a



sua família? Já teve alguma experiência pessoal ou de que tenha conhecimento que vá ao encontro da sua opinião? É uma atitude recorrente ou aconteceu esporadicamente?

- Já alguma vez se sentiu com receio no bairro? Que tipo de intervenção tem sido feita para alterar essas situações dentro do bairro? Tem havido mudanças ao longo do tempo?
- Acha que o bairro é igualmente acompanhado pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia, em termos de atenção e intervenção, que os restantes espaços da cidade? É uma situação que se mantém desde que reside no bairro ou, se se alterou, a que se deveu a mudança?
- Sente-se condicionado nas tarefas do dia-a-dia por viver no bairro? Pensa que se vivesse em outro sítio da cidade seria diferente? Em que aspetos?

5. Visão prospetiva dos moradores face ao bairro

- O que mais gosta e o que menos aprecia no bairro? O que mudaria?
- Equaciona sair do bairro? Há quanto tempo pensa nisso? O que seria preciso acontecer no bairro para que não tivesse o desejo de sair? Se não, o que o leva a querer ficar? Existe a possibilidade de adquirir a casa para si ou para os seus descendentes? Se sim, existe algum grau de prioridade para o fazer?
- Qual o grau de investimento pessoal, social e económico que fez por si ou por alguém para que a situação residencial e do bairro se altere? Envolveu-se com alguma associação educativa/política/cívica? Interpelou alguém ou alguma organização?
- Como vê a possível evolução do bairro em que reside?
- Quais as consequências que entende que a reabilitação/renovação/alteração das características iniciais dos bairros tem na vida dos moradores? E da restante cidade?



Universidade do Minho

A MARGINALIDADE NO TEMPO PRESENTE OU A CIDADE COMO ARQUIVO DE SEGREGAÇÃO.
OS BAIRROS SOCIAIS DE BRAGA ENTRE 2000 E 2022 (Projeto de investigação no âmbito da
Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho)

GUIÃO DE ENTREVISTA

Agentes da gestão político-institucional

1. Caracterização dos entrevistados

- Nome, cargo profissional (local de trabalho, cargo e funções que desempenha, período de exercício).

2. Memórias e expectativas em cenário retrospectivo

- Quais os motivos que o/a levaram a candidatar ao cargo e quais as expectativas que tinha perante as funções que iria exercer?
- Na questão da habitação social, qual a situação que esperava encontrar e qual encontrou?
- Quais as principais medidas que sentiu como prioritárias quando entrou em funções? Essa escala hierárquica alterou-se ao longo do tempo em exercício de funções?
- Quais as medidas que tentou implementar e porquê?
- Quais as resistências e os apoios que sentiu ou teve perante as iniciativas que se propôs colocar em prática?
- Quais as medidas que tentou abolir ou modificar e porquê?
- Qual o grau de satisfação que sente perante o trabalho que desempenha?

3. Opiniões face aos bairros e aos seus moradores

- O que pensa dos bairros em questão? Por exemplo: espaços públicos, estruturas urbanas, equipamentos de apoio (parques infantis, geriátricos, campos desportivos e recreativos), disposição e apresentação das casas.
- O que destaca como as principais mudanças dos bairros em questão desde que iniciou funções? E no período total entre 2000-2022? O que pensa que falta aos bairros e o que é aquilo que os tornam melhores, únicos ou diferentes? Se não houve alterações ou foram pouco significativas, porque acha que isso aconteceu? Houve reivindicações ou propostas dos moradores nesse sentido?
- Que tipo de atividades festivas/culturais existem nos bairros? O seu departamento participa na sua organização? Acontecem em toda a cidade ou são exclusivas dos bairros? O que as diferencia das do resto da cidade?



Universidade do Minho

A MARGINALIDADE NO TEMPO PRESENTE OU A CIDADE COMO ARQUIVO DE SEGREGAÇÃO.
OS BAIRROS SOCIAIS DE BRAGA ENTRE 2000 E 2022 (Projeto de investigação no âmbito da
Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho)

- Como foi a evolução na disponibilização de comércio e serviços dentro do espaço dos bairros? De quem foi a iniciativa? Quais foram os incentivos (se os houve) e apoios fornecidos?
- Que grau de relacionamento tem o seu departamento com os moradores destes bairros? Em que circunstâncias? Com que periodicidade? E como caracterizaria a relação que se estabelece?
- Quais os temas que são abordados nesses encontros? De quem parte a iniciativa para a seleção dos assuntos abordados e qual o nível de participação? É frequente haver coordenação entre as entidades políticas e os moradores nas iniciativas a implementar nos bairros em questão?
- Quantas e quais medidas sugeridas pelos moradores ou organizações cívicas/associativas foram implementadas e qual o grau de adequação e satisfação demonstrado pelos mesmos?
- Considera os bairros sociais como lugares passíveis de memória e de identidade? Que tipo de relacionamentos e sentimentos observa, ou lhe são transmitidos, pelos seus moradores, sobre o facto de viverem nos bairros?

4. Opiniões e sentimentos face à relação do bairro com a cidade

- Quanto ao impacto urbanístico dos bairros sociais na cidade, como avalia a sua integração no espaço da cidade?
- Como pensa que os bairros sociais são vistos pela restante cidade?
- Já visitou ou frequenta os bairros sociais em questão? Com que periodicidade? Por que motivos o faz?
- Já alguma vez se sentiu com receio nos bairros? Tem conhecimento de alguma situação onde este sentimento foi experienciado por alguém? Que tipo de intervenção tem sido feita para alterar essas situações dentro dos bairros?
- Acha que os bairros são igualmente acompanhados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em termos de atenção e intervenção, como os restantes espaços da cidade? É uma situação que se mantém desde que exerce funções ou, se se alterou, a que se deveu a mudança?
- Na sua experiência profissional, o que destaca como mais relevante na evolução dos bairros sociais entre 2000-2022 e como pensa que isso afeta a relação destes com a restante cidade?



Universidade do Minho

A MARGINALIDADE NO TEMPO PRESENTE OU A CIDADE COMO ARQUIVO DE SEGREGAÇÃO.
OS BAIRROS SOCIAIS DE BRAGA ENTRE 2000 E 2022 (Projeto de investigação no âmbito da
Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho)

5. Visão prospetiva face aos bairros

- Pretende continuar a exercer o seu cargo nesta área?
- Que futuro equaciona para o modelo dos bairros sociais dentro do espaço da cidade?
- Que novas estratégias se perspetivam para a resolução deste modelo habitacional?
- Quais as consequências que entende que a reabilitação/renovação/alteração das características iniciais dos bairros terão no futuro da vida dos moradores? E da restante cidade?
- Que papel pensa que os bairros sociais desempenham nas inter-relações e dinâmicas sociais que se estabelecem no espaço da cidade? E no futuro?